

Francisco Avillez

A Agricultura Portuguesa:

Questão que tenho comigo mesmo

Colectânea de textos publicados entre 2021 e 2024



AGROGES





Francisco Avillez

A Agricultura Portuguesa

Questão que tenho comigo mesmo



AGROGES



A Agricultura Portuguesa:

Questão que tenho comigo mesmo



Colectânea de textos publicados entre 2021 e 2024

Francisco Avillez



Título: A Agricultura Portuguesa: Questão que tenho comigo mesmo
Autor: Francisco Avillez
Design gráfico: NOSSA, Agência de Comunicação, Lda
Paginação e ilustração: Anne Chauvin e Isabel Pinto
Preparação, acompanhamento e revisão: Maria Ferreira e Vânia Araújo
N.º de edição: 1.ª edição
Editor: AGROGES
Local de edição: Lisboa
Data de edição: Novembro 2024
Tiragem: 500 exemplares
Impressão e acabamentos: AGIR – Produções gráficas
Depósito legal n.º: 538612/24
ISBN: 978-989-35757
Endereço electrónico do editor: www.agroges.pt

O autor optou pela não utilização
do novo acordo ortográfico no presente texto.



Índice

Prefácio	17		
1. Introdução	21		
2. O meu percurso: de agrónomo a agroeconomista	25		
3. A evolução económica da agricultura portuguesa nas últimas seis décadas	41		
4. Competitividade e crescimento agrícolas em Portugal nas últimas décadas e desafios para o futuro	67		
5. Foi durante os anos da Troika que as explorações agrícolas portuguesas tiveram o melhor desempenho económico nas últimas três décadas	79		
6. As explorações agrícolas do Sul de Portugal Continental foram aquelas que melhor desempenho económico tiveram na última década	95		
7. O crescimento da produção vegetal foi um dos principais factores determinantes do melhor desempenho económico do sector agrícola português na última década	117		
8. Apesar de nunca ter parado, a agricultura portuguesa sofreu em 2020 uma quebra significativa no seu produto agrícola bruto	125		
9. No conjunto dos dois anos em pandemia, a agricultura portuguesa teve um comportamento económico muito positivo	133		
10. O poder de compra médio dos agricultores portugueses teve uma queda muito significativa em 2022	139		
		11. A agricultura portuguesa: como promover a sua sustentabilidade climática e ambiental	145
		12. A agricultura biológica: mitos e realidade	157
		13. Será que se justifica o elevado grau de prioridade atribuído à agricultura biológica no contexto do PEPAC?	165
		14. Sistemas agroflorestais de Portugal Continental	171
		15. Apoios directos ao rendimento dos produtores de leite de bovinos no contexto do PEPAC	183
		16. Análise do impacto do PEPAC sobre os apoios directos aos rendimentos dos produtores de milho grão em Portugal Continental	189
		17. Análise do impacto do PEPAC sobre os apoios directos aos rendimentos dos produtores de cereais de Outono/Inverno em Portugal Continental	201
		18. Análise do impacto do PEPAC sobre os apoios directos aos rendimentos dos produtores de bovinos de carne em Portugal Continental	211
		19. A agricultura portuguesa: caminhos para um crescimento sustentável	221
		20. Lista das publicações e comunicações do autor entre 1982 e 2024	239



Índice de Figuras e tabelas

Figura 3.1 – Evolução do volume da produção agrícola nas últimas décadas	45	Figura 5.4 – Evolução da produtividade, competitividade e viabilidade das explorações agrícolas portuguesas na última década em Portugal	82
Tabela 3.1 – Evolução do volume da produção dos principais produtos vegetais e animais	46	Figura 5.5 – Evolução da produtividade dos factores de produção agrícolas nas últimas três décadas em Portugal	84
Figura 3.2 – Evolução do volume e do valor da produção agrícola nas últimas décadas	47	Figura 5.6 – Evolução da produtividade dos factores de produção agrícola na última década em Portugal	84
Figura 3.3 – Evolução da Superfície Agrícola nas últimas décadas	48	Figura 5.7 – Evolução do investimento agrícola nas últimas três décadas em Portugal	85
Tabela 3.2 – Variação das áreas das principais culturas temporárias e permanentes nas últimas décadas	49	Figura 5.8 – Evolução do investimento agrícola na última década em Portugal	85
Figura 3.4 – Evolução do volume de mão-de-obra agrícola	51	Figura 5.9 – Evolução do rendimento e dos apoios directos aos produtores agrícolas nas últimas três décadas em Portugal	88
Figura 3.5 – Evolução dos bens e serviços intermédios da produção agrícola	52	Figura 5.10 – Evolução do rendimento e dos apoios directos aos produtores agrícolas na última década em Portugal	88
Figura 3.6 – Evolução dos bens intermédios mais directamente produtivos	53	Tabela 6.1 – Características das explorações agrícolas das sete diferentes NUT II	96
Figura 3.7 – Evolução da FBCF	55	Tabela 6.2 – Superfícies agrícolas médias das explorações agrícolas das sete diferentes NUT II	97
Figura 3.8 – Evolução do número de explorações agrícolas de acordo com a classe de área nas últimas décadas	56	Figura 6.1 – Produtividade dos factores de produção agrícola para as sete diferentes NUT II	98
Figura 3.9 – Evolução da SAU das explorações agrícolas de acordo com a classe de área nas últimas décadas	57	Figura 6.2 – Rendimento das explorações agrícolas e níveis de apoio das políticas para as sete diferentes NUT II	98
Tabela 3.3 – Evolução das principais características dos produtores agrícolas nas últimas décadas	59	Figura 6.3 – Evolução do produto agrícola bruto em volume nas sete NUT II	100
Tabela 3.4 – Evolução da produtividade agrícola em Portugal	60	Figura 6.4 – Evolução do produto agrícola bruto em volume nas sete NUT II	100
Tabela 3.5 – Evolução da produtividade agrícola em Portugal, Espanha e Sul da Europa	60	Figura 6.5 – Evolução do produto agrícola bruto em valor nas sete NUT II	101
Tabela 3.6 – Relações entre os valores das produtividades	60	Figura 6.6 – Evolução do produto agrícola bruto em valor nas sete NUT II	101
Figura 3.10 – Evolução do Produto e Rendimento Agrícolas nas últimas décadas	62	Figura 6.7 – Evolução do rendimento do sector agrícola nas sete NUT II	102
Tabela 3.7 – Grau de autoaproveitamento dos produtos agrícolas	63	Figura 6.8 – Evolução do rendimento do sector agrícola nas sete NUT II	102
Figura 4.1 – Evolução do rendimento e do produto agrícolas nas últimas três décadas	69	Figura 6.9 – Evolução da produtividade das explorações agrícolas nas sete NUT II	106
Figura 4.2 – Evolução do rendimento, competitividade e produtividade das explorações agrícolas portuguesas nas últimas três décadas	71	Figura 6.10 – Evolução da produtividade das explorações agrícolas nas sete NUT II	106
Figura 4.3 – Evolução da produtividade dos factores de produção agrícola nacionais nas últimas três décadas	74	Figura 6.11 – Evolução da competitividade das explorações agrícolas nas sete NUT II	110
Figura 4.4 – Evolução dos principais indicadores do sector agrícola português nas últimas três décadas	75	Figura 6.12 – Evolução da competitividade das explorações agrícolas nas sete NUT II	110
Figura 5.1 – Evolução do produto e do rendimento agrícolas nas últimas três décadas em Portugal	80	Figura 6.13 – Evolução da viabilidade das explorações agrícolas nas sete NUT II	111
Figura 5.2 – Evolução do produto e do rendimento agrícolas na última década em Portugal	80	Figura 6.14 – Evolução da viabilidade das explorações agrícolas nas sete NUT II	111
Figura 5.3 – Evolução da produtividade, competitividade e viabilidade das explorações agrícolas portuguesas nas últimas três décadas em Portugal	82	Figura 6.15 – Evolução do rendimento líquido dos produtores agrícolas nas sete NUT II	112
		Figura 6.16 – Evolução do rendimento líquido dos produtores agrícolas nas sete NUT II	112
		Figura 7.1 – Resultados económicos agrícolas sectoriais nas últimas décadas	118
		Figura 7.2 – Resultados económicos agrícolas empresariais nas últimas décadas	118



Figura 7.3 – Evolução do volume da produção agrícola nas últimas décadas	119
Figura 7.4 – Evolução do volume de produção nas últimas décadas	120
Figura 7.5 – Evolução da produtividade dos factores de produção agrícola nas últimas décadas	120
Figura 7.6 – Evolução dos apoios directos ao rendimento e apoios ao investimento nas últimas décadas	122
Tabela 8.1 – Evolução do Produto e do Rendimento Agrícola Português na última década	126
Tabela 8.2 – Evolução do Rendimento dos Produtores Agrícola Portugueses e das respectivas componentes entre 2010 e 2020	130
Figura 10.1 – Evolução do poder de compra dos agricultores, assalariados agrícolas e trabalhadores por conta de outrem, nas últimas décadas	142
Tabela 14.1 – Prados e pastagens permanentes (PPP) sob-coberto florestal das explorações agrícolas predominantemente orientadas para a produção pecuária	174
Tabela 14.2 – Superfície média das explorações agrícolas com sistemas agroflorestais por classe de SAU	175
Tabela 14.3 – PDP do 1.º do 2.º Pilares das explorações agrícolas classificadas por OTE mais representativas dos sistemas agroflorestais em 2018	176
Tabela 14.4 – Principais resultados económicos das explorações agrícolas das OTE mais representativas dos sistemas agroflorestais em 2018	177
Tabela 15.1 – Principais características dos produtores de leite por classe de SAU das respectivas explorações em 2020	184
Tabela 15.2 – Impacto do PEPAC sobre os apoios directos ao rendimento dos produtores de leite por classe de SAU das respectivas explorações	185
Tabela 16.1 – Importância do milho grão nas explorações produtoras deste produto classificadas de acordo com as respectivas classes de área	190
Tabela 16.2 – Importância do milho grão nas explorações agrícolas produtoras deste produto classificadas de acordo com as respectivas Regiões Agrícolas	191
Tabela 16.3 – Importância dos ADR dos produtores de milho grão de acordo com as respectivas Classes de área	192
Tabela 16.4 – Importância dos ADR dos produtores de milho grão de acordo com as respectivas Regiões Agrícolas	193
Tabela 16.5 – Impacto do PEPAC sobre os Apoios directos ao rendimento de que beneficiam as explorações-tipo produtoras de milho grão pertencentes às várias classes de área	196

Tabela 16.6 – Impacto do PEPAC sobre os Apoios directos ao rendimento de que beneficiam as explorações-tipo produtoras de milho grão pertencentes às várias Regiões agrícolas	197
Tabela 17.1 – Importância dos cereais de Outono/Inverno nas explorações produtoras deste produto classificadas de acordo com as respectivas classes de área	203
Tabela 17.2 – Importância dos cereais de Outono/Inverno nas explorações agrícolas produtoras deste produto classificadas de acordo com as respectivas Regiões Agrícolas	203
Tabela 17.3 – Importância dos ADR dos produtores de cereais de Outono/Inverno de acordo com as respectivas Classes de área	204
Tabela 17.4 – Importância dos ADR dos produtores de cereais de Outono/Inverno de acordo com as respectivas Regiões Agrícolas	204
Tabela 17.5 – Impacto do PEPAC sobre os Apoios directos ao rendimento de que beneficiam as explorações-tipo produtoras de cereais de Outono/Inverno pertencentes às várias classes de área	206
Tabela 17.6 – Impacto do PEPAC sobre os Apoios directos ao rendimento de que beneficiam as explorações-tipo produtoras de cereais de Outono/Inverno pertencentes às várias Regiões agrícolas	207
Tabela 18.1 – Importância das vacas aleitantes nas explorações produtoras de bovinos de carne em extensivo classificadas de acordo com as respectivas classes de área	212
Tabela 18.2 – Importância das vacas aleitantes nas explorações agrícolas produtoras deste produto classificadas de acordo com as respectivas Regiões Agrícolas	212
Tabela 18.3 – Importância dos ADR dos produtores de bovinos de carne em extensivo de acordo com as respectivas Classes de área	214
Tabela 18.4 – Importância dos ADR dos produtores de bovinos de carne em extensivo de acordo com as respectivas Regiões Agrícolas	214
Tabela 18.5 – Impacto do PEPAC sobre os Apoios directos ao rendimento de que beneficiam as explorações produtoras de bovinos de carne em extensivo pertencentes às várias classes de área	218
Tabela 18.6 – Impacto do PEPAC sobre os Apoios directos ao rendimento de que beneficiam as explorações-tipo produtoras de bovinos de carne em extensivo pertencentes às várias Regiões agrícolas	218



Lista de acrónimos e abreviaturas

ADR	Apoios Directos ao Rendimento	GATT	General Agreement on Tariffs and Trade
ALE	Alentejo	GEE	Gases com Efeito de Estufa
ALG	Algarve	GPP	Gabinete de Políticas e Planeamento
APA	Agência Portuguesa do Ambiente	IEA	Inquérito às Estruturas Agrícolas
BCAA	Boas Condições Agrícolas e Ambientais	IGC	Instituto Gulbenkian da Ciência
BI	Beira Interior	INE	Instituto Nacional de Estatística
BL	Beira Litoral	IPC	Índice de Preços no Consumidor
CAP	Confederação dos Agricultores de Portugal	IPIB	Índice 1.º de Preços Implícitos no PIB
CE	Comissão Europeia	ISA	Instituto Superior de Agronomia
CEA	Contas Económicas da Agricultura	ISCTE	Instituto Universitário de Lisboa
CEEA	Centro de Estudos de Economia Agrária	JHA	Junta de Hidráulica Agrícola
CEE	Comunidade Económica Europeia	MAA	Medidas Agro-Ambientais
CI	Consumos Intermédios	M€	Milhões de Euros
CN	Cabeças normais (unidade de efectivo animal)	MPB	Modo de Produção Biológico
Cont	Continente	MZD	Medidas de Apoio a Zonas Desfavorecidas
ECU	European Currency Unit	NUT	Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais Estatísticas
EDM	Entre Douro e Minho	OE	Objectivo Específico
EM	Estado Membro	OP	Organizações de Produtores
ER	Eco-Regime	OTE	Orientação Técnico-Económica
Exp	Exploração Agrícola	PAC	Política Agrícola Comum
FAO	Food and Agriculture Organization of the United Nations	PAMAF	Programa de Apoio à Modernização Agrícola e Florestal
FBCF	Formação bruta de capital fixo	PARCA	Plataforma de Acompanhamento das Relações na Cadeia Alimentar
FEADER	Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural	PB	Pagamentos Base
FEAGA	Fundo Europeu Agrícola de Garantia	PDP	Pagamentos Directos aos Produtores
		PDR	Programa de Desenvolvimento Rural
		PEDAP	Pacote Específico de Apoio à Agricultura

PEPAC	Plano Estratégico da PAC 2023-2027	SAU	Superfície Agrícola Utilizada
PG	Pagamento Greening	SCA	Superfície Cultivada Anualmente
PIB	Produto Interno Bruto	SEDES	Associação para o Desenvolvimento Económico e Social
PLP	Pagamentos Ligados à Produção	SME	Sistema Monetário Europeu
PNEC	Plano Nacional de Energia e Clima	SPE	Superfície Potencialmente Elegível
pp	Pontos percentuais	t.c.m.a.	Taxa média de crescimento anual
PPP	Prados e Pastagens Permanentes	TM	Trás-os-Montes
PR	Pagamento Redistributivo	TTIP	Transatlantic Trade and Investment Partnership
PRODER	Programa de Desenvolvimento Rural para 2007-2013	UE	União Europeia
PRODI	Produção Integrada	USDA	U.S. Department of Agriculture
PSP	Pagamentos Separados da Produção	UTA	Unidade de Trabalho Ano Agrícola
PU	Pagamento Único	UTAF	Unidade de Trabalho Ano Agrícola Familiar
QCA	Quadro Comunitário de Apoio	UTL	Universidade Técnica de Lisboa
RA	Recenseamento Agrícola	VAB	Valor Acrescentado Bruto
RBE	Receita Bruta de Exploração	VABcf	Valor Acrescentado Bruto a custo de factores
RLE	Receita Líquida de Exploração	VABPProd	Valor Acrescentado Bruto a preços no produtor
RLG	Requisitos Legais de Gestão	VAL	Valor Acrescentado Líquido
REL	Rendimento Empresarial Líquido	VPA	Valor da Produção Agrícola
RF	Rendimento dos Factores	VP^{Const}_{Prod}	Valor da Produção a Preços no Produtor Constantes
RICA	Rede de Informação de Contabilidades Agrícolas	VPP	Valor da Produção Padrão
RNC2050	Roteiro para a Neutralidade Carbónica		
RO	Ribatejo e Oeste		
RPB	Regime de Pagamento Base		
RPU	Regime de Pagamento Único		
RURIS	Programa de Desenvolvimento Rural de Portugal Continental		
SAC	Superfície Agrícola Cultivada		
SAF	Superfície Agrícola Forrageira		



Prefácio

Este livro é o terceiro de uma (até agora) trilogia, que reúne diversos textos que o Professor Francisco Avillez escreveu e publicou entre 2021 e 2024, percorrendo mais quatro anos da cronologia iniciada em 1985, com o primeiro dos três livros referidos. Ficam para já disponíveis, no conjunto dos três volumes, 71 textos que ilustram a riqueza e diversidade dos temas e respetivas óticas de abordagem utilizadas pelo Professor ao longo da sua intensa vida profissional. Na Introdução a este livro, é referido que esta colectânea será certamente a última que o autor irá organizar. Pessoalmente, tenho muitas dúvidas de que assim venha a ser, pelo que sugiro a todos os que venham a cruzar-se com esta colectânea, que guardem espaço nas prateleiras da estante, para quando a trilogia passar a tetralogia.

Não se fique, contudo, com a ideia de que estes 71 textos constituem a totalidade dos contributos escritos que o Professor, ao longo de todos estes anos, tem vindo a produzir sobre as temáticas relacionadas com a agricultura portuguesa e a sua economia. Essa lista, bem mais completa, e que pode ser consultada no Capítulo 20 desta edição, é indissociável de uma vida profissional cuja diversidade, intensidade e profundidade nos é revelada logo no Capítulo 2 desta publicação, sob título "O meu percurso: de agrónomo a agroeconomista", escrito especialmente para esta ocasião.

Por ter tido o privilégio de testemunhar e de participar, a partir de 1988, em parte deste percurso (falho, portanto, os três primeiros anos da primeira colectânea), a releitura destes textos tem o condão de me fazer recordar que, para além do conteúdo objetivo de cada um, para além de cada tema e de cada metodologia de abordagem, para além de cada conjunto de conclusões e recomendações, no seu conjunto eles são o espelho de uma Escola que o Professor Avillez criou junto de quem com ele teve o privilégio de aprender e de trabalhar. Esta Escola é uma marca indelével que identifica o conhecimento, o pensamento e a forma de abordar os problemas. Esta Escola, tem raízes evidentes no Instituto Superior de Agronomia e, em particular, no então Departamento de Economia Agrária e Sociologia Rural, enquanto espaço físico, intelectual e humano privilegiado para este fim. Mas essas raízes, e também os seus frutos, espalharam-se muito para além dos muros da Tapada



da Ajuda. A AGROGES, como o Professor refere no Capítulo 2 já atrás referido, acaba por constituir a incubadora de excelência para fazer frutificar esta Escola.

Serei suspeito, mas porque já o ouvi na boca de terceiros, aqui o repito: um trabalho feito pela “equipa da AGROGES” (como, já na altura, um trabalho feito sob liderança do Professor pelas suas equipas do ISA), a de hoje como a de há 10 anos, 20 anos ou 30 anos atrás, é bem o espelho “da Escola do Professor Avillez”. Os traços desta sua Escola são hoje inconfundíveis, e reconhecíveis por todos os seu colegas e discípulos, e estão evidentes nesta colectânea de textos: uma enorme clareza na definição dos problemas abordados e na formulação das perguntas a responder, a busca permanente pela utilização de metodologias sólidas, sempre bem explicadas e fundamentadas, definidas passo a passo, por forma a que qualquer um possa, se assim o desejar, tornar a percorrer o caminho por ele já percorrido e, finalmente, o destaque para as conclusões, sejam elas quais forem, apresentadas de forma estruturada e hierarquizada. E, acima e para além de tudo isto, uma enorme honestidade intelectual, uma ética absoluta e uma humanidade que nunca deixam de estar presentes não apenas nos relatórios e textos em que o Professor intervém, como nas relações pessoais que sustentaram a sua elaboração.

Os textos que constituem este volume são, repito-o, mais um legado desta Escola: análises claras, não evitando temas difíceis, e propondo conclusões muitas vezes em contrário às retiradas por leituras mais superficiais da realidade. Também por isso, nem sempre alguns dos textos tiveram, em cada momento, o impacto que mereciam e que hoje lhes reconhecemos. Dos diversos temas abordados, permito-me destacar quatro, pela relevância que assumem para o setor agrícola nacional.

Em primeiro lugar, a preocupação por efetuar a análise ao comportamento da agricultura num período que ficou muito marcado pela intervenção da Troika em Portugal. Os textos dos capítulos 4 a 7 reúnem esta análise retrospectiva, e permitem-nos ficar a conhecer muito bem as vicissitudes deste período.

Em segundo lugar, a análise de diversas dimensões que caracterizaram o comportamento do setor agrícola, e de alguns dos seus subsectores, durante e em consequência do período da pandemia,

nomeadamente do período entre 2020 e 2022. Os textos “Apesar de nunca ter parado, a agricultura portuguesa sofreu em 2020 uma quebra significativa no seu produto agrícola bruto”, ou “No conjunto dos dois anos em pandemia, a agricultura portuguesa teve um comportamento económico muito positivo” são bons exemplos desta análise.

Em terceiro lugar, a análise detalhada dos impactos da “nova” PAC em alguns dos setores e explorações-tipo mais representativas da agricultura nacional, disponibilizando informação rigorosa e sustentação para que os agentes políticos e os representantes desses setores, se o quisessem, pudessem progredir na melhoria das medidas de política que estavam em cima da mesa. Os textos dos capítulos 15 a 18 focam-se exatamente na avaliação ex-ante dos impactos das políticas propostas, em diferentes cenários de aplicação.

Em quarto lugar, a reflexão sobre as questões da sustentabilidade em torno da agricultura nacional, como é o caso dos textos “A agricultura portuguesa: como promover a sua sustentabilidade climática e ambiental”, “A agricultura biológica: mitos e realidade” ou “Será que se justifica o elevado grau de prioridade atribuído à agricultura biológica no contexto do PEPAC?”.

Termino, agradecendo ao Professor mais esta colectânea. Este agradecimento permite-me juntar o primeiro texto (capítulo 3) e o último texto (capítulo 19), cuja leitura nos deixa com a certeza de que o passado, com todos os desafios que encerrou, valeu a pena (“A evolução económica da agricultura portuguesa nas últimas seis décadas”), e de que o futuro, por mais incerto que se apresente, tem caminhos que valerá certamente a pena percorrer (“A agricultura portuguesa: caminhos para um crescimento sustentável”).

Francisco Gomes da Silva

I.

Introdução

Em Dezembro próximo fará quatro anos que foi publicada uma colectânea de textos escritos por mim, entre 2015 e 2020, numa edição da responsabilidade da AGROGES, que já havia tido uma iniciativa semelhante em 2016, ao publicar uma primeira colectânea de textos meus escritos entre 1985 e 2016.

Os textos que agora integram esta terceira colectânea foram escritos, desde 2020 até aos nossos dias, no contexto da minha actividade profissional de Coordenador Científico da AGROGES que, em Novembro próximo, completa os seus 35 anos de vida.

Na organização desta colectânea, que será certamente a última cuja publicação irei realizar, optei por abordar separadamente diferentes temas, independentemente da sua sucessão cronológica.

O primeiro texto, intitulado “O meu percurso: de agrónomo a agroeconomista” foi escrito de propósito para esta publicação e pretende ser uma narrativa da minha carreira profissional, desde o ano de 1969, em que iniciei o meu estágio da licenciatura em engenharia agrónoma, até aos nossos dias, no qual descrevo o essencial da minha carreira de docente universitário, de investigador e de consultor na área da economia agrícola.

O segundo texto, intitulado “Evolução económica da agricultura portuguesa nas últimas seis décadas”, publicado *online* na secção “Artigos técnicos” do site da AGROGES, foi escrito a propósito da celebração dos 50 anos do 25 de Abril e constitui uma primeira contribuição para um texto mais desenvolvido que estou a preparar para a comemoração, em Novembro próximo, dos 35 anos da AGROGES.



Os quatro textos que se seguem abordam a problemática da evolução económica da agricultura portuguesa nas últimas três décadas.

O primeiro deles, intitulado "Competitividade e crescimentos agrícolas em Portugal nas últimas décadas e desafios para o futuro", foi publicado no contexto de um livro editado pelo ISCTE, em 2022, com o nome de "71 vozes pela competitividade. É obrigatório crescer".

Os outros três foram escritos, em co-autoria com a Manuela Nina Jorge, em 2023 e 2024, e constituem uma contribuição para a análise do desempenho económico do sector agrícola português na última década, cuja publicação foi realizada no Agroportal e foram intitulados:

- "Foi durante os anos da Troika que as explorações agrícolas portuguesas tiveram o

melhor desempenho económico nas últimas três décadas";

- "As explorações agrícolas do Sul de Portugal Continental foram aquelas que melhor desempenho económico tiveram na última década" e
- "O crescimento da produção vegetal foi um dos principais factores determinantes do melhor desempenho económico do sector agrícola português na última década".

O comportamento económico da agricultura portuguesa em consequência da pandemia, é o tema central dos três seguintes textos que, tendo sido publicados no Agroportal entre inícios de 2021 e de 2022, foram por mim intitulados:

- "Apesar de nunca ter parado, a agricultura portuguesa sofreu em 2020 uma quebra significativa no seu produto agrícola bruto";

- "No conjunto dos dois anos em pandemia, a agricultura portuguesa teve um comportamento económico muito positivo" e
- "O poder de compra médio dos agricultores portugueses teve uma queda muito significativa em 2022".

As relações entre a agricultura e o ambiente são o tema no contexto do qual se situam os quatro textos seguintes.

O primeiro foi publicado no final de 2022, na Revista Indústria e Ambiente, intitula-se "A agricultura portuguesa: como promover a sua sustentabilidade climática e ambiental", e descreve o contributo potencial das medidas que integram a Arquitetura Verde do PEPAC para a sustentabilidade futura da agricultura e do mundo rural português.

Dois dos outros textos, que foram publicados, respectivamente, em 2021 e em 2023, debruçam-se sobre a agricultura biológica, chamando a atenção para os equívocos que lhe estão associados e a forma como este modo de produção é apoiado no contexto do PEPAC 2023-27, os quais foram intitulados:

- "A agricultura biológica: mitos e realidade" e
- "Será que se justifica o elevado grau de prioridade atribuído à agricultura biológica no contexto do PEPAC?"

O quarto deste conjunto de textos foi publicado em 2020, na Revista Cultivar do GPP tem como principal objectivo chamar a atenção para os contributos dos sistemas agroflorestais do ponto de vista produtivo, ambiental e social, e intitula-se "Sistemas agroflorestais de Portugal Continental".

O impacto do PEPAC sobre os apoios directos aos rendimentos dos produtores agrícolas

portugueses constituiu o tema central dos seguintes quatro textos desta colectânea, os quais, tendo sido publicados durante o ano de 2023, foram escritos em co-autoria com o Gonçalo Vale, no âmbito da Agroglobal, e intitulam-se:

- "Apoios directos ao rendimento dos produtores de leite de bovinos no contexto do PEPAC";
- "Análise do impacto do PEPAC sobre os apoios directos aos rendimentos dos produtores de milho grão em Portugal Continental";
- "Análise do impacto do PEPAC sobre os apoios directos aos rendimentos dos produtores de cereais de Outono/Inverno em Portugal Continental" e
- "Análise do impacto do PEPAC sobre os apoios directos aos rendimentos dos produtores de bovinos de carne em Portugal Continental".

O último texto desta colectânea, intitulado "A agricultura portuguesa: caminhos para um crescimento sustentável", foi publicado no site da AGROGES em Maio de 2022 e integrado, mais tarde, como um capítulo do livro "Ambição: duplicar o PIB em vinte anos", editado pela Almedina em Agosto desse mesmo ano, no contexto dos 50 anos da SEDES.

Por último, organizei uma lista dos principais livros, artigos e capítulos de livros, em que fui autor e co-autor, ao longo deste mais de meio século da minha carreira profissional.

Finalmente, queria agradecer todo o apoio que tenho recebido da equipa da AGROGES, nesta ponta final da minha carreira profissional e, em especial, à Filipa que ao longo de todos estes anos tem transformado em documentos legíveis, textos que de outro modo não passariam de manuscritos quase impossíveis de ler.



2.

O meu percurso: de agrónomo a agroeconomista

Faz este ano 55 anos que iniciei a minha actividade profissional como estagiário na Associação de Regantes do Vale do Sorraia, então presidida por o, agora meu grande amigo, António Alberto Gonçalves Ferreira, cuja Direcção e equipa técnica muito me ajudaram no início da minha carreira profissional.

O tema do meu estágio, que foi orientado pelo Professor Fernando Estácio que, até à sua morte, foi sempre uma figura central da minha vida pessoal e profissional, constou de uma caracterização técnico-económica das actividades produtivas e das explorações agrícolas do Vale do Sorraia em geral e da Várzea de Samora em particular.

A informação então recolhida foi mais tarde utilizada:

- na elaboração de um texto, em co-autoria com o Presidente da Associação, intitulado

“11 Anos de Vida e uma Obra de Rega: sua evolução para Obra de Formato Hidroagrícola”, que foi apresentada no Colóquio sobre o Desenvolvimento da Bacia Hidrográfica do Tejo, realizado em Santarém, em Junho de 1970;

- num estudo de programação linear que, sob o título “Un modèle d’Exploitation Irrigué au Portugal”, foi apresentado na prova final do curso de pós-graduação em Economie du Développement Rural que frequentei, no ano lectivo 1970/71, no Institut Agronomique Méditerranéen de Montpellier du Centre des Hautes Études Méditerranéennes.

Uma vez concluída “*Cum Maxima Laude*” a referida pós-graduação, regressei a Portugal onde fui integrado como técnico no Gabinete de Estudos de Economia da Direcção Geral dos Serviços Agrícolas (de Julho de 1971 a Março de 1972), tendo nesta qualidade feito parte



do Grupo de Trabalho para os Estudos de Planeamento Económico-Social-Agrário dos Grandes Aproveitamentos Hidroagrícolas, a convite do Eng.º Joaquim Gusmão, Presidente da Junta de Hidráulica Agrícola (JHA), outra importante referência da minha carreira.

Fui, neste contexto, responsável pela elaboração e análise de um conjunto de modelos de programação linear para explorações agropecuárias, o qual veio a constituir a maior parte do estudo, mais tarde publicado em nome da JHA, com o título de "Desenvolvimento pecuário do Aproveitamento do Mira".

Desde Março de 1972 até Maio de 1975, fui Assistente dos Cursos de Agronomia e Silvicultura da Universidade de Luanda, tendo tido a meu cargo a regência das disciplinas de Economia Rural (anos lectivos de 1972/73, 1973/74 e 1974/75), História da Agricultura e Sociologia Rural (ano lectivo 1973/74) e Administração e Contabilidade (ano lectivo 1974/75).

Durante este período, procedi à elaboração de um texto de apoio intitulado: "Lições de Economia Rural: Introdução ao Estudo da Agricultura dita Tradicional" que, apesar do interesse então manifestado por vários colegas e alunos, nunca chegou a ser publicado, hipótese que estou actualmente a encarar, incentivado pelo meu colega e muito amigo Fernando Oliveira Baptista.

Regressado a Lisboa, fui integrado na JHA aonde fui encarregue, de Maio de 1975 a Março de 1976, de orientar e realizar, em equipa, o estudo de viabilidade do projecto do Vale do Mondego, cujo relatório final foi publicado em Dezembro de 1975, em nome da JHA, com o título "Aproveitamento Hidroagrícola do Mondego, Aspectos técnicos e económico-sociais".

Entre Março de 1976 e Janeiro de 1977, integrei o Centro de Estudos e Planeamento (CEP) do Ministério do Plano, então presidido pelo Dr. João Salgueiro, tendo participado no lançamento do Núcleo de Avaliação de Projectos criado pelo Departamento Central de Planeamento (DCP), por iniciativa da Professora Manuela Silva, então Secretária de Estado do Planeamento.

Foi durante este período que concorri com sucesso ao lugar de Assistente do 10.º Grupo de Disciplinas do Instituto Superior de Agronomia (ISA) da Universidade Técnica de Lisboa (UTL), tendo sido responsável pela regência da disciplina de Economia Rural nos anos lectivos de 1976/77 e 1979/80.

No ano de 1977 tive a oportunidade de desenvolver actividade de consultoria no âmbito da Direcção de Planeamento do Ministério da Agricultura (então presidida pelo meu colega e querido amigo Fernando Gomes da Silva) e da Hidrotécnica Portuguesa (HP).

Nesse ano, colaborei activamente no acompanhamento dos projectos hidroagrícolas propostos para financiamento pelo BEI, na elaboração do Plano de Médio Prazo para a Agricultura, no Projecto da Beterraba e no Grupo de Trabalho responsável pela coordenação dos Projectos de Reabilitação do Roxo, Caia e Idanha,

Enquanto consultor da HP, fiz parte da equipa responsável pelo Estudo de Viabilidade do Projecto de Defesa Contra as Cheias e Enxugo do Vale do Sorraia, tendo sido responsável pela elaboração do relatório publicado em nome da HP com o título "Avaliação Agro-económica".

Durante os anos lectivos de 1980/81 e 1981/82 fui bolseiro do Centro de Estudos de Economia

Agrária (CEEA) do Instituto Gulbenkian da Ciência (IGC), aonde sob a orientação do Professor Fernando Estácio procedi à preparação da minha tese de doutoramento, que defendi em Dezembro de 1982, sob o título "Avaliação de Projectos de Desenvolvimento Agrícolas e Rural do ponto de vista da colectividade", a qual foi, dois anos mais tarde, publicada pelo CEEA do IGC, com o mesmo título.

Durante esse período fui responsável pela docência:

- de quatro cursos intensivos de pós-graduação sobre a "Avaliação de Projectos Agrícolas" organizados pelo Departamento de Ensino do IGC que decorreram nos anos 1979, 1980, 1981 e 1982, com a duração média de oito semanas cada;
- de três cursos intensivos (de uma semana cada) sobre a "Análise de Projectos Agrícolas" organizados, em 1981, pelo Gabinete de Planeamento do Ministério da Agricultura;
- de três seminários, em 1982, sobre as "Metodologias de Análise de Benefício-Custo" integrados no Curso de pós-graduação em Economia Agrária da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de S. Paulo (Brasil).

Entre o início dos anos 80 e meados dos anos 90 do século XX, decorreu um dos períodos mais intensos da minha actividade de docente, investigador, consultor e prestador de serviços à colectividade.

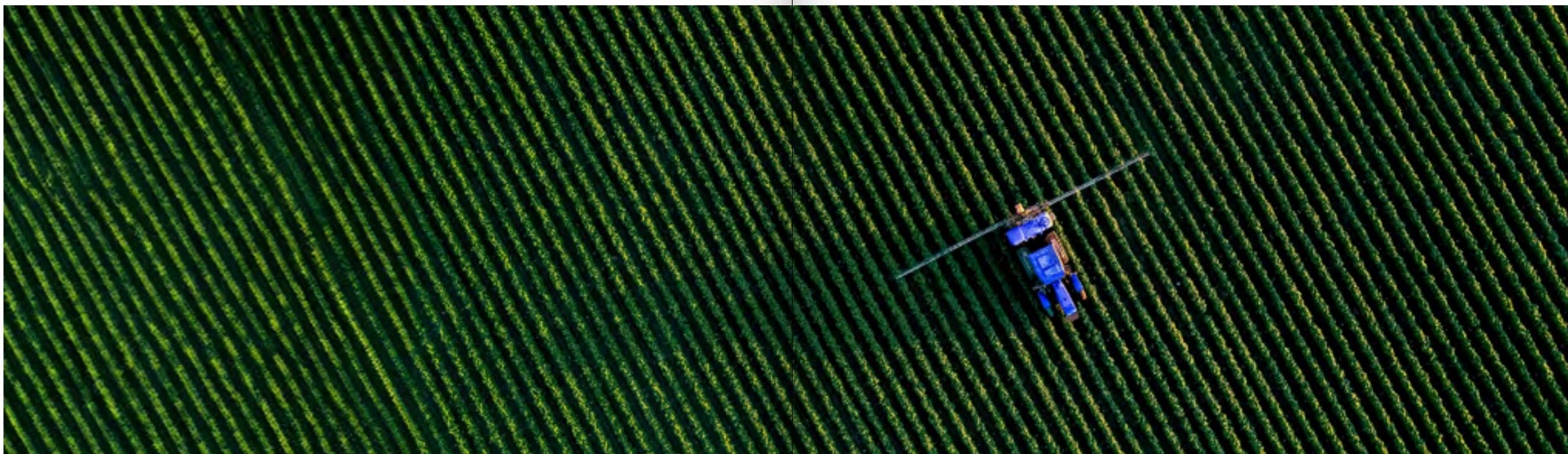
Assumi neste contexto uma enorme importância para o futuro desenvolvimento da minha carreira, o trabalho que, nos anos seguintes, fui desenvolvendo em colaboração com o Armando Sevinate Pinto, o Luís Albuquerque e o Luís

Frazão Gomes, cuja amizade e competência nunca esquecerei.

Esta nossa estreita colaboração iniciou-se com a realização de uma "Análise da Economia do Sector Agrícola Português" para o período 1976-80, que deu origem a um estudo publicado em 1982 pelo Instituto de Pesquisa Social Damião de Gois, que tinha então sido criado no âmbito da Presidência da República, por iniciativa do General Ramalho Eanes. Posteriormente, colaborámos num projecto da iniciativa do CEEA da FCG, liderado pelo Professor Fernando Estácio, com a realização de diferentes análises sobre a evolução económica da agricultura portuguesa entre 1960 e 1980. Destes trabalhos nasceu um livro, de que muito me orgulho, intitulado "A Agricultura Portuguesa no período 1950-1980" que foi publicado em 1984 pela Imprensa Nacional Casa da Moeda/Instituto de Estudos para o Desenvolvimento (IED). Por último, constituímos com outros técnicos o núcleo de orientação do Projecto de Estudos-base sobre o Impacto da Adesão à CEE e Fundamentação de uma Estratégia Nacional e de Transição para o Sector Agrícola (PIAFE), tendo nessa qualidade sido responsáveis pela elaboração de diferentes estudos e pareceres no contexto das negociações para a integração europeia, assim como na participação em inúmeras sessões públicas de divulgação dos desafios a enfrentar neste contexto.

Depois de concluídas as provas de doutoramento fui nomeado Professor Auxiliar do 10.º Grupo de disciplinas do ISA (Economia Rural e História da Agricultura e Sociologia Rural) que exerci até 1986, ano em que concorri com sucesso para o cargo de Professor Associado desse mesmo grupo.





No início de 1993 fiz as provas de Agregação no ISA/UTL, que mereceram a aprovação por unanimidade, para no final desse mesmo ano ter ganho o concurso para Professor Catedrático, cargo que assumi até à minha aposentação, em 2008, tendo sido, no final desse ano, nomeado Professor Emérito.

Foram numerosas as disciplinas de que fui, durante estes anos, responsável no âmbito quer da licenciatura, quer de pós-graduação e mestrados, dentro e fora do ISA, intituladas: Economia Rural, Planeamento da Agricultura, Economia e Políticas Agrícolas, Análise das Políticas Agrícolas, Análise de Programas e Projectos Agrícolas e Economia do Ambiente e dos Recursos Naturais.

Durante este período fui, ainda, responsável pela regência de vários outros cursos, dos quais importa destacar:

- a disciplina de "Economia" da licenciatura da Faculdade de Medicina Veterinária (do início dos anos 90 até ao ano lectivo de 1999/2000);
- os diferentes cursos sobre a PAC e os Fundos Estruturais Agrícolas integrados nos cursos de Economia Europeia do Departamento de Integração Europeia do Instituto Nacional de Administração (INA) (nos anos de 1986 a 1992);
- o curso de "Análise Quantitativa das Políticas Agrícolas" do Mestrado em Planeamento e Políticas de Desenvolvimento Agrícola e Rural da Universidade Rural Federal do Rio de Janeiro (Agosto de 1993);
- os seis seminários (com duração de duas semanas cada um), intitulados "Analyse de la Politique du Secteur Agricole" organizados pelo Institut de Développement Économique (IDE) de la Banque Mondiale,

realizados na Costa do Marfim, Benim, Mali, Níger e Guiné, durante os anos de 1994 e 1995;

- a disciplina de "Evaluation of Public Policies" do mestrado em European Studies, do Instituto de Estudos Europeus de Macau, realizado, com a duração de duas semanas cada um (nos anos de 1998 e 1999);
- os dois seminários em que participei, no ano de 1990, no âmbito do mestrado de Planeamento Urbano e Regional da UTL e do Mestrado de Economia e Sociologia Agrárias da Universidade de Córdoba.

Importa, neste contexto, destacar a minha colaboração em diferentes disciplinas nos cursos de Mestrado no Food Research Institute da Stanford University, na minha qualidade de Visiting Professor, no ano lectivo 1994/95, com uma bolsa da Fundação Luso-Americana.

Quero, ainda, realçar a docência da disciplina de "Política Agrícola" no Mestrado de "Economia e Estudos Europeus" do ISEG/UTL durante diversos anos lectivos, no início dos anos 2000.

A minha actividade de docente do ISA foi muito enriquecida pela oportunidade que tive de ser orientador de estágios de fim de licenciatura, que abrangeram, entre 1985 e 1992, um número de mais de uma centena e meia de alunos da licenciatura de Engenharia Agrónoma em geral e da especialidade de Economia agrária em particular, assim como, das várias teses de mestrado e doutoramento e provas de Agregação de que fui orientador e/ou arguente.

Durante o período de preparação da minha tese de doutoramento, a minha actividade de investigação foi orientada maioritariamente para



as metodologias de avaliação de projectos do ponto de vista da colectividade.

A partir de 1983, o foco central da minha actividade de investigação passou a ser o da análise das políticas agrícolas em geral e da Política Agrícola Comum em particular, que muito beneficiou da minha integração em equipas de investigação das Universidades do Arizona e de Stanford.

Em 1983 fui integrado, a convite do Professor Jimmie Hilman da Universidade do Arizona, no "Policy and Economic Studies Team" do Projecto PROCALFER, de que faziam parte os Professores Scott Pearson, Eric Monke, Tim Finan, Dennis Cory e Tim Josling.

O relatório final deste projecto, financiado pelo USAID, foi entregue em Maio de 1985 com o título "EC Accession and the Changing Profitability of Portuguese Agriculture", relatório este que deu origem, em 1987, a um livro, de que sou co-autor, editado pela Cornell University Press com o título "Portuguese Agriculture in Transition".

Em 1987, constituí e coordenei uma equipa de docentes e técnicos do Departamento de Economia Agrária e Sociologia Rural do ISA com o apoio de consultores da Universidade de Stanford (Prof. Scott Pearson) e do Arizona (Prof. Eric Monke e Dennis Cory), que foi responsável pela realização de um projecto intitulado "Política Fundiária e Transformação da AgriculturaW do Noroeste de Portugal" financiado pela Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD).

O respectivo relatório final foi entregue à FLAD em Setembro de 1989 com o título "Government Policy and the Development

of Small-Farm Agriculture in Northwest Portugal" e que deu origem a um livro, editado em 1993 pela Cornell University Press, intitulado "Structural Change Small Farm Agricultural in Northwest Portugal".

No final de 1989, por iniciativa do Manuel Medeiros, colega, muito amigo e, a partir daí, sócio, foi criada a AGROGES, Sociedade de Estudos e Projectos, cuja actividade de consultoria na área da economia agrária em muito enriqueceu a minha carreira profissional. A todos aqueles colegas, ex-alunos e, a partir daí, sócios e colaboradores que, desde então, tornaram possível a evolução daquela que é, sem dúvida alguma, a empresa de referência portuguesa neste sector, muito fiquei a dever do meu conhecimento técnico-científico sobre a agricultura e o mundo rural português. A todos eles o meu muito obrigado.

Muitos foram os trabalhos que coordenei e em que participei no contexto das actividades da AGROGES, que deram origem a inúmeros relatórios, artigos e comunicações de que fui co-autor, com especial relevo para o período que vem de 2008 até aos nossos dias.

No final de 1990, fui responsável pela coordenação de uma equipa composta por elementos do Departamento de Economia Agrária e Sociologia Rural do ISA e da AGROGES que procedeu à realização de um "Estudo Sectorial/Regional de Base Microeconómica da Agricultura Portuguesa" para o Ministério da Agricultura. Este projecto, que teve a duração de três anos, foi baseado na aplicação da metodologia da Policy Analysis Matris (PAM) às explorações da RICA mais representativas das diferentes regiões de Portugal Continental e deu origem a um relatório final,



entregue no final de 1993, com o mesmo título do respectivo estudo.

Entre 1991 e 1994, coordenei um projecto financiado pela CE e constituído por uma equipa de investigadores do ISA e das Universidades de Portici (Nápoles) e delle Tuscia (Viterbo) e com o apoio dos Professores Scott Pearson (Stanford) e Eric Monke (Arizon). Este projecto, intitulado "Policies for Structural Change of Small Farm Agriculture in Italy and Portugal", cujo relatório final, entregue à Direcção Geral de Agricultura da Comissão das Comunidades Europeias em 1995, deu origem a um livro, editado em 1998 pela Ashgate, de que fui co-autor e que foi intitulado "Small Farm in Agriculture in Southern Europe: CAP Reform and Structural change".

O projecto "CAPMEDIT – The CAP Reform and the Development of Mediterranean Agriculture", financiado pela CE, foi desenvolvido a partir de 1997 por uma equipa, por mim coordenada, que integrou investigadores do ISA/UTL e das Universidades de della Tuscia, Nápoles, Cardova e Valencia e deu origem a um relatório final, entregue em Abril de 2000, com o título do respectivo projecto.

Importa, ainda, sublinhar que para além destes projectos de investigação em que participei na minha qualidade de membro do Departamento de Economia Agrária e Sociologia Rural do ISA/UTL, outros houve em que participei a título individual, nomeadamente:

- o projecto liderado pelo Professor Fernando Estácio, no âmbito do CEEA da FCG sobre "A evolução das Políticas Macroeconómicas e do Sector Agrícola em Portugal no período 1960-80" em que contribuí com um artigo sobre a problemática das

relações entre a "Inflação e a Agricultura em Portugal";

- o projecto liderado pela Prof. Anne O. Krueger, à época Vice-Presidente do Banco Mundial, que envolveu investigadores de duas dezenas de países que, sob o patrocínio do Banco Mundial, desenvolveram, durante dois anos, um "Comparative Study of Political Economy of Agricultural Pricing Policies" no contexto do qual elaborei, em colaboração com os Professores Timothy Josling (Stanford U.) e Timothy Finan (Arizon U.) um estudo sobre a evolução das políticas de preços agrícolas em Portugal no período 1960-84, que foi publicado como capítulo 5 do livro "The Political Economy of Agricultural Pricing Policy", publicado em 1991, pela Cornell University Press, para além de três volumes de um relatório final de título idêntico dedicado à agricultura portuguesa;
- dois projectos de investigação iniciados em 1989 no Quénia, aonde me desloquei cinco vezes em estadias de 2-3 semanas na qualidade de investigador principal de uma equipa constituída pelas Universidade de Egerton (Njovo, Quénia), de Stanford e do Arizona. Estes dois projectos intitulados "Research and Training in Agricultural Policy Analysis Project" (1988-90) e "Policy Analysis Matrix. Kenia Marketing Development Programme" (1991-94), deram origem a um livro, publicado em 1996, pela Cornell University Press intitulado "Agricultural Growth in Kenia-Applications of the Policy Analysis Matrix", de que fui co-autor de um dos capítulos, intitulado "Policies Affecting current Agricultural Incentives";
- um projecto, por mim coordenado realizado pela AGROGES para a Direcção Geral do Desenvolvimento (DG VIII) da Comissão Europeia, que foi intitulado "Estudo para



o estabelecimento de uma Estratégia Global para a Segurança Alimentar em Moçambique”, cujo relatório final foi entregue em Março de 1996.

Para além do enriquecimento das minhas funções no âmbito do ensino e investigação, as actividades desenvolvidas constituíram, também, um reforço junto da comunidade científica nacional da imagem do Departamento de Economia Agrária e Sociologia Rural (DEASR) do Instituto Superior de Agronomia, já que foi sempre na qualidade de seu membro que assumi os diferentes tipos de actividade que a seguir se apresentam e que dizem respeito, maioritariamente, ao período de 1982 a 1992. A todos os meus colegas do DAESR, com especial destaque para o Fernando Oliveira Baptista, o Raul Jorge e o Francisco Gomes da Silva, devo muito do trabalho que então desenvolvi e que muito enriqueceu a minha carreira profissional.

A consciência de que o ensino e a investigação na área da análise dos efeitos das políticas agrícolas, implica um envolvimento activo no apoio à fundamentação de decisões e na divulgação do significado e potencial efeito dos diferentes tipos de medidas de políticas agrícolas, levou-me, após a conclusão do meu doutoramento, a dedicar uma parte significativa do meu tempo disponível como:

- colaborador, quer na Comissão Europeia, quer no Ministério da Agricultura, quer da Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP);
- consultor de diferentes entidades públicas e privadas;
- orador em inúmeras conferências, colóquios e seminários orientados para técnicos e empresários agrícolas e agroindustriais.

Fui contratado pela Commission des Communautés Européennes em Junho de 1982, para a elaboração de um conjunto de estudos entregues no final de 1983, e integrados num relatório final com o título “Une appréciation des mesures communes pour la réforme structurelle de l’agriculture au Portugal, suivant l’adhésion de ce pays à la Communauté européenne”.

Fui consultor da DAIAP do Banco Pinto & Sotto Mayor tendo, nesta qualidade, colaborado na organização e participado em acções de formação no âmbito da Análise de Investimentos Agrícolas e da Política Agrícola Comum (PAC) e na elaboração e divulgação de estudos e informação sobre a PAC e as suas consequências sobre a Agricultura Portuguesa.

Fui colaborador do Instituto Humanismo e Desenvolvimento (IHD) no âmbito do Projecto Vocações e Oportunidades da Economia portuguesa, tendo elaborado para o efeito um documento intitulado “A agricultura portuguesa – Características actuais e perspectivas de desenvolvimento”.

Fui colaborador do Instituto de Estudos de Desenvolvimento (IED), no âmbito de diversos estudos sobre a Economia Portuguesa, tendo sido responsável pela coordenação e elaboração de diversos documentos relativos à evolução histórica, situação actual e perspectivas de evolução da agricultura portuguesa.

Fui consultor da Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP) tendo, nesta qualidade, sido responsável desde 1989 pela constituição, formação e acompanhamento da equipa técnica da CAP, e participado na elaboração de diversos pareceres que serviram de base à Direcção da CAP para fundamentar as suas posições



face, nomeadamente, às negociações referentes à 2.ª etapa do período de transição, ao GATT e à reforma da PAC e, ainda, como “Perito Geral” nas reuniões do COPA em Bruxelas.

Fui contratado pela Direcção Geral de Planeamento e Agricultura do Ministério da Agricultura para a coordenação e elaboração de trabalhos no âmbito das metodologias de alocação de fundos e de análise de projectos de investimento na exploração agrícola, no âmbito do PEDAP.

Fui consultor de diferentes entidades privadas EGF, HP, Prosistemas, SUCRAL, Companhia das Lezírias, Hidroprojecto, no âmbito das quais fui responsável quer pela elaboração de pareceres técnicos quer pela colaboração na análise de projectos de investimento, dos quais importa realçar:

- Estudo sobre a dimensão média de explorações agrícolas a instalar na Lezíria Grande de Vila Franca de Xira (Dezembro 1990);
- Parecer sobre o Projecto fabril de Transformação de Beterraba (Julho 1991);
- Avaliação da Componente Hidroagrícola do Projecto de Alqueva (quer numa primeira versão em 1990, quer no estudo final, em 1992);
- Avaliação de diversos projectos de pequenos regadios no âmbito do PEPAP.
- Entre 2011 e 2017, exerci o cargo de presidente da Associação de Refinadores de Açúcar Portugueses (ARAP), com a função de acompanhamento da evolução da PAC.
- Fui convidado, durante este período, para participar em dezenas de acções de divulgação das principais medidas de política agrícola em discussão ou implementação, e das suas principais implicações no futuro da agricultura Portuguesa, as quais se realizaram

um pouco por todo o País e que foram organizadas, quer pelas Direcções Regionais do Ministério da Agricultura, quer por Associações de Agricultores, ligadas ou não à CAP, quer por empresas privadas responsáveis pelo fornecimento de factores intermédios, máquinas e equipamentos agrícolas, ou serviços à agricultura portuguesa.

As comunicações publicadas e não publicadas por mim apresentadas nas reuniões técnico-científicas em causa, constam da lista dos textos de que fui autor, apresentada no último capítulo desta colectânea.

Até 2008, tais actividades foram desenvolvidas na minha qualidade de docente do ISA, UTL, situação que se alterou desde então com a minha dedicação a tempo inteiro à AGROGES, de que fui sócio fundador em Outubro de 1989 e de que sou Coordenador Científico desde o ano em que me aposentei do ISA. Tal facto, não me coibiu, no entanto, de associar a minha qualidade de Professor Catedrático Emérito a muitas das minhas intervenções públicas destes últimos anos, mesmo quando elas foram feitas na minha qualidade de membro da equipa da AGROGES.

Após 2008 foram inúmeros os estudos em que participei, no âmbito das actividades de consultoria da AGROGES, dos quais destacarei apenas alguns, por ordem cronológica da entrega dos respectivos relatórios finais.

- O “Estudo de Avaliação do Impacto socioeconómico da componente hidroagrícola de Alqueva”, realizado para a EDIA e entregue em Abril 2004;
- O “Estudo do impacto sobre as explorações agrícolas da nova concepção do sistema de



- rega de Alqueva" elaborado para a EDIA e entregue em Julho 2005;
- Um estudo sobre a "Evolução futura da agricultura de regadio dos aproveitamentos hidroagrícolas integrados na Federação Nacional das Associações de Regantes (FENAREG)", elaborado no âmbito do Projecto "Água Fonte de Vida" para a FENAREG, em Novembro 2006;
 - A "Análise da intensidade carbónica do ciclo de vida do Bioetanol de 1.ª Geração: o caso da Ethagal – Biocombustíveis de Portugal", estudo do ano de 2008 realizado pela AGROGES para um consórcio liderado pela SAPEC;
 - O "Estudo de avaliação (ex-post) do Plano de Desenvolvimento Rural de Portugal Continental – RURIS" realizado pela AGROGES para a Autoridade de Gestão do PRODER e entregue no início de 2009;
 - Uma contribuição para o "Plano Regional de Ordenamento do Território (PROT) das sub-regiões da Área Metropolitana de Lisboa", entregue à CCDR-AML em Abril de 2009;
 - Um estudo intitulado "Perspectivas de evolução do mercado português de fertilizantes", realizado pela AGROGES para a ANPIFERT e entregue em Abril de 2009;
 - A elaboração das componentes agrícolas do "Plano de gestão das bacias hidrográficas integradas nas Regiões Hidrográficas RH6 e RH7", realizado para a Administração da Região Hidrográfica do Alentejo, em 2009, e do "Plano de gestão das bacias hidrográficas integradas na Região Hidrográfica RH8" realizado para a Administração da Região Hidrográfica do Algarve, em 2010;
 - A análise do "impacto sobre os diferentes tipos de agricultura portuguesa decorrentes da Reforma da PAC pós-2013", realizada pela AGROGES para o GPP do Ministério da Agricultura e entregue no final de 2011;
 - A "Avaliação do impacto da Reforma da PAC pós-2013 nos produtores de tomate da TORRIBA", realizado em 2011, pela AGROGES para a TORRIBA (OP);
 - O "Cálculo da Pegada de Carbono dos Vinhos e dos Azeites da Fundação Eugénio de Almeida", concluído e entregue em 2012 à FEA;
 - O "Estudo sobre a fileira do tomate para indústria no contexto da reforma da PAC pós-2013", realizado em 2013, para a Associação Nacional dos Industriais de Tomate;
 - A "Análise do impacto da PAC pós-2013 sobre a agricultura do Distrito de Portalegre", entregue em 2013 pela AGROGES à Associação dos Agricultores do Distrito de Portalegre;
 - Um estudo intitulado "Promoção da actividade resinera em Portugal continental", concluído e entregue pela AGROGES à PROSECAR no início de 2013. Tratou-se de um estudo que constituiu um desenvolvimento de um outro estudo, entregue em 2011, intitulado "Avaliação Económica da Extracção de Resina";
 - As componentes Agricultura, Floresta e Uso dos solos para o "Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 – Estratégia de longo prazo para a neutralidade carbónica da economia portuguesa em 2050", entregue em 2019, à APA, estando em curso a respectiva revisão no contexto do PNEC;
 - A elaboração dos Planos Estratégicos para as Fileiras do Leite e da Carne de Bovinos dos Açores, para o Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas (IAMA) em Dezembro 2021;
 - A "Avaliação ex-ante do PEPAC 2021-2027", entregue em 2022 ao GPP;



- A elaboração, em 2023, do “Livro de comemoração dos 50 anos do perímetro de rega do Mira”, para a Associação de Beneficiários do Mira (para publicação).

Foram muitos aqueles que mais directamente colaboraram comigo nestes 35 anos de vida da AGROGES, cuja amizade, competência e capacidade de trabalho não queria deixar de realçar, com especial destaque para aqueles que actualmente constituem o núcleo de sócios trabalhadores: Manuela Nina Jorge, Francisco Gomes da Silva, Carlos Pedro Trindade, Pedro Serrano, Francisco

Campello, Miguel Vieira Lopes e Nélia Aires. Para eles e todos os restantes, de cujo o trabalho o futuro da AGROGES irá depender, o meu muito obrigado.

Para concluir, gostaria de sublinhar que:

- fiz parte de todas as Comissões de Acompanhamento da Reforma da PAC que foram sendo nomeadas pelos diferentes Ministros da Agricultura;
- fui condecorado, em 2004, pelo Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio, com a Grã-Cruz da Ordem da Instrução Pública;



- fui homenageado, em 2009, pela ANPROMIS, e em 2010 pela APDEA;
- recebi o Prémio Agricultura 2012, concedido pelo Continente e Correio da Manhã, na categoria Prémio de Carreira desse ano;
- recebi, em 2016, o Prémio Personalidade Armando Sevinate Pinto, concedido pela Vida Rural.

Faço actualmente parte do núcleo fundador do Projecto Tejo – Associação para a Promoção do Desenvolvimento Sustentável do Tejo, tendo sido convidado pela respectiva Direcção para presidir o seu Conselho Estratégico. Trata-se de

uma iniciativa dos meus muito amigos Manuel e Miguel Campilho e Jorge Froes, a que atribuo uma importância estratégica para o futuro da agricultura e do mundo rural português em geral e da região do Ribatejo e Oeste em particular.

Tendo frequentado o ensino primário no Vale de Santarém e o Secundário em Santarém, e tendo casado em Valada do Ribatejo, um futuro saudável para o Tejo, será sempre um objectivo para cuja concretização gostaria muito de poder ainda vir a contribuir.



3.

A evolução económica da agricultura portuguesa nas últimas seis décadas

AVILLEZ, Francisco, in www.agroges.pt . Maio 2024

INTRODUÇÃO

Desde o final dos anos 70 do século XX quando iniciei a minha carreira de docente na área de economia agrária do ISA, da então UTL, que dediquei grande parte da minha investigação à análise do comportamento económico do sector agrícola nacional.

São testemunha disso os inúmeros artigos e a meia dúzia de livros, de que fui autor ou co-autor, que foram sendo publicados desde 1982 até 2024.

O que é comum, no essencial, à maioria destes textos é a análise das principais relações entre a evolução produtiva, tecnológica e sócio-estrutural da agricultura portuguesa com o comportamento da economia nacional e a evolução dos mercados e das políticas agrícolas, com especial relevo para a PAC.

Analisando, a propósito das celebrações dos 50 anos do 25 de Abril, a evolução económica da agricultura portuguesa ao longo dos sessenta anos que vão desde a década imediatamente anterior ao 25 de Abril de 1974, até aos nossos dias, irei procurar responder às seguintes questões.

- **Como evoluiu a produção agrícola nacional desde a década anterior ao 25 de Abril de 1974?**
- **Que comportamento tiveram os diferentes factores de produção agrícola no período em análise?**
- **Que alterações estruturais caracterizaram a evolução das explorações agrícolas portuguesas ao longo do período em causa?**
- **Como evoluiu o desempenho económico do sector agrícola português?**



Para o efeito, recorri à informação disponível do INE relativa aos Recenseamentos Agrícolas (1989, 1999, 2009 e 2019) e aos Inquéritos às Estruturas Agrícolas (1993, 1995, 1997, 2003, 2005, 2007, 2013 e 2016) e às Contas Económicas da Agricultura (1980 a 2023), assim como, para o período anterior a 1980, à base de dados do Economic Research Service do USDA para o período 1961 a 2020.

FASES DE EVOLUÇÃO DA AGRICULTURA PORTUGUESA NAS ÚLTIMAS SEIS DÉCADAS

São seis as diferentes fases em que me proponho proceder à análise da evolução económica da agricultura portuguesa nas últimas seis décadas, cuja periodização e aspectos mais relevantes constam da tabela seguinte.

FASES	ASPECTOS MAIS RELEVANTES
1.ª Fase De meados dos anos 60 do século XX ao 25 de Abril de 1974 (entre os triénios "1962" e "1972")	<p>Esgotamento da função da agricultura de mero suporte do modelo de desenvolvimento industrial, iniciado após a II Guerra Mundial, com uma dificuldade crescente de contenção dos baixos preços dos produtos agrícolas.</p> <p>Aumento da procura de bens alimentares resultante do crescimento dos salários.</p> <p>Êxodo rural crescente que inviabilizou progressivamente o modelo de desenvolvimento baseado em salários baixos.</p> <p>Incapacidade crescente da oferta agrícola responder à procura interna de bens alimentares (sobretudo de origem animal) com uma crescente pressão inflacionista e um progressivo agravamento da balança comercial agrícola.</p>
2.ª Fase Do 25 de Abril de 1974 à Adesão de Portugal à CEE (entre os triénios "1972" e "1982")	<p>Profundas transformações político-institucionais que foram desencadeadas pela revolução de Abril, foram potenciadas pela crise económica mundial latente desde final dos anos 60 e muito agravadas após 1973.</p> <p>Enorme pressão exercida sobre a procura de bens alimentares, resultante do efeito conjunto da explosão salarial então ocorrida e do aumento da população residente decorrente do processo de descolonização, que agravou os efeitos inflacionistas e de dependência externa anteriormente observados.</p> <p>Crescente instabilidade nas estruturas empresariais agrícolas provocada pelo processo de Reforma Agrária, que foi responsável por uma enorme fragilização do tecido produtivo agrícola nacional, com a consequente dificuldade de oferta agrícola para responder às novas solicitações da procura.</p> <p>As medidas de política então adoptadas pelos sucessivos governos após Abril de 1974, ao procurarem conciliar os interesses dos produtores e consumidores de produtos agrícolas, conduziram na prática a um complexo sistema de preços e de subsídios aos produtos e aos factores muito pouco eficaz e com custos orçamentais crescentes.</p>



FASES	ASPECTOS MAIS RELEVANTES
	Os programas assinados entre Portugal e o FMI, em 1978 e 1983, obrigaram a um desmantelamento do sistema de subsídios aos factores de produção então em vigor com o consequente aumento da generalidade dos preços dos produtos agrícolas, o que constituiu uma dificuldade adicional à posterior aplicação em Portugal da PAC.
3.ª Fase Da Adesão à CEE à Reforma da PAC de 1992 (entre os triénios "1982" e "1992")	<p>Harmonização das políticas de preços e mercados agrícolas nacionais e comunitárias através de dois tipos de transições (etapas e clássica), com impacto negativo sobre a maioria dos preços dos produtos agrícolas.</p> <p>Aplicação de um Pacote Específico de Apoios à Agricultura Portuguesa (PEDAP) no montante de 700 milhões de Ecu de apoio estrutural.</p> <p>Integração da economia nacional no Mercado Único e no Sistema Monetário Europeu (SME).</p> <p>Resposta muito positiva dada pelos agricultores portugueses aos enormes desafios decorrentes da adesão com um impacto bastante mais favorável do que nas décadas anteriores sobre o seu desempenho económico.</p>
4.ª Fase Da Reforma da PAC de 1992 à Reforma da PAC de 2003 (entre os triénios "1992" e "2002")	<p>Desmantelamento parcial das medidas de suporte de preços de mercado, até então em vigor, com a consequente aproximação dos preços agrícolas da UE aos mundiais.</p> <p>Introdução de pagamentos directos aos produtores ligados à produção, por hectare da respectiva superfície cultivada ou por cabeça de animal elegível.</p> <p>Apoios estruturais e ambientais no âmbito do PAMAF (1994-1999) e do RURIS (2000-2006).</p> <p>Entrada de Portugal na Zona Euro com as enormes implicações daí decorrentes.</p> <p>Impacto bastante desfavorável sobre o desempenho produtivo e económico do sector agrícolas nacional provocado pelas profundas mudanças então sofridas pelos preços dos produtos agrícolas.</p>

FASES	ASPECTOS MAIS RELEVANTES
5.ª Fase Da Reforma da PAC de 2003 até à intervenção da Troika (entre os triénios "2002" e "2012")	Organização das medidas de política da PAC num 1.º Pilar financiado pelo FEAGA (medidas de preços e mercados e pagamentos directos aos produtores) e num 2.º Pilar financiado pelo FEADER (medidas de política de desenvolvimento rural).
	Continuação do processo de desmantelamento das medidas de suporte de preços de mercado com a consequente aproximação entre os preços da UE e mundiais.
	Desligamento quase total dos pagamentos directos aos produtores, dando origem aos pagamentos separados da produção, com a criação do regime de pagamento único.
	Reforço dos apoios de natureza ambiental (MAA), social (MZD) e de apoios aos investimentos, no contexto do PRODER (2007-13).
	Manutenção da tendência negativa do desempenho produtivo e económico da agricultura portuguesa.
6.ª Fase Da intervenção da Troika aos nossos dias (entre os triénios "2012" e "2022")	Reforma da PAC de 2013, com poucas alterações em relação à fase anterior,
	Fortes efeitos sociais e económicos decorrentes da intervenção da Troika entre 2011 e 2014, do confinamento da população portuguesa entre Março e Maio de 2020 motivada pelo COVID e da invasão da Ucrânia desde o início de 2021.
	Enorme resiliência demonstrada pela agricultura portuguesa face às sucessivas crises então vividas e a sua capacidade para responder do ponto de vista produtivo, tecnológico e estrutural aos desafios então enfrentados, da qual resultaram os mais favoráveis resultados económicos sectoriais e empresariais das últimas décadas (só comparáveis aos verificados na primeira década após a Adesão à CEE).

EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA NACIONAL

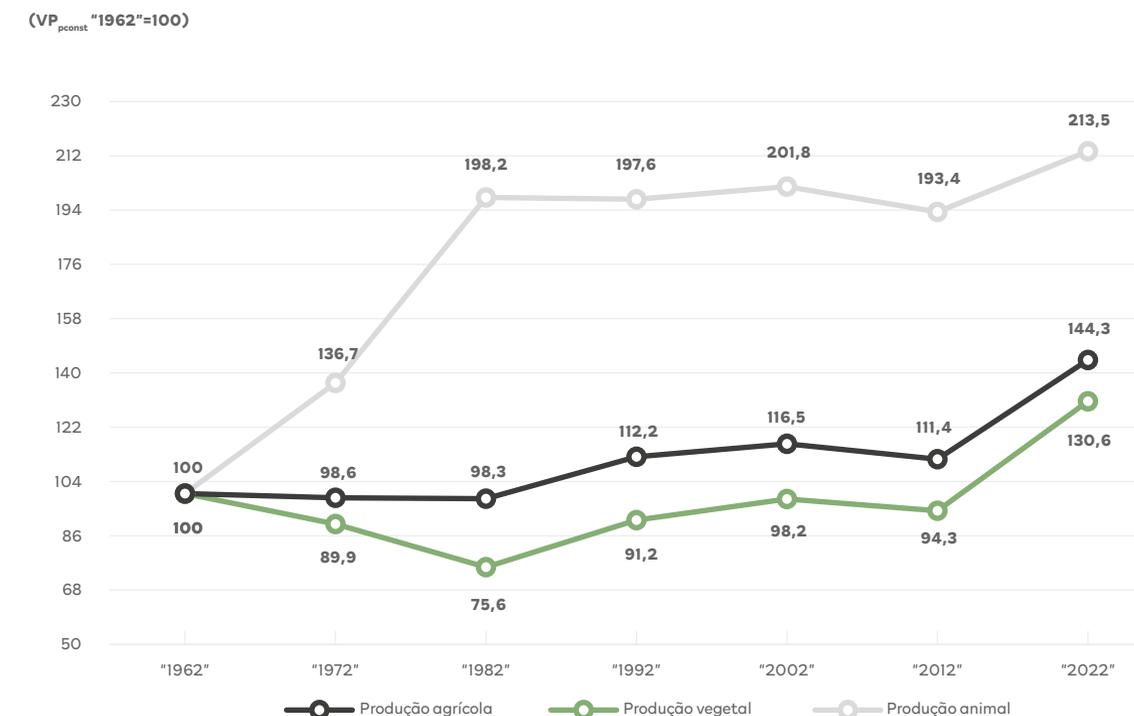
O volume da produção agrícola, medido pelo valor da produção a preços constantes, pouco se alterou nas últimas seis décadas (+0,61%/ano).

Na primeira década após a adesão à CEE e na última década do período em análise, o volume da produção agrícola cresceu +1,3%/ano e +2,6%/ano, respectivamente,

tendo tido evoluções negativas nas restantes décadas.

Nas duas primeiras décadas do período em análise, o volume da produção animal cresceu significativamente (+3,5%/ano), tendo-se verificado o oposto em relação ao volume da produção vegetal (-5%/ano), como resposta aos diferentes comportamentos da procura de bens alimentares durante as décadas em causa.

FIGURA 3.1 – EVOLUÇÃO DO VOLUME DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA NAS ÚLTIMAS DÉCADAS



Indicadores (em % por ano)	"1962" - "1982"	"1982" - "1992"	"1992" - "2012"	"2012" - "2022"	"1962" - "2022"
Volume da produção					
Vegetal	-5,0	+1,9	+0,16	+3,3	+0,45
Animal	+3,5	+0,03	-0,11	+1,0	+1,27
Agrícola	-0,09	+1,3	-0,07	+2,6	+0,61

Indicadores (em %)	"1962"	"1992"	"2022"
Volume da produção			
Vegetal	68,5	55,7	62,0
Animal	31,5	44,3	38,0
Agrícola	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE

Na última década, o volume da produção vegetal cresceu muito mais (+3,3%/ano) do que o da produção animal (+1,0%/ano).

A evolução desde o triénio "1982" do volume da produção do conjunto dos principais produtos vegetais permite-me concluir que ela foi bastante mais favorável na última década (+3,3%/ano) do que nas três décadas anteriores (+0,7%/ano), o que vem bem expresso

na evolução da sua importância relativa [Figura 3.1].

Para o conjunto das quatro décadas em causa os produtos hortícolas (+2,6%/ano), os frutos (+2,0%/ano) e o azeite e as azeitonas (+2,7%/ano) tiveram uma taxa média de crescimento anual (t.c.m.a.) superior à média da produção vegetal nacional (+1,4%/ano), tendo sido mediocres os crescimentos médios

TABELA 3.1 – EVOLUÇÃO DO VOLUME DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS VEGETAIS E ANIMAIS

Indicadores (%/ano)	"1982" - "2012"	"2012" - "2022"	"1982" - "2022"
Cereais ¹⁾	+0,7	+1,0	+0,7
Batatas	-2,2	-3,2	-2,5
Hortícolas	+2,7	+2,1	+2,6
Frutos ²⁾	+0,8	+5,7	+2,0
Azeite e Azeitonas	+2,7	+2,6	+2,7
Vinho e Uvas	-0,2	+2,9	+0,6
TOTAL	+0,7	+3,3	+1,4

Indicadores (%/ano)	"1982" - "2012"	"2012" - "2022"	"1982" - "2022"
Carnes			
Bovinos	-5,0	-0,9	-4,0
Ovinos e Caprinos	-1,1	+3,3	0,0
Suíños	+0,2	+3,2	+0,9
Aves	+2,6	+2,2	+2,5
Leite	+1,5	+0,08	+1,1
Ovos	+1,5	+1,9	+1,6
TOTAL	-0,08	+1,0	+0,2

1) Trigo, cevada, aveia, centeio, milho e arroz

2) Frutos frescos, frutos secos, citrinos e frutos sub-tropicais

Fonte: INE

anuais dos cereais (+0,7%/ano) e do vinho e uvas (+0,6%/ano) e muito negativo o da batata (-2,5%/ano).

No que diz respeito à evolução do volume da produção dos produtos animais, a principal conclusão a retirar é que, apesar de ela ter melhorado na última década, o seu desempenho nas últimas quatro décadas foi bastante medíocre (+0,2%/ano).

As aves de capoeira tiveram o desempenho mais favorável no que respeita quer à produção de carnes (+2,5%/ano), quer à produção de ovos (+1,6%/ano), tendo a evolução mais negativa cabido às carnes de bovinos (-4,0%/ano), que foi particularmente negativa durante as três primeiras décadas (-5,0%/ano) [Tabela 3.1].

Os dados disponíveis (CEA) só possibilitam a análise da evolução do valor da produção agrícola a partir de 1980, a qual pode ser estimada a preços correntes nominais e reais.

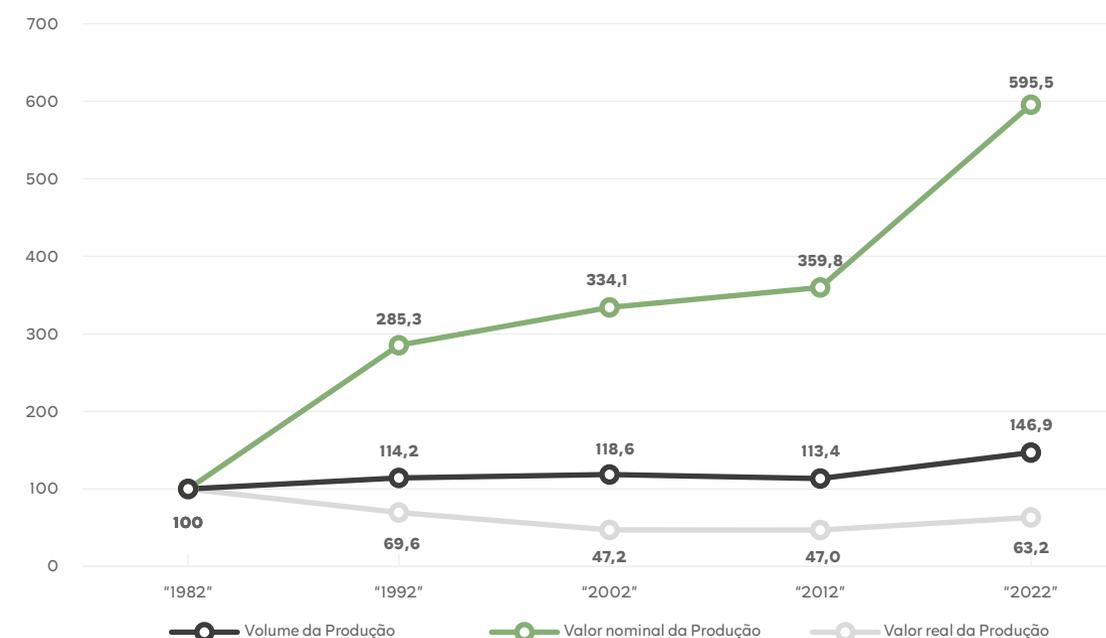
Da análise da evolução do **valor da produção agrícola** a preços nominais, pode-se concluir que ela foi muito favorável durante as últimas quatro décadas, com especial relevo para os crescimentos observados na década após a nossa adesão à CEE (+11%/ano) e na última década (+5,2%/ano).

Retirando o efeito da inflação sobre o valor da produção agrícola, a leitura é muito diferente, com uma evolução globalmente desfavorável (-1,1%/ano), donde é de realçar o impacto muito negativo dos preços não agrícolas na década "1982"- "1992" (-3,6%/ano) e muito positivo na última década (+3,0%/ano) [Figura 3.2].

EVOLUÇÃO DOS FACTORES DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA

O comportamento dos factores **terra, água, trabalho, bens e serviços intermédios e capital**, nas últimas seis décadas, foi muito diferenciado.

FIGURA 3.2 – EVOLUÇÃO DO VOLUME E DO VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA NAS ÚLTIMAS DÉCADAS



Indicadores (%/ano)	"1982" - "1992"	"1992" - "2012"	"2012" - "2022"	"1982" - "2022"
Volume da produção agrícola	+1,3	-0,04	+2,6	+1,0
Valor da produção agrícola				
Preços nominais	+11,1	+1,2	+5,2	+4,6
Preços reais	-3,6	0,0	+3,0	-1,1

Fonte: INE

TERRA

A **superfície agrícola utilizada (SAU)** pouco se alterou entre os triénios "1962" e "2022" (+0,03%/ano), tendo crescido nas duas primeiras décadas (+0,13%/ano) e na última década (+0,75%/ano) e tido uma evolução negativa nas restantes décadas em análise.

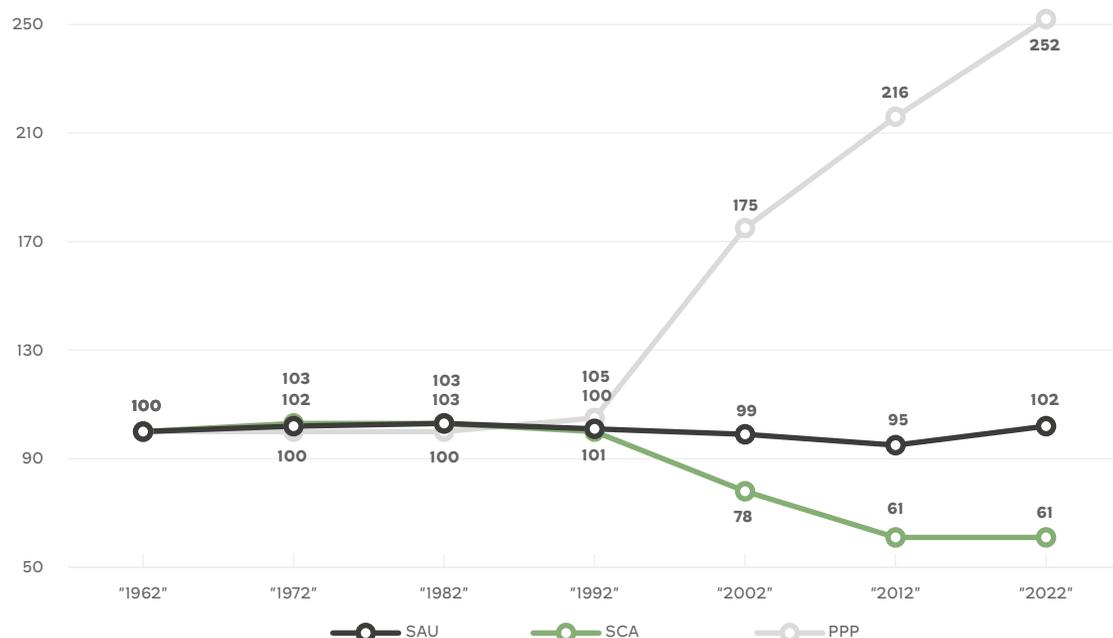
Enquanto que a **superfície cultivada anualmente (SCA)** – culturas temporárias + culturas permanentes – apresentou evoluções sempre

negativas nas últimas quatro décadas, a área ocupada pelos **prados e pastagens permanentes (PPP)** apresentou sempre evoluções positivas, tendo crescido a um ritmo de +1,55%/ano ao longo de todo o período.

Os aumentos verificados para as áreas ocupadas com PPP após a adesão à CEE foram consequência, principalmente do grande aumento das **áreas ocupadas por PPP pobres** (+4,7%/ano) [Figura 3.3].

**FIGURA 3.3 – EVOLUÇÃO DA SUPERFÍCIE AGRÍCOLA NAS ÚLTIMAS DÉCADAS**

(SAU "1962"=100)



Indicadores (%/ano)	"1962"	"1982" - "1992"	"1992" - "2012"	"2012" - "2022"	"1962" - "2022"	Indicadores (%)	"1962"	"1992"	"2022"
	Superfície cultivada anualmente (SCA) ¹⁾	+0,3	-0,3	-2,42	-0,10		-0,8	SCA	78,4
Prados e pastagens permanentes (PPP)	0,0	+0,5	+3,67	+1,71	+1,55	PPP	21,6	22,4	53,4
Superfície agrícola utilizada (SAU)	+0,13	-0,16	-0,20	+0,75	+0,03	SAU	100,0	100,0	100,0

1) Área ocupada com culturas temporárias e permanentes
Fonte: INE

As grandes perdas de área cultivada anualmente ao longo do período (-39%) ocorreram principalmente nos últimos trinta anos (-1,5%/ano), em consequência de uma enorme **redução sofrida pelas áreas ocupadas por cereais** (-4,4%/ano).

Estas perdas só muito parcialmente foram compensadas pelos **aumentos das áreas dos pomares** (+2,6%/ano), sobretudo frutos secos, e dos **olivais** (+1%/ano) ocorridos na

última década. A área ocupada pelas **vinhas** sofreu uma redução (-1,4%/ano), nas últimas três décadas.

De tais evoluções resultou uma grande quebra do peso das superfícies cultivadas anualmente no conjunto da SAU (de 78,4% em "1962" para 46,6% em "2022") e o consequente aumento do peso das PPP (de 21,6% para 53,4%) [Tabela 3.2].

TABELA 3.2 – VARIAÇÃO DAS ÁREAS DAS PRINCIPAIS CULTURAS TEMPORÁRIAS E PERMANENTES NAS ÚLTIMAS DÉCADAS

Indicadores (%/ano)	1989 - 2009	2009 - 2019	1989 - 2019
Cereais para grão	-4,7	-3,8	-4,4
Leguminosas para grão	-8,7	+3,5	-4,8
Culturas forrageiras ¹⁾	-1,4	+1,1	-0,5
Batata	-8,3	-3,3	-6,7
Culturas hortícolas	-1,3	+0,8	-0,6
Frutos frescos ²⁾	-2,6	+2,4	-1,0
Frutos secos ³⁾	+2,2	+7,1	+3,8
Olival	-0,07	+1,2	+0,3
Vinha	-2,0	-0,3	-1,4
Culturas temporárias	-3,4	-0,7	-2,5
Culturas permanentes	-0,7	+2,2	+0,3

1) Forragens anuais e PP temporárias

2) Frutos frescos, citrinos e frutos sub-tropicais

3) Amêndoa, noz, castanha e pinhão

Fonte: INE

ÁGUA

As características pluviométricas em Portugal Continental (chuva mal distribuída geográfica e temporalmente) agravadas pelo impacto negativo das alterações climáticas sobre a oferta (-) e a procura (+) dos recursos hídricos, tornam a **água da rega** num dos factores mais críticos para a produção agrícola nacional.

De acordo com os dados disponíveis, a **superfície agrícola irrigável** que era, em 1988, de 887,7 mil hectares, sofreu uma redução de -2,4%/ano até 2009, ano em que atingiu os 540,6 mil hectares.

Na última década, a área irrigável cresceu a uma t.c.m.a. de +1,6%/ano, tendo atingido, em 2019, os 630,5 mil hectares.

Esta evolução acompanhou a da **superfície agrícola cultivada** (culturas temporárias, culturas

permanentes e PPP semeadas/melhoradas), representando entre 24 e 27% da mesma, nas últimas quatro décadas.

Os quase 600 mil hectares de área actualmente irrigável distribuem-se entre regadios públicos (40%) e regadios privados individuais (50%) e colectivos (10%) que no seu conjunto são:

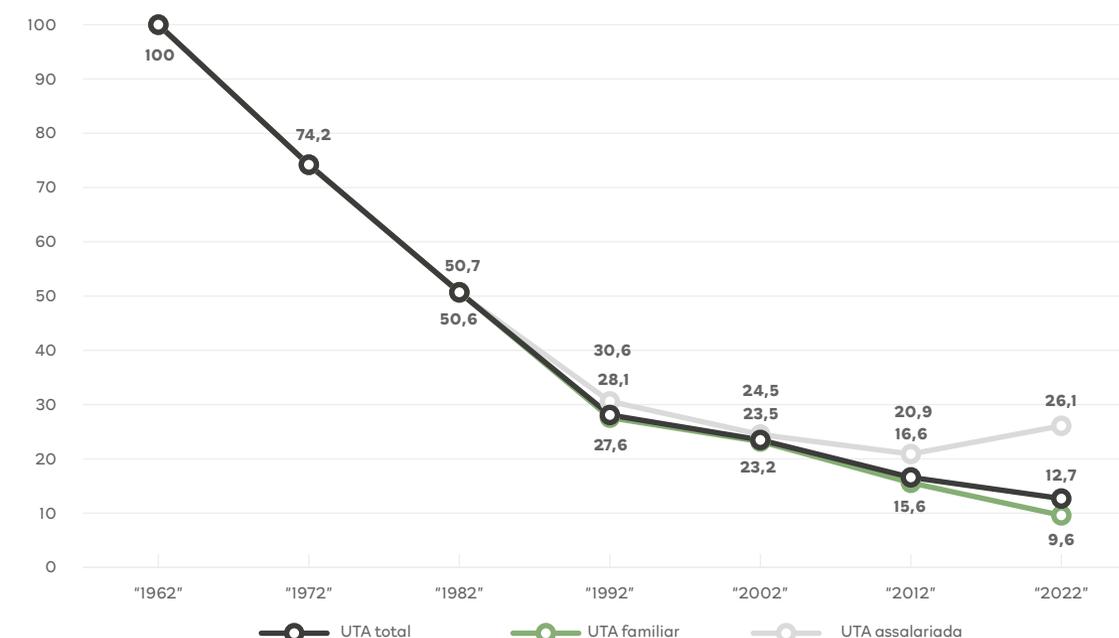
- equipados por sistemas de rega por gravidade (22%), aspersão (49%) e localizada (29%);
- ocupados por culturas temporárias (46%), culturas permanentes (45%) e PPP (9%).

Os últimos dez anos, em que a superfície agrícola irrigável aumentou 90 mil hectares, foram caracterizados por:

- um crescimento significativo das áreas ocupadas pelas culturas permanentes (de 138 para 256 mil hectares), à custa, no essencial,


FIGURA 3.4 – EVOLUÇÃO DO VOLUME DE MÃO-DE-OBRA AGRÍCOLA

(UTA "1962"=100)



Indicadores (%/ano)	"1962" - "1982"	"1982" - "1992"	"1992" - "2012"	"2012" - "2022"	"1962" - "2022"
UTA familiar	-3,3	-5,9	-2,6	-2,7	-3,4
UTA assalariada	-3,4	-4,9	-1,9	+2,2	-2,2
UTA total	-3,3	-5,7	-2,6	-2,7	-3,4

Indicadores (%)	"1962"	"1992"	"2022"
UTAF	81,2	79,6	61,4
UTAA	18,8	20,4	38,6
UTA total	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE

de uma redução de 60 para 46 mil hectares das áreas ocupadas por culturas temporárias;

- um aumento muito significativo das áreas regadas por gota-a-gota e microaspersão (de 158 para 281 mil hectares), em consequência da instalação de novas áreas de regadio e de uma redução de 27 mil hectares nas áreas ocupadas com rega por gravidade.

TRABALHO

O **volume da mão-de-obra agrícola** teve um decréscimo muito significativo nas últimas seis décadas, tendo-se reduzido de 1750 milhares de UTA, em "1962", para 223 milhares de UTA, em "2022".

Este decréscimo, que tinha sido da ordem dos -3,3%/ano até à adesão à CEE, apresentou uma quebra muito acentuada na primeira década após a adesão (-5,5%/ano), e uma redução a um ritmo menor (-2,6%/ano) nos últimos trinta anos.

A evolução muito negativa do volume de mão-de-obra familiar é o principal factor explicativo das quebras sofridas pelas UTA totais, tendo o respectivo ritmo de decréscimo (-3,4%/ano) sido muito superior ao da mão-de-obra assalariada (-2,2%/ano), o qual foi positivo na última década (+2,2%/ano).

Destas evoluções resultou uma redução do peso das UTA familiares na UTA total de 81,2% em "1962", para 61,4% em "2022", com o correspondente aumento do peso das UTA assalariadas de 18,8 para 38,6% [Figura 3.4].

BENS E SERVIÇOS INTERMÉDIOS

Dada a pouca consistência das séries estatísticas disponíveis, na análise da evolução dos bens e serviços intermédios, foi levado em consideração, apenas, o período após 1980.

No seu conjunto, os **bens e serviços intermédios** de produção agrícola, tiveram um crescimento muito significativo (+2,5%/ano) nos últimos quarenta anos, com especial realce para a última década (+3,7%/ano) [Figura 3.5].

Analisando, separadamente, a evolução dos **bens de consumo intermédio mais directamente produtivos** (sementes, plantas, adubos, corretivos, fitofármacos, energia, lubrificantes e alimentos para animais) dos **outros bens e serviços de consumo intermédio** (despesas com veterinários, manutenção e reparação

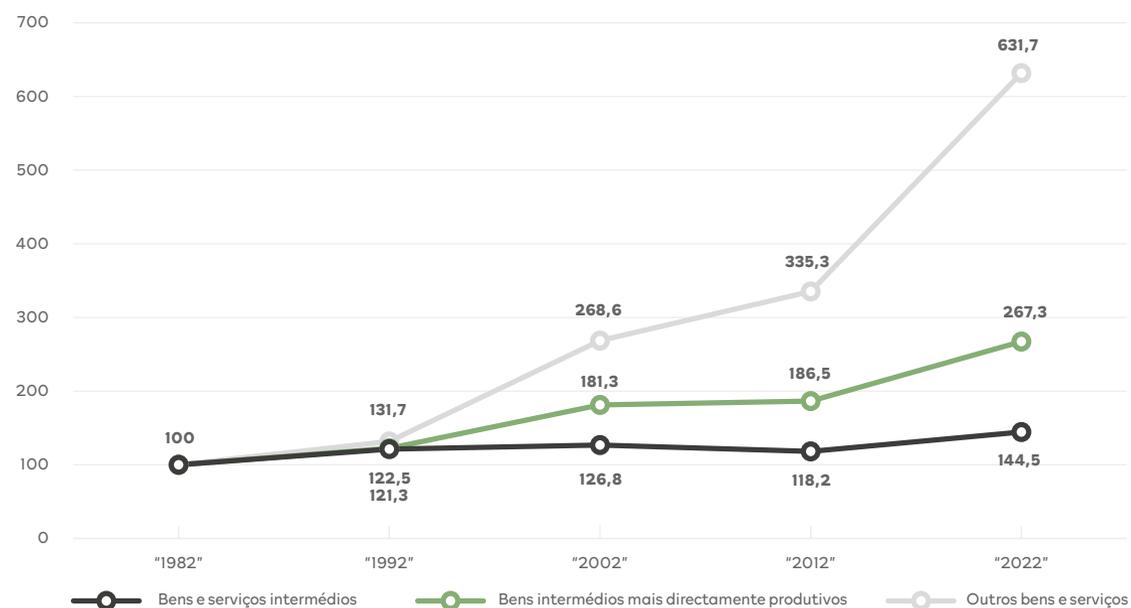
de máquinas e edifícios, serviços de intermediação financeira e outros serviços agrícolas), pode-se concluir que os primeiros cresceram, nas últimas décadas, a um ritmo bastante menor (+0,9%/ano) do que os segundos (+4,7%/ano), diferença esta que nos últimos dez anos esteve bem expressa nas respectivas t.c.m.a., as quais atingiram, respectivamente, +2,0% e +6,7%/ano.

A evolução dos bens de consumo intermédios mais directamente produtivos caracterizou-se por crescimentos mais significativos na década



FIGURA 3.5 – EVOLUÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS INTERMÉDIOS DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA

(a preços constantes)



Indicadores (%/ano)	"1982" - "1992"			"1992" - "2012"		"2012" - "2022"		"1982" - "2022"		
	"1982" - "1992"	"1992" - "2012"	"2012" - "2022"	"1982" - "2012"	"2012" - "2022"	"1982" - "2012"	"2012" - "2022"	"1982" - "2012"	"2012" - "2022"	"1982" - "2022"
Bens intermédios mais directamente produtivos ¹⁾	+2,0	-0,1	+2,0	+0,9	+0,9	91,8	68,6	56,7	91,8	56,7
Outros bens e serviços intermédios	+2,8	+4,8	+6,7	+4,7	+4,7	8,2	31,4	41,3	8,2	41,3
Bens e serviços intermédios	+2,1	+2,1	+3,7	+2,5	+2,5	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

1) Sementes, plantas, adubos, corretivos, fitofármacos, energia, lubrificantes e alimentos para animais
Fonte: INE

após a adesão à CEE (+1,9%/ano) e na última década (+1,4%/ano).

Na década após a adesão, o maior crescimento resultou da evolução ocorrida no consumo de alimentos para animais (+3,3%/ano) e na última década o maior crescimento foi o do consumo de adubos e corretivos (+5,3%/ano).

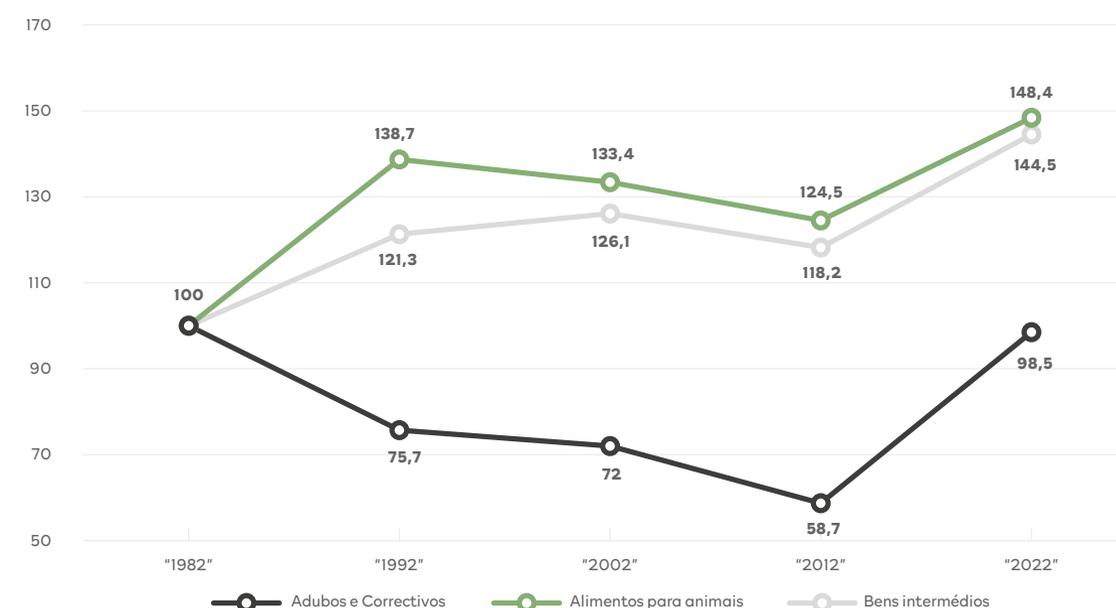
O consumo, em volume, dos alimentos para animais representou, ao longo de todo o período

em causa, cerca de 2/3 da totalidade dos bens intermédios mais directamente produtivos.

Importa, ainda, realçar que em consequência do seu crescimento muito significativo ao longo de todo o período em análise, os **outros bens e serviços agrícolas intermédios** atingiram no triénio "2022", cerca de 41% do consumo total de bens e serviços intermédios, quando vinte anos antes só representavam 8% e há uma década 31% [Figura 3.6].



FIGURA 3.6 – EVOLUÇÃO DOS BENS INTERMÉDIOS MAIS DIRECTAMENTE PRODUTIVOS



Indicadores (%/ano)	"1982" - "1992"		"1992" - "2012"		"2012" - "2022"		"1982" - "2022"	
	"1982" - "1992"	"1992" - "2012"	"1992" - "2012"	"2012" - "2022"	"1982" - "2012"	"2012" - "2022"	"1982" - "2022"	
Adubos e Corretivos	-2,7	-1,3	+5,3	+5,3	-0,04	-0,04	-0,04	
Energia e Lubrificantes	+2,4	+0,9	+1,2	+1,2	+1,3	+1,3	+1,3	
Alimentos para animais	+3,3	-0,5	+1,8	+1,8	+1,0	+1,0	+1,0	
Total dos bens intermédios mais directamente produtivos ¹⁾	+1,9	-0,1	+2,0	+2,0	+0,9	+0,9	+0,9	

Indicadores (%)	"1982"	"2012"	"2022"
Adubos e Corretivos	14,7	7,3	10,0
Energia e Lubrificantes	10,4	13,3	11,9
Alimentos para animais	65,9	69,4	67,8
Total dos bens intermédios mais directamente produtivos ¹⁾	100,0	100,0	100,0

1) Sementes e plantas, Adubos e corretivos, fitofármacos, Energia e lubrificantes e alimentos para animais
Fonte: INE



CAPITAL

Dada a pouca consistência das séries estatísticas disponíveis, só foi, também, possível analisar o comportamento do **factor capital** entre os triénios "1982" e "2022".

Durante estas quatro décadas a FBCF (formação bruta de capital fixo) agrícola só cresceu de uma forma significativa na última década (+3,3%/ano), o que compensou integralmente as evoluções negativas verificadas, em média, nas décadas anteriores.

A FBCF em Plantações e Animais cresceu muito significativamente na década após a adesão à CEE, tendo, no que diz respeito às Plantações, só voltado a crescer na última década.

A FBCF em Máquinas e Edifícios cresceu de forma significativa na última década.

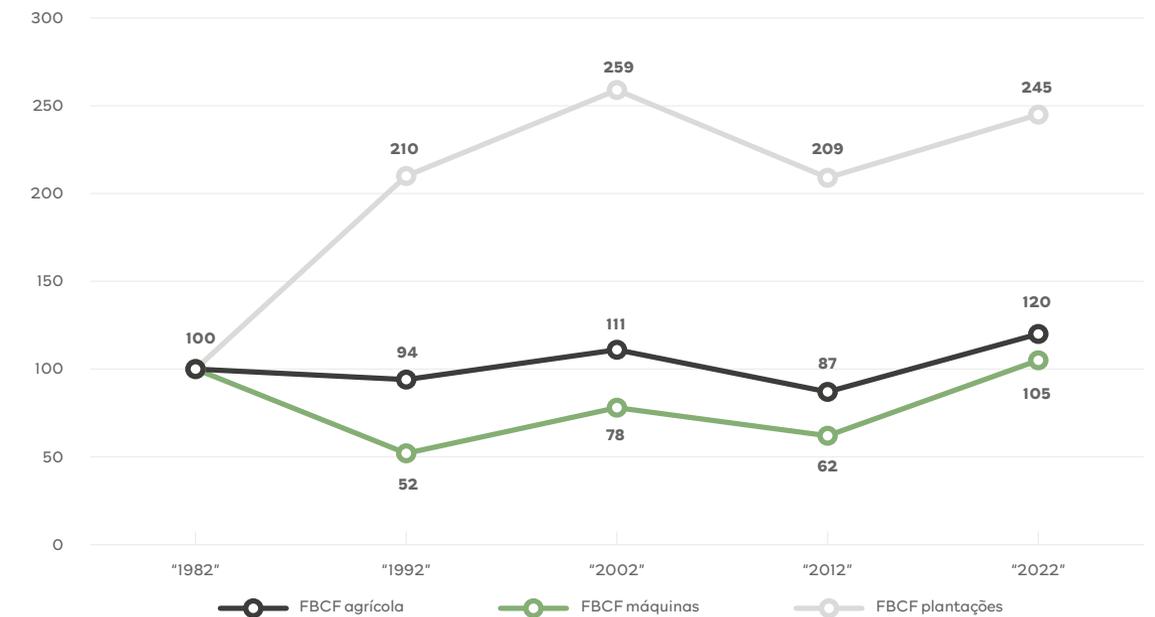
No seu conjunto, a FBCF em Plantações e em Máquinas viu o seu peso no total da FBCF agrícola aumentar, entre os triénios "1982" e "2022", de cerca de 69% para 76%, com uma posição dominante para as Máquinas ao longo de todo o período.

Neste contexto, é de realçar que o efectivo animal, medido em CN, aumentou, entre 1989 e 2019, a uma t.c.m.a de +1,3%/ano, o que foi alcançado, principalmente, na década 1989-1999 (+3,5%/ano) e se caracterizou, para todo o período, por:

- uma quebra significativa no número de vacas leiteiras (-4,3%/ano) e de vacas aleitantes (-1,8%/ano);
- um crescimento do número de outros bovinos (+2,9%/ano) e de suínos (+0,7%/ano) e na última década das aves (+2,1%/ano) [Figura 3.7].

FIGURA 3.7 – EVOLUÇÃO DA FBCF

("1982"=100)



FBCF (%/ano)	"1982" - "1992"	"1992" - "2012"	"2012" - "2022"	"1962" - "2022"	FBCF (%)	"1982"	"2002"	"2022"
Plantações	+7,7	0,0	+1,6	+2,3	Plantações	13,8	32,3	28,1
Animais	+13,7	-2,3	-0,3	+1,9	Animais	5,3	5,7	9,4
Máquinas	-6,3	+0,9	+5,4	+0,1	Máquinas	55,0	38,8	48,1
Edifícios	-2,7	-1,7	+2,6	-0,9	Edifícios	20,6	22,7	12,1
TOTAL	-0,6	-0,4	+3,3	+0,5	TOTAL	100	100	100

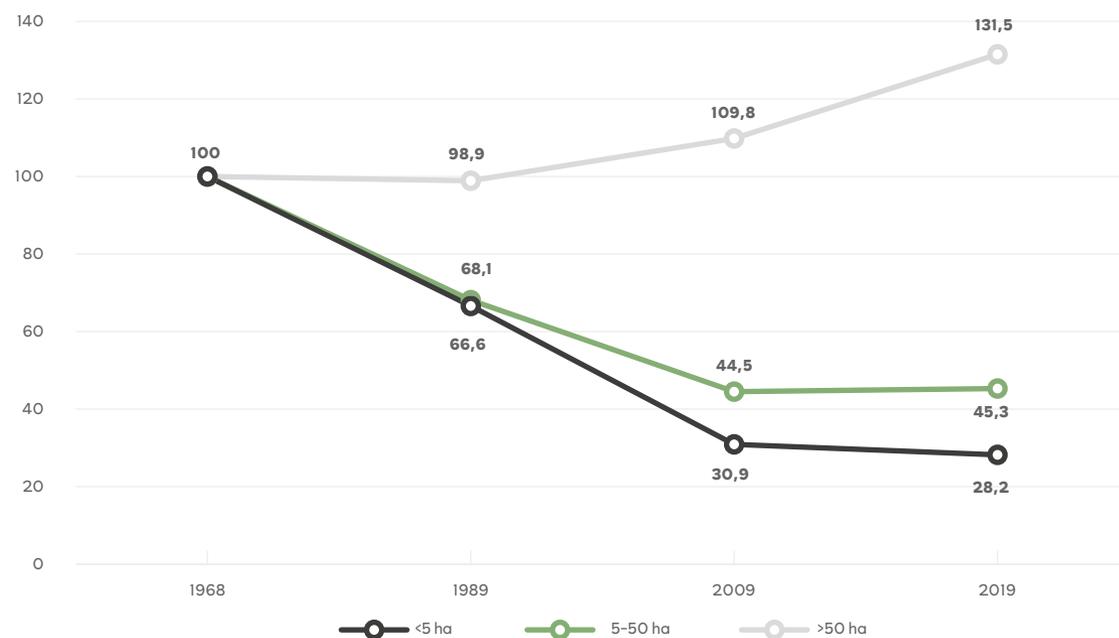
Fonte: INE

EVOLUÇÃO DAS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS ESTRUTURAIS DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS PORTUGUESAS

O **número de explorações agrícolas** sofreu, entre 1968 e 2019, uma redução muito significativa (-2,2%/ano) a qual foi dominante entre 1989 e 2009 (-3,3%/ano) e para as explorações de menor dimensão (-2,5%/ano) no conjunto das cinco décadas. De facto, a grande maioria do decréscimo verificado para o número total de explorações (de 813,5 mil, em 1968,

para 262,2 mil, em 2019) foi consequência da redução de 670,1 para 189,3 mil do número de explorações com menos de 5 hectares ao longo do período em causa.

No entanto, a importância relativa do número de explorações agrícolas de acordo com as respectivas classes de área, alterou-se relativamente pouco, com decréscimos entre 1968 e 2019 para as explorações com menos de 5 hectares (-10,2 pp) e aumentos para as outras duas classes de SAU (+6,7 e +3,5 pp) [Figura 3.8].

FIGURA 3.8 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS DE ACORDO COM A CLASSE DE ÁREA NAS ÚLTIMAS DÉCADAS


Classes de SAU (%/ano)	1968 - 1989	1989 - 2009	2009 - 2019	1968 - 2019	Classes de SAU (%)	1968	1989	2009	2019
0-5 ha	-2,0	-3,8	-0,9	-2,5	0-5 ha	82,4	81,6	74,8	72,2
5-50 ha	-1,9	-2,1	+0,2	-1,5	5-50 ha	16,5	16,7	21,6	23,2
>50 ha	0,0	+0,5	+1,8	+0,5	>50 ha	1,1	1,7	3,6	4,6
TOTAL	-2,0	-3,3	-0,5	-2,2	TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

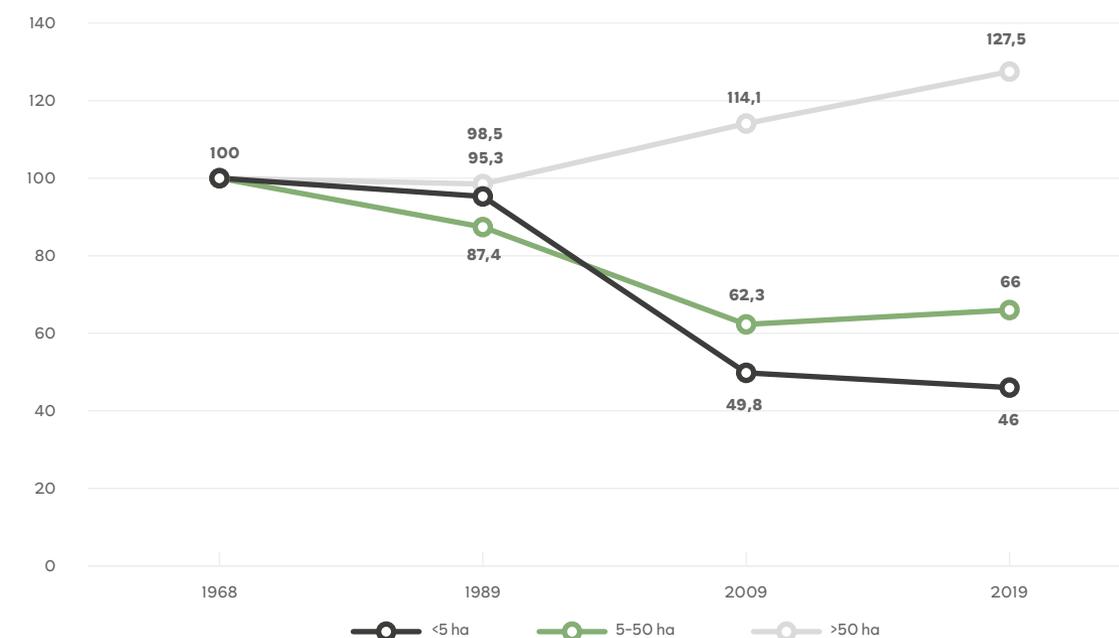
Fonte: INE

Entre 1968 e 2019, a **SAU das explorações agrícolas** pouco se alterou no seu conjunto, tendo-se reduzido de cerca de 4,1 para 3,8 milhões de hectares, tendo esta evolução sido caracterizada por um decréscimo de -0,4%/ano nas quatro primeiras décadas e um aumento na última década (+0,8%/ano).

Esta evolução foi mais negativa para as explorações agrícolas de menor dimensão

(-1,5%/ano), com particular relevo para o período entre 1989 e 2009 (-3,2%/ano), tendo sido globalmente positiva para as explorações com SAU maior que 50 hectares (+0,5%/ano), com realce para a última década (+1,1%/ano).

Importa, ainda, sublinhar que a dimensão média das explorações agrícolas quase triplicou entre 1968 e 2019 [Figura 3.9].

FIGURA 3.9 – EVOLUÇÃO DA SAU DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS DE ACORDO COM A CLASSE DE ÁREA NAS ÚLTIMAS DÉCADAS


Classes de SAU (%/ano)	1968 - 1989	1989 - 2009	2009 - 2019	1968 - 2019	Classes de SAU (%)	1968	1989	2009	2019
0-5 ha	-2,0	-3,2	-0,8	-1,5	0-5 ha	18,7	18,9	10,8	9,2
5-50 ha	-7,0	-1,7	+0,6	-0,8	5-50 ha	30,4	28,1	21,9	21,4
>50 ha	-0,1	+0,7	+1,1	+0,5	>50 ha	50,9	53,0	67,3	69,4
TOTAL	-0,3	+0,5	+0,8	-0,1	TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0
					SAU média	5,0	8,7	12,8	14,7

Fonte: INE

O número total de **produtores agrícolas individuais** reduziu-se, em 2019, para menos de metade do seu número em 1989, em consequência, exclusivamente, da redução do número de produtores do sexo masculino.

A importância relativa do número de produtores do sexo feminino duplicou nas últimas décadas e a do homem decresceu mais de cinco vezes.

O envelhecimento do tecido empresarial agrícola nas últimas décadas foi dramático, tendo os produtores com mais de 65 anos passado de 28,8% do total, em 1989, para 52,5%, em 2019, e os com menos de 44 anos passado de 20 para 10%.

Verificou-se, no período em causa, uma melhoria significativa do nível de escolaridade dos produtores, a qual foi particularmente notória na última década.



Importa, ainda, realçar que na última década o número das **sociedades agrícolas** mais que duplicou, passando a explorar mais de um terço da SAU total, a dar emprego a 21% da totalidade da mão-de-obra agrícola, e a deter 57% dos efectivos pecuários [Tabela 3.3].

EVOLUÇÃO DO DESEMPENHO ECONÓMICO DO SECTOR AGRÍCOLA PORTUGUÊS

Das diferentes formas possíveis de abordar esta temática, optei por fazê-lo com base na análise da evolução:

- das produtividades dos factores de produção, utilizando para o efeito a base de dados do USDA, referente ao período 1961-2020;

- do produto e rendimento agrícolas, com base nas séries das CEA do INE, referentes ao período 1980-2023;
- do grau de auto-provisionamento dos principais produtos agrícolas, com base nos dados das Estatísticas Agrícolas do INE, de 1990 até aos nossos dias.

Os dados disponíveis permitem concluir que as **produtividades da terra e do trabalho** tiveram uma evolução muito positiva nas últimas seis décadas, com especial relevo para as crescentes médias anuais ocorridas na década imediatamente após a adesão à CEE e na última década.

Já as **produtividades do capital e dos bens intermédios** tiveram um comportamento desfavorável em quase todas as fases de evolução

TABELA 3.3 – EVOLUÇÃO DAS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DOS PRODUTORES AGRÍCOLAS NAS ÚLTIMAS DÉCADAS

(1989 =100)	1989	2009	2019	(%)	1989	2009	2019
Género				Género			
H	100	40,7	16,6	H	84,6	68,8	67,1
M	100	101,3	98,6	M	15,4	31,2	32,9
Idade				Idade			
15-44 anos	100	25,0	23,7	15-44 anos	20,0	10,0	10,3
45-64 anos	100	41,4	33,6	45-64 anos	51,2	42,3	37,2
> 65 anos	100	83,0	84,3	> 65 anos	28,8	47,7	52,5
Nível de escolaridade				Nível de escolaridade			
nenhum	100	23,5	10,4	nenhum	47,8	22,1	10,6
Básico	100	71,2	66,5	Básico	48,8	69,3	70,1
Secundário	100	70,0	156,5	Secundário	3,0	4,2	9,0
Superior	100	204,7	400,0	Superior	1,1	4,4	9,3
N.º total de produtores	100	50,1	46,2	N.º total de produtores	100	100	100

Fonte: INE



passadas, com especial relevo nas duas primeiras décadas do período em análise e com excepção para a última década.

É de realçar, neste contexto, a enorme quebra verificada na produtividade do factor capital, nas duas primeiras décadas do período em

TABELA 3.4 – EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE AGRÍCOLA EM PORTUGAL

Produtividades da (%/ano)	"1962" - "1982"	"1982" - "1992"	"1992" - "2012"	"2012" - "2022"	"1962" - "2022"
Terra	-0,2	+2,4	+2,1	+2,6	+1,4
Trabalho	+2,7	+8,3	+2,6	+5,8	+4,3
Capital	-8,5	-1,0	-1,9	0,0	-13,5
Bens intermédios	-3,7	-0,8	-0,3	+1,4	-1,3

Fonte: USDA

TABELA 3.5 – EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE AGRÍCOLA EM PORTUGAL, ESPANHA E SUL DA EUROPA¹⁾

Produtividades da (%/ano)	"1962" - "1982"	"1982" - "1992"	"1992" - "2012"	"2012" - "2022"	"1962" - "2022"
Terra					
Portugal	-0,2	+2,4	+2,1	+2,6	+1,4
Espanha	+2,4	+1,6	+1,8	+2,4	+2,1
Sul da Europa ¹⁾	+2,1	+0,8	+1,0	+1,0	+1,3
Trabalho					
Portugal	+2,7	+8,3	+2,6	+5,8	+4,3
Espanha	+6,6	+6,6	+4,0	+1,1	+5,0
Sul da Europa ¹⁾	+5,8	+5,2	+3,0	+1,9	+4,2

1) Portugal, Espanha, Itália, Grécia e Malta

TABELA 3.6 – RELAÇÕES ENTRE OS VALORES DAS PRODUTIVIDADES

Produtividades da (%/ano)	"1972"	"1992"	"2022"
Terra			
Portugal/Espanha	1,15	0,97	1,05
Portugal/Sul da Europa	0,77	0,74	0,85
Trabalho			
Portugal/Espanha	0,47	0,42	0,43
Portugal/Sul da Europa	0,45	0,51	0,63

Fonte: USDA



análise (-8,5%/ano), o que foi consequência quer do modelo de desenvolvimento industrial adoptado nos anos 50, quer do impacto muito negativo que a Reforma Agrária teve na estrutura produtiva agrícola nacional [Tabela 3.4].

O crescimento das produtividades da terra e do trabalho em Portugal foi relativamente semelhante ao verificado em Espanha e no conjunto das agriculturas do Sul da Europa, sendo, no entanto, de realçar, as décadas "1982"- "1992" e "2012"- "2022" em que as produtividades foram mais favoráveis em Portugal.

É de sublinhar que, em consequência destas evoluções relativamente semelhantes, a relação entre o valor das produtividades da terra e do trabalho agrícola em Portugal, Espanha e Sul da Europa pouco se alterou ao longo das últimas décadas [Tabela 3.5 e 3.6].

O **produto agrícola bruto em volume** manteve-se praticamente estagnado durante as últimas quatro décadas (+0,7%/ano), com evoluções ligeiramente positivas na década após a adesão à CEE (+0,9%/ano) e na última década.

Uma evolução favorável da relação entre os preços dos produtos e dos factores de produção agrícola possibilitou um crescimento significativo, ao longo do período em causa, do **produto agrícola bruto em valor** (+3,4%/ano), com especial relevo para as duas décadas anteriormente referidas (+10,1 e +4,9%/ano, respectivamente).

Uma evolução muito positiva dos apoios directos à produção e ao rendimento dos produtores agrícolas teve um impacto muito favorável no **rendimento do sector agrícola** nacional, cujo crescimento atingiu +4,0%/ano no conjunto do período em causa e +11,4%/ano e +4,0%/ano,

respectivamente, na década após a adesão e na última década [Figura 3.10].

Esta evolução muito favorável do rendimento do sector agrícola nacional a preços nominais, nos últimos quarenta anos, foi ainda mais significativa quando avaliada por unidade de trabalho agrícola (UTA) (+7,7%/ano).

É, no entanto, de realçar que, em consequência de um enorme aumento no nível geral dos preços (inflação), o valor real deste **rendimento agrícola per capita**, atingiu uma t.c.m.a. muito menos elevada (1,8%/ano), a qual continua a alcançar um particular relevo na última década do período em análise (4,7%/ano).

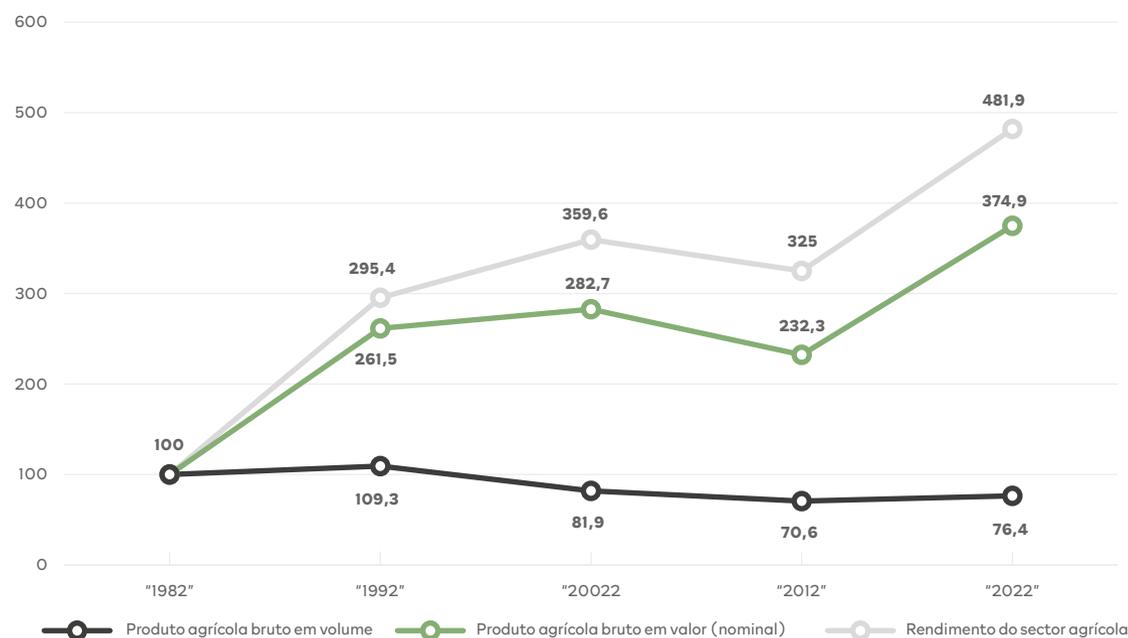
No que se refere à evolução do produto agrícola bruto por UTA, são de realçar os crescimentos alcançados na década após a adesão (+7%/ano) e na última década (+3,6%/ano), o que permitiu que, ao longo das últimas quatro décadas, a agricultura portuguesa gerasse por cada unidade de trabalho um valor acrescentado com um crescimento significativo (+2,8%/ano).

Importa, neste contexto, sublinhar que os aumentos verificados, ao longo do período em causa, para os apoios directos à produção e ao rendimento, contribuíram para que o Coeficiente de Apoio Directo aos produtores tenha evoluído do seguinte modo:

	"1982"	"1992"	"2002"	"2012"	"2022"
Coeficiente de Apoio Directo¹⁾	1,00	1,13	1,28	1,40	1,29

1) Medido pelo coeficiente entre o VAB a custo de factores e o VAB a preços nos produtores

A partir dos dados disponíveis sobre a produção, as importações e as exportações dos produtos

FIGURA 3.10 – EVOLUÇÃO DO PRODUTO E RENDIMENTO AGRÍCOLAS NAS ÚLTIMAS DÉCADAS


Indicadores (%/ano)	"1982" - "1992"	"1992" - "2012"	"2012" - "2022"	"1982" - "2022"
Produto agrícola				
Volume	+0,9	-2,1	+0,8	-0,7
Valor	+10,1	-0,6	+4,9	+3,4
Rendimento do sector agrícola	+11,4	+0,5	+4,0	+4,0
Rendimento por UTA				
Valor nominal	+18,2	+3,2	+6,9	+7,7
Valor real	+2,6	0,0	+4,7	+1,8
Produto por UTA	+7,0	+0,15	+3,6	+2,8

Fonte: INE

vegetais e animais, é possível estimar os respectivos **graus de autoaprovisionamento**, cujos valores percentuais para as campanhas 1992/93 e 2022/23, permitem concluir que:

- O trigo, a cevada, o milho e a batata, apresentaram graus de autoaprovisionamento muito reduzidos e decrescentes;

- O arroz, o azeite, os frutos secos, o leite e a manteiga, tiveram graus de autoaprovisionamento maioritariamente superiores a 100%;
- Os restantes produtos vegetais e animais apresentaram graus de autoaprovisionamento variando entre os 50 e os 100% [Tabela 3.7].

TABELA 3.7 – GRAU DE AUTOAPROVISIONAMENTO¹⁾ DOS PRODUTOS AGRÍCOLAS

Produtos vegetais (%)	1992 / 1993	2000 / 2003	2012 / 2013	2022 / 2023
Trigo	27,8	21,4	4,1	4,2
Cevada	28,3	5,6	7,3	6,5
Milho	42,1	38,7	32,2	25,6
Arroz	75,5	88,4	95,2	118,7
Batata	93,9	71,8	44,7	31,6
Azeite	121,6	50,8	80,8	198,6
Citrinos	88,0	84,5	81,4	88,6
Frutos frescos	78,0	63,4	61,8	64,1
Frutos secos	102,2	106,1	77,5	101,7

Produtos animais (%)	1992 / 1993	2000 / 2003	2012 / 2013	2022 / 2023
Carnes				
Bovinos	69,9	59,5	50,5	59,4
Ovinos	69,2	71,4	76,0	91,7
Suínos	88,3	63,4	69,2	73,3
Aves	104,8	98,4	89,6	87,4
Ovos				
Ovos	102,0	100,0	103,4	102,0
Leite				
Leite	101,4	106,6	106,7	111,4
Manteiga				
Manteiga	121,4	150,0	164,6	117,4
Queijos				
Queijos	98,6	75,9	74,1	60,5

1) Produção em percentagem do consumo aparente (Produção + Importações-Exportações)

Fonte: INE

EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO

Em Portugal, como na generalidade dos países mais desenvolvidos, difundiu-se, a partir da II Guerra Mundial, um modelo tecnológico de intensificação agrícola que, face à crescente escassez de população activa agrícola (absorvida pela expansão da indústria e dos serviços e pela emigração), se baseou numa dupla substituição:

- do trabalho humano e animal, por máquinas e motores;
- dos processos biológicos, por *inputs* químicos de origem industrial.

Este modelo tecnológico, usualmente designado por **químico-mecânico ou convencional**, que assentou em progressos indiscutíveis no domínio da ciência e da agronomia, teve consequências muito positivas do ponto de vista económico, mas provocou, simultaneamente, graves problemas ambientais, no âmbito da

gestão do solo e da água, das emissões de GEE e da biodiversidade.

Foi cada vez mais consensual, dados os crescentes sinais negativos económicos e ambientais apresentados pela agricultura dos países mais desenvolvidos em geral e pela agricultura portuguesa em particular, a necessidade de substituição do modelo químico-mecânico por um modelo de intensificação agrícola sustentável, baseado:

- na obtenção, em simultâneo, de ganhos de produtividade e de uma melhor valorização do capital natural e dos serviços ecossistémicos agrícolas;
- em melhorias significativas nas funções do solo e num uso mais eficiente da água, dos agroquímicos e do trabalho;
- na utilização da biodiversidade natural na procura de formas mias resilientes aos factores de risco bióticos e abiótico.



Há desde, pelo menos, uma década e meia que se tem assistido em Portugal a uma difusão de:

- tecnologias orientadas para o aumento da eficiência no uso dos *inputs* agrícolas com base nas chamadas técnicas de precisão;
- práticas agronómicas que visam a substituição parcial dos *inputs* agrícolas convencionais através do controlo da erosão, da

melhoria da estrutura e do aumento do teor de matéria orgânica dos solos.

É, neste contexto, que assumem cada vez mais importância os **modos de produção agrícola sustentáveis** que, de acordo com o seu enfoque prioritário, têm vindo a ser designados por **biológico**, de **produção integrada**, de **conservação**, **regenerativo**, de **carbono**, de **precisão**, ...



Em minha opinião, tem sido este processo de inovação tecnológica o principal responsável pela melhoria significativa observada, nesta última década, no desempenho económico do sector agrícola nacional.

Esta melhoria só foi possível graças à crescente profissionalização dos produtores agrícolas, ao papel dinamizador das Organizações de Produtores, cada vez melhor posicionadas

no complexo agroalimentar nacional e ao reforço da respectiva fileira de conhecimento e de difusão das inovações.

Importa, por último, sublinhar a importância decisiva que as políticas públicas poderão vir a ter para que seja possível potenciar no futuro os impactos positivos dos diferentes modos de produção sustentáveis.



4.

Competitividade e crescimento agrícolas em Portugal nas últimas décadas e desafios para o futuro

AVILLEZ, Francisco - *Competitividade e crescimento agrícolas em Portugal nas últimas décadas e desafios para o futuro* - in AVILLEZ, Francisco et al - *71 vozes pela competitividade: é obrigatório crescer*. ISCTE, Lisboa: Oficina do Livro, 2022. ISBN 9789896615116. P. 196 a 207.

INTRODUÇÃO

Desde o início dos anos 80 do século passado que tenho dedicado grande parte da minha carreira profissional à análise do comportamento económico da agricultura portuguesa e das respectivas explorações agrícolas no contexto da Política Agrícola Comum (PAC).

Em 2004, publiquei, em co-autoria, um livro sobre o rendimento e a competitividade agrícolas em Portugal¹ que abordava as relações entre a competitividade e o crescimento deste sector na primeira década e meia após a nossa adesão às Comunidades Europeias (CE).

Em 2014, nos 25 anos da AGROGES, foi publicado um novo livro intitulado "A Agricultura Portuguesa: Caminhos para um crescimento sustentável"² em que os temas em causa foram analisados para um período mais alargado que abrangia as primeiras três décadas após a nossa adesão às CE.

Desde então tenho vindo a publicar diversos artigos e capítulos de livros em que as temáticas do crescimento económico, do rendimento, da competitividade e da produtividade agrícolas, têm ocupado um lugar central, os quais foram reunidos em duas colectâneas de textos, entretanto publicadas em 2016³ e 2020⁴.

¹ Avillez F. et al, "Rendimento e competitividade agrícolas em Portugal", Livraria Almedina, Outubro 2004

² Avillez F, "A Agricultura Portuguesa: Caminhos para um crescimento sustentável", AGROGES, 2014

³ Avillez F, "A Agricultura Portuguesa e a Política Agrícola Comum", AGROGES, 2016

⁴ Avillez, F., "A Agricultura Portuguesa – Desafios para o futuro", AGROGES, 2020

Com esta minha participação no Livro do ISCTE, pretendo resumir o essencial das minhas reflexões anteriores e delas retirar algumas lições em relação às perspectivas futuras da evolução da competitividade e do crescimento da agricultura portuguesa.

Para o efeito, irei começar por analisar o crescimento do rendimento e do produto do sector agrícola português nas últimas três décadas, para de seguida abordar a evolução do rendimento e da competitividade das explorações agrícolas nacionais e da produtividade dos respectivos factores de produção para, por último, identificar aquilo que considero serem os principais desafios para o futuro da agricultura portuguesa.

CRESCIMENTO DO RENDIMENTO E DO PRODUTO AGRÍCOLAS EM PORTUGAL NAS ÚLTIMAS TRÊS DÉCADAS

O rendimento do sector agrícola português, medido pelo valor acrescentado bruto a custo de factores e a preços nominais (VAB_{pProd}) teve uma evolução positiva, mas pouco significativa, nas últimas três décadas, que se caracterizou por um crescimento acumulado de 37% e uma taxa de crescimento média anual de 1,1% [Figura 4.1].

Este comportamento do rendimento agrícola nacional apresentou ritmos de crescimento diferentes nas três últimas décadas, com taxas de crescimento médio anual de:

- +1,4%/ano entre os triénios de "1990" e "2000";
- -1,0%/ano entre os triénios de "2000" e "2010";
- +2,8%/ano na última década.

Pode-se daqui concluir que o rendimento agrícola nacional, que teve um crescimento marginal entre "1990" e "2010", evoluiu de forma bastante mais positiva nos últimos dez anos.

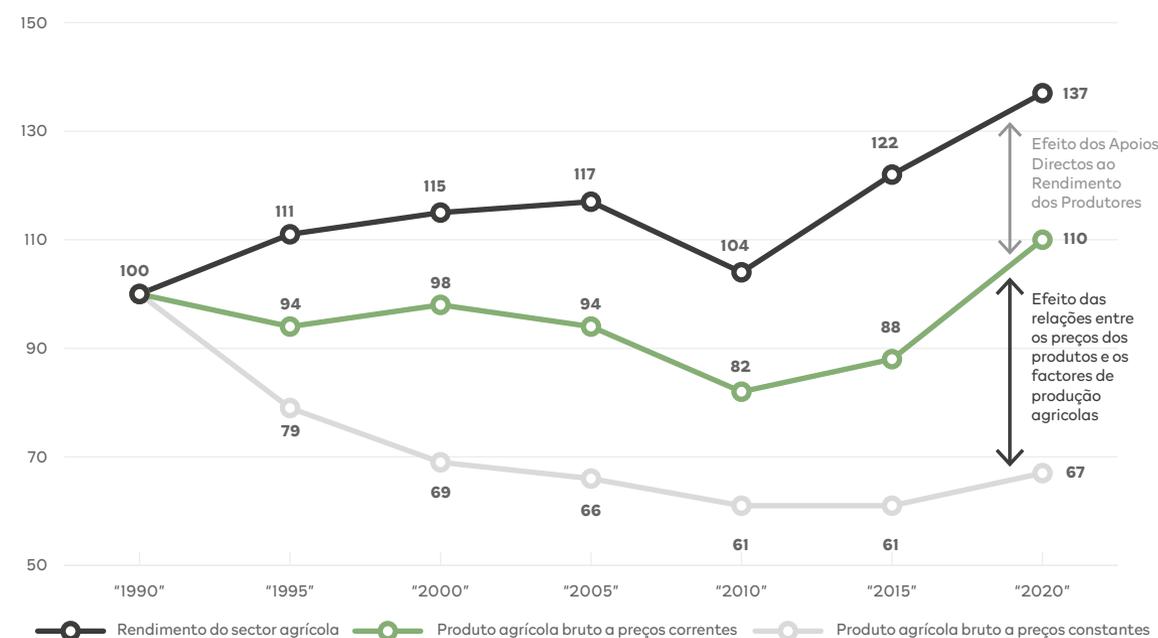
O produto agrícola bruto, em valor, medido pelo valor acrescentado bruto a preços no produtor correntes e nominais (VAB_{pProd}), teve um crescimento acumulado de, apenas, 10% nas últimas três décadas (+0,3%/ano), o qual tendo sido negativo na primeira (-0,2%/ano) e segunda décadas (-1,8%/ano), cresceu de forma significativa a partir de "2010" (+3,0%/ano).

A diferença significativa verificada entre o rendimento e o produto agrícolas em valor nas últimas décadas, foi consequência do peso crescente assumido pelas transferências de rendimento geradas pelos apoios directos aos rendimentos de que beneficiaram os produtores agrícolas portugueses no contexto dos pagamentos directos do 1.º e 2.º Pilares da PAC, os quais se caracterizaram por uma taxa de crescimento média anual de +5,6% entre os triénios de "1990" e "2020", na sua maior parte obtidos nos primeiros dez anos do período em causa (+13,7%).

Por seu lado, o produto agrícola bruto em volume, medido pelo valor acrescentado bruto a preços no produtor constantes ($VAB_{pProdConst}$), decresceu de forma muito significativa até "2010" (-2,5%/ano), tendo recuperado ligeiramente nos últimos dez anos, o que não evitou que o seu valor em "2020" seja 31 pp, inferior a "1990".

As diferenças de comportamento observadas entre os produtos agrícolas em valor e em volume, explicam-se, no essencial, pela evolução sofrida pelos termos de troca agrícolas que se caracterizou por ser favorável aos produtores

FIGURA 4.1 – EVOLUÇÃO DO RENDIMENTO E DO PRODUTO AGRÍCOLAS NAS ÚLTIMAS TRÊS DÉCADAS



%/ano	"1990" - "2000"	"2000" - "2010"	"2010" - "2020"	"1990" - "2020"
Rendimento do sector agrícola	+1,4	-1,0	+2,8	+1,1
Produto agrícola bruto a preços correntes	-0,2	-1,8	+3,0	+0,3
Produto agrícola bruto a preços constantes	-3,7	-1,3	+1,1	-1,3
Apoios directos aos produtores agrícolas	+13,7	+1,8	+2,0	+5,6
Relação entre os preços dos produtos e dos factores de produção agrícolas	+3,3	-1,3	+0,5	+0,8

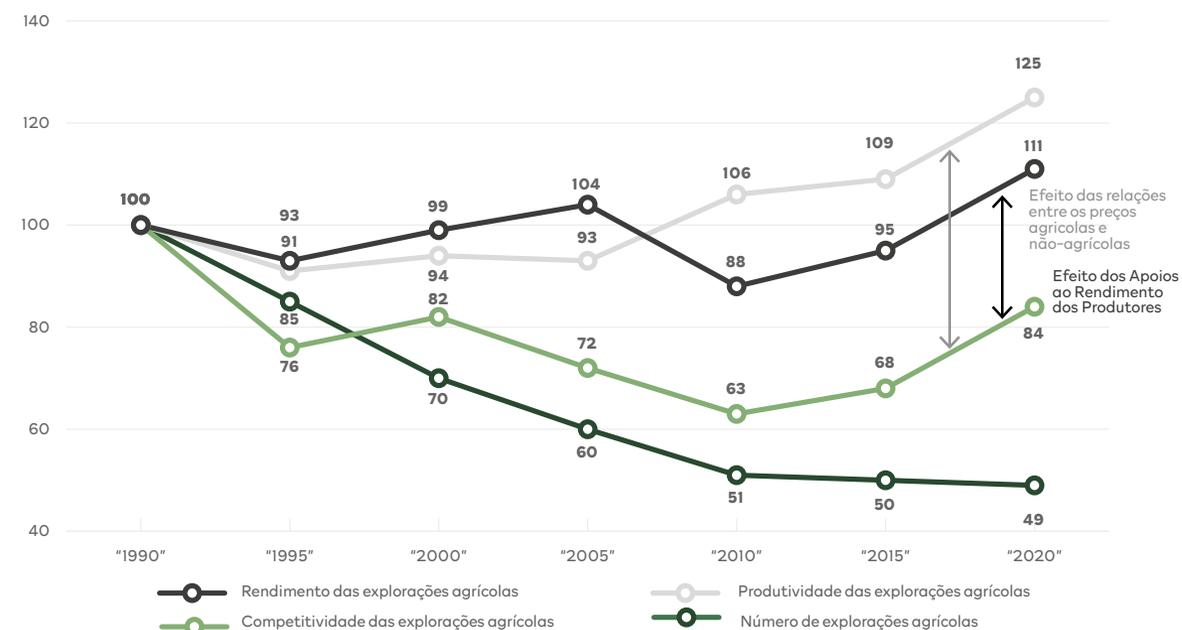
Fonte: Contas Económicas de Agricultura (CEA) do INE de Dezembro de 2021

entre "1990" e "2000" (+3,3%/ano) e entre "2010" e "2020" (+0,5%/ano) e desfavorável entre "2000" e "2010" (-1,3%/ano).

Assim sendo, da análise comparativa da evolução do rendimento e dos produtos agrícolas em valor e em volume, pode-se concluir que nas últimas três décadas o crescimento do sector agrícola português foi caracterizado por um comportamento recessivo que:

- na última década do século passado foi largamente compensado pela conjugação de uma evolução favorável, quer das transferências de rendimento geradas pelos pagamentos directos aos produtores do 1.º e 2.º Pilares da PAC, quer dos termos de troca agrícolas;
- foi, apenas, marginalmente compensado pela evolução dos efeitos das políticas agrícolas nos primeiros dez anos deste século;

FIGURA 4.2 – EVOLUÇÃO DO RENDIMENTO, COMPETITIVIDADE E PRODUTIVIDADE DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS PORTUGUESAS NAS ÚLTIMAS TRÊS DÉCADAS



- foi largamente compensado, nos últimos dez anos, pelos ganhos obtidos pelos produtores agrícolas em consequência da evolução mais favorável observada, quer nos apoios directos aos rendimentos, quer nos termos de troca agrícolas.

EVOLUÇÃO DO RENDIMENTO E DA COMPETITIVIDADE DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS E DAS PRODUTIVIDADES DOS RESPECTIVOS FACTORES DE PRODUÇÃO NAS ÚLTIMAS TRÊS DÉCADAS

A evolução do rendimento e do produto do sector agrícola nacional conjugada com a evolução quer do número de explorações agrícolas, quer da superfície agrícola cultivada, quer da relação entre os preços

agrícolas e não-agrícolas, provocou alterações significativas no rendimento, na competitividade e na produtividade das explorações agrícolas portuguesas.

O rendimento das explorações agrícolas portuguesas, medido pelo rendimento dos factores por exploração agrícola, deflacionado pelo índice implícito do PIB (RF/Exp a Preços reais) aumentou, apenas, 11% nos últimos trinta anos (+0,4%/ano), o que se caracterizou por uma evolução negativa até "2010" e por um crescimento de 2,4%/ano na última década [Figura 4.2]. É de realçar que esta evolução foi acompanhada por uma redução para metade do número de explorações agrícolas e de um aumento de 36% da respectiva SAC por exploração e, ainda, de um aumento muito significativo(+4,9%/ano) dos apoios directos ao rendimento de que os produtores agrícolas

%/ano	"1990" - "2000"	"2000" - "2010"	"2010" - "2020"	"1990" - "2020"
Rendimento das explorações agrícolas	-0,6	-1,2	+2,4	+0,4
Competitividade das explorações agrícolas	-2,0	-2,6	+2,9	-0,6
Produtividade das explorações agrícolas	-0,7	+1,2	+1,7	+0,7
Apoios directos às explorações agrícolas	+11,6	+2,3	+1,1	+4,9
Relação entre os preços agrícolas e não agrícolas	-0,7	-3,6	+0,4	-1,3
Número de explorações agrícolas	-3,6	-3,1	-0,5	-2,4

Fonte: Contas Económicas de Agricultura (CEA) do INE de Dezembro de 2021

nacionais beneficiaram das políticas agrícolas em vigor [Figura 4.2].

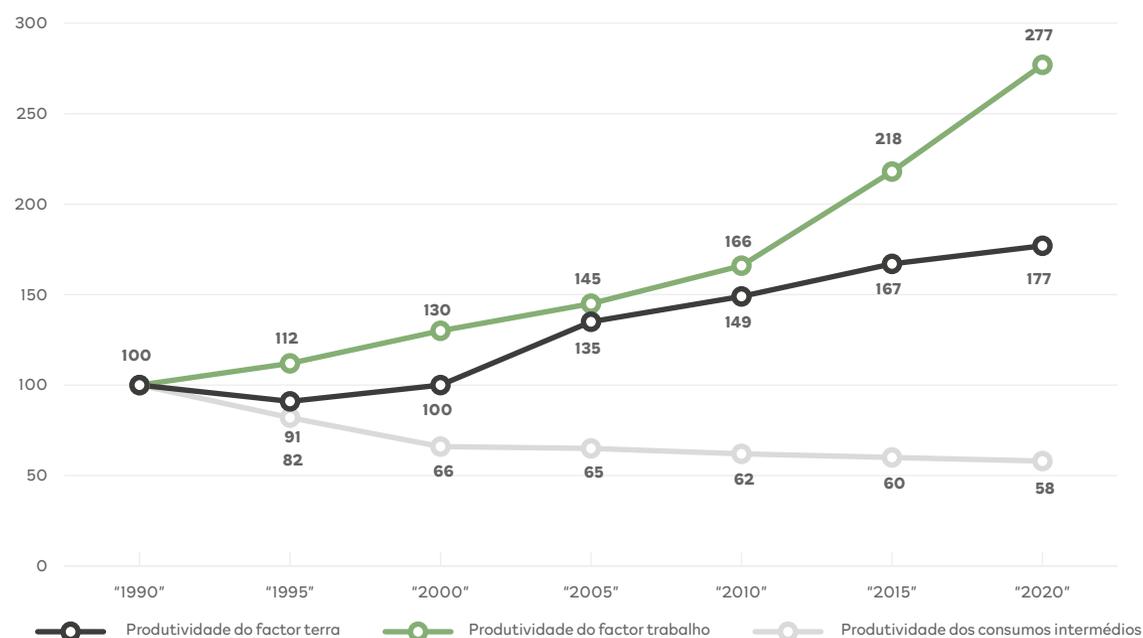
Por outro lado, a competitividade das explorações agrícolas, medida pelo valor acrescentado líquido por exploração a preços no produtor deflacionado pelo IPIB ($VAL_{ProdReais/Exp}$), sofreu um decréscimo muito acentuado até ao triénio de "2010" (-37%), o qual foi em parte

compensado pelos ganhos alcançados na última década (+2,9%/ano). Esta evolução negativa da competitividade foi acompanhada por uma evolução positiva da respectiva produtividade, a qual esteve, no entanto, longe de poder compensar o efeito negativo resultante de uma evolução desfavorável para os produtores agrícolas, da relação entre os preços agrícolas e não-agrícolas, medidos, respectivamente, pelos índices





FIGURA 4.3 – EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE DOS FACTORES DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA NACIONAIS NAS ÚLTIMAS TRÊS DÉCADAS



%/ano	"1990" - "2000"	"2000" - "2010"	"2010" - "2020"	"1990" - "2020"
Produtividade do factor terra	+0,03	+4,1	+1,7	+1,9
Produtividade do factor trabalho	+2,7	+2,5	+5,3	+3,5
Produtividade dos consumos intermédios	-4,1	-0,6	-0,6	-1,8

Fonte: Contas Económicas de Agricultura (CEA) do INE de Dezembro de 2021

e preços implícitos no VAB agrícola e no PIB, a qual foi particularmente negativa na primeira década do século XXI.

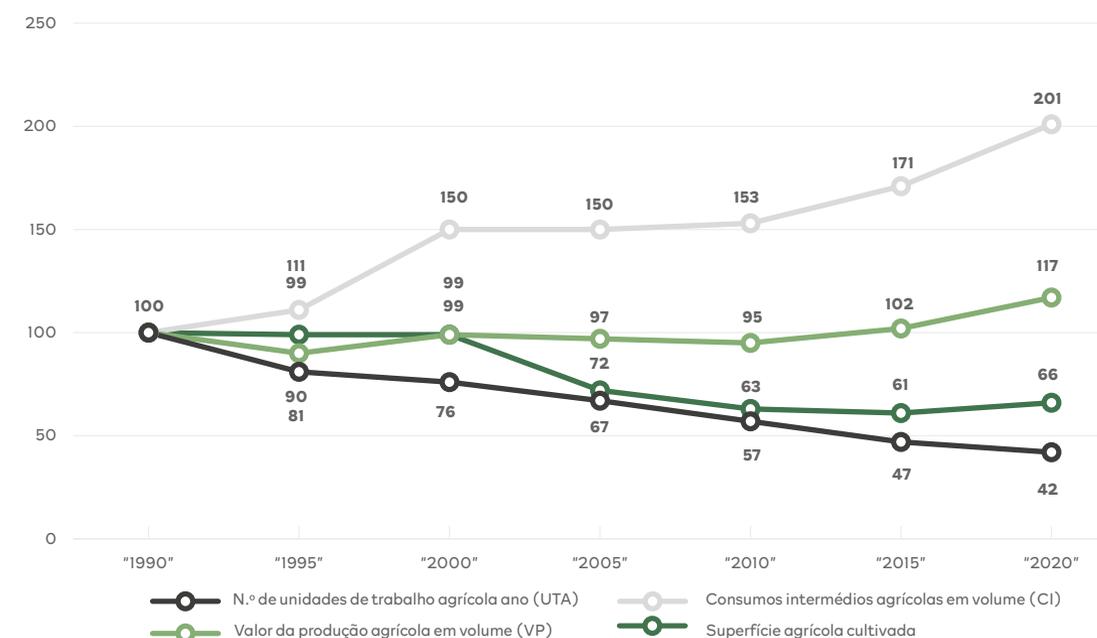
Da análise da evolução da produtividade dos factores de produção agrícolas nas últimas três décadas, podem-se retirar as seguintes principais conclusões [Figura 4.3].

Primeiro, que a produtividade do factor terra, medido pelo valor da produção agrícola a preços no produtor constantes por hectare de superfície

agrícola cultivada ($VPA_{PprodConst}/SAC$) teve um aumento acumulado de 77% e anual de 1,9%, o qual foi mais acentuada entre os triénios "2000" e "2010" (+4,1%/ano), o que foi, no essencial, consequência de uma significativa redução da SAC (-4,4%/ano) com um impacto muito reduzido na evolução do volume de produção agrícola nacional (-0,4%/ano) [Figura 4.4].

Segundo, que a produtividade do factor trabalho, medida pelo valor da produção agrícola a preços no produtor constantes por unidade

FIGURA 4.4 – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO SECTOR AGRÍCOLA PORTUGUÊS NAS ÚLTIMAS TRÊS DÉCADAS



%/ano	"1990" - "2000"	"2000" - "2010"	"2010" - "2020"	"1990" - "2020"
Superfície agrícola cultivada (SAC)	-0,1	-4,4	+0,8	-1,4
N.º UTA	-2,7	-2,9	-3,0	-2,9
Valor da produção agrícola (VP)	-0,1	-0,4	+2,1	+0,5
Consumos intermédios agrícolas (CI)	+4,1	+0,2	+2,8	+2,4

Fonte: Recenseamento Agrícola e Contas Económicas de Agricultura (CEA) do INE de Dezembro de 2021

de trabalho agrícola na ($VPA_{PprodConst}/UTA$), cresceu de forma muito significativa, tendo atingido no final do período um aumento acumulado de 177%, o que correspondeu a um crescimento de 3,5%/ano [Figura 4.3]. É de realçar que estes ganhos de produtividade, que foram particularmente significativos na última década (+5,3%/ano), resultaram, no essencial, de um decréscimo acentuado no volume de mão-de-obra agrícola, que sendo no final do período menos de metade do que no início, garantiu um volume da produção

agrícola ligeiramente superior ao alcançado três décadas atrás.

Terceiro, que a produtividade dos consumos intermédios, medida pelo valor da produção agrícola por unidade de consumos intermédios a preços no produtor constantes ($VPA_{PprodConst}/CI_{PprodConst}$), teve um decréscimo acumulado, nas últimas três décadas, de 42%, o qual foi bastante mais acentuado nos primeiros dez anos (-4,1%/ano) do que na média do período (-1,8%/ano) [Figura 4.3].



É de realçar que as perdas verificadas para a produtividade dos factores intermédios são, no essencial, consequência de um crescimento do volume dos bens intermédios consumidos (+2,4%/ano) bastante superior ao do volume da produção agrícola obtida (+0,5%/ano) ao longo das três décadas em causa, o que reflete uma evolução produtiva assente num modelo de intensificação tecnológico baseado em ganhos de produção alcançados à custa de um aumento mais que proporcional dos respectivos consumos intermédios [Figura 4.4].

DESAFIOS PARA O FUTURO

Do anteriormente exposto, pode-se concluir que são quatro os principais factores explicativos da quase estagnação do produto agrícola nacional e da evolução negativa da competitividade das explorações agrícolas portuguesas nas últimas três décadas.

Um primeiro factor diz respeito à importância assumida nos resultados das explorações agrícolas das transferências de rendimento geradas pelas medidas de apoio ao rendimento dos produtores em vigor que, assegurando a viabilidade económica dos sistemas de produção

praticados, têm muitas vezes desincentivado a obtenção de ganhos de produtividade capazes de contribuir para a sua competitividade.

Um segundo factor tem a ver com a evolução muito desfavorável da relação entre os preços agrícolas e não agrícolas, em geral, e dos preços dos produtos e dos factores agrícolas de produção, em particular.

Um terceiro factor está relacionado com a acentuada redução observada na superfície agrícola cultivada, motivada, no essencial, por uma progressiva perda de produtividade de grande parte dos nossos solos e pelo crescente agravamento dos seus déficits hídricos.

Um quarto factor diz respeito à predominância de tecnologias e práticas agrícolas baseadas predominantemente num modelo de intensificação tecnológico em que os ganhos de produção implicam uma crescente utilização de factores intermédios de produção quase sempre com impactos negativos do ponto de vista ambiental.

A evolução mais favorável na última década do crescimento e da competitividade agrícolas, foi consequência da inversão positiva ocorrida no conjunto dos factores em causa.

Assim sendo, o principal desafio a enfrentar nas próximas décadas irá ser o de como promover na agricultura portuguesa opções produtivas, tecnológicas e estruturais que, sendo economicamente viáveis, sejam baseadas num modelo de intensificação tecnológico sustentável e capazes de assegurar uma gestão sustentável dos solos e da água e a preservação da biodiversidade e das paisagens agrícolas.

Neste contexto, Portugal vai ter que fazer crescer de forma significativa a produção nacional de produtos agrícolas e alimentares de qualidade destinados aos mercados interno e externo que, contribuindo para o crescimento do valor acrescentado nacional e para uma maior segurança alimentar, sejam baseados em sistemas e estruturas de produção economicamente viáveis, ambientalmente sustentáveis e territorialmente equilibrados.

Dadas as características edafo-climáticas, sócio-estruturais e técnico-económicas muito diversas da agricultura portuguesa, só será possível, em minha opinião, ultrapassar este desafio se forem criadas as condições político-institucionais capazes de, simultaneamente:

- promover ganhos crescentes de produtividade económica nos sistemas e estruturas



de produção agrícola capazes de competir no contexto de mercados cada vez mais alargados e concorrenciais e crescentemente sujeitos a uma procura alimentar cada vez mais exigente do ponto de vista sanitário e ambiental;

- assegurar a viabilidade económica daqueles sistemas de ocupação e uso dos solos agrícolas e florestais que, sendo produtivos, mas não tendo condições para virem a ser competitivos, possam desempenhar funções relevantes do ponto de vista da gestão dos recursos solo, água e ar, da descarbonização da economia, da preservação da biodiversidade e das paisagens agrícolas e de coesão económica e social das zonas rurais;
- incentivar a inovação e a internacionalização do sistema agroalimentar e florestal.

A concretização destes três grandes objectivos vai depender, no essencial, da promoção de um tecido empresarial agrícola e rural cada vez mais bem organizado, melhor qualificado, mais dinâmico e mais inovador, o que irá exigir a adopção, na próxima década, de um conjunto coerente e eficaz de políticas e de acções no contexto, quer do Plano Estratégico da PAC (PEPAC), quer da Agenda para Inovação para a Agricultura Portuguesa.





5.

Foi durante os anos da Troika que as explorações agrícolas portuguesas tiveram o melhor desempenho económico nas últimas três décadas

AVILLEZ, Francisco e NINA JORGE, Manuela, in www.agroportal.pt e www.agroges.pt . Setembro 2023.

INTRODUÇÃO

A análise dos dados das Contas Económicas de Agricultura permite-nos concluir que, durante os últimos 30 anos, o comportamento económico do sector agrícola português se caracterizou por tendências muito distintas entre as duas primeiras e a última década do período, durante a qual se verificou uma inversão significativa da evolução globalmente negativa até então verificada.

De facto, foi na última década que, apesar de todas as perturbações entretanto ocorridas (Troika, pandemia, invasão da Ucrânia e alterações nas políticas agrícolas nacional e da UE), que a agricultura portuguesa teve um comportamento económico globalmente favorável, com especial relevo para os resultados económicos alcançados pelas explorações agrícolas no período entre 2011 e 2016, ou seja, durante os anos da Troika.

Com este artigo pretendemos mostrar estas tendências, procedendo à análise da evolução:

- do produto e do rendimento do sector agrícola;
- da produtividade, competitividade e viabilidade económicas das explorações agrícolas;
- do rendimento dos produtores agrícolas.

Por último, tiraremos algumas conclusões sobre os factores determinantes do comportamento da agricultura portuguesa nestas últimas três décadas.

EVOLUÇÃO NAS ÚLTIMAS TRÊS DÉCADAS DO PRODUTO E DO RENDIMENTO DO SECTOR AGRÍCOLA PORTUGUÊS

Da análise das **Figuras 5.1 e 5.2**, podem-se retirar as seguintes principais conclusões.



FIGURA 5.1 – EVOLUÇÃO DO PRODUTO E DO RENDIMENTO AGRÍCOLAS NAS ÚLTIMAS TRÊS DÉCADAS EM PORTUGAL

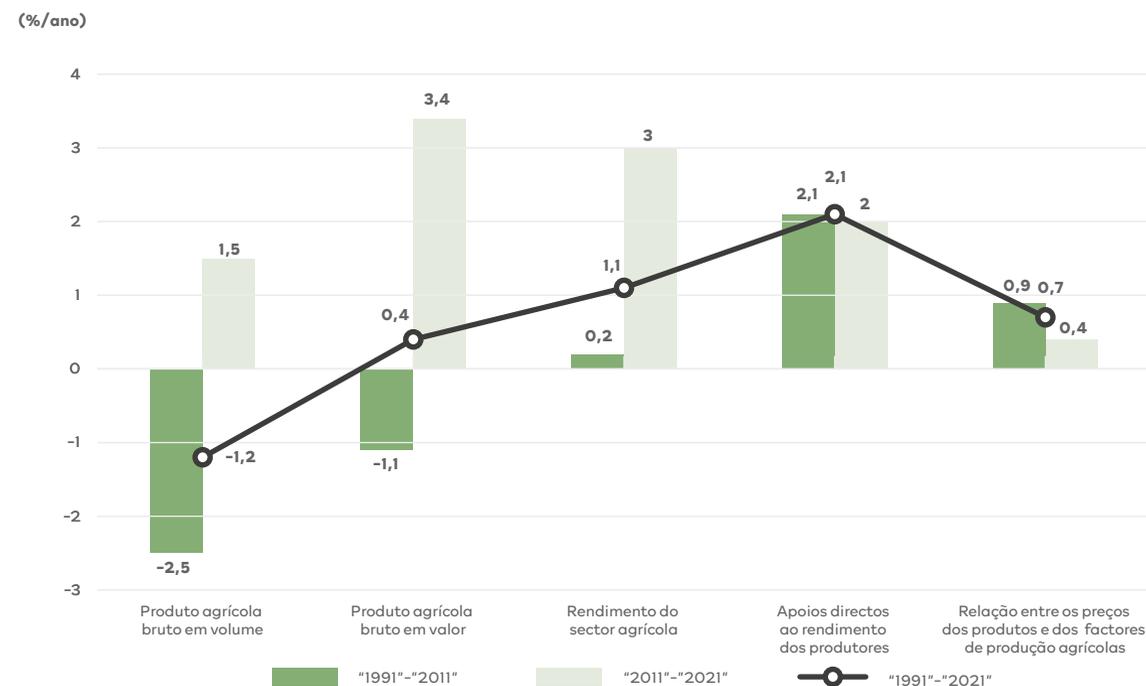
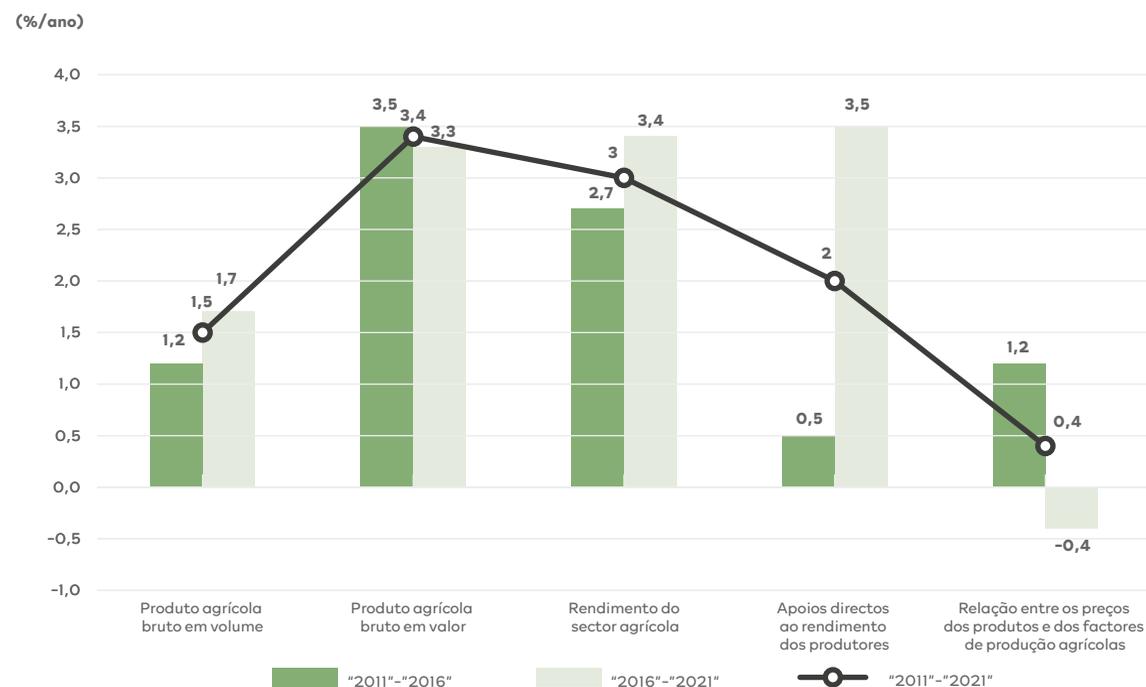


FIGURA 5.2 – EVOLUÇÃO DO PRODUTO E DO RENDIMENTO AGRÍCOLAS NA ÚLTIMA DÉCADA EM PORTUGAL



Primeiro, que o **produto agrícola bruto em volume¹** gerado pela agricultura portuguesa decresceu ao longo dos últimos 30 anos a uma taxa de -1,2%/ano, decréscimo este que foi ainda mais significativo nas duas primeiras décadas (-2,5%/ano), o que foi parcialmente compensado por uma evolução positiva (+1,5%/ano) nos últimos dez anos, a qual foi um pouco mais favorável no último quinquénio (+1,7%/ano) do que no primeiro (+1,2%/ano).

Segundo, que o **produto agrícola bruto em valor²**, depois de ter decrescido a uma taxa de -1,1%/ano nas duas primeiras décadas do período em causa, teve um crescimento significativo nos últimos dez anos (+3,4%/ano), o qual foi ligeiramente mais elevado entre "2011" e "2016" (+3,5%/ano) do que no último quinquénio (+3,3%/ano), o que foi alcançado apesar da evolução negativa verificada para a relação entre os preços dos produtos e dos factores de produção agrícolas (-0,4%/ano).

Terceiro, que o **rendimento do sector agrícola³** português cresceu muito ligeiramente ao longo das últimas três décadas (+1,1%/ano), crescimento este que, no entanto, foi bastante significativo nos últimos dez anos (+3,0%/ano) e, em particular, no último quinquénio (+3,4%/ano), o que resultou em grande medida de um crescimento bastante mais favorável dos apoios directos ao rendimento dos produtores nestes últimos

cinco anos (+3,5%/ano) do que no período "2011" a "2016" (+0,5%/ano).

EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE, COMPETITIVIDADE E VIABILIDADE DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS PORTUGUESAS NAS ÚLTIMAS TRÊS DÉCADAS

Dos dados que constam nas Figuras 5.3 e 5.4 podem-se retirar as seguintes principais conclusões.

Primeiro, a **produtividade das explorações agrícolas⁴** cresceu, apenas, 0,9%/ano ao longo das três últimas décadas, crescimento este que, no entanto, foi mais significativo na última década (+2,2%/ano) e, com especial relevo, nos anos da Troika, em que cresceu a uma taxa de +5%/ano.

Segundo, a **competitividade das explorações agrícolas⁵** portuguesas manteve-se praticamente estagnada nos últimos 30 anos (+0,1%/ano), mas o seu crescimento foi muito significativo (+4,3%/ano) durante a última década, crescimento este muito mais elevado entre "2011" e "2016" (+7,1%/ano) do que no último quinquénio (+1,5%/ano).

Terceiro, a **viabilidade económica das explorações agrícolas⁶** nacionais, cresceu menos, ao longo dos últimos 30 anos, do que a respectiva

¹ Medido pelo valor acrescentado bruto agrícola a preços no produtor constantes
² Medido pelo valor acrescentado bruto agrícola a preços no produtor correntes
³ Medido pelo valor acrescentado bruto agrícola a custo de factores e preços nominais
⁴ Medida pelo valor acrescentado líquido a preços no produtor constantes divididos pelo número de explorações agrícolas
⁵ Medida pelo valor acrescentado líquido a preços no produtor correntes reais, dividido pelo número de explorações agrícolas
⁶ Medida pelo rendimento dos factores a preços reais dividido pelo número de explorações agrícolas

FIGURA 5.3 – EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE, COMPETITIVIDADE E VIABILIDADE DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS PORTUGUESAS NAS ÚLTIMAS TRÊS DÉCADAS EM PORTUGAL

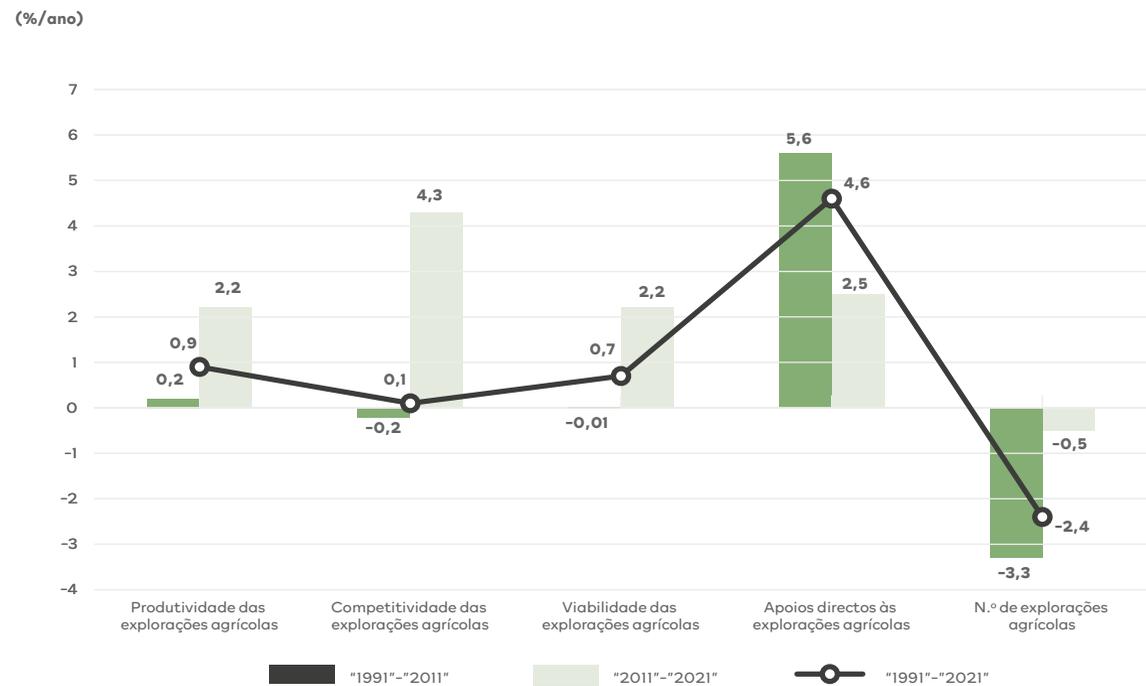
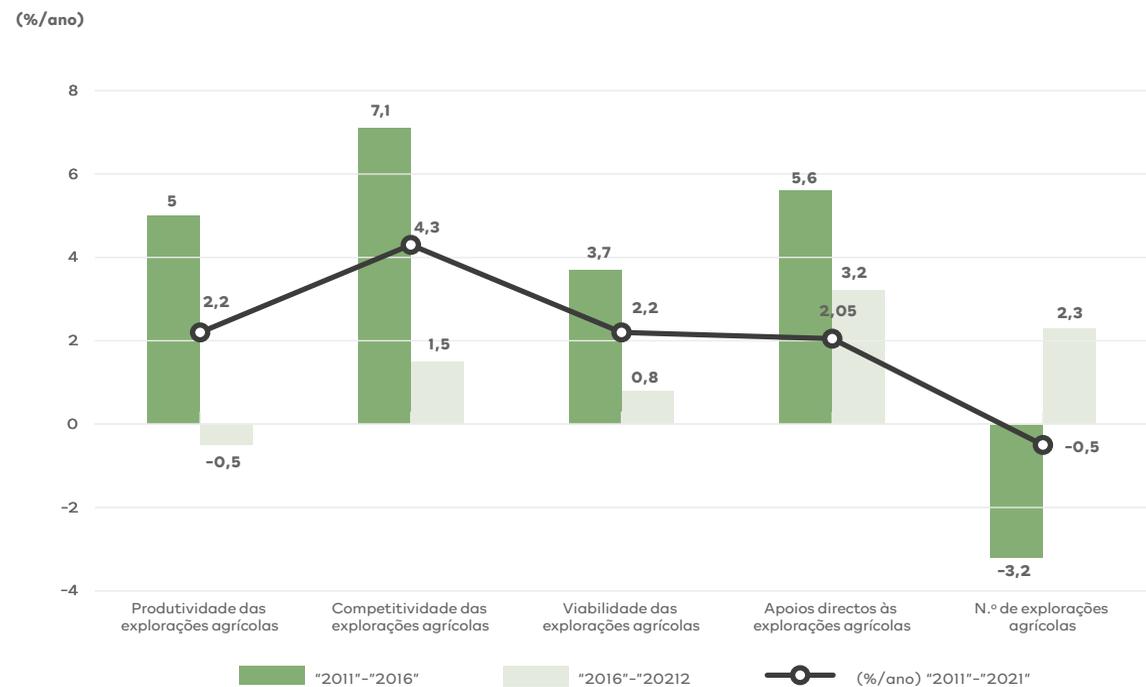


FIGURA 5.4 – EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE, COMPETITIVIDADE E VIABILIDADE DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS PORTUGUESAS NA ÚLTIMA DÉCADA EM PORTUGAL



produtividade (+0,7%/ano), crescimento este que foi alcançado, fundamentalmente, na última década (+2,2%/ano) com especial relevo para o seu primeiro quinquénio (+3,7%/ano).

É de realçar que estes ganhos de viabilidade económica não coincidem com a evolução verificada para os apoios directos aos rendimentos por exploração agrícola, o que significa que tais ganhos estão directamente relacionados com os respectivos ganhos de produtividade e de competitividade alcançados no período "2011"- "2016", os quais poderão ser explicados pela

evolução, quer da produtividade dos factores de produção, quer do investimento realizado.

De facto, foi no período "2011"- "2016" que a evolução da **produtividade do factor terra**⁷ (+2,8%/ano), do **factor trabalho**⁸ (+6,1%/ano) e dos **factores intermédios e de capital**⁹ (-0,6%/ano) foi, globalmente, mais favorável nas últimas três décadas [Figuras 5.5 e 5.6], o mesmo se podendo afirmar em relação à evolução do **investimento por exploração**¹⁰ (+4,8%/ano) e por hectare de **superfície agrícola cultivada**¹¹ (+2,5%/ano) que constam das Figuras 5.7 e 5.8.

⁷ Medida pelo valor da produção agrícola a preços constantes por hectare de superfície agrícola cultivada

⁸ Medida pelo valor da produção agrícola a preços constantes por unidade de trabalho ano agrícola

⁹ Medida pelo valor da produção agrícola a preços constantes dividido pelo valor a preços constantes dos consumos intermédios e de capital

¹⁰ Medido pela FBCF a preços constantes dividido pelo número de explorações agrícolas

¹¹ Medida pela FBCF a preços constantes por hectare de superfície agrícola cultivada



FIGURA 5.5 – EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE DOS FACTORES DE PRODUÇÃO AGRÍCOLAS NAS ÚLTIMAS TRÊS DÉCADAS EM PORTUGAL

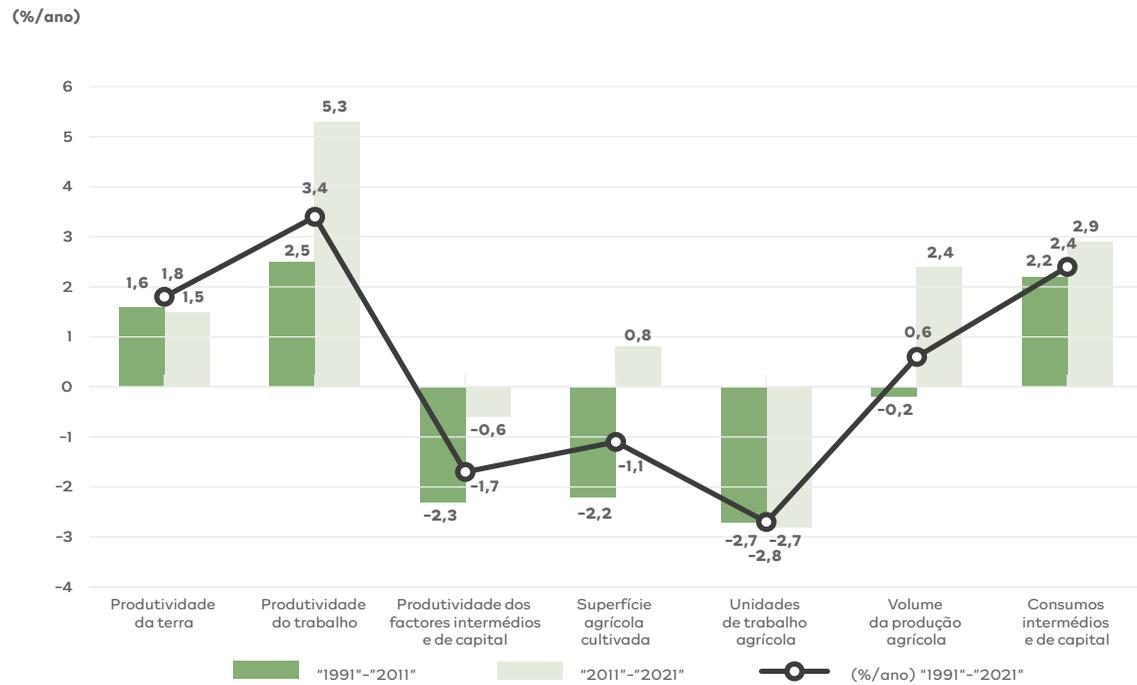


FIGURA 5.6 – EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE DOS FACTORES DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA NA ÚLTIMA DÉCADA EM PORTUGAL

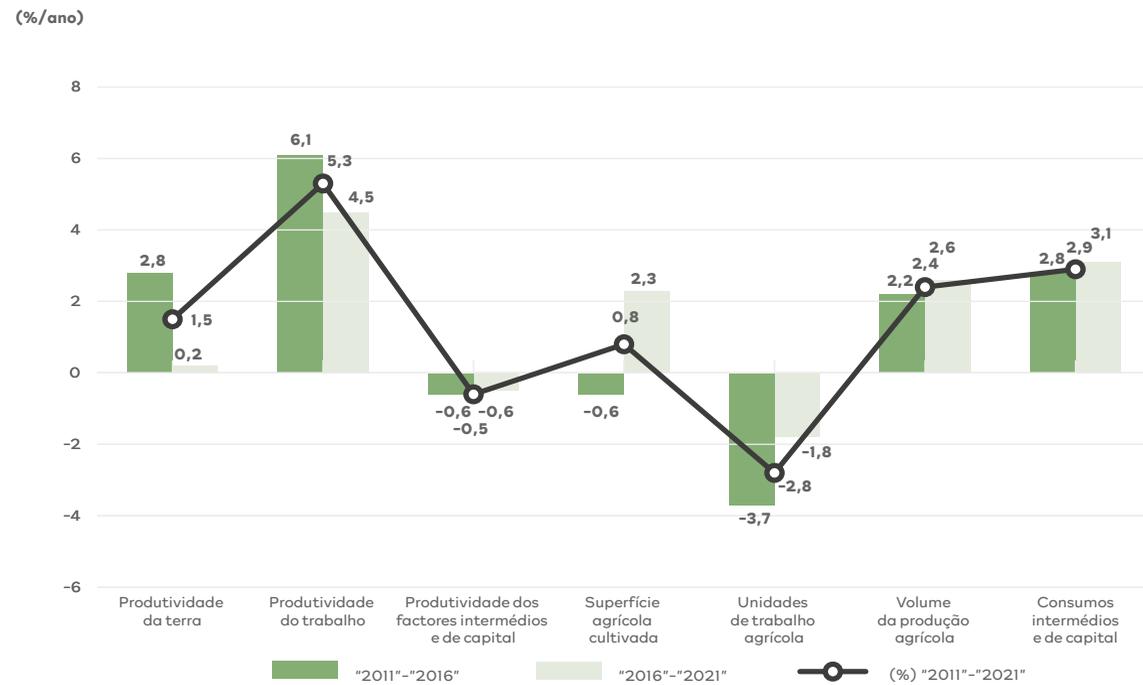


FIGURA 5.7 – EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO AGRÍCOLA NAS ÚLTIMAS TRÊS DÉCADAS EM PORTUGAL

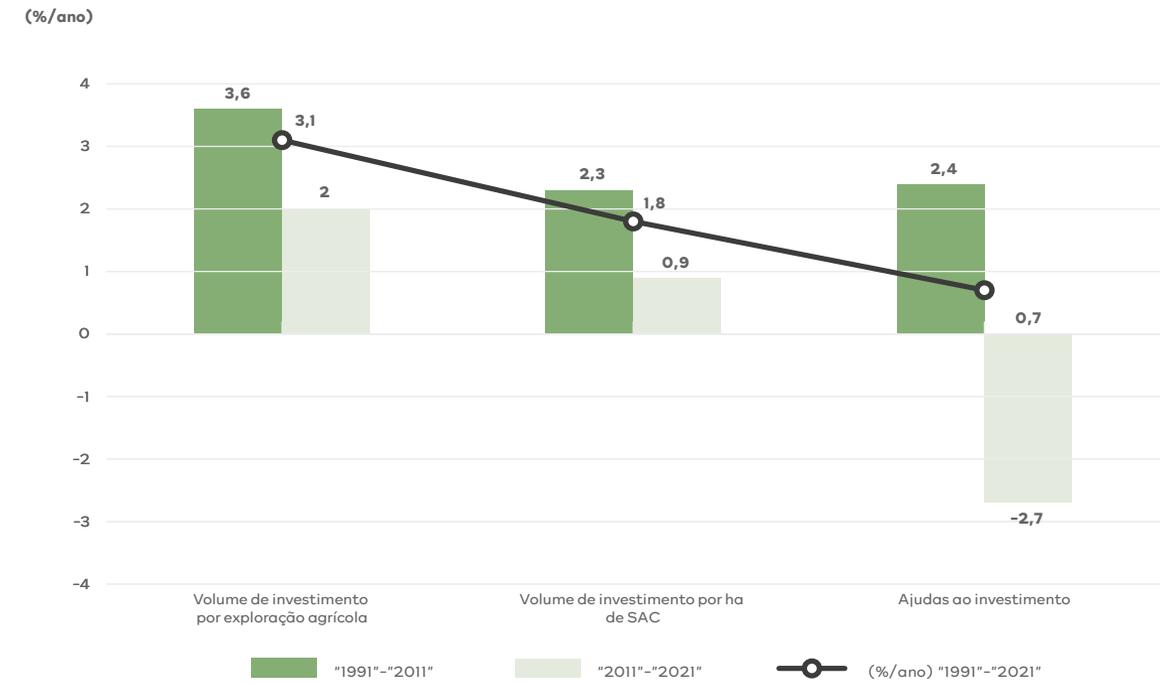


FIGURA 5.8 – EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO AGRÍCOLA NA ÚLTIMA DÉCADA EM PORTUGAL

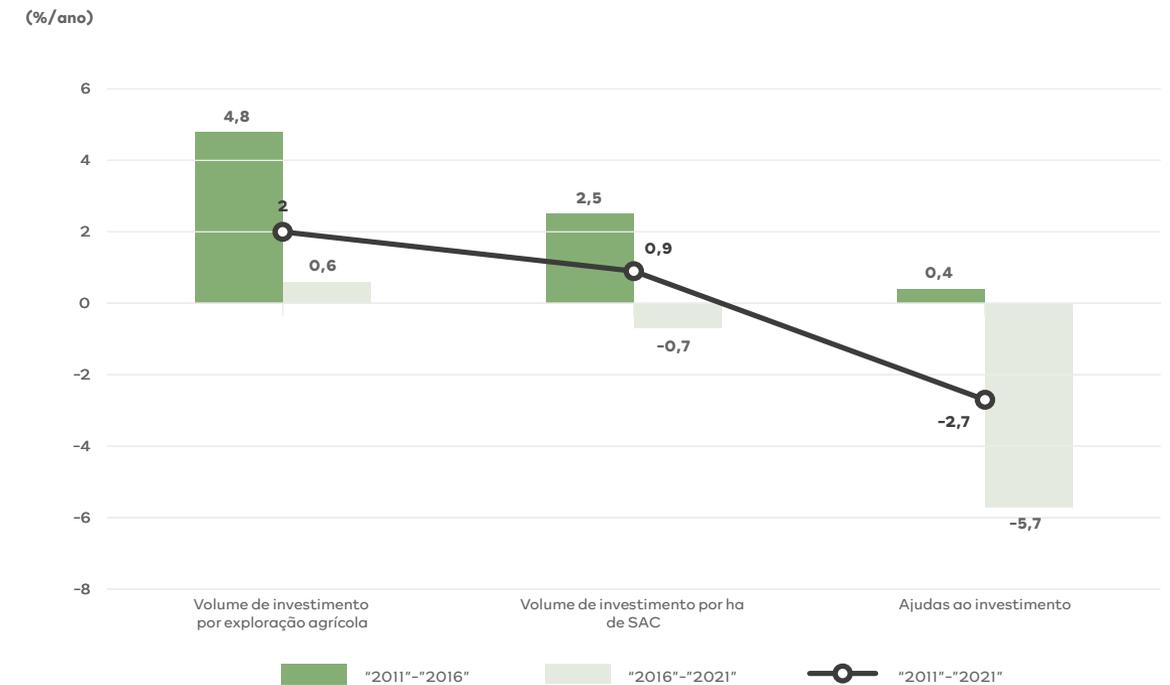






FIGURA 5.9 – EVOLUÇÃO DO RENDIMENTO E DOS APOIOS DIRECTOS AOS PRODUTORES AGRÍCOLAS NAS ÚLTIMAS TRÊS DÉCADAS EM PORTUGAL

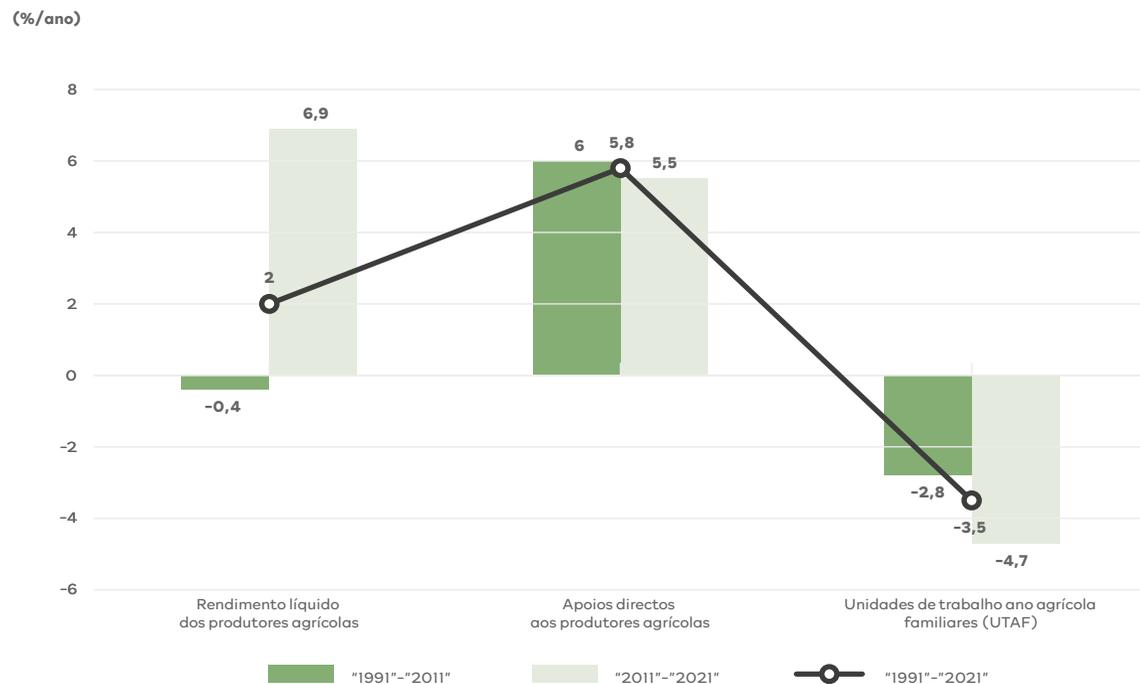
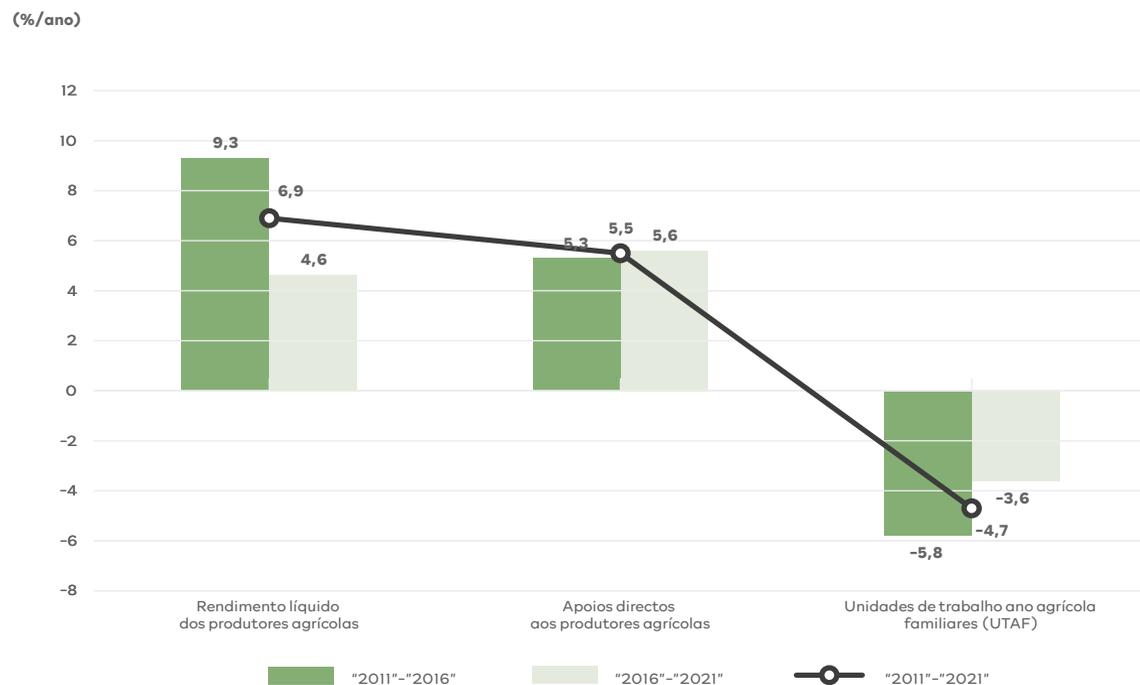


FIGURA 5.10 – EVOLUÇÃO DO RENDIMENTO E DOS APOIOS DIRECTOS AOS PRODUTORES AGRÍCOLAS NA ÚLTIMA DÉCADA EM PORTUGAL



Neste contexto, é de realçar, em nossa opinião, que a melhoria muito significativa verificada na evolução da produtividade dos factores intermédios e de capital durante esta última década, reflete os ganhos de eficiência técnica entretanto alcançados pelos produtores agrícolas nacionais.

EVOLUÇÃO NAS ÚLTIMAS DÉCADAS DO RENDIMENTO DOS PRODUTORES AGRÍCOLAS PORTUGUESES

No que diz respeito à evolução do **rendimento dos produtores agrícolas**¹² portuguesas, que exprime a remuneração dos agricultores e dos elementos do seu agregado familiar (UTAF), a sua evolução

ao longo das últimas três décadas caracterizou-se, no essencial, por [Figuras 5.9 e 5.10]:

- um crescimento de 2,0%/ano do seu valor a preços reais entre "1991" e "2021", que é explicado, maioritariamente, por um crescimento de -3,5%/ano do respectivo volume de mão-de-obra agrícola familiar;
- um crescimento muito significativo do rendimento dos produtores agrícolas na última década (+6,9%/ano) que contrasta com o decréscimo (-0,4%/ano) observado nos primeiros 20 anos do período em análise, diferenças estas que estão, em parte, relacionadas com os muito diferentes ritmos de decréscimo das UTAF nos dois períodos em causa;

¹² Medido pelo rendimento empresarial líquido a preços reais por unidade de trabalho ano agrícola familiar



- um comportamento muito mais favorável do rendimento dos produtores agrícolas no quinquénio "2011"- "2016" (+9,3%/ano) do que neste último quinquénio (+4,6%/ano), o que só em parte pode ser explicado pelos diferentes ritmos de decréscimo das UTAF.

FACTORES DETERMINANTES DO COMPORTAMENTO ECONÓMICO DA AGRICULTURA PORTUGUESA NA ÚLTIMA DÉCADA

São diversos os factores que foram, em nossa opinião, determinantes para o mais favorável desempenho económico do sector agrícola nesta última década.

Em primeiro lugar, é de realçar o crescimento nos últimos dez anos do volume da produção agrícola (+2,4%/ano) que contrasta com a quase estagnação verificada no conjunto das duas décadas anteriores (-0,2%/ano).

Este crescimento que foi praticamente idêntico nos dois últimos quinquénios, verificou-se quase exclusivamente no que diz respeito ao volume da produção vegetal (+3,2%/ano) e foi acompanhado por aumentos na superfície agrícola cultivada, área irrigável e produtividade da terra face ao período anterior.

De facto, a superfície agrícola cultivada aumentou no último quinquénio a um ritmo de 2,3%/ano, face a um decréscimo de -2,2%/ano nos 20 primeiros anos do período em causa, a superfície irrigável cresceu 1,6%/ano entre 2009 e 2019, quando tinha apresentado uma taxa de crescimento de -2,4%/ano, entre 1989 e 2009 e a produtividade da terra cresceu 2,8%/ano entre "2011" e "2016", o que contrasta

com o crescimento de, apenas, 1%/ano na década imediatamente anterior.

Em segundo lugar, importa sublinhar que este crescimento no volume da produção agrícola foi acompanhado por uma melhoria na eficiência no uso dos factores intermédios de produção agrícola e por uma mudança no sistema de ocupação cultural da superfície agrícola nacional.

De facto, no que respeita à utilização dos factores intermédios de produção, o seu volume por hectare de superfície agrícola cultivada cresceu, nos últimos 10 anos, 2,1%/ano, enquanto que nas duas décadas anteriores tinha crescido 4,4%/ano, evoluções estas que, no caso do volume dos consumos intermédios por unidade de produção agrícola, variaram, respectivamente, entre +0,6%/ano e +2,4%/ano. Em relação à utilização das terras agrícolas, pode-se considerar que esta sofreu uma pequena revolução na última década, caracterizada por um decréscimo de 11,6% nas terras aráveis, mais que compensado pelo aumento das áreas das culturas permanentes (+24,6%/ano) e das pastagens permanentes (14,9%/ano).

O decréscimo das terras aráveis na última década, deve-se sobretudo à redução das áreas de cereais praganosos (-32%) e da batata (-30%), que só parcialmente foi compensado pelos aumentos das áreas de culturas hortícolas (+8,8%) e de prados temporários e de culturas forrageiras (+25%). Os acréscimos das áreas de culturas permanentes nos últimos dez anos foram particularmente significativos nos olivais (+12%), nos frutos frescos (+14%), nos citrinos (+16%) e nos frutos de casca rijá (+153%) que, no seu conjunto, mais que compensaram a redução verificada na área com vinhas (-2,6%).



Em terceiro lugar, as alterações produtivas e tecnológicas anteriormente referidas implicaram a realização de investimentos que assumiram uma particular relevância durante os anos da Troika, tendo crescido a preços constantes:

- no total, +3,1%/ano, o que contrasta com -2,22%/ano no período "2001"- "2011" e +1,7%/ano no último quinquénio;
- por exploração agrícola, +4,8%/ano, o que contrasta com +1,7%/ano no período entre "2002" e "2011" e -0,6%/ano entre "2016" e "2021";
- por hectare de superfície agrícola cultivada +2,5%/ano, que contrasta com +0,7% entre "2001" e "2011" e -0,7% nos últimos cinco anos.

Importa, ainda, referir que estes investimentos beneficiaram de apoios ao investimento nesta última década bastante inferiores aos das décadas anteriores.

Em quarto lugar, é de sublinhar que estas mudanças foram caracterizadas nesta última década num contexto de redimensionamento das explorações agrícolas de média dimensão e numa mais que duplicação do número de sociedades agrícolas que passaram a explorar mais de 1/3 da SAU, a deter 57% dos efectivos pecuários e recurso a 21% do volume de mão-de-obra agrícola nacional. De acordo com os dados do Recenseamento Agrícola de 2019, trata-se de um tecido empresarial agrícola cujos dirigentes

são mais novos, têm melhores habilitações e dedicam mais tempo às suas explorações e que se caracterizam por, em média, utilizarem de forma mais eficiente os recursos de que dispõem.

Por último, importa ainda realçar que esta evolução se verificou num contexto em que:

- o peso dos apoios directos aos produtores no rendimento do sector agrícola manteve-se praticamente constante (em torno dos 20%) ao longo das últimas três décadas;
- a evolução dos apoios directos aos produtores por unidade de trabalho agrícola familiar teve crescimentos relativamente semelhantes ao longo de todo o período;

- os apoios directos aos produtores tiveram um crescimento por exploração agrícola na última década bastante inferior ao das décadas anteriores, com especial relevo para o último quinquénio em que este apoio, pela primeira vez, decresceu a uma taxa média anual de -0,5%.

Em nossa opinião, mais importante do que os níveis de apoio resultantes das políticas públicas em vigor, é o grau de confiança atribuído pelos agentes económicos aos respectivos centros de decisão política, o que no contexto da agricultura portuguesa, ficou bem claro ter sido muito maior durante os primeiros anos da última década do que o manifestado neste último quinquénio.





6.

As explorações agrícolas do Sul de Portugal Continental foram aquelas que melhor desempenho económico tiveram na última década

AVILLEZ, Francisco e NINA JORGE, Manuela, in www.agroportal.pt e www.agroges.pt . Julho 2023.

INTRODUÇÃO

Da análise dos dados disponíveis das Contas Económicas Regionais de Agricultura para as sete regiões NUT II, em que se divide o nosso País, foi-nos possível concluir que foram as explorações agrícolas das regiões da Lezíria do Tejo e Alentejo e do Algarve que melhor comportamento económico tiveram nas duas últimas décadas em geral e nas nos últimos dez anos em particular.

Com este artigo, pretendemos começar por analisar as principais características estruturais e económicas dos sectores agrícolas das sete regiões NUT II nacionais, para de seguida se proceder à análise das suas tendências de evolução verificadas entre os triénios "2000" e "2020", para:

- o produto agrícola bruto e o rendimento do sector agrícola;
- a produtividade, competitividade e viabilidade das explorações agrícolas regionais;
- o rendimento dos produtores agrícolas.

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DOS SECTORES AGRÍCOLAS DAS REGIÕES NUT II NACIONAIS

São muito significativas as diferenças actualmente existentes entre os sectores agrícolas das sete regiões em causa, quer no que diz respeito à sua dimensão, quer no que se refere às suas características estruturais e económicas.

Mais de 70% do número total de explorações agrícolas encontram-se localizadas em, apenas,



TABELA 6.1 – CARACTERÍSTICAS DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS DAS SETE DIFERENTES NUT II

Regiões NUT II ("2020" *)	N.º de Explorações		SAU		N.º de UTA		VAB	
	10 ³	%	10 ³ ha	%	10 ³	%	10 ³ €	%
Norte	108,6	37,9	663,3	16,7	88,6	38,3	635,4	20,2
Centro	96,1	33,6	633,3	16,0	64,5	27,8	674,7	21,5
Lisboa	6,4	2,2	90,7	2,3	7,3	3,2	155,4	4,9
Lezíria do Tejo e Alentejo**	38,5	13,5	2350,7	59,3	43,8	18,9	1146,7	36,5
Algarve	12,5	4,4	100,6	2,5	10,6	4,6	299,2	9,5
Açores	10,6	3,7	120,6	3,0	9,2	4,0	186,0	5,9
Madeira	13,5	4,7	4,6	0,1	7,6	3,3	42,6	1,4
Portugal	286,2	100,0	3964,0	100,0	231,6	100,0	3142,3	100,0

**2000" – corresponde ao triénio 1999-2001

** A designação oficial desta NUT II é Alentejo, mas a designação que propomos parece-nos muito mais adequada

Fonte : Estimativas dos autores com base nos dados do INE

duas das sete regiões em causa (as regiões Norte e Centro), às quais correspondem:

- cerca de 1/3 da SAU nacional;
- mais de 2/3 do número total de UTA;
- um pouco mais de 40% do valor acrescentado bruto agrícola nacional (VAB).

Cerca de 2/3 da SAU nacional pertence às regiões da Lezíria do Tejo e Alentejo (59%), Algarve (2,5%) e Açores (3%), às quais correspondem:

- pouco mais de 20% do número total de explorações agrícolas nacionais;
- menos de 30% do número total de UTA;
- um pouco mais de metade do VAB agrícola nacional.

Importa sublinhar que destas três NUT II localizadas no Sul de Portugal e nos Açores, a região da Lezíria do Tejo e do Alentejo é aquela que tem o sector agrícola com maior dimensão caracterizada por uma SAU e um VAB que representam,

respectivamente, 60 e 37% dos totais nacionais [Tabela 6.1].

É também na NUT II Lezíria do Tejo e Alentejo que a dimensão média das explorações agrícolas (SAU/Exp) é significativamente superior (61 ha) à média nacional (13,9 ha) e a todas as outras NUT II.

No entanto, esta superfície média das explorações agrícolas do Lezíria do Tejo e Alentejo apresenta um valor bastante menos significativo quando se leva em consideração a superfície agrícola cultivada (SAC) em vez da utilizada (33,6ha), o que é consequência do facto de a SAC nesta região corresponder apenas a 55% da SAU, percentagem esta inferior, quer à média nacional (63%), quer à de todas as outras NUT II.

Neste contexto, importa destacar a região dos Açores que é a única das outras NUT II cuja SAC/Exp (12,2 ha) era, em "2020", superior à média nacional (10,8 ha) [Tabela 6.2].

TABELA 6.2 – SUPERFÍCIES AGRÍCOLAS MÉDIAS DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS DAS SETE DIFERENTES NUT II

Regiões NUT II ("2020" *)	SAU/Exp (ha)	SAC/SAU (%)	SAC/Esxp (ha)	SAC/UTA (ha)
Norte	6,1	73,8	4,5	5,5
Centro	6,6	71,8	4,7	7
Lisboa	14,3	74,1	10,6	9,3
Lezíria do Tejo e Alentejo**	61,1	55,1	33,6	29,5
Algarve	8,0	80,0	6,4	7,5
Açores	11,4	93,0	10,6	12,2
Madeira	0,3	100,0	0,3	0,6
Portugal	13,9	63,1	8,7	10,8

**2000" – corresponde ao triénio 1999-2001

** A designação oficial desta NUT II é Alentejo, mas a designação que propomos parece-nos muito mais adequada

Fonte : Estimativas dos autores com base nos dados do INE

No que diz respeito às produtividades dos factores de produção agrícola regional, importa destacar os seguintes aspectos [Figura 6.1].

Primeiro, que é nas duas regiões com a menor percentagem de SAC (Lisboa e Madeira) que a produtividade média da terra (VP/SAC) apresentava, em "2020" os valores mais elevados (7,7 e 20,4 x 10³€) seguindo-se-lhe as NUT II Centro e Algarve, ambas com um VP/SAC de 5,1 x 10³€.

Segundo, que é nas regiões de Lisboa (71,6 x 10³€) e da Lezíria do Tejo e Alentejo (65,1 x 10³€) que a produtividade do trabalho (VP/UTA) assume valores mais elevados, seguindo-se-lhe as produtividades médias das regiões dos Açores (41,2 x 10³€) e do Algarve (38,3 x 10³€).

Terceiro, que o sector agrícola da região do Algarve que, em "2020", apresentava os valores mais elevados quer para a produtividade dos factores intermédios (3,8 x 10³€) quer para

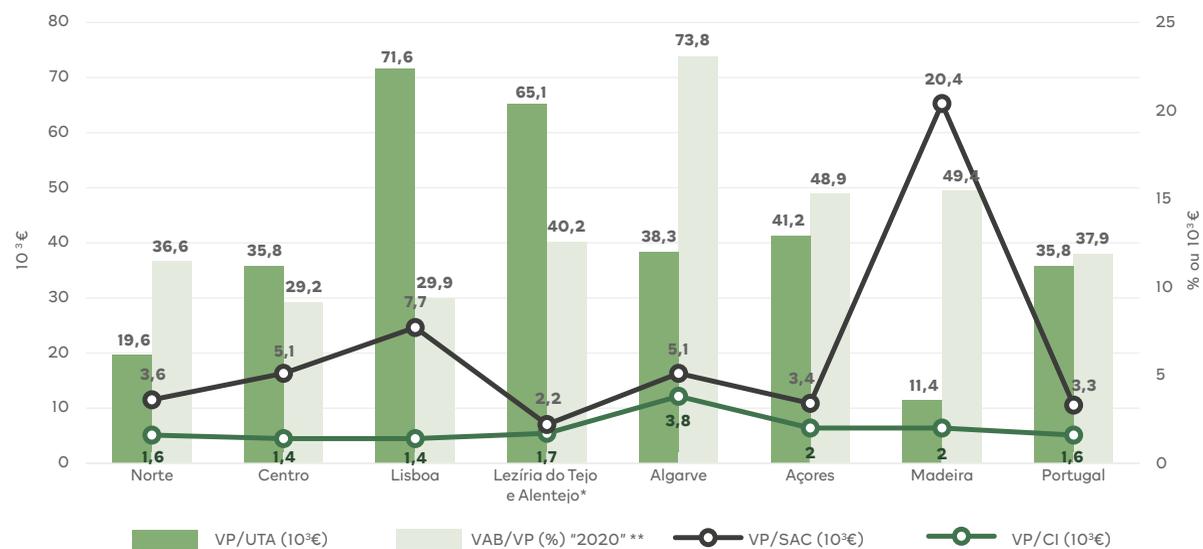
a eficiência no uso dos factores em que o VAB atingia 73,8% do VP, valores estes bastante superiores quer à média nacional, quer à das outras NUT II.

Por último, no que se refere ao rendimento dos produtores agrícolas, medido pelo VAL a custo de factores por exploração, importa realçar os dois seguintes aspectos [Figura 6.2].

Em primeiro lugar, que os valores do rendimento médio dos produtores, em "2020", eram mais elevados do que a média nacional (8,1 x 10³€) nas regiões do Algarve (22,9 x 10³€), Lezíria do Tejo e Alentejo (18 x 10³€), Açores (17,5 x 10³€) e Lisboa (15,4 x 10³€).

Em segundo lugar, que a contribuição das transferências de rendimento geradas pelos pagamentos directos aos produtores (PDP), para a formação do rendimento dos produtores era muito variável, com um contributo mais elevado no caso da região do Lezíria do Tejo e Alentejo

FIGURA 6.1 – PRODUTIVIDADE DOS FACTORES DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA PARA AS SETE DIFERENTES NUT II

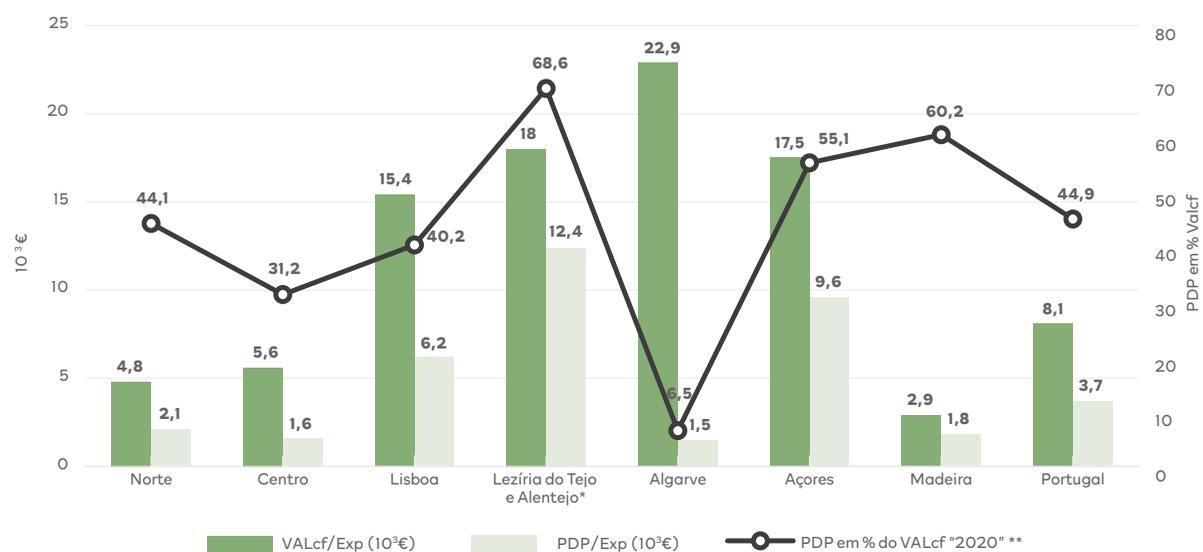


* A designação oficial desta NUT II é Alentejo, mas a designação que propomos parece-nos muito mais adequada

**"2020" – corresponde ao triénio 2019-2021

Fonte : Estimativas dos autores com base nos dados do INE

FIGURA 6.2 – RENDIMENTO DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS E NÍVEIS DE APOIO DAS POLÍTICAS PARA AS SETE DIFERENTES NUT II



* A designação oficial desta NUT II é Alentejo, mas a designação que propomos parece-nos muito mais adequada

**"2020" – corresponde ao triénio 2019-2021

Fonte : Estimativas dos autores com base nos dados do INE



(68,6%) e mais reduzidos na região do Algarve (6,5%) e com valores, no caso da Madeira (60,2%) e Açores (55,1%), superiores à média nacional (44,9%) [Figura 6.2].

EVOLUÇÃO DO PRODUTO E RENDIMENTO AGRÍCOLAS REGIONAIS NAS DUAS ÚLTIMAS DÉCADAS

O **produto agrícola bruto em volume**¹ gerado pela agricultura portuguesa, decresceu nas duas últimas décadas a uma taxa de -0,3%/ano, decréscimo este que apresenta diferenças significativas do ponto de vista quer temporal, quer regional [Figura 6.3]. De facto, este decréscimo

verificou-se, apenas, na primeira década do período em causa (-1,5%/ano), tendo o produto agrícola bruto em volume evoluído favoravelmente na última década (+1,2%/ano) e, em especial, nos últimos cinco anos (+2,4%/ano) [Figura 6.4]. Importa, por outro lado, sublinhar que as evoluções favoráveis em causa foram consequência, no essencial, dos acréscimos verificados na última década nas regiões da Lezíria do Tejo e Alentejo (+6,5%/ano) e do Algarve (+5,4%/ano) [Figura 6.3 e 6.4]

Por seu lado, o **produto agrícola bruto em valor**² teve uma evolução positiva no conjunto das duas últimas décadas (+1,3%/ano) decorrente de uma taxa de crescimento média anual de +3,1%

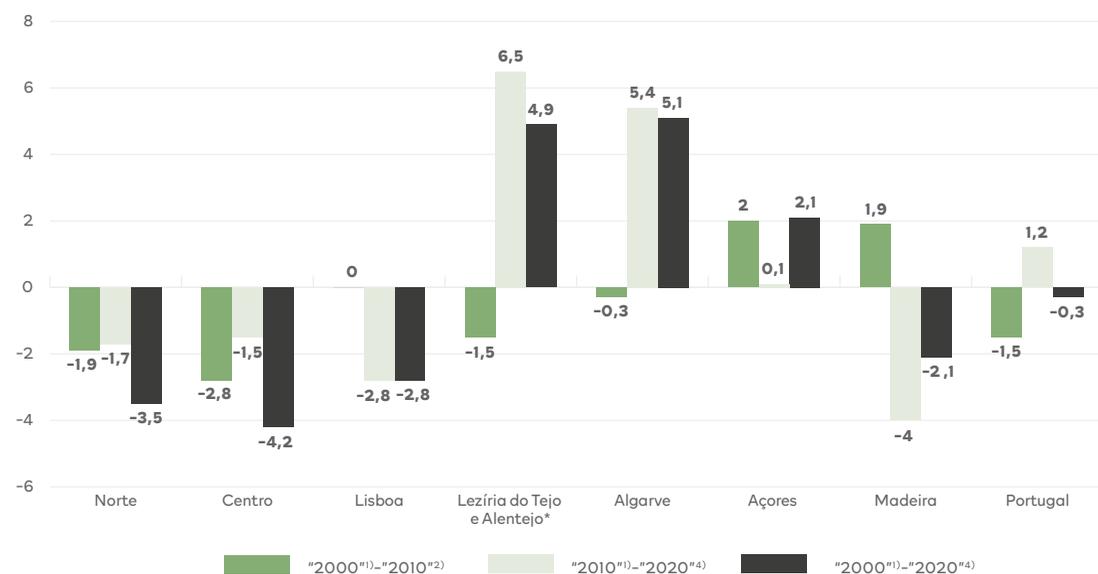
¹ Medido pelo valor acrescentado agrícola bruto a preços no produtor constantes

² Medido pelo valor acrescentado agrícola bruto a preços no produtor correntes



FIGURA 6.3 – EVOLUÇÃO DO PRODUTO AGRÍCOLA BRUTO EM VOLUME NAS SETE NUT II

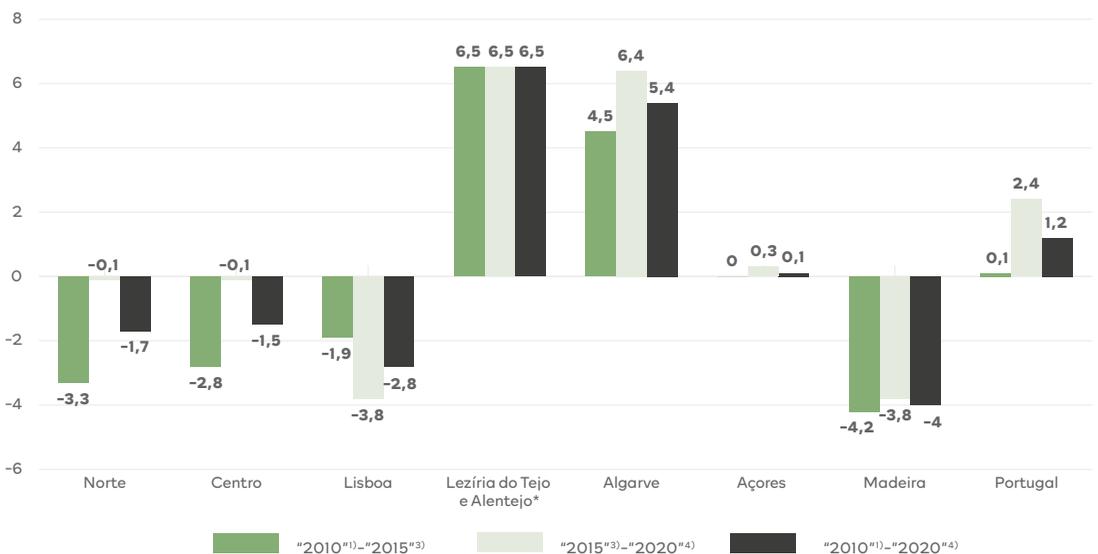
(Δ%/ano)



1) "2000" – corresponde ao triénio 1999-2001 3) "2015" – corresponde ao triénio 2014-2016
 2) "2010" – corresponde ao triénio 2009-2011 4) "2020" – corresponde ao triénio 2019-2021
 * A designação oficial desta NUT II é Alentejo, mas a designação que propomos parece-nos muito mais adequada
 Fonte: Estimativas dos autores com base nos dados do INE

FIGURA 6.4 – EVOLUÇÃO DO PRODUTO AGRÍCOLA BRUTO EM VOLUME NAS SETE NUT II

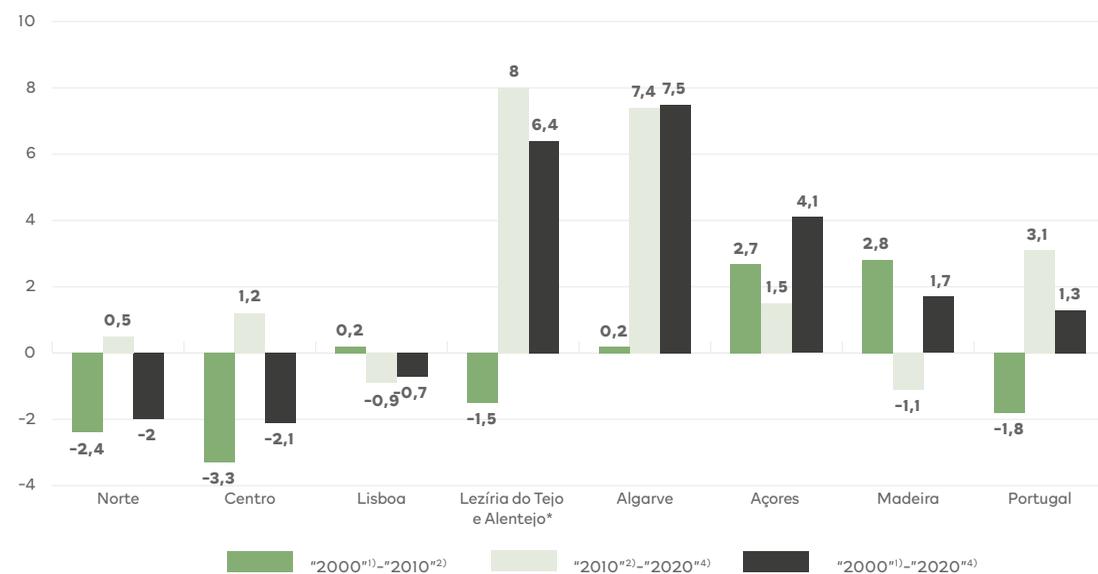
(Δ%/ano)



* Ver notas da Figura 6.3
 Fonte: Estimativas dos autores com base nos dados do INE

FIGURA 6.5 – EVOLUÇÃO DO PRODUTO AGRÍCOLA BRUTO EM VALOR NAS SETE NUT II

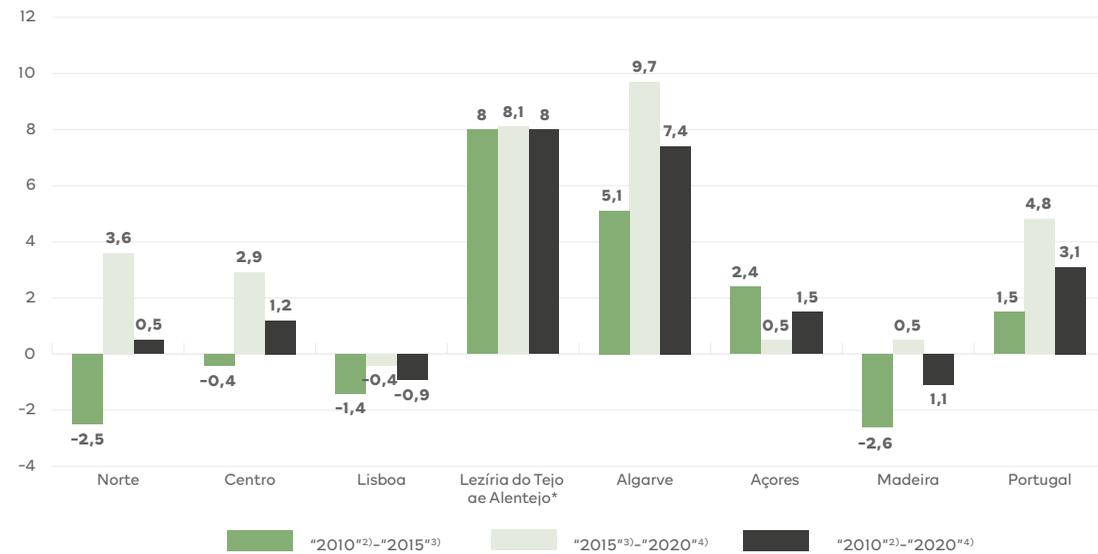
(Δ%/ano)



* Ver notas da Figura 6.3
 Fonte: Estimativas dos autores com base nos dados do INE

FIGURA 6.6 – EVOLUÇÃO DO PRODUTO AGRÍCOLA BRUTO EM VALOR NAS SETE NUT II

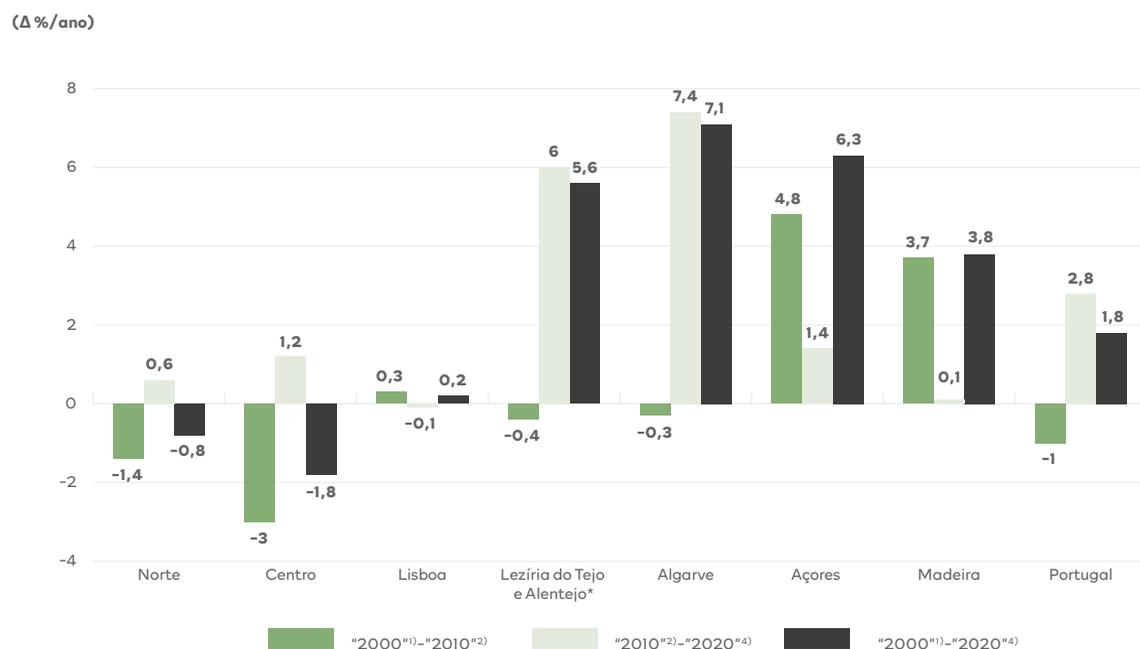
(Δ%/ano)



* Ver notas da Figura 6.3
 Fonte: Estimativas dos autores com base nos dados do INE



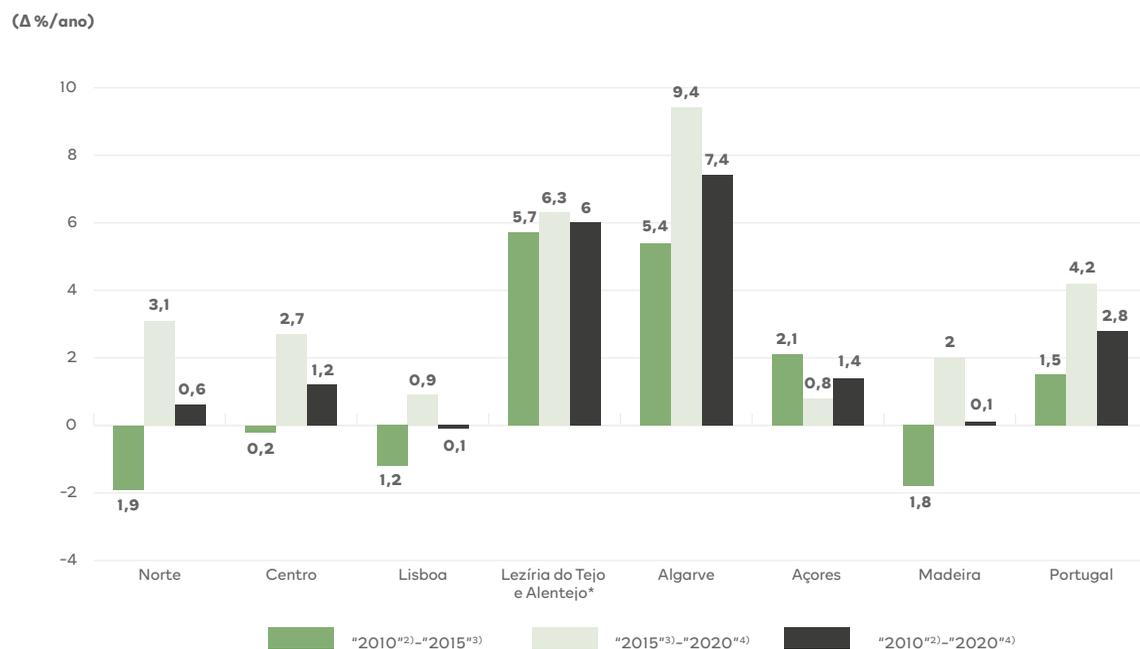
FIGURA 6.7 – EVOLUÇÃO DO RENDIMENTO DO SECTOR AGRÍCOLA NAS SETE NUT II



* Ver notas da Figura 6.3

Fonte : Estimativas dos autores com base nos dados do INE

FIGURA 6.8 – EVOLUÇÃO DO RENDIMENTO DO SECTOR AGRÍCOLA NAS SETE NUT II



* Ver notas da Figura 6.3

Fonte : Estimativas dos autores com base nos dados do INE



nos últimos dez anos, que mais que compensou o decréscimo verificado na primeira década do período (-1,8%/ano) [Figura 6.5] e que foi muito mais significativa nos últimos cinco anos (+4,8%/ano) do que nos cinco anos anteriores (+1,5%/ano) [Figura 6.6]. Também neste caso, o comportamento económico regional foi bastante diferenciado com elevadas taxas de crescimento na última década para as regiões da Lezíria do Tejo e Alentejo (+8%/ano) e Algarve (+7,4%/ano), as quais ainda foram mais significativas nos últimos cinco anos, em que atingiram, respectivamente, +8,1 e +9,7%/ano.

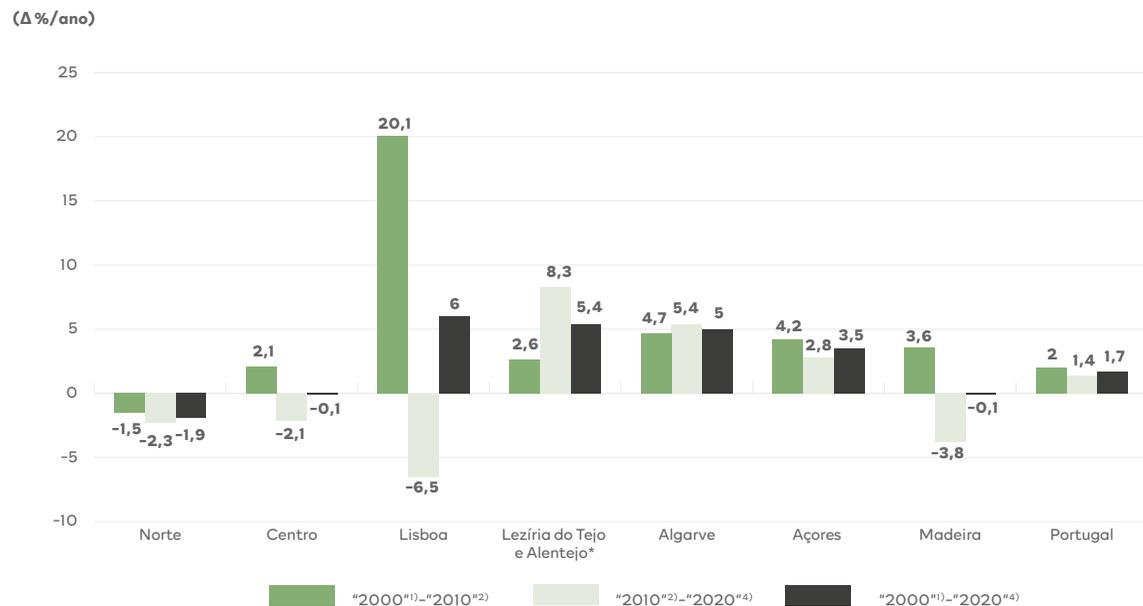
No que se refere ao **rendimento do sector agrícola³** importa realçar que após um decréscimo de -1,0%/ano no período de "2000" a "2010", se atingiu um acréscimo de +2,8%/ano na última década [Figura 6.7], o qual foi particularmente significativo nos últimos cinco anos (+4,2%/ano). Mais uma vez, as regiões da Lezíria do Tejo e Alentejo e do Algarve tiveram, na última década, o melhor desempenho económico regional com taxas de crescimento médio anual particularmente elevadas nestes últimos cinco anos de, respectivamente, +6,3 e +9,4%/ano [Figura 6.8].

³ Medido pelo valor acrescentado agrícola bruto a custo de factores a preços nominais





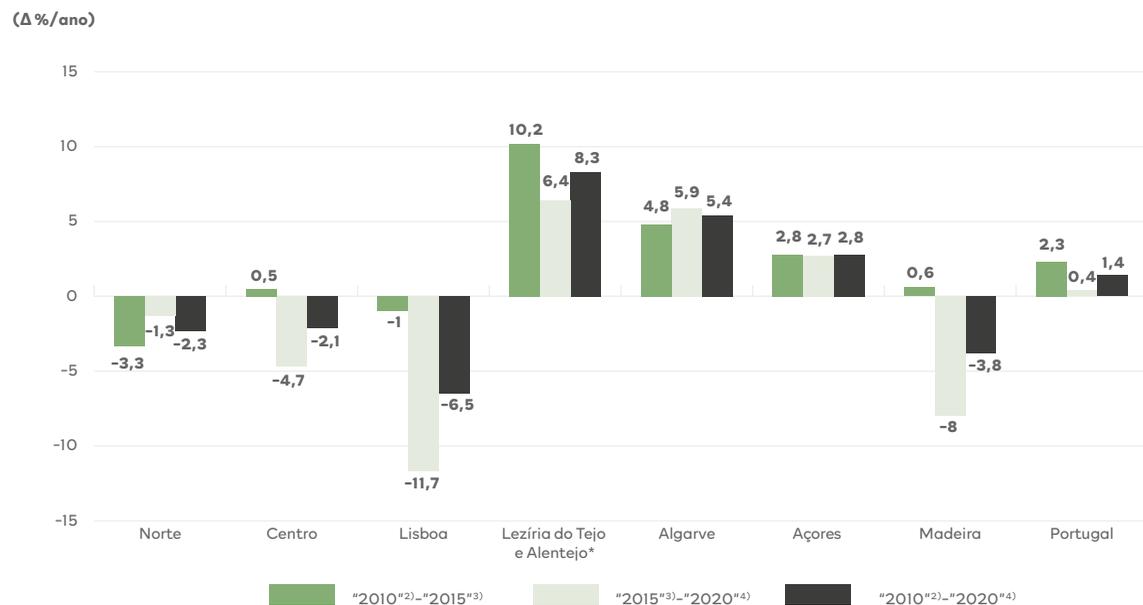
FIGURA 6.9 – EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS NAS SETE NUT II



* Ver notas da Figura 6.3

Fonte : Estimativas dos autores com base nos dados do INE

FIGURA 6.10 – EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS NAS SETE NUT II



* Ver notas da Figura 6.3

Fonte : Estimativas dos autores com base nos dados do INE

EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE, COMPETITIVIDADE E VIABILIDADE DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS PORTUGUESAS NAS ÚLTIMAS DUAS DÉCADAS

De acordo com os dados disponíveis, a **produtividade das explorações agrícolas portuguesas**⁴ cresceu a uma taxa de +1,7%/ano entre os triénios "2000" e "2020", acréscimo este que foi de +2,0%/ano na primeira década [Figura 6.9], de +2,3%/ano entre "2010" e "2015" e de, apenas, +0,4%/ano nos últimos cinco anos. Estes ganhos de produtividade verificaram-se, no essencial, nas regiões da Lezíria do Tejo e Alentejo, do Algarve e dos Açores que na última década cresceu, respectivamente, +8,3%, +5,4% e +2,8%/ano [Figura 6.10].

O comportamento da produtividade económica das explorações agrícolas explica, em grande medida, a evolução verificada para a respectiva **competitividade económica**⁵, a qual cresceu a uma taxa de +2,2%/ano na última década em consequência, principalmente, do seu crescimento nos primeiros cinco anos (+3,3%/ano). Importa sublinhar que, com excepção para a região Norte, todas as outras NUT II viram a sua competitividade evoluir favoravelmente, com especial relevo para as regiões da Lezíria do Tejo e Alentejo e do Algarve, que cresceu durante os primeiros cinco anos da última década de, respectivamente, +6,2 e +5,5%/ano [Figuras 6.11 e 6.12].

Por seu lado, a **viabilidade económica das explorações agrícolas**⁶ de Portugal teve uma

evolução mais favorável no período "2000" e 2010" (+3,9%/ano) do que na última década (+1,2%/ano), a qual foi caracterizada por um comportamento claramente mais positivo nos primeiros cinco anos (3,9%/ano) do que nos últimos cinco anos (-1,4%/ano). Regionalmente é de salientar o comportamento menos favorável da região do Algarve em relação às restantes regiões [Figuras 6.13 e 6.14].

EVOLUÇÃO DO RENDIMENTO DOS PRODUTORES AGRÍCOLAS NAS DUAS ÚLTIMAS DÉCADAS

No que diz respeito ao rendimento dos produtores agrícolas⁷, que exprime a remuneração dos agricultores e dos elementos do seu agregado familiar (UTAF), a sua evolução nas duas últimas décadas caracterizou-se, no essencial, do seguinte modo [Figuras 6.15 e 6.16]:

- um aumento médio nacional de +2,2%/ano que tendo sido negativo entre "2000" e "2010" (-2,8%/ano) atingiu uma taxa de crescimento na última década muito elevada (+7,5%/ano), a qual foi ligeiramente superior no quinquénio "2010"- "2015" (+8,2%/ano) do que no último quinquénio (+6,9%/ano);
- um crescimento que, com excepção da região de Lisboa, foi favorável na última década para todas as restantes NUT II, tendo atingido as taxas de crescimento significativamente mais elevadas nas regiões

⁴ Medida pelo valor acrescentado líquido a preços constantes divididos pelo número de explorações agrícolas

⁵ Medida pelo valor acrescentado líquido agrícola a preços no produtor correntes reais, dividido pelo número de explorações

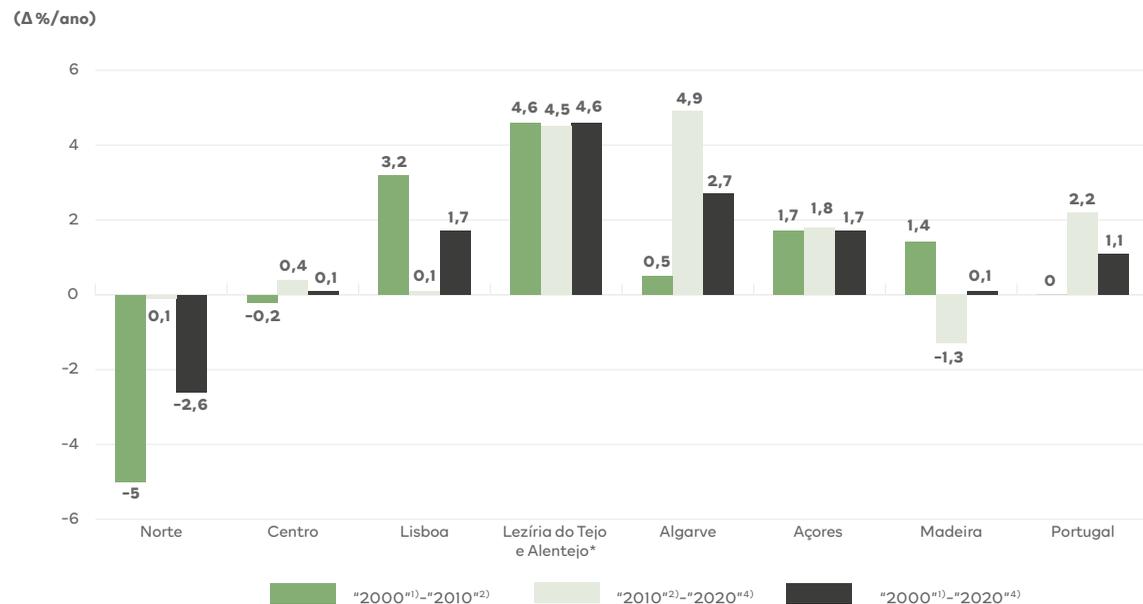
⁶ Medida pelo rendimento dos factores de produção a preços reais dividido pelo número de explorações

⁷ Medido pelo rendimento empresarial líquido a preços reais por unidade de trabalho agrícola familiar





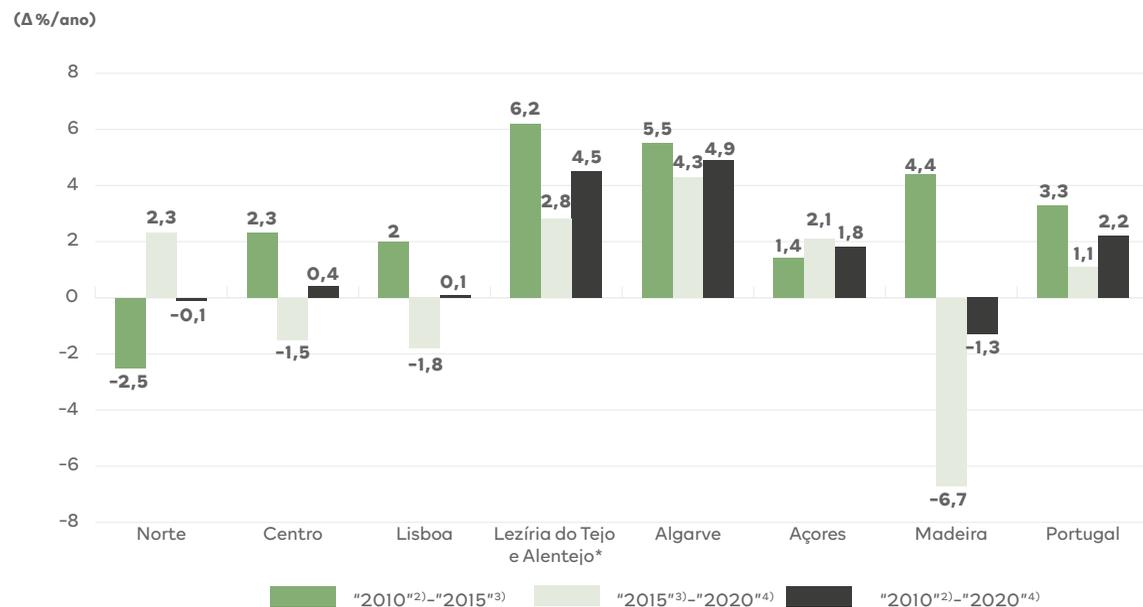
FIGURA 6.11 – EVOLUÇÃO DA COMPETITIVIDADE DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS NAS SETE NUT II



* Ver notas da Figura 6.3

Fonte : Estimativas dos autores com base nos dados do INE

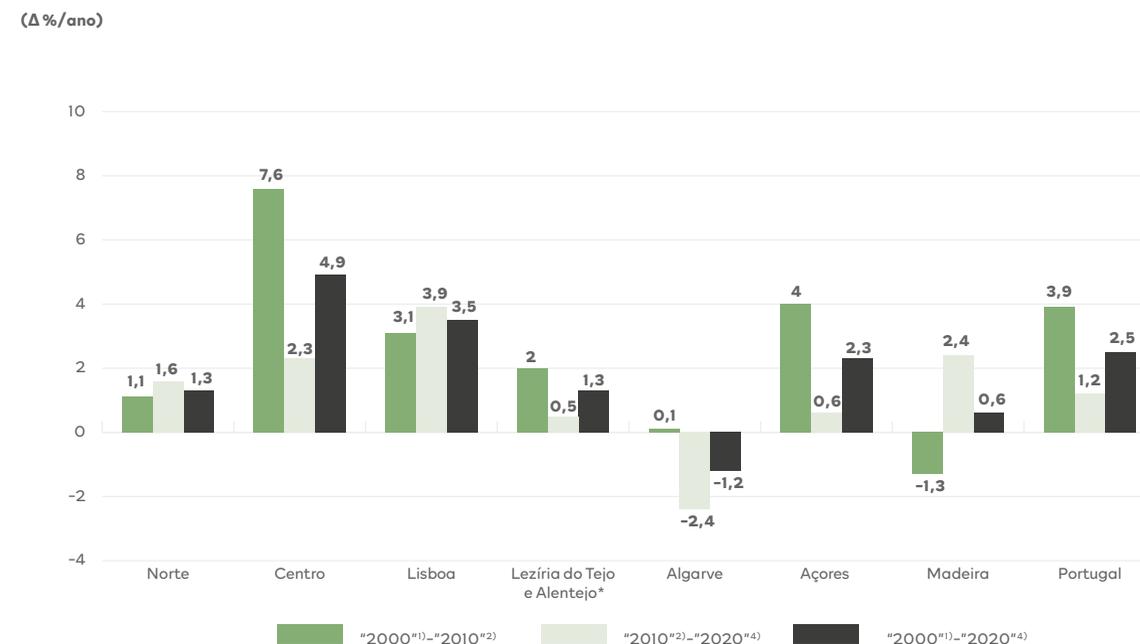
FIGURA 6.12 – EVOLUÇÃO DA COMPETITIVIDADE DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS NAS SETE NUT II



* Ver notas da Figura 6.3

Fonte : Estimativas dos autores com base nos dados do INE

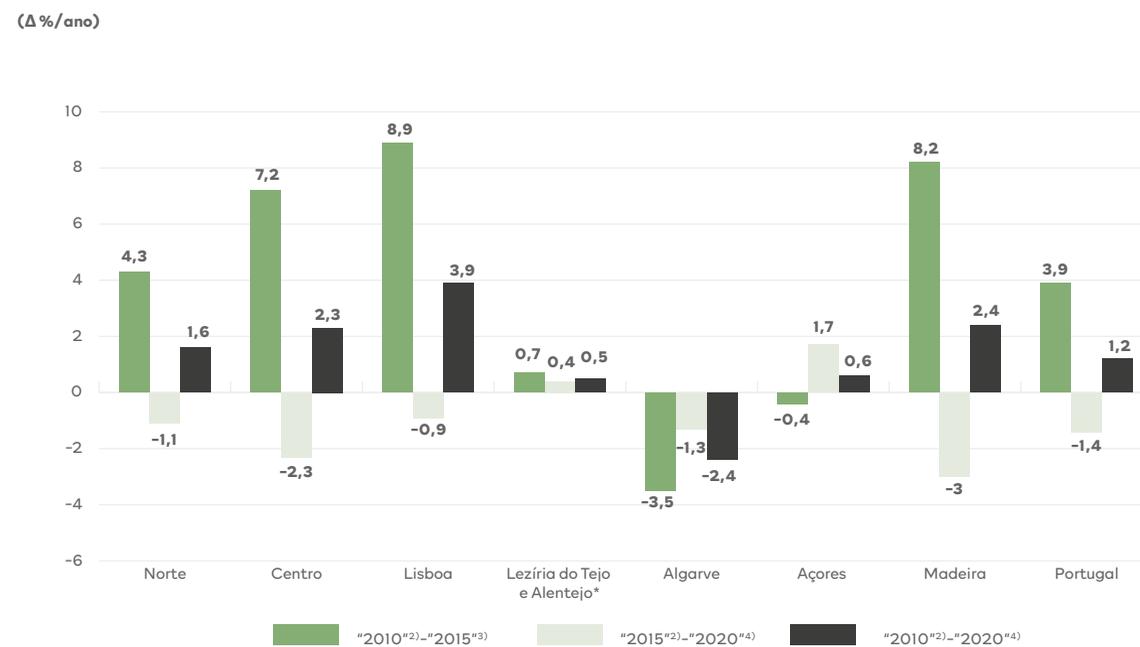
FIGURA 6.13 – EVOLUÇÃO DA VIABILIDADE DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS NAS SETE NUT II



* Ver notas da Figura 6.3

Fonte : Estimativas dos autores com base nos dados do INE

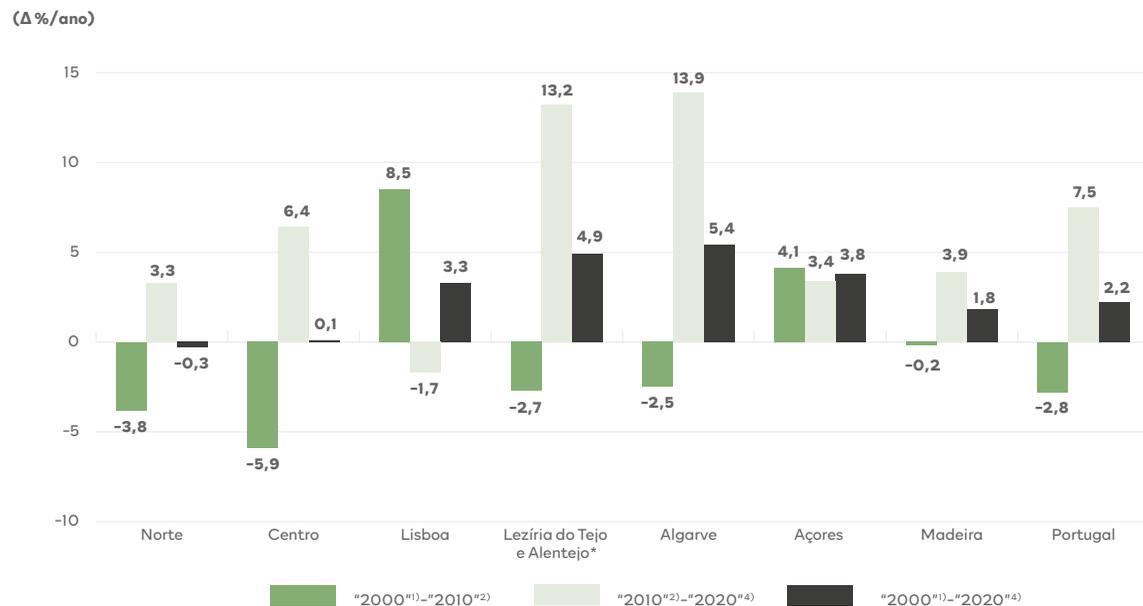
FIGURA 6.14 – EVOLUÇÃO DA VIABILIDADE DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS NAS SETE NUT II



* Ver notas da Figura 6.3

Fonte : Estimativas dos autores com base nos dados do INE

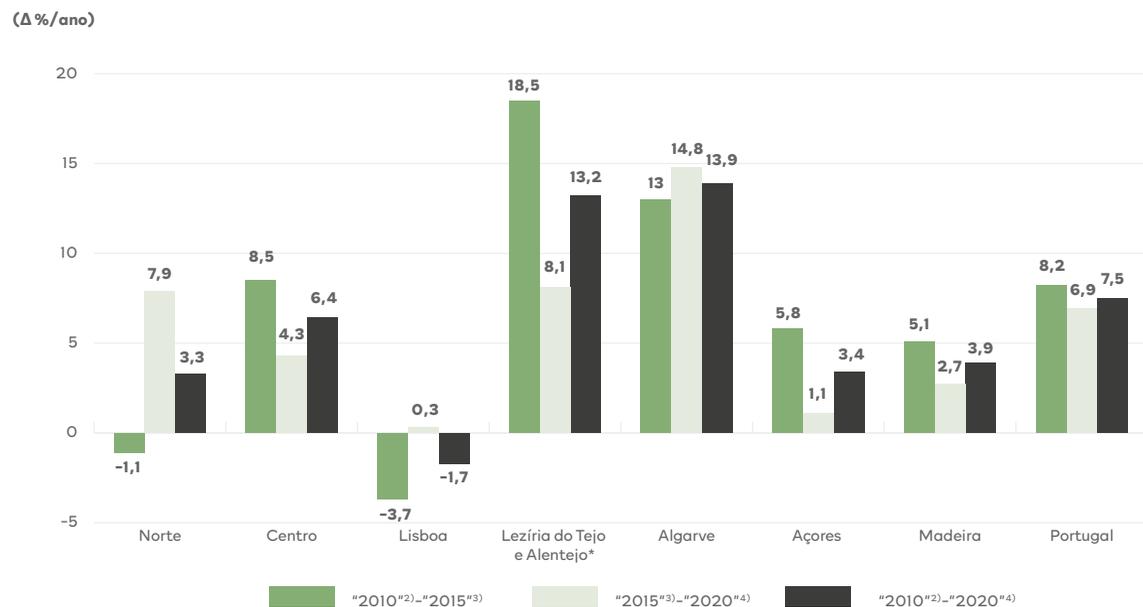
FIGURA 6.15 – EVOLUÇÃO DO RENDIMENTO LÍQUIDO DOS PRODUTORES AGRÍCOLAS NAS SETE NUT II



* Ver notas da Figura 6.3

Fonte : Estimativas dos autores com base nos dados do INE

FIGURA 6.16 – EVOLUÇÃO DO RENDIMENTO LÍQUIDO DOS PRODUTORES AGRÍCOLAS NAS SETE NUT II



* Ver notas da Figura 6.3

Fonte : Estimativas dos autores com base nos dados do INE



da Lezíria do Tejo e Alentejo (+13,2%/ano) e Algarve (+13,9%/ano);

- no caso da região da Lezíria do Tejo e Alentejo o aumento do rendimento dos produtores foi bastante mais elevado no quinquénio "2010"- "2015" (18,5% ano) do que no último quinquénio (+8,1%/ano), enquanto que no caso da região do Algarve as taxas em causa foram relativamente semelhantes ao longo dos dois últimos quinquénios (13 e 14,8%/ano, respectivamente).

Importa mais uma vez sublinhar que as transferências de rendimento geradas pelos apoios directos ao rendimento das explorações constituem um contributo muito significativo para a formação do rendimento das explorações agrícolas portuguesas (44,9% em "2020"), o qual foi, no entanto, nesse triénio, muito diferente para as explorações da região da Lezíria do

Tejo e Alentejo (68,6%) e da região do Algarve (6,5%), taxas de apoio estas que variaram entre 31,2% e 60,2% para as restantes cinco NUT II.

FACTORES DETERMINANTES DO COMPORTAMENTO ECONÓMICO DAS REGIÕES DO SUL DE PORTUGAL CONTINENTAL NAS DUAS ÚLTIMAS DÉCADAS

São diversos os factores que foram, em nossa opinião, determinantes para o mais favorável desempenho económico na última década das explorações agrícolas das regiões da Lezíria do Tejo e Alentejo e do Algarve.

Em primeiro lugar, é de realçar o crescimento, nos últimos dez anos, do volume da produção agrícola nas regiões da Lezíria do Tejo e Alentejo (+4%/ano) e do Algarve (+5,4%/ano) o qual



foi mais elevado nos últimos cinco anos desta última década quer para a Lezíria do Tejo e Alentejo (+4,7%/ano), quer no caso da região do Algarve (+6,2%/ano) crescimentos estes que foram muito superiores às médias nacionais, respectivamente, de +2,2%, +1,3% e +3,1%

Este crescimento do volume da produção agrícola foi, no essencial, consequência dos aumentos verificados nesta última década nas duas regiões NUT II em causa das respectivas superfícies agrícolas cultivadas, áreas regadas e respectiva produtividade da terra, a qual foi mais elevada nos primeiros cinco anos no caso da região da Lezíria do Tejo e Alentejo (+3,3%/ano) e no último quinquénio no caso do Algarve (+3,9%/ano) os quais comparam com as respectivas médias nacionais de, apenas, +1,1% e +0,9%/ano.

Em segundo lugar, importa sublinhar que este crescimento do volume de produção nas duas NUT II em causa foi acompanhado por uma melhoria na eficiência no uso dos factores intermédios e de capital e por uma alteração na composição da respectiva superfície agrícola cultivada.

De facto, no contexto de uma evolução desfavorável da produtividade média nacional dos factores intermédios (-0,4%/ano) na última década, verificou-se que tal evolução só é positiva no caso da região da Lezíria do Tejo e Alentejo (+0,3%/ano 1,9%) e do Algarve (+1,4%/ano). No que diz respeito à evolução da ocupação cultural, é de realçar os acréscimos significativos verificados nas áreas ocupadas por culturas permanentes de regadio, que cresceram na última década, +7,1%/ano na região



da Lezíria do Tejo e Alentejo e +3,4%/ano na região do Algarve.

Em terceiro lugar, as alterações produtivas e tecnológicas ocorridas implicaram a realização de investimentos cujo montante por hectare de superfície agrícola cultivada cresceu na última década +1,5%/ano, mas para o conjunto das regiões de Portugal, mas que só apresentou taxas acima da média para as regiões da Lezíria do Tejo e Alentejo (+3,9%/ano), Algarve (+3,5%/ano) e Lisboa (+2,9%/ano). Crescimentos estes que foram mais significativos no período "2010"- "2015" e que só tiveram alguma continuidade no caso da região da Lezíria do Tejo e Alentejo, cujas taxas de crescimento médio anual foram de 4,2%/ano, nos primeiros cinco anos desta década, e 3,6%/ano, no último quinquénio.

CONCLUSÃO

Do anteriormente exposto pode-se concluir que a evolução favorável do sector agrícola português na última década foi, no essencial, consequência da melhoria significativa verificada no comportamento económico das explorações agrícolas das regiões do Sul de Portugal, com especial relevo para os últimos cinco anos.

Importa, no entanto, sublinhar que foram, em nossa opinião, os significativos ganhos de produtividade e competitividade agrícolas obtidos nos primeiros cinco anos da última década, que alavancaram a evolução económica mais positiva observada nos últimos cinco anos do período em causa.



7.

O crescimento da produção vegetal foi um dos principais factores determinantes do melhor desempenho económico do sector agrícola português na última década

AVILLEZ, Francisco e NINA JORGE, Manuela, in www.agroportal.pt e www.agroges.pt. Março 2024



Da análise dos dados das Contas Económicas da Agricultura, pode-se concluir que os resultados económicos do sector agrícola português foram, do ponto de vista quer sectorial quer empresarial, muito mais favoráveis na última década do que nas duas anteriores.

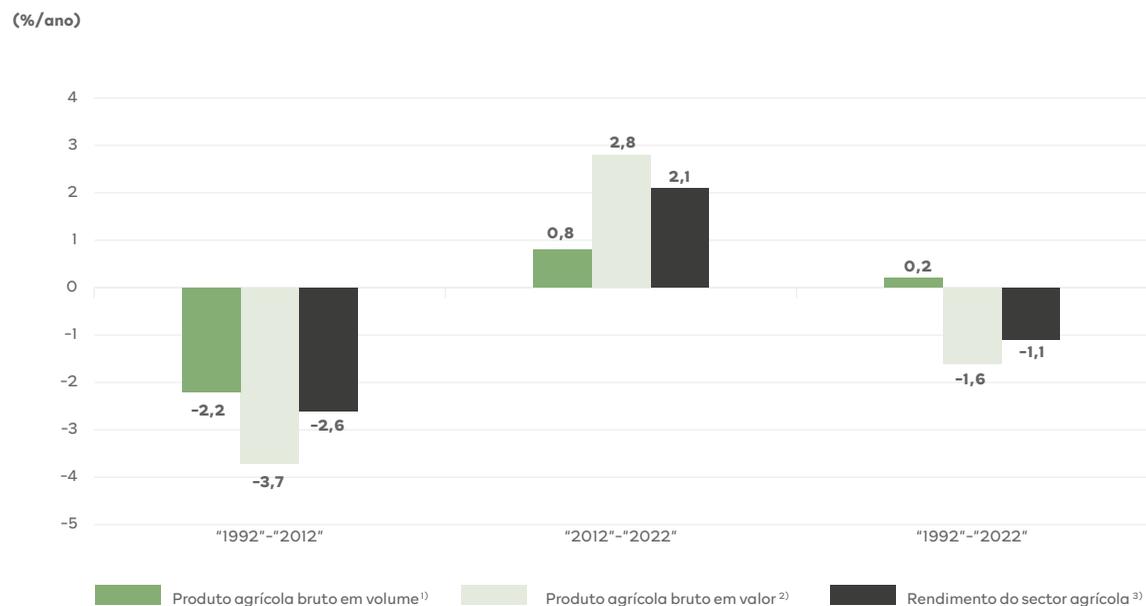
Depois de no período entre os triénios "1992" e "2012" a agricultura portuguesa ter apresentado crescimentos negativos quer para o produto agrícola bruto em volume (-2,2%/ano) e em valor (-3,7%/ano), quer para o rendimento do sector agrícola (-2,6%), verificou-se, na última década, uma evolução muito mais positiva dos três resultados económicos em causa que tiveram crescimentos médios anuais de, respectivamente, +0,8%, +2,8% e +2,1% [Figura 7.1].

Do ponto de vista empresarial observou-se, também, tendências de evolução relativamente

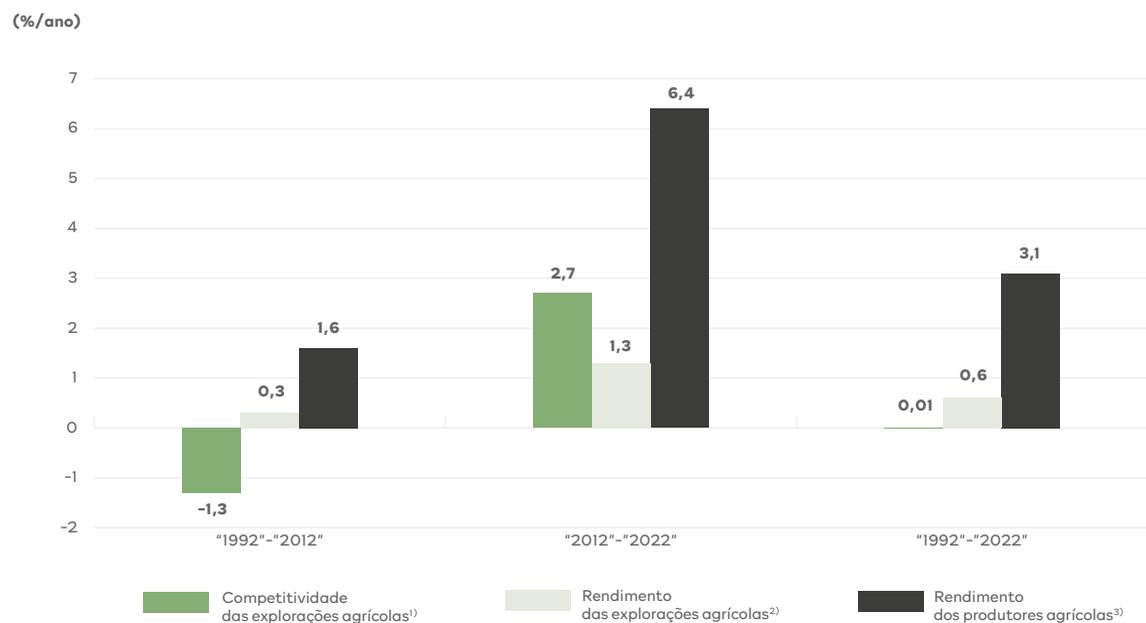
semelhantes, com um crescimento médio anual muito mais favorável na última década, face às duas anteriores, no que respeita, quer à competitividade das explorações agrícolas (+2,7%/ano em vez de -1,3%/ano), quer ao rendimento das explorações agrícolas (+1,3%/ano em vez de +0,3%/ano), quer ao rendimento dos produtores agrícolas (+6,4%/ano em vez de +1,6%/ano) [Figura 7.2].

São diversos os factores que, em nossa opinião, foram determinantes para o mais favorável desempenho económico do sector agrícola português na última década.

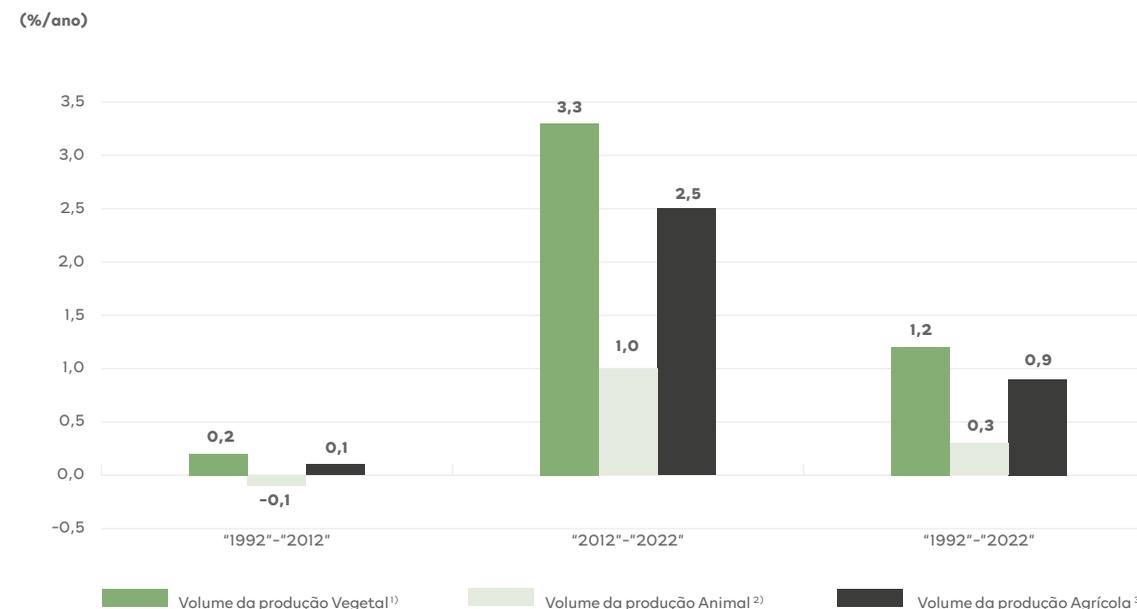
Em primeiro lugar, é de realçar o crescimento do volume da produção vegetal entre os triénios "2012" e "2022" (+3,3%/ano), que foi mais de três vezes superior, não só em relação ao verificado nas duas décadas anteriores (+0,2%/ano), como também

**FIGURA 7.1 – RESULTADOS ECONÓMICOS AGRÍCOLAS SECTORIAIS NAS ÚLTIMAS DÉCADAS**

- 1) VAB a preços no produtor constantes
- 2) VAB a preços no produtor correntes reais
- 3) VAB a custo de factores a preços reais

FIGURA 7.2 – RESULTADOS ECONÓMICOS AGRÍCOLAS EMPRESARIAIS NAS ÚLTIMAS DÉCADAS

- 1) VAL a preços no produtor reais por exploração agrícola
- 2) Rendimento dos factores a preços reais por exploração agrícola
- 3) Rendimento empresarial líquido a preços reais por UTA familiar

**FIGURA 7.3 – EVOLUÇÃO DO VOLUME DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA NAS ÚLTIMAS DÉCADAS**

- 1) Produção vegetal a preços no produtor constantes
- 2) Produção animal a preços no produtor constantes
- 3) Produção dos bens agrícolas a preços no produtor constantes

ao alcançado nesta última década pelo volume da produção animal (+1%/ano) [Figura 7.3].

Este crescimento da produção vegetal foi acompanhado por um aumento da superfície agrícola cultivada e da superfície irrigável e, principalmente, por mudanças significativas na ocupação das terras agrícolas.

Nos últimos dez anos, a superfície agrícola cultivada aumentou cerca de 206 mil hectares, o que contrasta com a redução de cerca de 1,3 milhões de hectares verificada entre 1989 e 2009. Por sua vez, a superfície irrigável cresceu entre 2009 e 2019 cerca de 90 mil hectares, depois do decréscimo de quase 340 mil hectares observado nas duas décadas anteriores.

No que se refere à ocupação das terras agrícolas, assistiu-se a uma alteração profunda nesta

última década, caracterizada por um decréscimo de 11,6% das terras aráveis, mais que compensado pelo aumento das áreas de culturas permanentes (+24,6%) e dos prados e pastagens melhorados e semeados (+29,2%).

O decréscimo nas últimas décadas das terras aráveis deveu-se, principalmente, à redução das áreas ocupadas por cereais praganosos (-32%) e da batata (-30%), parcialmente compensado pelo aumento das áreas de culturas hortícolas (+8,8%) e dos prados temporários e culturas forrageiras (+25%). Tais alterações foram acompanhadas por reduções no volume da produção de cereais praganosos (-4,6%) e da batata (-27,7%) e aumentos na produção de hortícolas (+34,2%).

Os acréscimos das áreas de culturas permanentes nos últimos dez anos foram particularmente



FIGURA 7.4 – EVOLUÇÃO DO VOLUME DE PRODUÇÃO NAS ÚLTIMAS DÉCADAS

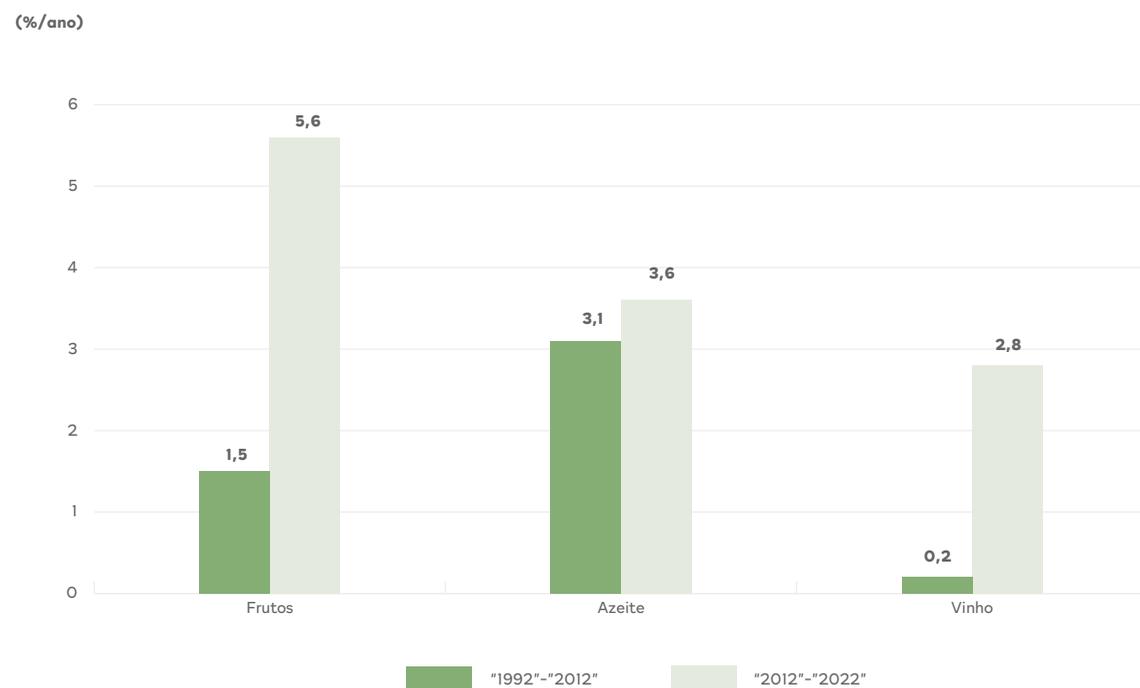
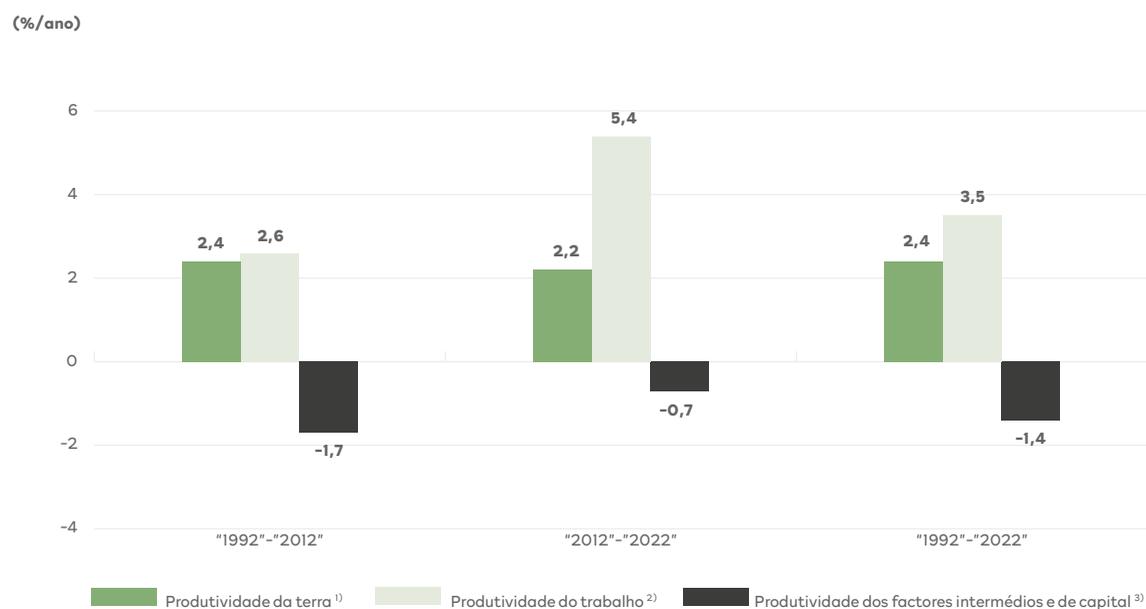


FIGURA 7.5 – EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE DOS FACTORES DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA NAS ÚLTIMAS DÉCADAS



1) Volume da produção agrícola a preços no produtor constantes por hectare de SAC

2) Volume da produção agrícola a preços no produtor constantes por UTA

3) Volume da produção agrícola a preços no produtor constantes por unidade de bens de consumo intermédios e de capital



significativos para o olival (+12%) e para os pomares de frutos frescos (+14%), citrinos (+16%) e frutos de casca rijia (153%) que, no seu conjunto, mais que compensaram a redução verificada na área ocupada por vinha (-2,6%).

Estas alterações nas áreas ocupadas por culturas permanentes foram acompanhadas, entre os triénios "2012" e "2022", por crescimentos no volume da produção do conjunto dos frutos de +5,6%/ano, do azeite de +3,6%/ano e do vinho de mais de +2,8%/ano, crescimentos médios anuais estes que importa comparar com os verificados entre os triénios "1992" e "2012" que atingiram +1,5%/ano no caso dos frutos, +3,1%/ano no caso do azeite e +0,2%/ano no caso do vinho [Figura 7.4].

Já no que se refere à evolução das áreas ocupadas por prados e pastagens permanentes

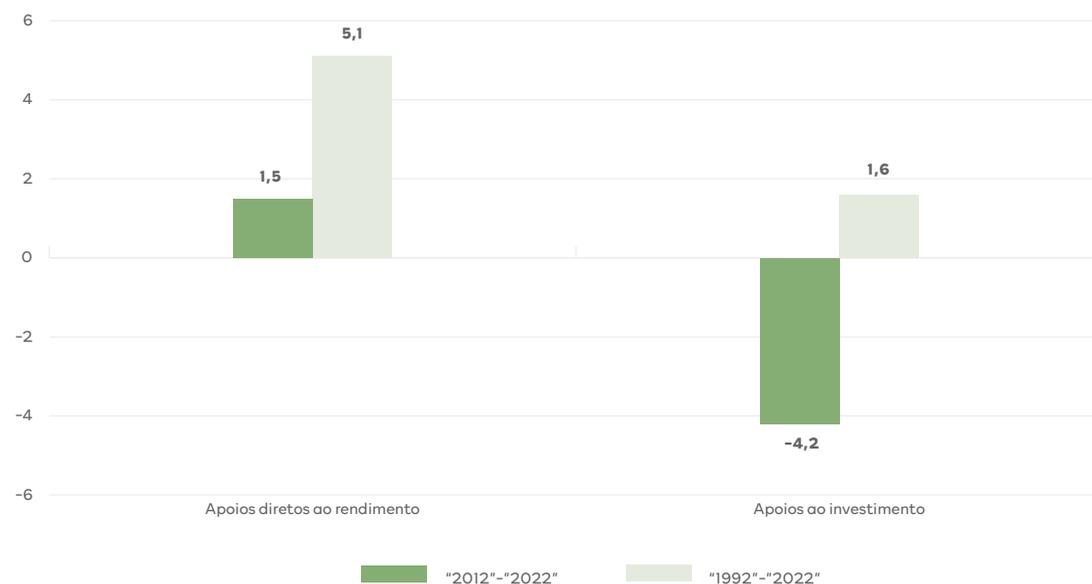
melhorados e semeados, é de realçar que o seu aumento de cerca de 130 mil hectares na última década é muito superior à quebra de cerca de 34 mil hectares ocorrida nas décadas anteriores.

Em segundo lugar, importa sublinhar que as alterações produtivas anteriormente referidas foram acompanhadas por mudanças tecnológicas muito significativas, das quais resultou maior eficiência no uso dos factores de produção na última década em relação às anteriores. Tal melhoria refletiu-se na produtividade dos factores intermédios e de capital, cuja taxa de crescimento médio anual se reduziu de -1,7%/ano para -0,7%/ano, entre as décadas "1992"- "2012" e "2012"- "2022", na produtividade da terra que, apesar do aumento da área cultivada, teve na última década um crescimento (+2,2%/ano) quase idêntico ao das duas décadas anteriores (+2,4%/ano) e na produtividade do trabalho



FIGURA 7.6 – EVOLUÇÃO DOS APOIOS DIRETOS AO RENDIMENTO E APOIOS AO INVESTIMENTO NAS ÚLTIMAS DÉCADAS

(%/ano)



cujo crescimento mais que duplicou (+2,6 para +5,4%/ano) apesar da evolução das respectivas UTA ter sido muito semelhante (-2,6 e -2,7%/ano) [Figura 7.5].

Em terceiro lugar, é de realçar que estas mudanças produtivas e tecnológicas se caracterizam num contexto de redimensionamento das explorações agrícolas de média dimensão e de uma mais que duplicação do número de sociedades agrícolas que passaram a explorar mais de 1/3 da SAU, a deter 57% dos efectivos pecuários e a dar emprego a 21% do total do volume de mão-de-obra agrícola nacional. De acordo com os dados do Recenseamento Agrícola de 2019, trata-se de um tecido empresarial agrícola cujos dirigentes são mais novos, têm melhores habilitações e dedicam mais tempo às suas explorações e que se caracterizam por, em média,

utilizarem de forma mais eficiente os recursos de que dispõem.

Por último, importa ainda sublinhar que este melhor desempenho económico das explorações agrícolas portuguesas na última década foi alcançado num contexto bastante menos favorável do ponto de vista das políticas públicas em vigor, o qual se refletiu no facto de os apoios directos aos rendimentos dos produtores terem crescido na última década (+1,5%/ano) de forma bastante menos favorável do que nas duas décadas anteriores (+5,1%/ano), divergência esta que foi ainda mais contrastante quando se compararam a taxa média de aumento dos apoios ao investimento nos dois períodos em causa, que foi de -4,2%/ano na última década e de +1,6%/ano entre os triénios "1992" e "2022" [Figura 7.6].



8.

Apesar de nunca ter parado, a agricultura portuguesa sofreu em 2020 uma quebra significativa no seu produto agrícola bruto

AVILLEZ, Francisco, in www.agroportal.pt e www.agrogos.pt, Janeiro 2021

As 290 mil explorações agrícolas que, em 2019, ocupavam cerca de 3,9 milhões de hectares foram responsáveis, em 2020, por um valor da produção a preços no produtor de cerca de 7,66 mil milhões de euros, o qual se repartiu entre a produção vegetal (58,3%), a produção animal (36,2%) e a prestação de serviços e outras actividades secundárias (5,5%).

A este valor há que acrescentar cerca de 1,07 mil milhões de euros de pagamentos directos aos produtores do 1.º e 2.º Pilares, donde resulta uma receita bruta de exploração de cerca de 8,73 mil milhões de euros. Se a este valor subtrairmos o valor total dos consumos intermédios, de cerca de 4,91 mil milhões de euros, obtém-se o valor assumido, em 2020, pelo rendimento do sector agrícola Português (medido pelo respectivo VAB a custo de factores) de cerca de 3,8 mil milhões de euros.

De acordo com os dados publicados pelo INE, a 10 de Dezembro de 2020, no âmbito da 1.ª Estimativa das Contas Económicas de Agricultura (CEA), os principais resultados económicos sectoriais apresentam uma quebra muito significativa em relação ao ano de 2019, tendo correspondido a um dos resultados económicos mais desfavoráveis da última década [Tabela 8.1].

O **produto agrícola bruto em volume**, medido pelo VAB a preços no produtor constantes, decresceu 9,3% em relação a 2019, tendo correspondido à segunda maior quebra da última década, só ultrapassada pelo decréscimo de 10,6% ocorrido no ano de 2016 em relação a 2015.

Esta redução em 2020 do produto agrícola em volume, resultou de uma evolução negativa



TABELA 8.1 – EVOLUÇÃO DO PRODUTO E DO RENDIMENTO AGRÍCOLA PORTUGUÊS NA ÚLTIMA DÉCADA

	Variação média anual (%)										Média entre 2010 e 2020
	2010-2011	2011-2012	2012-2013	2013-2014	2014-2015	2015-2016	2016-2017	2017-2018	2018-2019	2019-2020	
Produto agrícola bruto											
em volume ¹⁾	-4,2	-2,0	2,9	0,7	9,2	-10,6	12,4	-4,1	8,2	-15,3	-0,6
em valor ²⁾	-15,6	-0,1	17,4	-2,2	11,1	-7,4	13,1	0,6	6,5	-9,1	0,9
Rendimento agrícola											
do sector ³⁾	-13,6	3,9	8,2	-2,5	6,1	6,0	1,7	1,5	5,4	-5,3	0,9
dos produtores ⁴⁾	-13,9	7,5	14,7	1,2	8,6	8,0	4,2	0,0	5,9	-2,2	3,1

1) Medido pelo VAB agrícola a preços no produtor constantes

2) Medido pelo VAB agrícola a preços no produtor correntes

3) Medido pelo VAB agrícola a custo de factores

4) Medido pelo RF deflacionado pelo IPIB e dividido pelo volume de mão-de-obra agrícola (indicador equivalente ao indicador dos INE intitulado Rendimento da Actividade Agrícola)

do volume da produção agrícola (-3,3%) e de um ligeiro aumento no volume dos bens de consumo intermédios utilizados (+0,4%).

A quebra verificada no volume da produção agrícola resultou de um decréscimo de 5,9% no volume da produção vegetal, só parcialmente compensada por um muito ligeiro aumento no volume da produção animal (+0,7%).

As quebras verificadas no volume da produção vegetal foram consequência, principalmente, dos decréscimos do volume de produção dos vegetais e produtos hortícolas (-4,5%), frutas (-11,0%), vinho (-5%) e azeite (-9,7%). No que diz respeito ao aumento verificado no volume da produção animal, foram os bovinos (+6,6%) e o leite (+1,6%) os sectores com um comportamento mais positivo, o que compensou as quebras ocorridas no volume de produção de suínos (-2,0%) e aves (-1,0%).

O aumento verificado no volume dos consumos intermédios foi consequência, principalmente, dos acréscimos verificados nos volumes de consumo de adubos e correctivos do solo (+8,2%), dos produtos fitossanitários (+7,5%) e da energia e lubrificantes (+3,8%).

O **produto agrícola bruto em valor**, medido pelo VAB a preços no produtor correntes, decresceu 9,1% em relação a 2019, tendo sido a segunda maior quebra da última década, só ultrapassada pelo decréscimo de 15,6% ocorrido no ano 2011 em relação a 2010.

Este decréscimo foi consequência de uma redução de 2,8% no valor da produção agrícola e de um aumento de 0,4% no valor dos bens de consumo intermédio utilizados.

A quebra verificada no valor da produção agrícola resultou de decréscimos, quer no valor da



produção vegetal (-4,4%), quer no valor da produção animal (-0,8%).

As perdas no valor da produção vegetal, entre 2019 e 2020, foram, principalmente, consequência do elevado decréscimo sofrido pela batata (-23,6%) e das reduções verificadas para os vegetais e produtos hortícolas (-4,8%), para as frutas (-4,9%), para o vinho (-4,3%) e para o azeite (-7,8%). Já no que se refere ao valor da produção animal, a sua variação ligeiramente negativa resultou nos decréscimos no valor dos suínos (-3,4%) e das aves (-3,6%), só parcialmente compensados pelos ganhos de valor alcançados pelos bovinos (+3,7%) e leite (+1,5%).

No que diz respeito ao aumento no valor dos consumos intermédios, importa realçar que este resultou de acréscimos no valor dos adubos e correctivos (+2,6%) e produtos fitossanitários (+9,9%) e dos decréscimos no consumo de energia e lubrificantes (-3,8%).

Por seu lado, o **rendimento do sector agrícola**, medido pelo VAB a custo de factores a preços nominais, sofreu uma quebra, em 2020, de 5,3% em relação a 2019, que foi o segundo maior decréscimo da última década, só ultrapassado pela quebra ocorrida entre 2010 e 2011 (-13,6%).

Esta redução do rendimento do sector agrícola, foi consequência do decréscimo verificado no produto agrícola bruto em valor (-9,1%), só parcialmente compensada pelo aumento ocorrido no valor dos PDP do 1.º e 2.º Pilar (+6,0%). Este comportamento positivo dos PDP resultou de

acréscimos nos valores, quer dos PDP do 1.º Pilar ligados à produção (+17,6%), quer dos PDP do 1.º e do 2.º Pilares desligados da produção (+3,6%). Apenas no ano de 2016 os PDP do 1.º e do 2.º Pilares atingiram um valor mais elevado do que em 2020, ao longo do período 2010-2020.

O **rendimento dos produtores agrícolas**, medido pelo rendimento dos factores deflacionado pelo IPIB e dividido pelo volume de mão-de-obra agrícola total, decresceu, entre 2019 e 2020, 1,3%¹, variação negativa esta que, na última década só foi ultrapassada pelo decréscimo ocorrido entre 2010 e 2011 (-13,9%), o que contrasta com o facto de este indicador ter tido sempre resultados positivos nos restantes oito anos do período 2010-2020.

O indicador rendimento dos produtores agrícolas pode ser decomposto em três diferentes componentes: o rendimento económico das explorações agrícolas; o nível de suporte directo aos produtores e o volume de mão-de-obra total [Tabela 8.2].

O **rendimento económico das explorações agrícolas** portuguesas, medido pelo VAL a preços no produtor deflacionados pelo IPIB, teve uma quebra (-12,2%) entre 2019 e 2020, a terceira mais elevada da última década.

O **nível de suporte directo aos produtores**, medido pelo valor total dos PDP do 1.º e 2.º Pilar deflacionados pelo IPIB, aumentou 5,3% entre 2019 e 2020, o segundo mais elevado do período 2010 a 2020.

¹ No documento do INE de apresentação das CEA 2020, o valor atribuído a este indicador é -3,3%, o que é consequência de se ter adoptado uma taxa de 3,1% para o IPIB de 2020, que é, em nossa opinião, um valor incorrecto, pelo que optámos por utilizar, em alternativa, uma taxa de 1%.





TABELA 8.2 – EVOLUÇÃO DO RENDIMENTO DOS PRODUTORES AGRÍCOLA PORTUGUESES E DAS RESPECTIVAS COMPONENTES ENTRE 2010 E 2020

	Variação média anual (%)										Média entre 2010 e 2020
	2010-2011	2011-2012	2012-2013	2013-2014	2014-2015	2015-2016	2016-2017	2017-2018	2018-2019	2019-2020	
Rendimento dos produtores agrícolas ¹⁾	-13,9	7,5	14,7	1,2	8,6	8,0	4,2	0,0	5,9	-2,2	3,1
Rendimento económico das explorações agrícolas ²⁾	-21,4	1,5	24,9	-4,9	13,6	-12,9	15,5	-1,8	5,9	-12,9	-0,21
Nível de suporte aos produtores ³⁾	-8,2	14,2	-13,6	-4,2	-10,2	50,9	-23,8	2,3	0,2	4,4	-0,4
Volume de mão-de-obra agrícola ⁴⁾	-3,3	-1,0	-5,0	-5,8	-2,6	-2,8	-4,4	-0,6	-1,7	-5,6	-3,3

1) Medido pelo VAL a custo dos fatores deflacionados pelo IPIB e dividido pelo volume de mão-de-obra agrícola total

2) Medido pelo VAL a preços no produtor deflacionados pelo IPIB

3) Medido pelo valor total dos PDP do 1.º e do 2.º Pilares deflacionado pelo IPIB

4) Medido pelo n.º de UTA familiares e assalariadas

8. Apesar de nunca ter parado, a agricultura portuguesa sofreu em 2020 uma quebra significativa no seu produto agrícola bruto



O **volume de mão-de-obra agrícola total**, medido pelo número de UTA familiares e assalariadas, reduziu-se 5,6% entre 2019 e 2020.

Assim sendo, o decréscimo de 1,3% verificado para o indicador rendimento dos produtores agrícolas portugueses, resultou de uma quebra de 12,2% no rendimento económico das respectivas explorações agrícolas, a qual foi quase totalmente compensada pelo aumento de nível de suporte dos produtores (+5,3%) e pela redução do volume de mão-de-obra agrícola total (-5,6%), a qual foi a segunda mais elevada da última década, apenas ultrapassada pelo decréscimo verificado entre 2013 e 2014.

Levando em consideração o conjunto dos indicadores económicos analisados, pode-se considerar que, apesar da enorme resiliência

do sector agrícola português às fortes perturbações económicas e sociais provocadas pela pandemia, o ano de 2020 teve uma evolução muito desfavorável, só comparável na última década ao último ano do segundo Governo de Sócrates, em que a profunda crise financeira obrigou Portugal a recorrer à TROIKA (2011) e ao primeiro ano do Governo de António Costa (2016) com a enorme desconfiança que a solução política adoptada provocou inicialmente nos agentes económicos nacionais e internacionais.

Por contraste, importa referir que, na última década, os anos em que os resultados económicos da agricultura portuguesa foram mais favoráveis, corresponderam aos segundos e quartos anos dos Governos de Passos Coelho (2013 e 2015) e de António Costa (2017 e 2019).



9.

No conjunto dos dois anos em pandemia, a agricultura portuguesa teve um comportamento económico muito positivo

AVILLEZ, Francisco, in www.agroportal.pt e www.agroges.pt, Fevereiro 2022.

Em Dezembro de 2021 foi publicada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) a **1.º Estimativa das Contas Económicas da Agricultura (CEA)** para 2021, da qual consta, também, uma actualização dos resultados económicos sectoriais do ano 2020.

De acordo com os dados agora disponíveis, o **produto agrícola bruto em volume**, medido pelo Valor Acrescentado Bruto (VAB) a preços no produtor constantes, cresceu, no ano de 2021, 9,5%, o que compensou largamente a quebra de 3,5% ocorrida em 2020 e teve como consequência o seu crescimento de 5,7% no conjunto dos dois anos de pandemia.

Este aumento do produto agrícola bruto em volume resultou de um acréscimo no volume da produção agrícola (+6,7%) superior ao aumento em volume dos consumos intermédios (+3,8%).

O aumento em volume da produção agrícola resultou de um crescimento de 10,1% do volume da produção vegetal muito superior ao verificado para a produção animal (+1,4%).

Esta evolução muito favorável no volume da **produção vegetal** em 2021 foi consequência de acréscimos na produção:

- dos **Cereais** em geral (+6,9%) e do milho (+5%) e do arroz (+30%) em particular;
- dos **Vegetais e Produtos Hortícolas** (+9,5%);
- dos **Frutos** em geral (+14,5%), e da maçã (+20%), da pera (+40%), da cereja (+200%), da amêndoa (+20%) e da azeitona (+31,4%), em particular;
- do **Vinho** (+5%);
- e do **Azeite** (+20,5%).



No que respeita ao aumento de 1,4% no volume da **produção animal**, os aumentos dos **Bovinos** (+6,3%), dos **Ovinos e Caprinos** (+10,5%) e das **Aves de capoeira** (+0,1%), mais que compensaram as quebras verificadas para os **Suínos** (-0,2%) e o **Leite** (-0,4%).

No que se refere aos **consumos intermédios**, o respectivo aumento de volume (+3,8%) foi consequência, no essencial, de acréscimos verificados para os **produtos fitossanitários** (+11,3%), para os **alimentos para animais** (+3%) e para os **outros bens e serviços** (+6,7%).

Por seu lado, o **produto agrícola em valor**, medido pelo VAB a preços no produtor correntes, cresceu, durante 2021, 8,2%, o que foi consequência de aumentos relativamente semelhantes nos valores da produção agrícola (+11,1%) e dos consumos intermédios (+12,4%), sendo de realçar um crescimento de 16,5% do valor da produção vegetal muito superior ao da produção animal (+2,9%).

No que diz respeito ao **rendimento do sector agrícola**, medido pelo VAB a custo de factores a preços nominais, cresceu, em 2021, 9,3%, o que correspondeu ao maior crescimento verificado na última década.

É de realçar que este crescimento foi, na sua maior parte, consequência do aumento do VAB a preços correntes e só parcialmente do acréscimo no valor das transferências de rendimento geradas pelos pagamentos directos aos produtores em vigor.

O **rendimento dos produtores agrícolas**, medido pelo rendimento dos factores deflacionados pelo índice do Produto Interno Bruto (IPIB) e dividido pelo volume de mão-de-obra

agrícola total, cresceu em 2021, 9,4%, o que compensou largamente a sua estagnação durante 2020, o que teve como consequência o seu crescimento de 9,4% no conjunto dos dois anos da pandemia.

O indicador do rendimento dos produtores agrícolas, equivalente ao indicador do INE, designado por rendimento da actividade agrícola, pode ser decomposto em três diferentes componentes: a competitividade económica das explorações agrícolas, o nível de suporte directo aos produtores e o volume de mão-de-obra agrícola total.

A **competitividade económica das explorações agrícolas** portuguesas, medida pelo Valor Acrescentado Líquido (VAL) a preços no produtor deflacionado pelo IPIB, aumentou 7,9%, em 2021, o que representou uma evolução muito positiva em relação ao verificado em 2020 (-3,9%).

O **nível de suporte directo aos produtores**, medido pelo valor total dos Pagamentos Directos aos Produtores (PDP) do 1.º e do 2.º Pilares deflacionados pelo IPIB, aumentou 10,3% em 2021, superior ao aumento verificado em 2020 (+7,2%).

O **volume da mão-de-obra agrícola total**, medido pelo número de Unidades de Trabalho Ano (UTA) assalariadas e familiares, reduziu-se em 2021 (-0,7%) praticamente o mesmo que o verificado em 2020 (-0,6%).

Assim sendo, pode-se concluir que o aumento de 9,4% do rendimento médio dos agricultores portugueses em 2021 foi consequência de uma convergência favorável da sua competitividade económica (+7,9%) e do nível de suporte (+10,3%)



das respectivas explorações agrícolas e só marginalmente beneficiado pela quebra no volume de mão-de-obra agrícola.

Neste contexto, pode-se afirmar que, no conjunto dos dois anos em que vivemos em pandemia, o comportamento económico do sector agrícola português foi bastante positivo, o que vem bem expresso:

- pelo aumento do produto agrícola bruto de 5,7% em volume e de 6% em valor;
- pelo aumento do rendimento do sector agrícola de 9,9%;
- pelo aumento do rendimento dos produtores agrícolas de 9,4%;
- por um aumento da competitividade económica das explorações agrícolas de 5,1%;

9. No conjunto dos dois anos em pandemia, a agricultura portuguesa teve um comportamento económico muito positivo



- por ganhos de produtividade do trabalho de 7,1% e dos factores intermédios e de capital de 2,7%;
- por uma redução de, apenas, 1,2% no volume de mão-de-obra agrícola total.

Se a estes indicadores adicionarmos a taxa de variação das exportações de produtos agrícolas, entre 2019 e 2021, de 15,3% e a compararmos com

a verificada para as exportações totais (+4,3%) somos levados a concluir que, apesar da “diabolização” a que a agricultura portuguesa tem vindo a estar sujeita, nestes últimos anos, por parte de certos sectores da nossa elite político-partidária e de parte da nossa opinião publicada, o sector agrícola nacional demonstrou uma enorme resiliência e dinamismo num contexto tão adverso como foi o da crise pandémica.





10.

O poder de compra médio dos agricultores portugueses teve uma queda muito significativa em 2022

AVILLEZ, Francisco, in www.agroportal.pt e www.agroges.pt. Janeiro 2023.

A actividade do sector agrícola nacional em 2022 foi caracterizada, no essencial, por condições climáticas bastante adversas e por uma escalada nos preços dos factores e dos produtos agrícolas, cujo impacto sobre os resultados económicos sectoriais vem bem expresso nos dados da Primeira Estimativa das Contas Económicas da Agricultura de 2022, do INE, recentemente publicada.

O volume da produção agrícola, medido, a preços no produtor constantes, registou o maior decréscimo dos últimos dez anos (-5,5%), o qual foi muito mais significativo em relação ao volume de produção vegetal (-8,1%), do que da produção animal (-0,3%).

No que se refere à produção vegetal, as quebras no respectivo volume foram particularmente acentuadas no caso dos cereais (-12,9%),

plantas forrageiras (-10,5%), batatas (-17,3%), vinho (-15%) e azeite (-9,1%). No caso da produção animal, as alterações nos respectivos volumes da produção, variaram entre o leite (-2,7%) e a carne de bovinos (+4,1%).

Estes decréscimos nos volumes da produção vegetal e animal foram acompanhados por uma redução no volume do conjunto dos consumos de factores intermédios (-6,2%), o qual foi especialmente significativo no caso das sementes e plantas (-12,9%), na energia e lubrificantes (-6,2%) e nos adubos e correctivos (-27,3%).

Por seu lado, a escalada dos preços à escala mundial, iniciada na segunda metade de 2021 e agravada após o início da invasão da Ucrânia pela Rússia, teve como consequência, em Portugal, a ocorrência de aumentos, em 2022,



nos preços no produtor do conjunto dos factores intermédios de produção agrícola (+26,6%) e dos produtos agrícolas vegetais (+9,5%) e animais (+24,4%).

Em relação aos preços no produtor dos consumos intermédios, os acréscimos verificados foram particularmente elevados no caso dos adubos e correctivos (+90,7%), energia e lubrificantes (+43,4%) e alimentos para animais (+37,2%).

Por seu lado, as variações no valor nominal dos preços no produtor dos produtos vegetais,

registaram aumentos médios anuais mais acentuados para os cereais (57,6%), plantas forrageiras (+41,9%), batatas (+40,2%), vegetais e produtos hortícolas (+14,2%) e azeite (+13,8%).

No que se refere aos preços no produtor dos produtos animais, é de salientar os acréscimos nos respectivos valores nominais, no caso do leite (+25,6%) e das carnes de bovinos (14,5%), suínos (+24,2%) e aves (+29%).

Importa, neste contexto, sublinhar que as transferências de rendimento geradas pelos pagamentos directos aos produtores em vigor,



registaram, a preços nominais, um ligeiro aumento (+2,6%) entre 2021 e 2022, o qual foi mais significativo para os pagamentos ligados à produção (+7%) do que para os desligados da produção (+1,7%).

Da conjugação das alterações verificadas em 2022 em relação a 2021, dos volumes e dos preços no produtor das produções agrícolas e dos respectivos consumos intermédios, assim como, dos valores dos pagamentos directos aos produtores em vigor, resultaram impactos económicos para a Agricultura Portuguesa maioritariamente negativos.

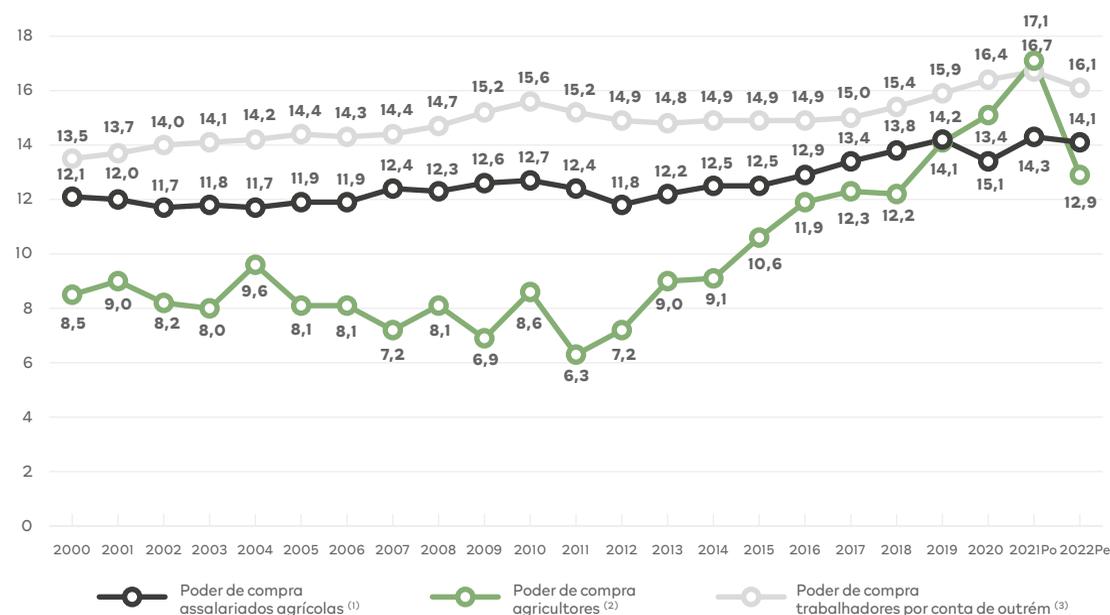
O **produto agrícola bruto em volume** (VAB a preços no produtor constantes) registou um decréscimo de -4,2%, enquanto que em valor (VAB a preços no produtor correntes) teve um decréscimo ainda maior (-11,8%).

O **rendimento do sector agrícola** (VAB a custo de factores a preços correntes) registou um decréscimo entre 2021 e 2022 de -8,1%, enquanto que o **rendimento médio dos produtores agrícolas** (rendimento dos factores por UTA deflacionado pelo IPIB) viu o seu valor variar de -11,8% no período em causa. Importa, neste último caso, sublinhar que as perdas



FIGURA 10.1 – EVOLUÇÃO DO PODER DE COMPRA DOS AGRICULTORES, ASSALARIADOS AGRÍCOLAS E TRABALHADORES POR CONTA DE OUTREM, NAS ÚLTIMAS DÉCADAS

(1000 € a preços reais de 2022)



1) Poder de compra médio anual medido pelo REL por UTAF deflacionado pelo IPC

2) Poder de compra médio anual medido pelos montantes dos salários agrícolas anuais por UTA assalariados e deflacionado pelo IPC

3) Poder de compra anual medido pelo ganho médio dos trabalhadores por conta de outrem deflacionado pelo IPC

de rendimento verificadas, só marginalmente resultaram de quebras na respectiva **competitividade económica** (-2,6%), sendo, portanto, maioritariamente explicadas pela deterioração verificada nos termos de troca dos preços agrícolas (-10%).

Por último, importa salientar o impacto muito negativo que o comportamento económico do sector agrícola português teve em 2022 sobre o **poder de compra médio do rendimento de origem agrícola dos agricultores e suas famílias**, medido pelo rendimento empresarial líquido (REL) por unidade de trabalho ano agrícola familiar (UTAF) deflacionado pelo índice de preços no consumidor (IPC).

Dos decréscimos verificados, em 2022 face a 2021, do REL do conjunto das explorações agrícolas portuguesas (-22,1%) e do número total de UTAF (-1,8%) e do aumento de 7,8%

do índice de preços no consumidor nacional, resultou um **decréscimo do poder de compra médio dos agricultores e suas famílias de -24,6%**.

Esta quebra de poder de compra, sendo a segunda mais elevada nas últimas duas décadas, é muito superior à verificada, quer para a mão-de-obra assalariada agrícola (-1,4%), quer para a correspondente ao ganho médio de trabalhadores por conta de outrem (-4,1%).

Importa, no entanto, realçar que o poder de compra médio dos agricultores teve um crescimento muito significativo na última década ultrapassando, em 2019, o poder de compra dos assalariados agrícolas e, em 2021, o poder de compra médio do conjunto dos trabalhadores por conta de outrem, situação esta que se voltou a inverter neste último ano [Figura 10.1].





II.

A agricultura portuguesa: como promover a sua sustentabilidade climática e ambiental

AVILLEZ, Francisco, in *Revista Indústria e Ambiente*, n.º 137, Novembro/Dezembro 2022.

INTRODUÇÃO

No actual contexto de crescente insegurança alimentar à escala mundial, Portugal vai ter que ser capaz de fazer crescer de forma significativa a produção de bens agrícolas e alimentares de qualidade reconhecida destinados aos mercados interno e externo que, contribuindo para o crescimento do valor acrescentado nacional e para uma maior segurança alimentar, sejam baseados em sistemas de produção e de ocupação e uso dos solos agrícolas e florestais economicamente viáveis, ambientalmente sustentáveis e territorialmente equilibrados.

A concretização desta visão estratégica vai depender, no essencial, da adopção de um conjunto coerente e eficaz de políticas públicas, capazes de promoverem um tecido empresarial

agrícola e rural cada vez mais bem organizado, melhor qualificado, mais dinâmico e mais inovador, cujas opções produtivas, tecnológicas e estruturais que, sendo economicamente viáveis, se baseiem em modelos de intensificação ambientalmente sustentáveis.

O **Plano Estratégico da PAC (PEPAC) nacional**, que foi aprovado pela Comissão Europeia (COM) em 31 de Agosto de 2022 para ser executado entre 2023 e 2027, integra um conjunto de eixos estratégicos, domínios e tipos de intervenções, cuja arquitectura geral se pode dividir nas chamadas **Arquitectura do Apoio ao Rendimento, Arquitectura Verde e Arquitectura do Investimento**.

O conjunto de medidas do PEPAC nacional que constituem a respectiva Arquitectura Verde, integra os objectivos específicos a atingir e os



diferentes tipos de intervenções que irão estar disponíveis para promover, no período 2023-2027, a sustentabilidade climática ambiental das explorações agrícolas portuguesas.

O objectivo deste artigo vai ser o de descrever, de forma necessariamente resumida, em que consiste a Arquitectura Verde do PEPAC nacional e de que modo é que se espera que ele sirva para contribuir para um crescimento económico, climático e ambiental sustentáveis da agricultura e do mundo rural português.

A ARQUITECTURA VERDE DO PEPAC

Três dos nove objectivos específicos (OE) do PEPAC dizem directamente respeito às funções climática e ambiental da agricultura pós-2020:

- OE 4 – Contribuir para a adaptação às alterações climáticas e para a mitigação dos seus efeitos, bem como, para a energia renovável;
- OE 5 – Promover o desenvolvimento sustentável e uma gestão eficiente dos recursos naturais, como a água, os solos e o ar;
- OE 6 – Contribuir para a protecção da biodiversidade, melhorar os serviços ligados aos ecossistemas e promover os habitats e as paisagens.

Para a concretização destes OE, Portugal propõe um conjunto de intervenções integradas nas três seguintes áreas de intervenção:

- Boas condições agrícolas e ambientais (BCAA);
- Pagamentos eco-regime;
- Compromissos agroambientais e clima.

BOAS CONDIÇÕES AGRÍCOLAS E AMBIENTAIS

Para que qualquer agricultor se possa candidatar a quaisquer tipos de apoios no âmbito da PAC, é indispensável que se respeitem dois diferentes tipos de condições.

Os **Requisitos legais de gestão (RLG)**, centrados em torno de questões como a da água, a biodiversidade, o registo de animais, as doenças animais, a utilização de produtos fitofarmacêuticos e o bem-estar animal, que sendo até hoje em número de 13, irão ser acrescidos de mais 3 para o período pós-2020, a saber:

- o cumprimento da Diretiva Quadro da Água (Diretiva 2000/60/CE);
- o cumprimento do Regulamento 2016/429, relativo às doenças animais transmissíveis;
- o cumprimento da Diretiva 2009/128, relativa à utilização sustentável de pesticidas.

Em relação às **Boas condições agrícolas e ambientais (BCAA)**, eram sete as que vigoravam no período 2014-2020 (centradas na água, nos solos, no carbono e na paisagem). Nas propostas existentes passam a ser 10 (centradas nas alterações climáticas, água, solo, biodiversidade e paisagem), de que destacamos:

- uma protecção adequada dos terrenos pantanosos, de modo a evitar a degradação dos solos ricos em carbono (Nova);
- a utilização de uma ferramenta que auxilie os produtores agrícolas a atingir uma gestão sustentável dos nutrientes ao nível das respectivas explorações, visando a melhoria da qualidade dos solos e a redução das emissões de GEE (Nova);
- a prática de rotação de culturas, com o objectivo de se assegurar a preservação





das características do solo – estrutura física, fertilidade, matéria orgânica e microflora do solo – (Nova);

- a garantia da manutenção de uma percentagem mínima de superfícies não-produtivas, de forma a promover a biodiversidade ao nível das explorações agrícolas (Nova);
- a proibição de converter ou lavrar as pastagens permanentes (PP) existentes na Rede Natura 2000, de forma a proteger habitats e espécies valiosas, incluindo os locais de nidificação e reprodução de aves e de modo a assegurar uma não redução da contribuição das áreas ocupadas pelas PP para o sequestro de carbono e para a qualidade dos solos e da água (Nova);

- uma gestão adequada da mobilização dos solos, de forma a reduzir os riscos de degradação, em particular nos solos com declive mais acentuado (Reestruturada);
- a proibição de se manterem solos a descoberto durante os períodos do ano mais sensíveis (Reestruturada).

Trata-se, portanto, de um claro reforço das actuais condicionalidades, uma vez que integra, não só o conjunto das condições de elegibilidade que, hoje em dia, são exigidas pelo "greening", como também, parte das condições de elegibilidade em vigor no âmbito de algumas das medidas agroambientais, nomeadamente, os apoios à produção integrada (PRODI), o modo de produção biológico (MPB) e a conservação dos solos.

OS PAGAMENTOS ECO-REGIME

Os pagamentos eco-regime (ou regimes ecológicos) são um novo tipo de intervenção integrada no 1.º Pilar da PAC em substituição dos pagamentos "greening" actualmente em vigor e em relação aos quais são, por definição, muito mais exigentes e selectivos.

Trata-se de intervenções que sendo de aplicação obrigatória para cada EM, irão ser facultativas para os respectivos agricultores e cujas verbas a contribuir por cada EM deverão ser, no mínimo, 25% do valor total das verbas do 1.º Pilar, percentagem esta que foi a adoptada no âmbito do PEPAC nacional.

Para serem elegíveis para este tipo de intervenções os agricultores vão ter que adoptar um conjunto diversificado de compromissos que irão assumir a forma de diferentes tipos de práticas e técnicas agrícolas que, para além daqueles que são obrigatórios em consequência das BCAA em vigor, sejam capazes de contribuir para os três objectivos específicos anteriormente referidos.

À partida, os pagamentos eco-regime podem ser caracterizados de acordo com:

- o âmbito de aplicação, que poderá ser **mais geral** (menos selectivo) ou **mais específico** (mais selectivo);
- a forma de avaliação dos compromissos assumidos que poderá ser baseada nas **práticas adoptadas (action-based)** ou nos **resultados obtidos (result-based)**;
- a forma de remuneração que poderá corresponder a **pagamentos adicionais (top-up)** ou a uma **compensação dos custos acrescidos e/ou das perdas de rendimento**;

- o prazo de pagamento que terá que ser **obrigatoriamente anual**;
- os compromissos temporais que poderão ser **anuais ou plurianuais**.

As opções assumidas por Portugal neste contexto no âmbito do PEPAC foram as de pagamentos com um grau variável de selectividade, baseados em pagamentos correspondentes em todos os casos a uma compensação dos custos acrescidos e/ou das perdas de rendimento e em compromissos avaliados com base nas práticas adoptadas (action-based).

São os seguintes os diferentes tipos de pagamentos eco-regime integrados no PEPAC nacional:

- Agricultura Biológica (Conversão e Manutenção);
- Produção integrada (PRODI) – Culturas agrícolas;
- Gestão do solo – Maneio e pastagem permanente;
- Gestão do solo – Promoção da fertilização orgânica;
- Melhorar a eficiência alimentar animal;
- Bem-estar animal e uso racional de antimicrobianos;
- Práticas promotoras da biodiversidade.

Cerca de 75% dos 874,3 M€ atribuídos aos pagamentos eco-regime para o período 2023-2027 dizem respeito, apenas, aos apoios ao Modo de Produção Biológico (MPB) e ao PRODI. Estes dois tipos de intervenção que até agora estavam integrados nas MAA do 2.º Pilar da PAC não diferem muito dos compromissos e níveis de apoio actuais. De destacar o maior peso orçamental atribuído no futuro ao MPB em relação ao PRODI, ao facto dos apoios PRODI deixarem de poder incidir sobre as áreas





ocupadas por culturas forrageiras e prados e pastagens permanentes (PPP), de os apoios ao MPB passarem a contar com um menor nível de apoio às áreas ocupadas com PPP e de os animais em MPB passarem a beneficiar de um apoio até agora inexistente.

Três dos restantes cinco eco-regimes têm por objectivo o combate às alterações climáticas.

O eco-regime **Gestão do solo – Maneio das pastagens permanentes**, abrange as explorações agrícolas com pastagens permanentes espontâneas/naturais ou semeadas/melhoradas em terra limpa e/ou sob-coberto florestal e visa a promoção de um conjunto de práticas agrícolas que contribuam para o aumento do teor de matéria orgânica e do controlo da erosão dos solos agrícolas de forma a aumentar a sua capacidade de sequestro de carbono e de retenção de água no solo.

O eco-regime **Gestão do solo – Promoção da fertilização orgânica** tem por objectivo a substituição dos fertilizantes inorgânicos por fertilizantes orgânicos, reduzindo as emissões de N_2O e o aumento do teor de matéria orgânica nos solos, contribuindo, assim, quer para a mitigação das emissões de GEE, quer para o sequestro de CO_2 e do aumento da capacidade de retenção de água nos solos.

O eco-regime **Melhorar a eficiência alimentar animal**, visa a promoção de boas práticas de eficiência alimentar, de maneio e de saúde animal nas explorações de bovinos de leite/carne de forma a contribuir para a mitigação das emissões de CH_4 .

Os restantes dois eco-regimes estão orientados para a promoção do bem-estar animal e de práticas promotoras da biodiversidade.

A primeira destas duas intervenções tem como objectivo promover as explorações pecuárias em regime extensivo de bovinos e suínos, boas práticas pecuárias que contribuam para uma melhor resposta do sector agropecuário às exigências da sociedade no que se refere ao bem-estar animal, assim como promover um uso mais racional de antimicrobianos nas espécies animais em causa, contribuindo assim para uma redução do seu uso.

O eco-regime **Práticas promotoras da biodiversidade**, visa promover áreas e elementos com interesse ecológico e ambiental capazes de proporcionar e potenciar os serviços de ecossistemas e a melhoria da biodiversidade.

COMPROMISSOS AGROAMBIENTAIS E CLIMA

No contexto do 2.º Pilar da PAC e integrando o Eixo Estratégico C do PEPAC intitulado Desenvolvimento Rural estão em substituição das actuais medias agroambientais (MAA), os seguintes compromissos agroambientais e clima:

- Conservação do solo – Sementeira directa;
- Conservação do solo – Enrelvamento;
- Conservação do solo – Pastagens biodiversas;
- Uso eficiente da água;
- Montado e lameiros;
- Culturas permanentes e paisagens tradicionais;
- Mosaico agro-florestal;
- Manutenção de raças autóctones;
- Pagamento Rede Natura.

Apenas a intervenção de apoio às Pastagens biodiversas corresponde a uma nova medida face ao conjunto das actuais MAA, sendo todas



as restantes versões revistas/melhoradas das actuais.

Todas elas se caracterizam por se tratarem de apoios baseados em compromissos plurianuais cuja remuneração se baseia em compensação de custos acrescidos e/ou perdas de rendimento.

Os três primeiros compromissos agroambientais indicados, que dizem respeito à conservação do solo, têm por objectivo contribuir para o aumento do teor de matéria orgânica e o controlo da erosão dos solos agrícolas que visando o aumento da sua capacidade de sequestro de CO₂ e da retenção de água com o impacto positivo daí resultante para o combate às alterações climáticas.

As verbas que estão atribuídas no período 2023-2027 no âmbito do PEPAC nacional a estes três tipos de intervenções são de 26,5 M€, o que corresponde a 7,6% dos cerca de 353 M€ atribuídos, nesse mesmo período, ao conjunto dos nove tipos de intervenções em causa.

A intervenção **Gestão do Solo – Paisagem Biodiversa**, a única medida inovadora face às MAA até agora em vigor, constitui de acordo com o Roteiro de Neutralidade Carbónica, um dos principais contributos para a descarbonização do sector agrícola nacional em consequência da sua capacidade para sequestrar o CO₂ nos respectivos solos, assim como de protecção dos solos contra a sua erosão.

As outras duas intervenções no âmbito da Gestão dos Solos (a Sementeira Directa e o Enrelvamento) visam, também, apoiar os agricultores que adoptem práticas agrícolas capazes de contribuir quer para o aumento do teor de matéria orgânica, quer para reduzir os

fenómenos de erosão, visando, no essencial, promover uma maior capacidade de sequestro de carbono e de retenção de água no solo, fundamentais para o combate às alterações climáticas e uma mais sustentável gestão dos recursos naturais.

Dos restantes seis compromissos agroambientais e clima, assume particular importância para promover a competitividade económica e a sustentabilidade ambiental da agricultura portuguesa a intervenção designada por **Uso eficiente da Água**.

Esta intervenção irá beneficiar de uma verba total de cerca de 26 M€ ao longo do período 2023-2027, que representa cerca de 7,5% da verba total atribuída ao conjunto dos compromissos agroambiental e clima em causa.

Trata-se de uma intervenção que tem por objectivo uma melhoria da gestão do recurso água que contribua para o um aumento da eficiência da rega e uma melhoria da qualidade da água através de uma gestão mais racional do uso dos fertilizantes. Para o efeito, estão previstos compromissos e níveis de apoio específicos para tipologias de regante, escalão de área e grupo de culturas.

Os restantes cinco compromissos agroambientais e clima indicados irão estar atribuídos a cerca de metade das verbas totais em causa para este tipo de medidas e têm por objectivo essencial a manutenção quer dos sistemas de ocupação e uso dos solos agrícolas e florestais extensivos com valor ambiental e paisagístico (montados e lameiros e culturas permanentes e paisagens tradicionais), quer das zonas com condicionantes naturais (Rede Natura), quer das raças autóctones.



COMO CONCILIAR O CRESCIMENTO ECONÓMICO DA AGRICULTURA PORTUGUESA COM A SUA SUSTENTABILIDADE CLIMÁTICA E AMBIENTAL

Em minha opinião, só vai ser possível fazer crescer o produto agrícola bruto nacional e a competitividade económica das suas explorações de forma significativa e ambientalmente sustentável, através da adopção generalizada de soluções produtivas e tecnológicas que sejam capazes de promover simultaneamente:

- uma melhoria do potencial produtivo dos nossos solos, ou seja, um aumento da sua capacidade para disponibilizar mais nutrientes, para reterem mais humidade e para drenarem melhor o excesso de água;
- uma mais precisa e dirigida utilização de quantidades cada vez menores de fertilizantes sintéticos, fitofármacos, água de rega e alimentos compostos para animais por unidade de produto agrícola final.

Só assim me parece vir a ser possível conciliar os ganhos de produtividade agrícola com o combate às alterações climáticas, com uma gestão sustentável dos recursos naturais e com a preservação da biodiversidade e das paisagens e, deste modo, promover um aumento da produção agrícola nacional no respeito pelos compromissos assumidos no contexto da **neutralidade carbónica** e do **Green Deal**.

Irá assumir, neste contexto, particular relevância a expansão futura em Portugal do processo de conversão, já em curso, do modelo de intensificação tecnológica dominante do tipo químico-mecânico, por um modelo de intensificação tecnológica de tipo sustentável.

De acordo com a FAO, este modelo de intensificação sustentável deverá ser baseado nos seguintes três princípios. Primeiro, na obtenção de ganhos de produtividade em simultâneo com uma melhor valorização do capital natural e dos serviços ecossistémicos agrícolas. Segundo, em melhorias significativas de eficiência no uso dos factores terra, água, agro-químicos e trabalho. Terceiro, na utilização da biodiversidade natural numa busca de formas mais resilientes aos factores de risco abióticos e bióticos.

No caso português, o modelo tecnológico de intensificação sustentável deverá basear-se numa combinação equilibrada entre:

- tecnologias orientadas para o aumento da eficiência no uso dos inputs agrícolas (agro-químicos, água e energia), através de uma sua aplicação mais precisa e dirigida (máquinas e técnicas agrícolas de precisão, novos métodos de rega, produção integrada, ...), com base numa difusão mais generalizada das novas tecnologias de informação e da biotecnologia;
- práticas agronómicas que visam a substituição parcial dos inputs agrícolas, através do controlo da erosão, da melhoria da estrutura e da fertilidade dos solos, do aumento da capacidade de retenção da água pelos solos (mobilização mínima, enrelvamento, rotações culturais com culturas melhoradas e fixadoras de azoto no solo, modo de produção biológico, ...) e que exigirão um conhecimento mais aprofundado do funcionamento dos ecossistemas agrícolas.

Para que estas alterações se venham a concretizar vão ser necessárias intervenções públicas, coerentes e estáveis, que sejam capazes de responder às seguintes principais prioridades.



Primeiro, uma evolução do sistema de pagamentos diretos aos produtores que privilegie em geral os apoios de natureza ambiental, climático e territorial, em detrimento dos apoios ao rendimento e à produção, hoje em dia dominantes e, em particular, medidas agroambientais e agroclimáticas orientadas, prioritariamente, para:

- uma redução das perdas de matéria orgânica do solo, pela adoção de tecnologias e práticas agrícolas que promovam uma diminuição da mobilização, da erosão e da mineralização dos solos;
- um aumento dos ganhos de matéria orgânica através da adição de compostos orgânicos, uma melhor gestão dos resíduos e um maior equilíbrio nas rotações e adubações.

Neste contexto, vão assumir particular relevo medidas de tipo agroambiental e climático e que assegurem a viabilização económica dos sistemas de agricultura de precisão e de conservação, em geral, e os apoios à instalação e manutenção de pastagens permanentes melhoradoras do tipo das biodiversas, em particular, as quais deverão constituir uma adequada concretização dos compromissos assumidos no âmbito do RNC 2050, nomeadamente, no contexto dos sistemas agroflorestais.

Segundo, a promoção de um modelo tecnológico de intensificação sustentável capaz de contribuir para o crescimento económico do sector baseado numa melhoria da eficiência no uso dos fatores intermédios de produção e numa gestão

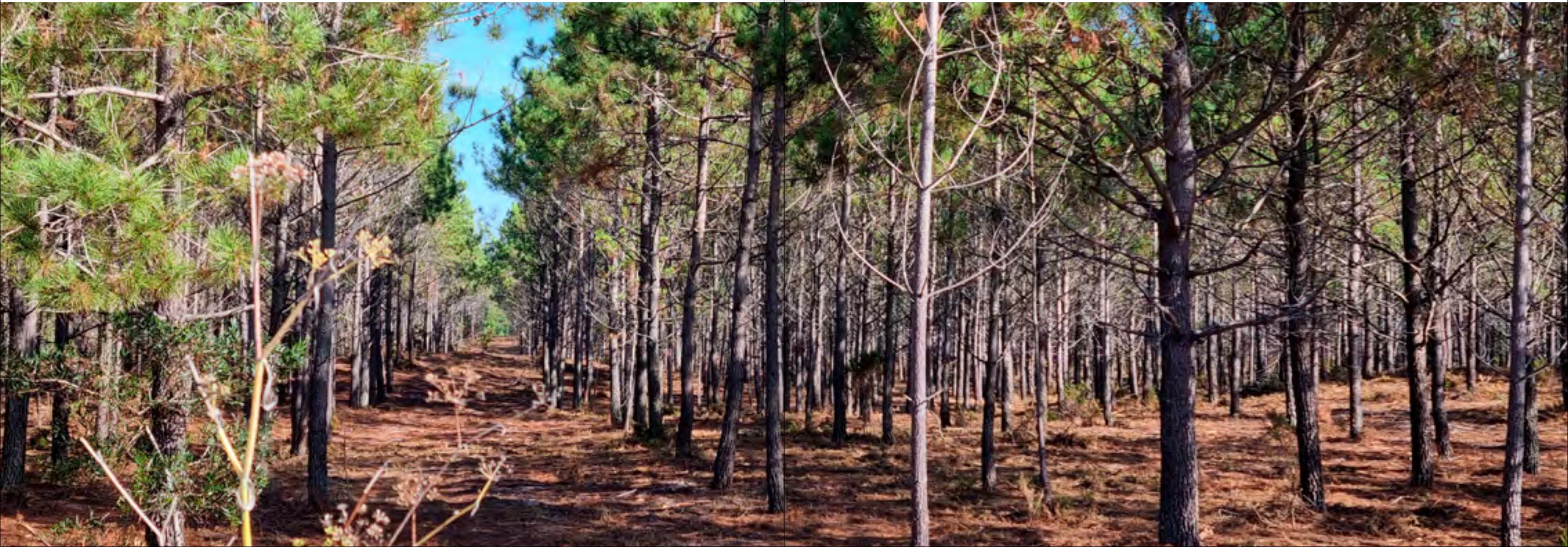
e conservação sustentável dos recursos terra e água.

Terceiro, a promoção de uma rede de Organização de Produtores (OP) que possibilite a implementação de medidas de gestão de risco e de estabilização de rendimentos e que contribuam para uma mais fácil divulgação e difusão generalizada das inovações tecnológicas que melhor assegurem uma mais eficiente utilização dos recursos disponíveis e contribuam para a descarbonização da economia nacional.

Quarto, o reforço de uma fileira do conhecimento baseada numa rede de estações experimentais distribuídas no território nacional que através de uma investigação aplicada sejam capazes

de promover o acesso às inovações tecnológicas em causa por parte do maior número possível de produtores agrícolas, assim como assegurar o respetivo apoio técnico.

É minha opinião que, apesar das propostas do PEPAC estarem alinhadas com estas prioridades, a sua concretização pode vir a estar limitada pela sua pouca ambição expressa quer pelos níveis de apoios unitários propostos, quer pelas verbas totais afectas ao seu financiamento, nomeadamente, no que se refere aos pagamentos eco-regime, às medidas agroambientais e clima e aos investimentos nos regadios públicos e privados.



12.

A agricultura biológica: mitos e realidade

AVILLEZ, Francisco, in www.agroportal.pt, Julho 2021.

INTRODUÇÃO

Os defensores da Agricultura Biológica em Portugal têm fundamentado, no essencial, os seus argumentos na promoção de dois mitos e na ocultação de uma realidade.

Um dos mitos é de que não existirão sistemas de produção agrícola sustentáveis para além dos baseados nas práticas exigidas pelo modo de produção biológico.

O outro mito é o de que uma dieta alimentar saudável e acessível a todos, terá que basear-se, necessariamente, em produtos obtidos, apenas, com base em substâncias e processos biológicos.

A realidade ignorada é a de que, apesar de todos os apoios públicos em vigor

nestas últimas décadas, as áreas em modo biológico e a respectiva oferta nacional de bens alimentares têm uma **expressão reduzidíssima**.

Face ao objectivo dos 25% da SAU da UE em modo de produção biológico até 2050, que consta da **Estratégia do Prado ao Prato**, julgo ser oportuno fazer algumas reflexões sobre estas temáticas, procurando para o efeito responder às três questões seguintes:

- Será que o Modo de Produção Biológico (MPB) corresponde ao único tipo de sistemas de produção agrícola sustentável?
- Será que a promoção à escala mundial de dietas alimentares saudáveis e acessíveis a todos, poderá vir a ser principalmente baseada em produtos de Agricultura Biológica?



- Será que a meta dos 25% da SAU, preconizada no contexto da Estratégia do Prado ao Prato, é realista face à realidade produtiva da agricultura portuguesa, em geral, e do seu modo de produção biológico, em particular?

SERÁ QUE O MPB É O ÚNICO TIPO DE SISTEMA AGRÍCOLA SUSTENTÁVEL?

De acordo com a FAO, são três os princípios em que se deverão basear os sistemas de produção agrícola sustentáveis.

Primeiro, na obtenção, em simultâneo, de ganhos de produtividade e de uma melhor valorização do capital natural e dos serviços ecossistémicos agrícolas.

Segundo, em melhorias significativas de eficiência no uso dos factores terra, água, energia e agroquímicos.

Terceiro, na utilização da biodiversidade natural na procura de formas mais resilientes aos factores de riscos abióticos e bióticos.

Segundo a FAO, as práticas agrícolas capazes de assegurar a implementação com sucesso destes três princípios, podendo diferir de acordo com as condições e necessidades específicas locais, deverão basear-se nos seguintes aspectos comuns:

- numa mobilização mínima dos solos de forma a contribuir para o aumento da sua matéria orgânica e da sua estrutura;

- numa protecção eficaz da superfície da terra arável, de modo a evitar a erosão, a conservar a água e os nutrientes, a promover a actividade biológica do solo e a contribuir para uma gestão integrada do combate às doenças das plantas;
- no recurso a associações, sequências e rotações de culturas melhor adequadas à melhoria do fundo de fertilidade dos solos e à resiliência aos factores de risco;
- no uso das variedades de elevada produtividade bem adaptadas aos diferentes tipos de solos;
- no recurso a um uso equilibrado de fertilizantes orgânicos e inorgânicos e a rotações de culturas melhoradoras da qualidade dos solos;
- numa gestão integrada das infestantes e doenças das plantas, com base em práticas agronómicas apropriadas, na biodiversidade natural e no uso selectivo de fitofármacos de baixo risco;
- num uso eficiente da água através do recurso a práticas agronómicas potenciadoras da capacidade de utilização de água pelos solos e a tecnologias de precisão.

Trata-se, portanto, de um conjunto de práticas que não exigirão, como o faz o MPB, a não utilização de agro-químicos para que se possa assegurar a sustentabilidade dos respectivos sistemas de produção. Pode-se, assim, afirmar que existe produção agrícola sustentável para além da alcançável pela agricultura biológica, cuja sustentabilidade em Portugal não temos, aliás, a possibilidade de confirmar, uma vez que não existem estudos credíveis, apesar da enorme quantidade de análises de solos que as condições de elegibilidade do MPB têm exigido aos produtores nestas últimas décadas.

Será que só os produtos biológicos é que permitem a promoção de dietas saudáveis e acessíveis a todos?

Um dos principais desafios com que a Humanidade será confrontada nas próximas décadas irá ser o de satisfazer as necessidades alimentares de mais de 10 mil milhões de pessoas com base em dietas saudáveis e acessíveis a todos, baseadas em sistemas alimentares sustentáveis.

As projecções das instituições internacionais apontam para que até 2050, a população mundial irá ser não só mais numerosa, como também mais envelhecida e urbanizada e com níveis médios de rendimento mais elevados. Tal evolução irá ter necessariamente um impacto muito significativo nos padrões de consumo futuros e, conseqüentemente, nos sistemas de produção agrícolas e alimentares.

É, hoje em dia, consensual que uma dieta alimentar saudável deve ter como objectivo um consumo médio diário de 2.500 Kcal e ser caracterizada por:

- uma crescente diversidade de alimentos à base de produtos vegetais;
- uma redução no consumo de alimentos de origem animal, nomeadamente, carnes vermelhas;
- um aumento do consumo de gorduras não-saturadas em vez de saturadas;
- uma limitação do consumo de grãos não-integrais, de alimentos altamente processados e de alimentos com açúcares adicionados.

O que não é consensual é que dietas deste tipo, de que a dieta mediterrânica é um bom exemplo, se tenham que basear exclusivamente, ou



mesmo principalmente, em produtos biológicos que, contrariamente ao que muitos pensam, não apresentam vantagens acrescidas de natureza nutricional ou ambiental, em relação aos produtos de agricultura dita convencional. As características organolépticas superiores que se considera que os produtores biológicos apresentam, não podem ser utilizadas como justificação para uma quase "diabolização" dos restantes produtos alimentares a que, hoje em dia, assistimos.

Tomando como referência o tipo de dieta actualmente dominante e o aumento previsto para a população mundial e para o seu nível de rendimento, a difusão de dietas saudáveis vai, não só implicar uma alteração no comportamento e nas decisões de consumo alimentar, como, principalmente, uma mudança substancial no volume de alimentos a produzir no futuro, o qual terá que crescer cerca de 70% até 2050, o que irá implicar, de acordo com as previsões de instituições internacionais e de grupos de peritos, a produção, nas próximas décadas, do dobro do volume de hortícolas, frutos frescos e frutos secos do que a actual, assim como uma quebra de 50% no consumo global de alimentos com açúcares adicionados e de carnes vermelhas.

Neste contexto, sou de opinião que, não só é uma utopia pensar que a agricultura biológica pode vir a produzir os alimentos necessários ao abastecimento da população mundial, como é uma enorme irresponsabilidade o processo de "diabolização" em curso em relação aos modernos sistemas de agricultura economicamente competitivos e ambientalmente sustentáveis (pejorativamente designados por "intensivos" ou "super-intensivos") que, nestes últimos anos, têm vindo a ganhar dimensão entre nós, os quais, por mera ignorância ou má fé, têm vindo

a ser vítimas de uma perseguição cada vez mais ideologicamente obsessiva e cada vez menos cientificamente fundamentada.

Sem se poder contar com estes sistemas de produção vai ser impossível responder aos significativos aumentos previstos para a procura de bens alimentares, assim como à necessidade de os tornar acessíveis a toda a população mundial.

SERÁ REALISTA APOSTAR NA PROMOÇÃO EM PORTUGAL DA META DOS 25% DE SAU EM AGRICULTURA BIOLÓGICA?

De acordo com o RA-2019, é de 3,9 mil o número de explorações certificadas em Portugal para a produção em modo biológico, as quais ocupam 209,9 mil hectares de SAU, o que corresponde, apenas, a 1,36 e a 5,3% do número e da SAU da totalidade das explorações agrícolas portuguesas. Estas explorações estão maioritariamente localizadas em Trás-os-Montes (29,4%), Alentejo (21,3%) e Beira Interior (18,1%), sendo o Alentejo (62,5%) e a Beira Interior (21,1%) as regiões aonde o MPB assume uma posição predominante na totalidade da respectiva SAU.

De acordo com estes dados, a SAU em modo de produção biológico repartia-se da seguinte forma:

- 69% estava ocupada por prados e pastagens permanentes;
- 19% estava ocupada por culturas permanentes;
- 9% era utilizada para culturas temporárias forrageiras (prados temporários e culturas forrageiras anuais);

- e apenas 3% era utilizada para culturas temporárias não forrageiras.

Significa isto que, mais de 4/5 da SAU nacional (163,7 mil hectares) em modo de produção biológica estava, em 2019, relacionada com a produção animal, à qual, no entanto, corresponde uma oferta final de produtos biológicos nacionais quase insignificante.

De acordo com os dados do IFAP a que tivemos acesso, os cerca de 38,7 mil hectares de SAU ocupada por Culturas permanentes estavam repartidos entre o Olival (54%), os Frutos de casca rijá (27%), a Vinha (10%) e os Restantes frutos (9%).

Já no que diz respeito à SAU ocupada por Culturas temporárias não forrageiras (63 mil hectares) assumem maior expressão os Cereais para grão (48%), as Culturas hortícolas (28%) e as Leguminosas secas para grão (18%).

Mais de 90% da área de Pastagens permanentes em modo biológico (144,5 mil hectares) está localizada nas regiões do Alentejo (69%) e Beira Interior (23%). A mesma repartição se verifica em relação aos Prados temporários e às culturas forrageiras em MPB que se localizam maioritariamente no Alentejo (75%) e Beira Interior (18%).

A quase totalidade da área de Olival em MPB (20,9 mil hectares) está localizada no Alentejo (44%), Trás-os-Montes (34%) e Beira Interior (20%). No caso dos Frutos de casca rijá (10,5 mil hectares), a maioria da sua área em MPB está localizada nas regiões de Trás-os-Montes (63%) e do Alentejo (20%). As áreas em MPB ocupadas pela Vinha (4,5 mil hectares), localizam-se predominantemente em

Trás-os-Montes (29%), no Alentejo (33%) e na Beira Interior (20%). No que se refere aos frutos frescos, os cerca de 3,4 mil hectares em MPB estão localizados principalmente na Beira Interior (31%), Alentejo (20%) e Ribatejo e Oeste (16%).

No caso dos Cereais e das Leguminosas secas para grão (4 mil hectares), as áreas em MPB encontram-se maioritariamente nas regiões do Alentejo (50%) e da Beira Interior (33%).

É, ainda, de notar que os 1,7 mil hectares de culturas hortícolas em modo biológico, estão localizadas maioritariamente nas regiões do Alentejo (63%) e do Ribatejo e Oeste (22%).

Importa, finalmente, sublinhar que somente 6 mil hectares em modo de produção biológica é que dizem respeito ao tipo de produtos que estão habitualmente disponíveis nos respectivos mercados (hortícolas, legumes, frutos frescos, etc.).

Se admitirmos que a SAU de Portugal Continental se irá manter igual à actual, em 2050, a aplicação em Portugal do objectivo dos 25% proposto na **Estratégia do Prado ao Prado**, irá implicar que superfície agrícola em modo biológico deverá aumentar dos actuais 209,1 mil hectares para 959,7 mil hectares. Trata-se de um crescimento de 750 mil hectares nos próximos 30 anos, mais do dobro, por cada década, do que o verificado entre 2009 e 2019 (+110 mil hectares).

Admitindo que o **aumento das áreas em modo biológico** se concretiza de acordo com a sua composição actual, 78% do aumento previsto para a SAU em MPB irá corresponder a aumentos nas áreas ocupadas por culturas forrageiras temporárias e permanentes, 10% por Olival,



5% por Frutos de casca rija e 1,9% por Vinha e de, apenas, 1,7% no caso dos Frutos frescos e de 0,8% no caso das culturas hortícolas.

Tomando como termo de comparação a evolução das áreas em modo biológico das diferentes culturas no período 2009-19, pode-se avaliar o "esforço" sectorial exigido pela meta dos 25% nas próximas décadas, do seguinte modo.

Primeiro, que a área ocupada por prados e pastagens permanentes terá que aumentar até 2050 cerca de 173 mil hectares por cada dez anos, o que é mais do que o dobro do aumento verificado na última década (76,9 mil hectares).

Segundo, que a área ocupada por prados temporários e culturas forrageiras terá que crescer, até 2050, cerca de 23 mil hectares por cada década, o que é mais do dobro do aumento verificado entre 2009 e 2019 (10,9 mil hectares).

Terceiro, que no caso da área de olival, o aumento previsto até 2050 será de cerca de 25 mil hectares por cada 10 anos, cerca de 2,5 vezes superior ao verificado na última década (10,2 mil hectares).

Quarto, que se prevê que o conjunto da SAU em modo biológico terá que aumentar cerca de 250 mil hectares por cada década, ou seja,

quase 2,5 vezes superior ao ocorrido entre 2009-19 (100,6 mil hectares).

Neste contexto, importa responder a duas diferentes questões:

- Será realista prever um crescimento de áreas em modo biológico tão significativo?
- Que relação benefício custo se admite poder vir a resultar destes aumentos?

Deixando para um próximo artigo a resposta a estas questões, não queria deixar de acrescentar, desde já, que tenho grandes dúvidas quanto à possibilidade de se virem a conseguir

os aumentos de área em causa e, principalmente, que os benefícios produtivos e de sustentabilidade assim alcançáveis sejam capazes de compensar minimamente os custos sócio-económicos e orçamentais que tal esforço irá exigir.

Tudo o que acabo de afirmar, não põe em causa o papel positivo que sempre caberá à agricultura biológica e que, espero, possa vir a ser reforçado no futuro. O que não é admissível, é que este reforço seja feito à custa de uma "diabolização" de outras formas de produção sustentável indispensáveis para assegurar, à escala mundial, uma alimentação saudável e acessível a todos.





13.

Será que se justifica o elevado grau de prioridade atribuído à agricultura biológica no contexto do PEPAC?

AVILLEZ, Francisco, in www.agroportal.pt, Julho 2021.

INTRODUÇÃO

No actual contexto de emergência climática e de crescente insegurança alimentar à escala mundial, Portugal vai ter que ser capaz de fazer crescer de forma significativa a produção de bens alimentares nutritivos e saudáveis acessíveis a todos que, contribuindo para o crescimento do valor acrescentado nacional e para o aumento da sua autossuficiência alimentar, sejam baseados em sistemas de produção agrícolas que, sendo ambientalmente sustentáveis e viáveis economicamente, estejam orientados prioritariamente para a redução das emissões de GEE e para o aumento da produtividade da terra e dos factores intermédios de produção utilizados.

A concretização destes objectivos só será possível se as explorações agrícolas

portuguesas forem capazes de reforçar a sua posição nas respectivas cadeias de valor e vierem a optar por soluções produtivas e tecnológicas que, contribuindo para o combate às alterações climáticas, para uma gestão mais sustentável dos recursos naturais e para o restauro da biodiversidade, sejam capazes de produzir mais com recurso a menos factores de produção.

É neste contexto que, em minha opinião, se deverá avaliar o grau de prioridade a atribuir aos diferentes tipos de intervenções propostas no âmbito do PEPAC, com especial relevo para aquelas que integram a chamada Arquitectura Verde e, em particular, para os apoios ao Modo de Produção Biológico (MPB), avaliação esta que irá constituir o tema deste artigo.



AGRICULTURA BIOLÓGICA: ALGUNS EQUÍVOCOS QUE IMPORTA DESFAZER

Em minha opinião, são quatro os principais equívocos associados com a produção e o consumo de produtos biológicos.

Um primeiro equívoco a desfazer é o de que o MPB, contrariamente àquilo que muitos nos pretendem fazer crer, não é o único tipo de sistema de produção agrícola sustentável. Esta constatação é hoje em dia reconhecida pela própria CE que justifica o facto de se ter estabelecido uma meta quantificada no contexto do Pacto Ecológico Europeu, apenas, para a agricultura biológica, por este modo de produção ser o mais conhecido e regulado. Trata-se, em meu entender, de uma decisão com consequências muito negativas para a expansão de outros modos de produção agrícolas que são capazes de melhor conciliar os objectivos segurança alimentar e sustentabilidade ambiental, conciliação esta de importância decisiva para o futuro da agricultura portuguesa.

Um segundo equívoco está relacionado com a ideia de que a expansão do MPB na última década correspondeu, necessariamente, a alterações nos sistemas de ocupação e uso dos solos agrícolas, quando o que sucedeu foi que as culturas e práticas agrícolas se mantiveram quase sempre (ou mesmo totalmente) idênticas ao que eram anteriormente. A melhor prova disso é o facto de quase 90% da superfície ocupada pela agricultura biológica em Portugal dizer respeito a culturas permanentes de sequeiro e a prados e pastagens permanentes, cujo modo de produção pouco ou nada se alterou em relação à situação de partida.

Um terceiro equívoco prende-se com a suposição de que a conversão de áreas ocupadas com agricultura convencional pelo MPB constitui uma

contribuição relevante para a descarbonização da agricultura portuguesa, suposição esta que é falsa por duas razões diferentes. Por um lado, porque, pelas razões anteriormente referidas, a maioria da área ocupada pelo MPB em Portugal assenta em práticas agrícolas praticamente idênticas às utilizadas pela agricultura convencional. Por outro lado, porque a redução das emissões de GEE resultantes da menor utilização de adubos azotados sintéticos é, na maioria dos restantes casos, anulada por via das emissões decorrentes da utilização de adubos orgânicos e do aumento das áreas utilizadas resultante das perdas de produção que a expansão do MPB provoca. Por sua vez, a proibição da utilização de herbicidas, ao condicionar as práticas de não mobilização do solo, contribui negativamente para o seu teor de matéria orgânica e, conseqüentemente, para o respectivo processo de sequestro de CO₂, para além de, em muitos casos, exigir um recurso adicional a máquinas e alfaias para combate a infestantes com o correspondente aumento de emissões de GEE.

Um quarto equívoco, largamente divulgado, é o de que uma dieta nutritiva e saudável terá que, necessariamente, basear-se em bens alimentares obtidos com base, apenas, em substâncias e processos biológicos. É, hoje em dia, cada vez mais consensual entre os especialistas em nutrição humana que se não pode afirmar que os alimentos biológicos são mais nutritivos ou mais saudáveis que os outros e que comprar ou não alimentos orgânicos é uma decisão pessoal e não uma recomendação do âmbito da saúde. Uma vez que, para além disso, os preços dos produtos biológicos são mais elevados, poder-se-á mesmo dizer que o seu consumo pode ser considerado como um "capricho" de alguns grupos sociais de países ricos, que tendo todo o direito em fazê-lo não devem, no entanto, os utilizar como justificação para uma quase "diabolização" dos restantes produtos alimentares.



OS APOIOS AO MPB NO CONTEXTO DO PEPAC

Em meu entender, são três os aspectos mais relevantes dos apoios ao MPB aprovados pelo PEPAC 2023-2027.

Em primeiro lugar, o facto de tais apoios terem ficado incluídos no âmbito dos Pagamentos Eco-regime, o que representa uma sua "promoção" em relação ao período passado onde os apoios à agricultura biológica estavam integrados nas medidas agroambientais.

Em segundo lugar, o aumento muito significativo das verbas atribuídas aos apoios MPB no âmbito do PEPAC em relação ao período 2013-2020, do qual resultou um seu muito maior peso orçamental, quer em relação aos restantes Eco-regime (ER), quer em relação

ao conjunto dos apoios integrado na chamada Arquitectura Verde.

De facto, o valor médio anual das verbas atribuídas aos apoios ao MPB nos próximos cinco anos irá aumentar 223% em relação ao período 2013-2020, acréscimo este que contrasta com as reduções previstas para o PRODI (-19%) e para o conjunto das medidas de âmbito ambiental (-2%).

Neste contexto, o peso orçamental dos apoios ao MPB atingirá, no período 2023-2027, uma média anual cerca de 45% do conjunto do orçamento anual atribuído aos ER e 24% do conjunto das medidas da Arquitectura Verde.

Em terceiro lugar, as muito elevadas taxas de apoio unitário de que os produtores das diferentes culturas em MPB poderão vir a beneficiar nos



próximos anos, que ultrapassam em muito as correspondentes taxas de apoio de que poderão vir a beneficiar os produtores PRODI, que são responsáveis por sistemas de produção agrícola também sustentáveis.

A justificação que é habitualmente dada a este diferencial muito significativo entre as taxas de apoio unitárias em causa está relacionada com as diferenças entre os respectivos custos de produção, os quais só são parcialmente compensados pelas diferenças nos preços no consumidor mais favoráveis para os produtos biológicos.

Se, como vimos anteriormente, aceitarmos que a Agricultura Biológica não corresponde aos únicos sistemas de produção sustentáveis e que os respectivos produtos biológicos não são nem mais nutritivos nem mais saudáveis

do que muitos outros, não me parece justificarem-se as diferenças existentes entre as taxas de apoio unitário referidas, que deste modo representam, apenas, o facto de todos os contribuintes estarem a pagar decisões pessoais de um relativamente pequeno grupo de indivíduos.

Do ponto de vista económico o mais racional seria atribuir taxas de apoio idênticas aos diferentes sistemas de produção agrícolas sustentáveis (MPB, PRODI, Agricultura de conservação, PPP melhoradores, etc.) deixando para o mercado a formação dos respectivos preços de acordo com as preferências dos consumidores, em vez de, como actualmente no caso da Agricultura Biológica, pôr todos os contribuintes a pagar as preferências de um reduzido número de consumidores.

SERÁ QUE SE JUSTIFICA O ELEVADO GRAU DE PRIORIDADE ATRIBUÍDO À AGRICULTURA BIOLÓGICA NO CONTEXTO DO PEPAC EM PORTUGAL?

No actual contexto de emergência climática e de crescente insegurança alimentar e dadas as características edafo-climáticas, sócio-estruturais e técnico-económicas da agricultura portuguesa, é muito discutível que se justifique atribuir um tão elevado grau de prioridade aos sistemas de produção agrícola em MPB, que:

- são menos produtivos;
- pouco ou nada contribuem para a neutralidade carbónica;
- têm custos unitários de produção mais elevados e, conseqüentemente, só serão viáveis se os preços no consumidor forem mais elevados;

- produzem bens alimentares que não são nem mais nutritivos nem mais saudáveis que os obtidos a partir de outros sistemas de produção agrícola sustentáveis.

Assim sendo, sou bastante crítico em relação, quer à meta dos 25% de SAU em MPB em 2030, quer ao sistema de apoios aos diferentes tipos de sistemas de produção ou práticas agrícolas, proposto pelo PEPAC, por este discriminar favoravelmente o MPB em relação a outros modos de produção, quando do ponto de vista económico e ambiental nada o justifica.

Tudo o que acabo de afirmar, não põe em causa o papel positivo que sempre caberá à agricultura biológica e que, espero, possa vir a ser reforçado no futuro, num contexto de políticas públicas mais coerente e mais justo.



14.

Sistemas agroflorestais de Portugal Continental

AVILLEZ, Francisco, VIEIRA LOPES, Miguel e VALE, Gonçalo, in *Revista Cultivar*, GPP. n.º 21, Dezembro 2021.

INTRODUÇÃO

Os sistemas agroflorestais têm vindo nas últimas décadas a assumir uma importância crescente na ocupação do território de Portugal Continental.

São sistemas que dizem respeito a superfícies ocupadas por diferentes espécies florestais associadas com actividade de produção vegetal e/ou animal.

Trata-se de sistemas com uma viabilidade económica muito dependente dos apoios em vigor no 1.º e 2.º Pilares da PAC e cuja manutenção futura vai ser essencial para que se possa vir a atingir os diferentes objectivos específicos de natureza ambiental, climática e territorial que constam das propostas de reforma da PAC pós 2020:

- OE4 – Contribuir para a adaptação às alterações climáticas e para a mitigação dos seus efeitos, bem como, para a energia sustentável;
- OE5 – Promover o desenvolvimento sustentável e uma gestão eficiente dos recursos naturais, como a água, os solos e o ar;
- OE6 – Contribuir para a protecção da biodiversidade, melhorar os serviços ligados aos ecossistemas e preservar os habitats e as paisagens;
- OE8 – Promover o emprego, o crescimento, a inclusão social e o desenvolvimento local nas zonas rurais, nomeadamente, a bioeconomia e a silvicultura sustentável.

É neste contexto que se insere este artigo que procura responder às seguintes questões:

- O que se entende por sistemas agroflorestais e como é que estes podem ser classificados?



- Qual é a sua localização no território nacional e quais são as suas principais características?
- Que funções é que os sistemas agroflorestais podem exercer do ponto de vista produtivo, ambiental e social?
- Que impactos é que a reforma da PAC poderá vir a ter sobre o futuro dos sistemas agroflorestais de Portugal Continental?

O QUE SE ENTENDE POR SISTEMAS AGROFLORESTAIS E COMO É QUE ESTES PODEM SER CLASSIFICADOS?

Os sistemas agroflorestais em Portugal Continental correspondem a áreas onde se encontram árvores de sobreiros, azinheiras, castanheiros, pinheiros mansos e alfarrobeiras em povoamentos puros ou mistos, que estão principalmente associados com culturas arvenses de sequeiro em rotações longas e/ou com pecuária extensiva de bovinos de carne e/ou pequenos ruminantes.

De acordo com o tipo de actividades praticadas, os sistemas agroflorestais podem-se classificar em:

- Sistemas agrossilvícolas;
- Sistemas silvopastoris;
- Sistemas agrossilvopastoris.

A evolução, ao longo das últimas décadas, dos preços e mercados agrícolas em Portugal tem vindo a pôr em causa a viabilidade económica do tipo de actividades vegetais que, tendencialmente, estavam associadas com os sistemas agroflorestais, razão pela qual consideramos que, hoje em dia, tais sistemas são quase exclusivamente do tipo silvopastoril, com especial relevo para os sistemas de montado.

Por seu lado, os sistemas de montado podem ser classificados em sistemas **com pastoreio e sem pastoreio**, dos quais, apenas os primeiros, interessam no contexto deste artigo.

No que diz respeito aos sistemas silvopastoris que iremos analisar podemos, ainda, classificá-los de acordo com o modelo de pastoreio praticado em mais extensivo ou mais intensivo.

O **modelo de pastoreio mais extensivo** caracteriza-se por ser baseado em encabeçamentos entre 0,1 e 0,5 CN/ha e estar associado a prados e pastagens permanentes não melhoradas nem semeadas e o **modelo de pastoreio mais intensivo** por ser baseado em encabeçamentos superiores a 1 CN/ha e estar, quase sempre, associado a prados e pastagens permanentes melhoradas ou semeadas.

Assim sendo, o objecto desta nossa abordagem irá ser os **sistemas agroflorestais do tipo silvopastoril com um modelo de pastoreio extensivo ou intensivo**, nos quais assumem particular importância os sistemas de montado.

LOCALIZAÇÃO E PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DOS SISTEMAS AGROFLORESTAIS

Para procedermos à localização e caracterização dos sistemas agroflorestais em causa, baseámos a nossa análise na distribuição dos prados e pastagens permanentes sob-coberto florestal nas diferentes regiões de Portugal Continental e nas várias OTE e classes de SAU das respectivas explorações agrícolas.

Dos dados disponíveis do IEA 2016, pode-se concluir que mais de 95% do total dos PPP



sob-coberto florestal se encontram localizados nas regiões agrárias da Beira Interior, Ribatejo e Oeste e Alentejo (797,5 mil hectares). Estas percentagens são ainda mais significativas quando se consideram separadamente os PPP melhorados ou semeados (99%) e os PPP pobres (96%).

Procedendo a uma desagregação por NUT III, pode-se concluir que cerca de 90% do total dos PPP sob coberto florestal de Portugal Continental, se encontram localizados em, apenas, 6 das 23 NUT III em causa. Por este motivo, iremos centrar a nossa análise em cerca de 635 mil hectares de PPP sob-coberto florestal

das NUT III intituladas: Beira Baixa, Lezíria do Tejo, Alto Alentejo, Alentejo Litoral, Alentejo Central e Baixo Alentejo.

A área ocupada por estas 6 NUT III corresponde, no essencial, à região Sul-Montado identificada por Pedro Reis *et alii*¹ no seu artigo na Revista da SCAP de 2014, uma vez que as três restantes regiões delimitadas neste estudo – Norte Atlântico, Norte Transmontano e Transição – têm um peso bastante reduzido no contexto dos sistemas agroflorestais de Portugal Continental, independentemente da relevância ecológica e socioeconómica, nomeadamente, das pastagens sob-coberto castanheiro e lameiros.

¹ Pedro Reis *et alii*: Sistemas agroflorestais em Portugal Continental. Parte I: Economia e distribuição geográfica. Revista da SCAP n.º 37 (2) de 2014

TABELA 14.1 – PRADOS E PASTAGENS PERMANENTES (PPP) SOB-COBERTO FLORESTAL DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS PREDOMINANTEMENTE ORIENTADAS PARA A PRODUÇÃO PECUÁRIA

OTE	PPP melhorados ou semeados			PPP pobres*			PPP total		
	ha	%	%	ha	%	%	ha	%	%
Bovinos de leite	9.766	6,6	57,4	7.254	1,1	42,6	17.020	2,1	100,0
Bovinos de carne									
intensivos	4.825	3,3	41,0	6.944	1,1	59,0	11.769	1,5	100,0
extensivos	69.251	47,1	21,5	252.134	38,8	78,5	321.385	40,3	100,0
Pequenos ruminantes	26.702	18,2	16,5	135.229	20,8	83,5	161.931	20,3	100,0
Mistas	20.008	13,6	16,2	103.345	15,9	83,8	123.353	15,5	100,0
Total OTE pecuária	130.552	88,8	20,5	504.906	77,6	79,5	635.458	79,7	100,0
Total OTE	147.101	100,0	18,4	650.406	100,0	81,6	797.507	100,0	100,0

*PPP não melhorados nem semeados

Fonte: IEA 2016

Da análise dos dados do IEA de 2016 por OTE, verifica-se que cerca de 80% dos PPP de Portugal Continental correspondem às explorações agrícolas com uma orientação económica dominante para os Bovinos de leite e carne, para os Pequenos ruminantes e Mistas agropecuárias, a grande maioria das quais diz respeito, apenas, às OTE de Bovinos de carne extensivos, Pequenos ruminantes e Mistas (93%) [Tabela 14.1]. Por este motivo, a nossa análise dos sistemas agroflorestais do Continente vai centrar-se, apenas, nestes 5 diferentes tipos de explorações agrícolas no contexto das 6 NUT III anteriormente referidas.

De acordo com os dados do IFAP de 2018, podem-se retirar as seguintes conclusões quanto às principais características dos diferentes tipos de explorações com os sistemas agroflorestais em causa.

Primeiro, que elas se localizam maioritariamente nas 4 NUT III do Alentejo, cujo número e SAU representam, respectivamente, cerca de

82% e de 88% do total do conjunto das 6 NUT III analisadas.

Segundo, que as explorações agrícolas orientadas prioritariamente para os Bovinos de carne extensivos e para os Pequenos ruminantes são, no seu conjunto, claramente maioritários, quer em número, quer em área (75%), no total das OTE em causa.

Terceiro, que a superfície média deste conjunto de explorações (136,4 ha de SAU) é quase 8,5 vezes superior à superfície média nacional (15,9 ha de SAU), superioridade esta que se verifica para todas as classes de SAU consideradas [Tabela 14.2].

Quarto, que mais de 80% da SAU do conjunto destas explorações é ocupada por superfícies forrageiras, das quais 63% correspondem a PPP.

Quinto, que o conjunto das explorações agrícolas em causa representa 60% do total de

TABELA 14.2 – SUPERFÍCIE MÉDIA DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS COM SISTEMAS AGROFLORESTAIS POR CLASSE DE SAU

Classes de SAU	Número de explorações	SAU (10 ³ ha)	SAU/Exp (ha)	
			SAF	Total
< 5 ha	2.595	6,5	2,5	1,7
5 a 25 ha	2.816	39,6	14,1	8,2
25 a 200 ha	3.636	343,0	94,3	53,3
200 a 1.000 ha	2.041	879,1	430,7	357,1
> 1.000 ha	157	2.65,8	1.693,1	1.477,2
TOTAL	11.245	1.534,0	136,4	15,9

Fonte: IFAP 2018

Ruminantes existentes em Portugal Continental, percentagem esta que atinge os 71% no caso das Vacas aleitantes, das quais cerca de 59% pertencem às explorações agrícolas da OTE Bovinos de carne extensivos e cerca de 75% às explorações com mais de 200 ha de SAU.

Sexto, que os resultados económicos das SAF são muito dependentes dos PDP do 1.º e do 2.º Pilares, que no seu conjunto atingiram, em 2018, cerca de 303 milhões de euros, dos quais cerca de 77% diz respeito aos apoios do 1.º Pilar.

No caso dos PDP do 1.º Pilar (231,9 milhões de euros) assumem maior importância no RPB (42%), nos prémios às vacas aleitantes (19%) e aos ovinos e caprinos (8%).

No caso dos PDP do 2.º Pilar (71,1 milhões de euros), o tipo de medidas mais importantes foram, em 2018, os pagamentos PRODI (31%), MPB (18%), Pastoreio extensivo (5%) e as Raças autóctones (4%), assim como os pagamentos MZD (22%).

Da Tabela 14.3 constam os valores pagos, em 2018, no âmbito dos pagamentos desligados, dos pagamentos ligados à produção, do conjunto das MAA e das MZD, às explorações agrícolas correspondentes às diferentes OTE em causa, assim como os seus valores médios por hectare, por exploração e a sua respectiva percentagem no Rendimento Bruto de Exploração (RBE) e no Rendimento Líquido Empresarial (RLE).

Da sua análise pode-se concluir que, com excepção para as explorações pertencentes à OTE-Bovinos de leite e em parte à OTE-Mistas, todos os outros tipos de sistemas agroflorestais têm uma mais elevada dependência dos PDP em vigor do que a média das explorações agrícolas de Portugal Continental [Tabela 14.3].

Sétimo, no que diz respeito aos resultados económicos das explorações agrícolas em causa, importa sublinhar os seguintes aspectos [Tabela 14.4]:

TABELA 14.3 – PDP DO 1.º DO 2.º PILARES DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS CLASSIFICADAS POR OTE MAIS REPRESENTATIVAS DOS SISTEMAS AGROFLORESTAIS EM 2018

OTE	PDP do 1.º Pilar			PDP do 2.º Pilar			PDP por		PDP em %	
	Total (10 ⁶ €)	Pagamentos desligados (%)	Pagamentos ligados (%)	Total (10 ⁶ €)	MAA (%)	MZD (%)	ha de SAU (€)	Exploração (€)	RBE	RLE
Bovinos de leite	7,0	67	33	0,3	56	44	640	78.215	8,5	55,2
Bovinos de carne										
intensivos	21,9	64	36,0	4,4	74	26,0	312	29.193	16,8	221,4
extensivos	105,9	73	27	33,6	83	17	189	58.075	37,4	86,1
Pequenos ruminantes	55,5	65	35	17,2	63	37	180	12.126	27,8	160,7
Mistas	41,6	72	28	15,6	84	16	195	30.921	25,8	45,9
Total	231,9	71	29	71,1	78	22	198	26.943	26,9	84,9
Total do Continente	580,7	78	22	265,7	58,0	42	241	4.947	17,5	63,3

Fonte: IFAP 2018

- com excepção para as explorações de Bovinos de leite, todos os sistemas agroflorestais apresentavam, em 2018, produtividades da terra bastante inferiores à média nacional;
- com excepção das explorações de Bovinos de carne intensivos, todos os sistemas agroflorestais apresentavam, em 2018, produtividades do trabalho superiores às da média nacional;
- com excepção das explorações de Pequenos ruminantes, todos os restantes tipos de explorações tiveram, em 2018, resultados económicos bastante mais favoráveis do que a média do Continente [Tabela 14.4].

PRINCIPAIS FUNÇÕES DOS SISTEMAS AGROFLORESTAIS

Os sistemas agroflorestais do tipo silvopastoril são responsáveis por diferentes tipos de produtos de natureza vegetal (biomassa de prados e pastagens), animal (leite e carne) e florestal

(madeira, cortiça, pinhão, ...), cujos modos de produção irão ter implicações no âmbito dos diferentes tipos de **problemas ambientais** com que a agricultura e a floresta portuguesas irão ser confrontadas nas próximas décadas.

No contexto da elaboração do PEPAC são identificados os seguintes problemas ambientais:

- as **alterações climáticas**, cujo combate irá implicar a adopção de medidas adequadas quer de descarbonização (mitigação e sequestro), quer de adaptação;
- a degradação dos **solos** agrícolas e florestais em consequência quer dos seus baixos teores de matéria orgânica, quer dos respectivos riscos de erosão;
- as disponibilidades de **água** para as plantas em quantidade e qualidade adequadas, as quais irão ser influenciadas negativamente quer pelos menores volumes de água das chuvas e uma sua maior irregularidade ao longo do ano, quer pelos aumentos de temperatura que

TABELA 14.4 – PRINCIPAIS RESULTADOS ECONÓMICOS DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS DAS OTE MAIS REPRESENTATIVAS DOS SISTEMAS AGROFLORESTAIS EM 2018

OTE	Produtividades		Resultados económicos (€/Exp)		
	Terra ¹⁾ (€/ha)	Trabalho ²⁾ (€/UTA)	VP _{Pprod} ¹⁾	RBE	RLE
Bovinos de leite	1.530,9	20.779,0	840.548,4	918.763,4	141.569,8
Bovinos de carne					
intensivos	156,0	1.986,8	144.968,9	173.462,8	13.187,6
extensivos	125,1	9.307,3	109.141,5	167.216,8	67.479,8
Pequenos ruminantes	99,1	4.034,9	31.415,8	43.531,7	7.537,7
Mistas	330,1	18.949,2	89.011,9	119.934,5	67.326,3
Total	169,7	7.120,3	73.280,9	100.223,7	35.534,2
Total do Continente	522,0	6.182,0	23.347,0	28.292,8	7.812,5

1) VAB a preços no produtor por ha de SAU

2) VAB a preços no produtor por ha de UTA

3) Valor da produção a preços no produtor

Fonte: IFAP 2018

- irão provocar uma redução da água nos solos e uma maior evapotranspiração das plantas;
- da **qualidade** da água pela sua potencial contribuição para a redução da lixiviação do azoto e do fósforo decorrentes dos modos de produção convencionais;
- da qualidade do **ar** decorrente das emissões de gases poluentes resultantes da actividade produtiva;
- das perdas de **biodiversidade** resultantes quer do abandono, quer da intensificação dos sistemas de ocupação e uso dos solos agrícolas e florestais;
- da degradação das **paisagens agrícolas**, também ela decorrente quer do abandono, quer da intensificação no uso dos solos agrícolas.

É, hoje em dia, consensual que os sistemas agroflorestais, se forem geridos de forma sustentável, podem providenciar diferentes tipos de **serviços de ecossistema** com grande relevância para a sociedade por contribuírem para a resolução dos problemas ambientais referidos.

Os serviços de **regulação climática** que poderão resultar quer do aumento do teor de matéria orgânica do solo e, conseqüentemente, da melhoria da sua capacidade de sequestro de carbono, quer da redução do risco de incêndios com a sua contribuição para a resolução de emissões de CO₂.

Os serviços de **protecção dos solos** indispensáveis para o controlo da erosão.

Os serviços de regulação do **balanço hídrico** e da **retenção de nutrientes** com os efeitos positivos daí decorrentes quer para a disponibilidade de água, quer para a sua qualidade.

Os serviços de **biodiversidade** capazes de desempenhar funções ecológicas importantes e de elevado valor cultural.

Os serviços associados com a promoção das **paisagens** agrícolas e florestais de forma a assegurar quer a sua continuidade



ecológica, quer a manutenção do seu valor cénico e cultural.

Para que estes diferentes tipos de serviços de ecossistemas sejam providenciados pelos sistemas agroflorestais, vai ser indispensável, não só a adopção por parte dos respectivos agentes económicos de uma gestão sustentável das suas diferentes componentes vegetal, animal e florestal, como também, um conjunto de medidas de política capazes de incentivar a sua adopção generalizada.

A gestão das áreas de montado enfrenta dois problemas principais que podem ser resumidos como a degradação dos solos e a perda de vitalidade do arvoredo. Como resposta a estes dois problemas, têm surgido medidas que podem ser mais eficientes que a gestão clássica do montado:

- **Instalação de pastagens melhoradoras** – capazes de aumentar significativamente a matéria orgânica do solo, beneficiando a pastagem e as árvores, com benefícios económicos e ambientais claros.
- **Aplicação de calcário dolomítico e fósforo** – uma solução que melhora a capacidade nutritiva dos solos, como forma de promover o seu desenvolvimento e incremento da matéria orgânica.
- **Técnicas de pastoreio regenerativo ou holístico** – neste caso, as opções de gestão implicam a utilização dos animais, em estratégias de manejo específicas, para a adição de matéria orgânica ao solo.

Estas estratégias permitem melhorar muito efectivamente a qualidade dos solos, nomeadamente através da incorporação da matéria orgânica e da protecção contra a erosão,

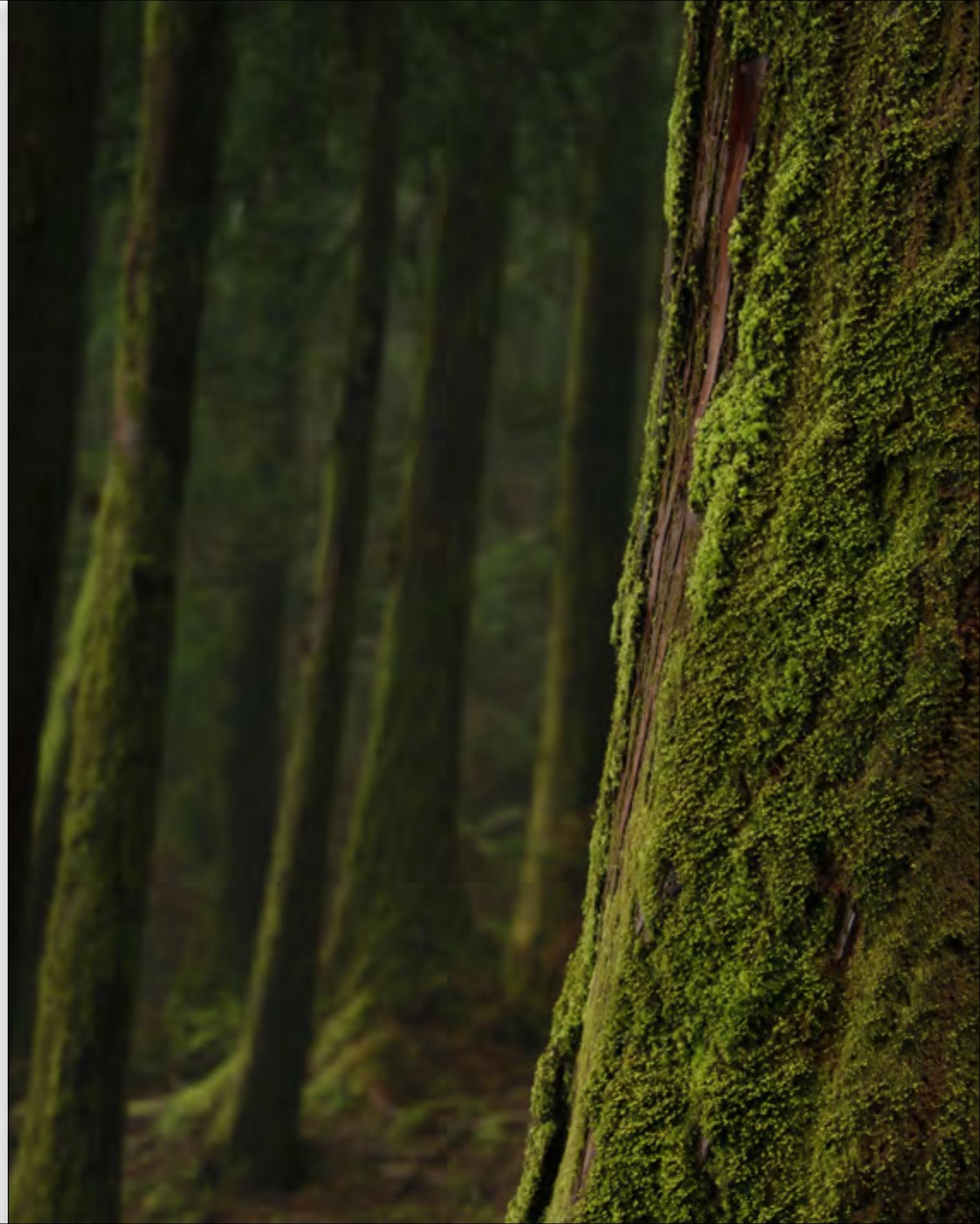
protegendo o arvoredo através da melhor estratégia conhecida, a promoção do estado fitossanitário do mesmo. No entanto, sobreiros e azinheiras, mas principalmente os primeiros, têm sido assolados, nos últimos anos, pelas alterações climáticas e por fenómenos de morte súbita. Em relação a este assunto, conhecem-se factores bióticos (como a *phytophthora cinnamoni* e o *platypus cylindrus*) com importantes impactos, mas ainda são necessárias soluções técnicas.

OS SISTEMAS AGROFLORESTAIS NO CONTEXTO DA PAC PÓS-2020

A reforma da PAC em curso aponta, em nossa opinião, para as três seguintes principais orientações estratégicas com implicações no futuro dos sistemas agroflorestais portugueses.

Em primeiro lugar, uma **maior equidade na distribuição dos apoios ao rendimento**, através da adopção de um processo de convergência interna total (“flat rate”) até 2026, o fim do modelo histórico de atribuição dos direitos de RPB e uma aplicação dos pagamentos redistributivos e MZD exclusiva ou predominantemente aplicados às explorações agrícolas com áreas inferiores à média nacional.

Em segundo lugar, um aumento da resiliência futura das fileiras agroalimentares que para além dos impactos negativos da pandemia irão ser mais penalizadas por um processo de convergência interna total (arroz, tomate e leite), assim como o **aumento da capacidade de autoabastecimento** daqueles produtos muito dependentes do exterior (cereais). Para o efeito, vai ser necessário, em nossa opinião, quer o reforço das ajudas ligadas





à produção a alguns dos sectores já hoje em dia por eles beneficiados (arroz, tomate, vacas leiteiras e ovinos e caprinos) quer a introdução de pagamentos ligados à produção para os cereais de Outono/Inverno e milho grão e forragem. Daqui irá resultar um custo adicional que poderá ser alcançado, quer por uma transferência de verbas do 2.º para o 1.º Pilar, quer pela eliminação dos prémios às vacas aleitantes, cujas perdas de rendimento deverão ser compensadas integralmente por pagamentos eco-regime adequados.

Em terceiro lugar, a adopção de um conjunto coerente e eficaz de **pagamentos eco-regime** e de **MAA** que, no contexto das novas condições, permita contribuir para o combate às alterações climáticas, a melhoria na eficiência do uso dos recursos solo e água e a promoção da paisagem e da biodiversidade.

No caso dos sistemas agroflorestais vai ser necessário manter (com eventuais ajustes nos critérios de elegibilidade e nas taxas de apoio) muitas das MAA em vigor (pastoreio extensivo, raças autóctones, manejo agro-florestal, galerias ripícolas, ...).

Os novos regimes ecológicos poderão, no entanto, vir a ser a forma mais eficaz para apoiar as funções ambientais e climáticas que se espera vir a ser desempenhadas na próxima década pelos sistemas agroflorestais.

Para o efeito, vai ser indispensável a introdução de um pagamento eco-regime visando a expansão futura quer de prados naturais quer de pastagens semeadas biodiversas e ricas em leguminosas, que tenham uma contribuição significativa e sustentada para o aumento do teor de matéria orgânica dos respectivos solos e consequentemente:

- uma melhoria da sua fertilidade;
- um aumento da sua capacidade de retenção de água;
- um aumento da sua capacidade de sequestro de CO₂.

Poder-se-á argumentar que os pagamentos em causa poderão vir a estar integrados nas MAA, uma vez que para estas os compromissos plurianuais são a regra. No entanto, como a sua forma de remuneração não pode ser de tipo "top up" perder-se-á o efeito incentivador que consideramos ser decisivo para que se verifique uma difusão significativa deste tipo de apoios, o que, em nossa opinião, irá pôr em causa a possibilidade de se vir a atingir os diferentes objectivos específicos ambientais e climáticos e, em particular, o da neutralidade carbónica.

Dos diferentes cenários para a PAC pós-2020 que a AGROGES elaborou, pode-se concluir

que a aplicação de uma "flat rate" sem mais alterações nos outros tipos de intervenções, vai ser muito penalizadora dos resultados económicos das explorações agrícolas pertencentes às OTE-Bovinos de leite e OTE-Bovinos de carne intensivos, sendo, no entanto, bastante favorável para os restantes sistemas agroflorestais analisados. A introdução das alterações propostas para os pagamentos ligados à produção e para os pagamentos eco-regime, vai permitir uma recuperação parcial das perdas em causa para a OTE-Bovinos de leite, mas não para a outra OTE.

Finalmente, importa sublinhar que qualquer que seja o cenário considerado, é de prever que os resultados económicos do conjunto dos sistemas agroflorestais analisados irão beneficiar de melhorias nos respectivos PDP do 1.º Pilar com aumentos até 2027 entre os 12 e os 23%.





15.

Apoios directos ao rendimento dos produtores de leite de bovinos no contexto do PEPAC

AVILLEZ, Francisco e VALE, Gonçalo, in www.agroges.pt, Fevereiro 2023.

De acordo com os últimos dados que disponho (IFAP 2020), é de 2.160 o número de produtores cuja orientação produtiva economicamente dominante é a dos bovinos de leite que beneficiam dos apoios da PAC.

Trata-se de um conjunto de produtores cujas explorações agrícolas têm uma superfície potencialmente elegível de 35,5 mil hectares e cujo efectivo de vacas leiteiras é de 129,3 mil cabeças, o que corresponde a 92,9% do número total de vacas leiteiras que beneficiaram, em 2020, dos pagamentos do IFAP.

No seu conjunto, estas explorações leiteiras beneficiaram de um apoio directo ao rendimento de cerca de 37 milhões de euros, que integra, no essencial, o pagamento base (35%), o "greening" (26%), o pagamento redistributivo (3%) e o pagamento às vacas leiteiras (36%).

São muito significativas as diferenças entre os apoios directos ao rendimento dos produtores de leite em função da classe de área a que as suas explorações pertencem e da dimensão dos respectivos efectivos leiteiros, o que vem bem expresso nos dados da **Tabela 15.1**. É de realçar que, apesar das diferenças verificadas em valor absoluto, os níveis de apoio em valor relativo são muito semelhantes para os quatro diferentes grupos de produtores considerados, uma vez que os respectivos níveis de apoio são, em todos os casos, muito próximos da média nacional que era, em 2020, de cerca de 8%.

Como já havia sublinhado num artigo de 2022, publicado no n.º 25 desta Revista, ("Impacto do PEPAC sobre os sistemas de produção de leite de bovinos") as intervenções previstas no contexto do PEPAC 2023-2027, irão ter um impacto muito significativo sobre os

**TABELA 15.1 – PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DOS PRODUTORES DE LEITE POR CLASSE DE SAU DAS RESPECTIVAS EXPLORAÇÕES EM 2020**

Classes de SAU	N.º Produtores leite ¹⁾	N.º Vacas leiteiras		Apoios directos ao rendimento dos produtores (10 ³ €)		Valor da produção padrão (10 ³ €)		Nível de apoio directo ao rendimento dos produtores ²⁾ (%)
		Total	Por produtor	Total	Por produtor	Total	Por produtor	
< 5 ha	581	12.391	21	2.935	5,1	36.207	62,3	7,5
5 a 20 ha	1.247	62.648	50	18.751	15,0	206.474	165,6	8,3
20 a 100 ha	285	33.362	117	9.404	33,0	112.672	395,3	7,7
> 100 ha	47	20.900	445	5.941	126,4	66.359	1.411,9	8,2
TOTAL	2.160	129.301	60	37.031	17,1	421.712	195,2	8,2

Fonte: Cálculos da equipa da AGROGES com base nos dados do IFAP 2020 fornecidos pelo GPP

1) Produtores de leite com uma orientação produtiva economicamente dominante para os sistemas de produção de leite de bovinos

2) Nível de apoios directos ao rendimento dos produtores = [apoio directo ao rendimento dos produtores ÷ (valor da produção padrão + apoio directo ao rendimento dos produtores)] x 100

TABELA 15.2 – IMPACTO DO PEPAC SOBRE OS APOIOS DIRECTOS AO RENDIMENTO DOS PRODUTORES DE LEITE POR CLASSE DE SAU DAS RESPECTIVAS EXPLORAÇÕES

Classes de SAU	Variação em % dos apoios entre 2020 e 2026				
	Pagamentos base + "Greening"	Pagamento redistributivo	Pagamentos Ligados	Total dos apoios directos ao rendimento	Receita bruta de exploração ¹⁾
< 5 ha	-92,4	+9,6	+51,9	-30,9	-2,3
5 a 20 ha	-90,9	+11,7	+39,4	-39,8	-3,3
20 a 100 ha	-85,7	+11,2	+39,0	-35,5	-2,7
> 100 ha	-76,6	0,0	+51,3	-36,0	-3,0
TOTAL	-87,3	+9,7	+40,2	-37,4	-3,0

Fonte: Cálculos da equipa da AGROGES com base nos dados do IFAP 2020 fornecidos pelo GPP

1) Receita bruta da exploração = Valor da produção padrão + Total dos apoios directos aos produtores



resultados económicos futuros das explorações leiteiras nacionais em consequência das quebras significativas dos respectivos apoios ao rendimento resultantes da eliminação do pagamento "greening" e da acentuada redução das verbas afectas ao pagamento base, que só muito parcialmente irão ser compensadas pelo reforço dos pagamentos ligados à produção.

De acordo com as nossas estimativas, os apoios directos ao rendimento dos produtores de leite nacionais irão sofrer, em média, uma quebra de 37% até 2026, em consequência da aplicação do PEPAC, quebra esta que irá depender, no essencial, de uma redução de cerca de 85%, resultante da eliminação do pagamento "greening" e do processo de convergência total dos pagamento base, o que só será parcialmente compensado pelo reforço dos pagamentos redistributivos (+9,7%) e dos pagamentos ligados à produção, prémio às vacas leiteiras e milho silagem (+40,2%).

Dos dados da **Tabela 15.2**, pode-se concluir que estas variações percentuais positivas e negativas são relativamente semelhantes à média nacional para os diferentes grupos de produtores considerados.

É de realçar que, dado o facto dos apoios directos ao rendimento representarem, em média, actualmente cerca de 8% da respectiva receita bruta de exploração (valor de produção + apoios directos), a quebra prevista para este resultado económico das respectivas explorações leiteiras, será, apenas em média, de 3%, com uma variação entre os 2,3 e os 3,3% para os quatro grupos de produtores de leite em causa. Trata-se, assim, de perdas de receita brutas passíveis de serem compensadas, quer por aumentos dos preços do leite no produtor, quer por ganhos de produtividade económica alcançáveis com base nos incentivos à inovação e ao investimento previstos no contexto do PEPAC.



Importa ainda sublinhar que as medidas previstas no âmbito da chamada Agricultura Verde (eco-regimes e medidas agroambientais e clima) vão certamente constituir um apoio adicional aos sistemas de produção agrícola em geral e leiteira em particular, mas o facto de que o valor que lhes irá ser atribuído corresponder a uma mera compensação das respectivas

perdas de rendimento ou custos acrescidos, faz com que o seu impacto sobre os resultados económicos líquidos das explorações em causa venha a ser necessariamente marginal.

É, finalmente, de sublinhar, que estas quebras previstas para os apoios ao rendimento dos produtores de leite até 2026 (-37,4%) irão ser muito

superiores às previstas para a média nacional (-19,5%) e relativamente semelhantes às dos produtores cujas orientações produtivas economicamente dominantes sejam o arroz (-33,7%), o tomate para indústria (-45,5%) e a pecuária intensiva de bovinos de carne (-37,4%). A principal explicação para estas quebras muito significativas nos respectivos apoios directos ao

rendimento dos produtores reside no processo de convergência total dos pagamentos base que, sendo actualmente muito elevados para estes diferentes tipos de produtores, irão sofrer uma redução muito significativa para uma "flat rate" de, apenas, 80,7€/ha em 2026.



16.

Análise do impacto do PEPAC sobre os apoios directos aos rendimentos dos produtores de milho grão em Portugal Continental

AVILLEZ, Francisco e VALE, Gonçalo, in *Revista AGROTEJO*, GPP. n.º 33, Novembro 2023.

INTRODUÇÃO

Foi de cerca de 147 mil o número de explorações agrícolas beneficiárias dos pagamentos do IFAP que, em 2020, cultivavam milho grão, cuja área total atingiu os 66,2 milhares de hectares, que se distribuíram regionalmente do seguinte modo: 21,8% no Entre Douro e Minho (EDM), 5% em Trás-os-Montes (TM), 9,3% na Beira Interior (BI), 18,8% na Beira Litoral (BL), 29,5% no Ribatejo e Oeste (RO), 15,3% no Alentejo (ALE) e 0,1% no Algarve (ALG).

Nesse mesmo ano, cerca de 30% da área cultivada com milho grão pertencia a explorações agrícolas com menos de 5 hectares de Superfície agrícola utilizada (SAU), 16% as explorações com uma SAU entre os 5 e os 20 hectares, 20% a explorações com uma SAU entre 20

e 100 hectares e 34% às explorações com uma SAU superior a 100 hectares.

No que diz respeito às orientações produtivas economicamente dominantes (OTE) mais representativas das explorações agrícolas produtoras de milho grão, em 2020, os 62,2 mil hectares em causa repartiam-se do seguinte modo:

- 37,1% cultivados em explorações agrícolas pertencentes à **OTE – Arvenses de Regadio**;
- 22,7% cultivados em explorações pertencentes à **OTE – Policultura**;
- 10,4% cultivados em explorações pertencentes à **OTE – Mistos Agropecuárias**;
- 8,9% cultivados em explorações pertencentes à **OTE – Arvenses de Sequeiro**.

Vai ser com base no conjunto das explorações pertencentes a estas quatro OTE,

TABELA 16.1 – IMPORTÂNCIA DO MILHO GRÃO NAS EXPLORAÇÕES PRODUTORAS DESTE PRODUTO CLASSIFICADAS DE ACORDO COM AS RESPECTIVAS CLASSES DE ÁREA

Classes de área	Área do milho grão por exploração (ha)	Área do milho grão em % da		
		Superfície Potencialmente Elegível (SPE) ¹⁾	Área de regadio	Área das culturas temporárias
< 5 ha	0,3	14,3	51,0	52,0
5 – 20 ha	0,5	5,2	47,8	26,7
20 – 100 ha	2,6	6,8	45,4	26,1
≥ 100 ha	15,7	4,8	27,4	25,5
TOTAL	0,7	6,5	37,9	30,6

1) SAU das explorações elegível para o RPU

que representam cerca de, apenas, 30% do número total de produtores de milho grão em causa, mas 79,1% da totalidade da área desta cultura cultivada em 2020, que se procedeu, no âmbito de um estudo elaborado pela AGROGES, à análise do impacto do PEPAC sobre os apoios directos ao rendimento dos produtores de milho grão, que constitui o objectivo deste nosso artigo.

Na análise realizada, foram as seguintes as medidas do 1.º Pilar da PAC por nós consideradas como **Apoios directos aos rendimentos (ADR)** dos produtores: **Pagamento base (PB); Pagamento redistributivo (PR), Pagamento ligado à produção (PLP) e Pagamento greening (PG).**

Em teoria poder-se-á contestar a inclusão do PG no cálculo dos ADR, mas, em nossa opinião, tais pagamentos funcionaram desde o início como verdadeiros apoios ao rendimento dos produtores. A não inclusão do Prémio aos jovens agricultores e dos Apoios à pequena agricultura, justifica-se pela importância marginal que assumem no contexto deste tipo de produtores.

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS PRODUTORAS DE MILHO GRÃO

Com base nos dados do IFAP que nos foram disponibilizados pelo GPP estabeleceram-se 13 grupos de explorações-tipo resultantes do cruzamento das 4 OTE com as 5 Regiões agrícolas (RA) em que a área de milho grão foi mais representativa em 2020.

A partir destes dados procedeu-se à caracterização das explorações produtoras de milho grão classificadas de acordo com as respectivas classes de SAU e localização.

Das Tabelas 16.1 e 16.2 constam algumas características das explorações agrícolas produtoras de milho grão em 2020, das quais importa destacar os seguintes aspectos.

Primeiro, que a área média das explorações cultivada com milho grão, em 2020, era muito reduzida (0,7 hectares por exploração), dimensão esta que só foi, em média, superior a 1 hectare no caso das explorações produtoras de

TABELA 16.2 – IMPORTÂNCIA DO MILHO GRÃO NAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS PRODUTORAS DESTE PRODUTO CLASSIFICADAS DE ACORDO COM AS RESPECTIVAS REGIÕES AGRÍCOLAS

Regiões Agrícolas	Área do milho grão por exploração (ha)	Área do milho grão em % da		
		Superfície Potencialmente Elegível (SPE) ¹⁾	Área de regadio	Área das culturas temporárias
EDM	0,5	18,0	39,4	56,4
TM	0,1	1,4	32,7	11,1
BI	0,4	6,2	74,7	28,5
BL	0,8	30,0	67,3	63,1
RO	4,3	13,0	50,8	50,0
ALE	2,5	2,6	17,5	13,1
ALG	0,1	0,1	2,3	2,1
TOTAL	0,7	6,5	37,9	30,6

1) SAU das explorações elegível para o RPU



**TABELA 16.3 – IMPORTÂNCIA DOS ADR DOS PRODUTORES DE MILHO GRÃO DE ACORDO COM AS RESPECTIVAS CLASSES DE ÁREA**

Classes de área	ADR ¹⁾ por		PSP ²⁾ em % dos ADR	PLP do sector animal em % do total dos PLP ³⁾	ADR em % do total dos PDP do 1.º e do 2.º Pilares
	Exp (€)	ha (€)			
< 5 ha	356	172	94,8	96	30,7
5 – 20 ha	1.831	197	93,7	96	49,5
20 – 100 ha	7.816	203	91,1	86	63,0
≥ 100 ha	55.128	168	85,6	90	74,5
TOTAL	1.928	180	89,6	90	56,1

1) ADR = PB + PG + PR + PLP

2) PSP = PB + PG + PR

3) PLP = Pagamentos ligados à produção de produtos animais e vegetais

TABELA 16.4 – IMPORTÂNCIA DOS ADR DOS PRODUTORES DE MILHO GRÃO DE ACORDO COM AS RESPECTIVAS REGIÕES AGRÍCOLAS

Regiões Agrícolas	ADR ¹⁾ por		PSP ²⁾ em % dos ADR	PLP do sector animal em % do total dos PLP ³⁾	ADR em % do total dos PDP do 1.º e do 2.º Pilares
	Exp (€)	ha (€)			
EDM	610	238,0	93,6	100	42,3
TM	1.155	162	92,0	100	38,8
BI	1.055	147	93,0	100	41,9
BL	765	284,0	92,0	60	50,8
RO	6.974	210,0	90,7	65,0	78,3
ALE	15.877	166,0	86,0	97	71,7
ALG	1.347	137	90,6	100	49,1
TOTAL	1.928	180	89,6	90	56,1

1) ADR = PB + PG + PR + PLP

2) PSP = PB + PG + PR

3) PLP = Pagamentos ligados à produção de produtos animais e vegetais

milho grão pertencentes às classes de SAU entre os 20 e 100 hectares (2,6 hectares) e superior a 100 hectares (15,7 hectares) e localizadas nas Regiões agrícolas do RO (4,3 hectares) e do ALE (2,5 hectares).

Segundo, que, em média, a área do milho grão representa, apenas, cerca de 6,5% da respectiva superfície potencialmente elegível (SPE) nas explorações em causa, percentagem esta que é mais representativa nas classes de SAU inferior a 5 hectares (14,3%) e entre 20 e 100 hectares (6,8%) e nas regiões do EDM (18%), BL (30%) e RO (13%).

Terceiro, que, em média, a área de milho grão representa mais de 1/3 da área de regadio do conjunto das explorações produtoras de milho grão, percentagem esta que é bastante mais elevada no caso da classe de SAU inferior a 100 ha e nas Regiões agrícolas da BI (74,7%), BL (67,3%) e RO (50,8%).

Quarto, que, em média, a importância relativa da área de milho grão na área ocupada pelas culturas temporárias das explorações em causa (30,6%) assume maior peso no caso da classe de SAU inferior a 5 ha (52,0%) e nas regiões do EDM (56,4%), BL (63,1%) e RO (50,0%).

Das **Tabelas 16.3 e 16.4** constam os apoios directos ao rendimento de que beneficiavam, em 2020, os produtores de milho grão, dos quais importa sublinhar o seguinte.

Primeiro, que o valor médio dos apoios directos ao rendimento dos produtores de milho grão por hectare de superfície potencialmente elegível era, em 2020, de 180 euros, valor este que variava entre os 168€/ha e os 203€/ha para as classes de área superior a 100 ha e entre 20 e 100 ha, e os 137€/ha e os 284€/ha no caso das regiões do Algarve e da Beira Litoral.



TABELA 16.5 – IMPACTO DO PEPAC SOBRE OS APOIOS DIRECTOS AO RENDIMENTO DE QUE BENEFICIAM AS EXPLORAÇÕES-TIPO PRODUTORAS DE MILHO GRÃO PERTENCENTES ÀS VÁRIAS CLASSES DE ÁREA

Explorações tipo produtoras de Milho Grão pelas CA	Variação dos apoios directos ao rendimento entre 2020 e 2026							
	PB + PG (%)	PR (%)	PLP (%)			Total dos ADR		
			Milho Grão	Outros	(%)	(€/ha)	(€/Exp)	(10³€)
< 5 ha	-36,5	11,3	9,4	1,5	-14,3	-24,5	-51	-2.746
≥ 5 e < 20 ha	-29,9	29,6	4,7	1,1	5,4	10,7	99	1.556
≥ 20 e < 100 ha	-43,8	23,0	6,3	1,7	-12,7	-25,8	-994	-3.783
≥ 100 ha	-36,5	-1,1	5,4	1,2	-31,0	-52,0	-17.078	-20.613
TOTAL	-36,7	11,6	6,0	1,3	-17,7	-32,0	-342	-25.586

Segundo, que, em média, os ADR por exploração atingiram, em 2020, os 1.928 euros, valor este bastante inferior ao atingido pelas explorações de maior dimensão e para as regiões do Ribatejo e Oeste e do Alentejo.

Terceiro, que, não só a importância dos Pagamentos separados da produção (PSP) em percentagem dos ADR, como também o peso dos Pagamentos ligados à produção animal no total do PLP, são bastante semelhantes à média nacional, com valores em torno dos 90%, quer para as diferentes classes de área, quer para as diferentes Regiões agrícolas.

Quarto, que, em média, os ADR de que beneficiavam, em 2020, os produtores de milho grão representam mais de metade (56,1%) da totalidade dos respectivos Pagamentos directos aos produtores (PDP) do 1.º e do 2.º Pilares da PAC, percentagem esta que foi superior no caso das classes de área maior que 20 hectares e nas regiões do Ribatejo e Oeste (78,3%) e do Alentejo (71,7%).

IMPACTO DO PEPAC SOBRE OS APOIOS DIRECTOS AO RENDIMENTO DOS PRODUTORES DE MILHO GRÃO

Dada a importância que os ADR assumem, à partida, nos resultados económicos das explorações produtoras de milho grão, vão ser necessariamente significativos os impactos futuros que as alterações nas medidas em vigor irão ter com a implementação do PEPAC.

São as seguintes as principais alterações que, neste contexto, irão ser introduzidas pelo PEPAC:

- a eliminação do Pagamento Greening;
- a convergência total, até 2026, dos respectivos pagamentos base que irão sofrer uma redução significativa para uma "flat rate" de, apenas, 80,7€/ha;
- o reforço da verba orçamental atribuída ao Pagamento Redistributivo e a alteração da forma como ele é aplicável de acordo com a dimensão das explorações agrícolas elegíveis;

TABELA 16.6 – IMPACTO DO PEPAC SOBRE OS APOIOS DIRECTOS AO RENDIMENTO DE QUE BENEFICIAM AS EXPLORAÇÕES-TIPO PRODUTORAS DE MILHO GRÃO PERTENCENTES ÀS VÁRIAS REGIÕES AGRÍCOLAS

Explorações tipo produtoras de Milho Grão pelas RA	Variação dos apoios directos ao rendimento entre 2020 e 2026							
	PB + PG (%)	PR (%)	PLP (%)			Total dos ADR		
			Milho Grão	Outros	(%)	(€/ha)	(€/Exp)	(10³€)
EDM	-44,4	11,8	9,5	1,2	-22,0	-52	-134	-2.935
TM	-24,3	29,9	1,5	-0,1	7,1	12	82	1.751
BI	-24,7	29,1	6,6	0,6	11,6	17	123	1.124
BL	-55,9	9,2	15,5	2,7	-28,5	-81	-218	-2.851
RO	-48,8	4,6	11,7	1,9	-30,6	-64	-2.133	-8.086
ALE	-34,6	2,9	3,0	1,6	-27,2	-45	-4.311	-15.622
ALG	-6,6	47,0	0,1	0,8	41,4	57	558	1.034
TOTAL	-36,7	11,6	6,0	1,3	-17,7	-32	-342	-25.586

- o reforço dos valores unitários da maioria dos Pagamentos ligados à produção até agora em vigor (a única excepção é o caso das vacas aleitantes);
- a introdução de novos pagamentos ligados à produção beneficiando o milho grão, o milho forragem, os cereais praganosos, as proteaginosas e a multiplicação de sementes certificadas.

Das Tabelas 16.5 e 16.6 constam os impactos do PEPAC sobre os diferentes tipos de ADR por nós estimados para as explorações agrícolas produtoras de milho grão classificadas de acordo com as respectivas Classes de área e Região agrícola.

Nesta estimativa foi utilizado um modelo de simulação dos efeitos das medidas do PEPAC elaborado pela AGROGES, com base no qual se procedeu à elaboração dos resultados de 2020 e 2026.

Da análise realizada podem-se retirar as seguintes principais conclusões.

Primeiro, que o valor médio dos apoios ao rendimento dos produtores de milho grão, irá ter, entre 2020 e 2026, uma **perda acumulada de -17,7%**, impacto negativo este que se prevê vir a atingir os valores mais elevados para o conjunto dos produtores de milho grão do RO (-30,6%), BL (-28,5%), ALE (-27,2%) e EDM (-22%), os quais poderão, no entanto, vir a ser positivos nos casos das regiões de TM (+7,1%), BI (+11,6%) e ALG (+41,4%). É de realçar, neste contexto, que se prevê virem a ser os produtores de milho grão cujas explorações pertencem às classes de SAU superiores a 100 hectares (-31%) e inferiores a 5 hectares (-14,3%), aqueles com maiores quebras nos apoios em causa.

Segundo, que a eliminação do *greening* e a opção por uma "flat rate" em 2026 para o Pagamento Base, irão ser responsáveis pelas



maiores quebras previstas para o apoio directo ao rendimento dos produtores, as quais irão atingir mais de 60% para as explorações-tipo produtoras de milho grão pertencentes à OTE-Arvenses de Regadio para as quatro diferentes regiões agrícolas analisadas.

Terceiro, que os impactos positivos que se prevê que podem vir a ser obtidos com o Pagamento Redistributivo e com os Pagamentos Ligados à Produção sobre os apoios directos ao rendimento dos produtores de milho grão, não irão ser, na grande maioria dos casos, suficientes

para compensar as quebras previstas para os Pagamentos Base e *Greening*. É de sublinhar, neste contexto, que os únicos casos em que a compensação será suficiente estão relacionados com as explorações agrícolas da região da Beira Interior no que diz respeito às explorações-tipo das OTE-Policultura e OTE-Arvenses de Sequeiro.

Quarto, que se estima uma **quebra de 91 milhões de euros em 2026 face a 2020, do valor global dos Apoios Diretos ao Rendimento** dos produtores de milho grão, no Continente, a que

corresponderão **perdas médias por produtor de -44,6€/ha e -619€/exploração**, valores estes que apresentam diferenças significativas, quer regionais, quer entre classes de área.

Importa ainda sublinhar que a nova **Arquitectura Verde** prevista no contexto do PEPAC inclui um conjunto diversificado de medidas no âmbito dos **Eco-regimes** e das **Medidas Agro-ambientais e Clima** que poderão vir a constituir apoios adicionais às receitas das explorações agrícolas produtoras de milho grão. No entanto, o facto de os pagamentos que lhe



irão ser atribuídos corresponderem a uma **mera compensação das respectivas perdas de rendimento ou dos custos acrescidos**, faz com que o seu impacto sobre os resultados económicos líquidos das explorações em causa venha a ser necessariamente marginal.

Por último, é de realçar a possibilidade das **perdas de ADR** identificadas poderem vir a ser **parcial ou totalmente compensadas por eventuais melhorias dos respectivos preços e produtividades**.



17.

Análise do impacto do PEPAC sobre os apoios directos aos rendimentos dos produtores de cereais de Outono/Inverno em Portugal Continental

AVILLEZ, Francisco e VALE, Gonçalo, in www.agroportal.pt e www.agroges.pt. Outubro 2023.

INTRODUÇÃO

Foi de cerca de 164 mil o número de explorações agrícolas beneficiárias dos pagamentos do IFAP que, em 2020, cultivavam cereais de Outono/Inverno, cuja área total atingiu os 139 milhares de hectares, que se distribuíram regionalmente do seguinte modo: 5% no Entre Douro e Minho (EDM), 4% em Trás-os-Montes (TM), 11% na Beira Interior (BI), 2% na Beira Litoral (BL), 6% no Ribatejo e Oeste (RO), 61% no Alentejo (ALE) e 1% no Algarve (ALG).

Nesse mesmo ano, cerca de 7% da área cultivada com cereais de Outono/Inverno pertencia a explorações agrícolas com menos de 5 hectares de superfície agrícola utilizada (SAU), 16% a explorações com uma SAU entre os 5 e os 20 hectares, 25% a explorações com uma SAU

entre 20 e 100 hectares e 52% a explorações com uma SAU superior a 100 hectares.

No que diz respeito às orientações produtivas economicamente dominantes (OTE) mais representativas das explorações agrícolas produtoras de cereais de Outono/Inverno, em 2020, os 139 mil hectares em causa repartiam-se do seguinte modo:

- 17% cultivados em explorações agrícolas pertencentes à **OTE – Arvenses de Sequeiro**;
- 18% cultivados em explorações pertencentes à **OTE – Policultura**;
- 17% cultivados em explorações pertencentes à **OTE – Mistos Agropecuárias**;
- 14% cultivados em explorações pertencentes à **OTE – Outros Ruminantes**;
- 13% cultivados em explorações pertencentes à **OTE – Bovinos Extensivos**.



Vai ser com base no conjunto das explorações pertencentes a estas cinco OTE, que representam cerca de 57% do número total de produtores de cereais de Outono/Inverno em causa e 78% da totalidade da área desta cultura cultivada em 2020, que se procedeu, no âmbito de um estudo elaborado pela AGROGES, à análise do impacto do PEPAC sobre os apoios directos ao rendimento dos produtores de cereais de Outono/Inverno, que constitui o objectivo deste nosso artigo.

Na análise realizada, foram as seguintes as medidas do 1.º Pilar da PAC por nós consideradas como **Apoios directos aos rendimentos (ADR) dos produtores: Pagamento base (PB), Pagamento redistributivo (PR), Pagamentos ligados à produção (PLP) e Pagamento greening (PG).**

Em teoria poder-se-á contestar a inclusão do PG no cálculo dos ADR, mas, em nossa opinião, tais pagamentos funcionaram desde o início como verdadeiros apoios ao rendimento dos produtores. A não inclusão do **Prémio aos jovens agricultores** e dos **Apoios à pequena agricultura**, justifica-se pela importância marginal que assumem no contexto deste tipo de produtores.

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS PRODUTORAS DE CEREAIS DE OUTONO/INVERNO

A partir dos dados do IFAP, disponibilizados pelo GPP, procedeu-se à caracterização das explorações produtoras de cereais de Outono/Inverno, das cinco OTE mais representativas, classificadas de acordo com as respectivas classes de SAU e localização.

Das **Tabelas 17.1 e 17.2** constam algumas características das explorações agrícolas produtoras de cereais de Outono/Inverno em 2020, das quais importa destacar os seguintes aspectos.

Primeiro, que a área média das explorações cultivada com cereais de Outono/Inverno, em 2020, era muito reduzida (1,2 hectares por exploração), dimensão esta que só foi, em média, superior a este valor no caso das explorações produtoras de cereais de Outono/Inverno pertencentes às classes de SAU entre os 20 e 100 hectares (3,1 hectares) e superior a 100 hectares (15,4 hectares) e localizadas na Região Agrícola do ALE (5,7 hectares).

TABELA 17.1 – IMPORTÂNCIA DOS CEREAIS DE OUTONO/INVERNO NAS EXPLORAÇÕES PRODUTORAS DESTE PRODUTO CLASSIFICADAS DE ACORDO COM AS RESPECTIVAS CLASSES DE ÁREA

Classes de área	Área dos cereais de Outono/Inverno por exploração (ha)	Área dos cereais de Outono/Inverno em % da	
		Superfície Potencialmente Elegível (SPE) ¹⁾	Área das culturas temporárias
< 5 ha	0,1	5,5	26,9
5 – 20 ha	0,7	7,1	53,3
20 – 100 ha	3,1	7,3	64,8
≥ 100 ha	15,4	4,3	63,5
TOTAL	1,2	5,2	57,2

1) SAU das explorações elegível para o RPU

TABELA 17.2 – IMPORTÂNCIA DOS CEREAIS DE OUTONO/INVERNO NAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS PRODUTORAS DESTE PRODUTO CLASSIFICADAS DE ACORDO COM AS RESPECTIVAS REGIÕES AGRÍCOLAS

Regiões Agrícolas	Área dos cereais de Outono/Inverno por exploração (ha)	Área dos cereais de Outono/Inverno em % da	
		Superfície Potencialmente Elegível (SPE) ¹⁾	Área das culturas temporárias
EDM	0,2	3,6	27,1
TM	0,6	7,7	63,2
BI	1,0	6,0	54,6
BL	0,2	5,4	19,9
RO	1,0	3,7	30,5
ALE	5,7	5,1	69,5
ALG	0,5	4,0	59,0
TOTAL	1,2	5,2	57,2

1) SAU das explorações elegível para o RPU

Segundo, que, em média, a área dos cereais de Outono/Inverno representa, apenas, cerca de 5,2% da respectiva superfície potencialmente elegível (SPE) nas explorações em causa, percentagem esta que é superior à média em todas as classes de SAU com excepção das áreas superiores a 100 hectares e nas regiões de TM (7,7%), BI (6%) e BL (5,4%).

Terceiro, que, em média, a importância relativa da área de cereais de Outono/Inverno na área ocupada pelas culturas temporárias das explorações em causa (57,2%) assume maior peso no caso das classes de SAU entre os 20 e 100 hectares (64,8%) e superiores a 100 hectares (63,5%) e nas regiões de TM (63,2%), ALE (69,5%) e ALG (59%).



TABELA 17.3 – IMPORTÂNCIA DOS ADR DOS PRODUTORES DE CEREAIS DE OUTONO/INVERNO DE ACORDO COM AS RESPECTIVAS CLASSES DE ÁREA

Classes de área	ADR ¹⁾ por		PSP ²⁾ em % dos ADR	PLP do sector animal em % do total dos PLP ³⁾	ADR em % do total dos PDP do 1.º e do 2.º Pilares
	Exp (€)	ha (€)			
< 5 ha	452	210,4	75,3	100	36,1
5 – 20 ha	2.077	214,5	80,8	100	52,3
20 – 100 ha	8.285	194,5	76,5	100	64,8
≥ 100 ha	56.415	158,7	76,2	98	76,6
TOTAL	3.875	173,9	76,8	99	65,1

1) ADR = PB + PG + PR + PLP

2) PSP = PB + PG + PR

3) PLP = Pagamentos ligados à produção de produtos animais e vegetais

TABELA 17.4 – IMPORTÂNCIA DOS ADR DOS PRODUTORES DE CEREAIS DE OUTONO/INVERNO DE ACORDO COM AS RESPECTIVAS REGIÕES AGRÍCOLAS

Regiões Agrícolas	ADR ¹⁾ por		PSP ²⁾ em % dos ADR	PLP do sector animal em % do total dos PLP ³⁾	ADR em % do total dos PDP do 1.º e do 2.º Pilares
	Exp (€)	ha (€)			
EDM	1.165	237,5	83,7	100	49,3
TM	1.347	173,1	85,6	100	41,8
BI	3.021	174,4	73,3	100	57,6
BL	712	259,1	79,1	97	48,6
RO	5.116	186,3	80,1	90	80,1
ALE	18.662	165,4	74,8	99	75,6
ALG	1.743	137,7	78,3	100	52,7
TOTAL	3.875	173,9	76,8	99	65,1

1) ADR = PB + PG + PR + PLP

2) PSP = PB + PG + PR

3) PLP = Pagamentos ligados à produção de produtos animais e vegetais

Das Tabelas 17.3 e 17.4 constam os apoios directos ao rendimento de que beneficiavam, em 2020, os produtores de cereais de Outono/Inverno, dos quais importa sublinhar o seguinte.

Primeiro, que o valor médio dos apoios directos ao rendimento dos produtores de cereais de Outono/Inverno por hectare de superfície potencialmente elegível era, em 2020, de 173,9 euros,

valor este que variava entre os 158,7€/ha e os 214,5€/ha para as classes de área superior a 100 hectares e entre 5 e 20 hectares, e os 137,7€/ha e os 259,1€/ha no caso das regiões do Algarve e da Beira Litoral.

Segundo, que, em média, os ADR por exploração atingiram, em 2020, os 3.875 euros, valor este bastante inferior ao atingido pelas explorações



de maior dimensão e para as regiões do Ribatejo e Oeste e do Alentejo.

Terceiro, que, não só a importância dos Pagamentos separados da produção (PSP) em percentagem dos ADR, como também o peso dos Pagamentos ligados à produção animal no total do PLP, são bastante semelhantes à média nacional, quer para as

diferentes classes de área, quer para as diferentes Regiões agrícolas.

Quarto, que, em média, os ADR de que beneficiavam, em 2020, os produtores de cereais de Outono/Inverno representam quase 2/3 da totalidade dos respectivos Pagamentos directos aos produtores (PDP) do 1.º e do 2.º Pilares da PAC, percentagem esta que foi superior no



TABELA 17.5 – IMPACTO DO PEPAC SOBRE OS APOIOS DIRECTOS AO RENDIMENTO DE QUE BENEFICIAM AS EXPLORAÇÕES-TIPO PRODUTORAS DE CEREAIS DE OUTONO/INVERNO PERTENCENTES ÀS VÁRIAS CLASSES DE ÁREA

Explorações tipo produtoras de cereais pelas CA	Variação dos apoios directos ao rendimento entre 2020 e 2026							
	Pagamento base + Greening (%)	Pagamento redistributivo (%)	Pagamentos ligados à produção (%)			Total dos ADR		
			Cereais	Outros	(%)	(€/ha)	(€/Exp)	(10 3€)
<5 ha	-26,5	11,1	0,1	3,7	-11,5	-24,2	-52	-3.043
≥5 e <20 ha	-23,8	29,7	0,4	1,4	7,7	16,6	161	3.786
≥20 e <100 ha	-28,3	22,0	0,5	-1,2	-7,0	-13,5	-576	-4.724
≥100 ha	-24,4	-1,1	0,6	-3,6	-28,4	-45,0	-15.998	-62.808
TOTAL	-25,2	8,2	0,5	-1,9	-18,3	-31,8	-710	-66.788

caso da classe de área maior que 100 hectares e nas regiões do Ribatejo e Oeste (80,1%) e do Alentejo (75,6%).

IMPACTO DO PEPAC SOBRE OS APOIOS DIRECTOS AO RENDIMENTO DOS PRODUTORES DE CEREAIS DE OUTONO/INVERNO

Dada a importância que os ADR assumem, à partida, nos resultados económicos das explorações produtoras de cereais de Outono/Inverno, vão ser necessariamente significativos os impactos futuros que as alterações nas medidas em vigor irão ter com a implementação do PEPAC.

São as seguintes as principais alterações que, neste contexto, irão ser introduzidas pelo PEPAC:

- a eliminação do Pagamento Greening;
- a convergência total, até 2026, dos respectivos pagamentos base que irão sofrer uma redução significativa para uma "flat rate" de, apenas, 80,7€/ha;

- o reforço da verba orçamental atribuída ao Pagamento Redistributivo e a alteração da forma como ele é aplicável de acordo com a dimensão das explorações agrícolas elegíveis;
- o reforço dos valores unitários da maioria dos Pagamentos ligados à produção até agora em vigor (a única excepção é o caso das vacas aleitantes);
- a introdução de novos pagamentos ligados à produção beneficiando os cereais de Outono/Inverno, o milho forragem, os cereais praganosos, as proteaginosas e a multiplicação de sementes certificadas.

Das Tabelas 17.5 e 17.6 constam os impactos do PEPAC sobre os diferentes tipos de ADR por nós estimados para as explorações agrícolas produtoras de cereais de Outono/Inverno classificadas de acordo com as respectivas classes de área e região agrícola.

Nesta estimativa foi utilizado um **modelo de simulação dos efeitos das medidas do PEPAC** elaborado pela AGROGES, com base no qual se procedeu à comparação dos resultados de 2020 e 2026.

TABELA 17.6 – IMPACTO DO PEPAC SOBRE OS APOIOS DIRECTOS AO RENDIMENTO DE QUE BENEFICIAM AS EXPLORAÇÕES-TIPO PRODUTORAS DE CEREAIS DE OUTONO/INVERNO PERTENCENTES ÀS VÁRIAS REGIÕES AGRÍCOLAS

Explorações tipo produtoras de cereais pelas RA	Variação dos apoios directos ao rendimento entre 2020 e 2026							
	Pagamento base + Greening (%)	Pagamento redistributivo (%)	Pagamentos ligados à produção (%)			Total dos ADR		
			Cereais	Outros	(%)	(€/ha)	(€/Exp)	(10 3€)
EDM	-36,8	19,8	0,2	3,0	-13,8	-32,8	-161	-4.176
TM	-23,0	28,3	0,4	0,4	6,1	10,6	83	1.921
BI	-19,9	14,7	0,4	-1,3	-6,1	-10,6	-184	-2.335
BL	-39,6	12,1	0,1	7,8	-19,5	-50,6	-139	-1.744
RO	-33,0	5,0	0,4	2,6	-25,0	-46,5	-1.278	-6.308
ALE	-23,7	2,5	0,7	-3,9	-24,5	-40,5	-4.573	-55.399
ALG	-6,5	34,7	0,3	-0,9	27,6	38,0	481	1.251
TOTAL	-25,2	8,2	0,5	-1,9	-18,3	-31,8	-710	-66.788

Da análise realizada podem-se retirar as seguintes principais conclusões.

Primeiro, que o valor médio dos apoios ao rendimento dos produtores de cereais de Outono/Inverno, das explorações-tipo, irá ter, entre 2020 e 2026, uma perda acumulada de -18,3%, impacto negativo este que se prevê vir a atingir os valores mais elevados para o conjunto dos produtores de cereais Outono/Inverno do RO (-25%), BL (-19,5%), ALE (-24,5%) e EDM (-13,8%), os quais poderão, no entanto, vir a ser positivos nos casos das regiões de TM (+6,1%) e ALG (+27,6%). É de realçar, neste contexto, que se prevê virem a ser os produtores de cereais cujas explorações pertencem às classes de SAU superiores a 100 hectares (-28,4%) e inferiores a 5 hectares (-11,5%), aqueles com mais quebras nos apoios em causa.

Segundo, que a eliminação do *greening* e a opção por uma "flat rate" em 2026 para

o Pagamento Base, irão ser responsáveis pelas maiores quebras previstas para o apoio directo ao rendimento dos produtores, as quais poderão atingir cerca de -50% para as explorações-tipo produtoras de cereais outono-inverno pertencentes à OTE – Arvenses de Sequeiro na região agrícola do Ribatejo e Oeste (-56,8%) e do Alentejo (-45,6%).

Terceiro, que os impactos positivos que se preveem que podem vir a ser obtidos com o Pagamento Redistributivo e com os Pagamentos Ligados à Produção sobre os apoios directos ao rendimento dos produtores de cereais de Outono/Inverno, não irão ser, na grande maioria dos casos, suficientes para compensar as quebras previstas para os Pagamentos Base e Greening. É de sublinhar, neste contexto, que os casos em que a compensação será suficiente estão relacionados com as explorações agrícolas das regiões TM e BI no que diz respeito às explorações-tipo das OTE – Arvenses de



Sequeiro e OTE – Policultura e região TM da OTE – Outros Ruminantes.

Quarto, que se estima uma quebra de 127 milhões de euros em 2026 face a 2020, do valor global dos Apoios Diretos ao Rendimento dos produtores de cereais de Outono/Inverno, no Continente, a que corresponderão perdas médias por produtor de -43,2€/ha e -780€/

exploração, valores estes que apresentam diferenças significativas, quer regionais, quer entre classes de área.

Importa ainda sublinhar que a nova **Arquitetura Verde** prevista no contexto do PEPAC inclui um conjunto diversificado de medidas no âmbito dos **Eco-regimes** e das **Medidas Agro-ambientais e Clima** que poderão vir a constituir apoios

adicionais às receitas das explorações agrícolas produtoras de cereais de Outono/Inverno. No entanto, o facto de os pagamentos que lhe irão ser atribuídos corresponderem a uma **mera compensação das respectivas perdas de rendimento ou dos custos acrescidos**, faz com que o seu impacto sobre os resultados económicos líquidos das explorações em causa venha a ser necessariamente marginal.

Por último, é de realçar a possibilidade das perdas de ADR identificadas poderem vir a ser, pelo menos, parcialmente compensadas por eventuais melhorias dos respectivos preços e produtividades.



18.

Análise do impacto do PEPAC sobre os apoios directos aos rendimentos do produtores de bovinos de carne em Portugal Continental

AVILLEZ, Francisco e VALE, Gonçalo, in www.agroges.pt, Outubro 2023.



INTRODUÇÃO

Foi de 21,2 mil o número de explorações agrícolas beneficiárias dos pagamentos do IFAP que, em 2020, criavam bovinos de carne em extensivo, cujo número de vacas aleitantes atingiu os 357 mil, que se distribuíram regionalmente do seguinte modo: 11% no Entre Douro e Minho (EDM), 3% em Trás-os-Montes (TM), 8% na Beira Interior (BI), 2% na Beira Litoral (BL), 8% no Ribatejo e Oeste (RO), 69% no Alentejo (ALE) e 1% no Algarve (ALG).

Nesse mesmo ano, cerca de 5% do total de vacas aleitantes pertenciam a explorações produtoras de bovinos de carne em extensivo com menos de 5 hectares de superfície agrícola utilizada (SAU), 8% a explorações com uma SAU entre os 5 e os 20 hectares, 16% a explorações com uma SAU entre 20 e 100 hectares

e 72% a explorações com uma SAU superior a 100 hectares.

No que diz respeito às orientações produtivas economicamente dominantes (OTE) mais representativas das explorações agrícolas produtoras de bovinos de carne em extensivo, em 2020, as 357 mil vacas aleitantes em causa repartiam-se do seguinte modo:

- 57% criadas em explorações pertencentes à **OTE – Bovinos Extensivos**;
- 15% criadas em explorações pertencentes à **OTE – Mistos Agropecuárias**;
- 28% criadas em explorações pertencentes a **outras OTE**.

Vai ser com base no conjunto das explorações pertencentes a estas duas OTE, que representam cerca de 15% do número total explorações



TABELA 18.1 – IMPORTÂNCIA DAS VACAS ALEITANTES NAS EXPLORAÇÕES PRODUTORAS DE BOVINOS DE CARNE EM EXTENSIVO CLASSIFICADAS DE ACORDO COM AS RESPECTIVAS CLASSES DE ÁREA

Classes de área	Vacas aleitantes (%)	N.º de vacas aleitantes por		Superfície forrageira total em % da Superfície Potencialmente Elegível (SPE) ¹⁾
		Exploração	ha de superfície forrageira total	
< 5 ha	1,6	0,7	0,4	74,0
5 – 20 ha	4,1	3,1	0,3	100,0
20 – 100 ha	11,9	14,4	0,3	94,9
> 100 ha	82,5	118,9	0,3	91,1
TOTAL	100,0	19,6	0,3	91,7

1) SAU das explorações elegível para o RPU

TABELA 18.2 – IMPORTÂNCIA DAS VACAS ALEITANTES NAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS PRODUTORAS DESTA PRODUTO CLASSIFICADAS DE ACORDO COM AS RESPECTIVAS REGIÕES AGRÍCOLAS

Regiões agrícolas	Vacas aleitantes (%)	N.º de Vacas aleitantes por		Superfície forrageira total em % da superfície potencialmente elegível (SPE) ¹⁾
		Exploração	ha de superfície forrageira total	
EDM	9,2	4,4	0,3	100,0
TM	2,2	4,0	0,3	65,1
BI	7,5	15,6	0,4	87,3
BL	0,7	0,9	0,3	74,6
RO	4,6	24,5	0,2	87,8
ALE	75,2	77,0	0,3	89,0
ALG	0,6	10,3	0,3	79,5
TOTAL	100,0	19,6	0,3	91,7

1) SAU das explorações elegível para o RPU

produtoras de bovinos de carne em extensivo e de 62% da totalidade das vacas, em 2020, que se procedeu, no âmbito de um estudo elaborado pela AGROGES, à análise do impacto do PEPAC sobre os apoios directos ao rendimento dos produtores em causa, que constitui o objectivo deste nosso artigo.

Na análise realizada, foram as seguintes as medidas do 1.º Pilar da PAC por nós consideradas como **Apoios directos aos rendimentos (ADR)** dos produtores: **Pagamento base (PB)**, **Pagamento redistributivo (PR)**, **Pagamentos ligados à produção (PLP)** e **Pagamento greening (PG)**.



Em teoria poder-se-á contestar a inclusão do PG no cálculo dos ADR, mas, em nossa opinião, tais pagamentos funcionaram desde o início como verdadeiros apoios ao rendimento dos produtores. A não inclusão do **Prémio aos jovens agricultores** e dos **Apoios à pequena agricultura**, justifica-se pela importância marginal que assumem no contexto deste tipo de produtores.

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS PRODUTORAS DE BOVINOS DE CARNE EM EXTENSIVO

A partir dos dados do IFAP, disponibilizados pelo GPP, procedeu-se à caracterização das explorações produtoras de bovinos de carne em extensivo, das duas OTE mais representativas, classificadas de acordo com as respectivas classes de SAU e localização.

Das **Tabelas 18.1 e 18.2** constam algumas características das explorações agrícolas produtoras de bovinos de carne em extensivo em 2020, das quais importa destacar os seguintes aspectos.

Primeiro, que o número médio de vacas aleitantes, era, em 2020, de cerca de 20, número este que atingia 14 vacas na classe de área de 20 a 100 ha e 119 nas explorações com mais de 100 ha. Era, apenas, nas regiões do RO e ALE, que estes valores eram superiores à média do Continente com, respectivamente, 25 e 77 vacas aleitantes por exploração.

Segundo, o número médio de vacas aleitante por hectare de superfície forrageira total era, em 2020, de 0,3, encabeçamento este idêntico para quase todas as Classes de SAU e Regiões agrícolas.

Terceiro, que, em média, a superfície forrageira total representava cerca de 92% da totalidade da superfície potencialmente elegível, percentagem esta que era, em 2020, muito elevada para todas as classes de SAU e regiões agrícolas.

Das **Tabelas 18.3 e 18.4** constam os apoios directos ao rendimento de que beneficiavam, em 2020, os produtores de bovinos de carne em extensivo, dos quais importa sublinhar o seguinte.



TABELA 18.3 – IMPORTÂNCIA DOS ADR DOS PRODUTORES DE BOVINOS DE CARNE EM EXTENSIVO DE ACORDO COM AS RESPECTIVAS CLASSES DE ÁREA

Classes de área	Exp (€)	ADR ¹⁾ por Vacas aleitantes (€)	PSP ²⁾ em % dos ADR	PLP do sector animal em % do total dos PLP ³⁾	ADR em % do total dos PDP do 1.º e do 2.º Pilares
< 5 ha	750	329,7	83,6	100	50,1
5 – 20 ha	2.338	271,3	79,2	100	57,9
20 – 100 ha	9.218	204,4	75,4	100	63,6
≥ 100 ha	63.888	156,9	74,8	99	75,9
TOTAL	11.249	169,4	75,4	99	71,5

1) ADR = PB + PG + PR + PLP

2) PSP = PB + PG + PR

3) PLP = Pagamentos ligados à produção de produtos animais e vegetais

TABELA 18.4 – IMPORTÂNCIA DOS ADR DOS PRODUTORES DE BOVINOS DE CARNE EM EXTENSIVO DE ACORDO COM AS RESPECTIVAS REGIÕES AGRÍCOLAS

Regiões Agrícolas	Exp (€)	ADR ¹⁾ por Vacas aleitantes (€)	PSP ²⁾ em % dos ADR	PLP do sector animal em % do total dos PLP ³⁾	ADR em % do total dos PDP do 1.º e do 2.º Pilares
EDM	2.176	220,8	80,9	100	54,3
TM	3.999	213,0	74,6	100	55,9
BI	8.494	172,6	74,7	100	62,5
BL	1.174	318,7	82,7	98	59,7
RO	20.033	161,4	80,0	88	83,3
ALE	42.546	162,3	74,5	99	75,7
ALG	6.366	175,9	66,6	100	68,4
TOTAL	11.249	169,4	75,4	99	71,5

1) ADR = PB + PG + PR + PLP

2) PSP = PB + PG + PR

3) PLP = Pagamentos ligados à produção de produtos animais e vegetais

Primeiro, que o valor médio dos apoios directos ao rendimento dos produtores de bovinos de carne em extensivo por vaca aleitante era, em 2020, de 169,4 euros, valor este que variava entre os 156,9€/vaca e os 329,7€/vaca para as classes de área superiores a 100 ha e com menos de 5 ha, e os 161,4€/vaca e os 318€/vaca no caso das regiões do Ribatejo e Oeste e da Beira Litoral.

Segundo, que, em média, os ADR por exploração atingiram, em 2020, os 11.249 euros, valor este bastante inferior ao atingido pelas explorações de maior dimensão e para as regiões do Ribatejo e Oeste e do Alentejo.

Terceiro, que, não só a importância dos Pagamentos separados da produção (PSP) em percentagem dos ADR, como também o peso



dos Pagamentos ligados à produção animal no total do PLP, são bastante semelhantes à média nacional, quer para as diferentes classes de área, quer para as diferentes regiões agrícolas.

Quarto, que, em média, os ADR de que beneficiavam, em 2020, os produtores de bovinos de carne em extensivo representam mais de 70% da totalidade dos respectivos Pagamentos directos aos produtores (PDP) do 1.º e do 2.º Pilares da PAC, percentagem esta que foi mais elevada no caso da classe de área maior que 100 hectares (75,9%) e nas regiões do Ribatejo e Oeste (83,3%) e do Alentejo (75,7%).

IMPACTO DO PEPAC SOBRE OS APOIOS DIRECTOS AO RENDIMENTO DOS PRODUTORES DE BOVINOS DE CARNE EM EXTENSIVO

Dada a importância que os ADR assumem, à partida, nos resultados económicos das explorações produtoras de bovinos de carne em extensivo, vão ser necessariamente significativos os impactos futuros que as alterações nas medidas em vigor irão ter com a implementação do PEPAC.

São as seguintes as principais alterações que, neste contexto, irão ser introduzidas pelo PEPAC:

- a eliminação do Pagamento *Greening*;
- a convergência total, até 2026, dos respectivos pagamentos base que irão sofrer uma redução significativa para uma “flat rate” de, apenas, 80,7€/ha;
- o reforço da verba orçamental atribuída ao Pagamento Redistributivo e a alteração da forma como ele é aplicável de acordo com a dimensão das explorações agrícolas elegíveis;
- o reforço dos valores unitários da maioria dos Pagamentos ligados à produção até agora em vigor (a única excepção é o caso das vacas aleitantes);
- a introdução de novos pagamentos ligados à produção beneficiando os bovinos de carne em extensivo, o milho forragem, os cereais praganosos, as proteaginosas e a multiplicação de sementes certificadas.

Das Tabelas 18.5 e 18.6 constam os impactos do PEPAC sobre os diferentes tipos de ADR por nós estimados para as explorações agrícolas produtoras de bovinos de carne em extensivo



TABELA 18.5 – IMPACTO DO PEPAC SOBRE OS APOIOS DIRECTOS AO RENDIMENTO DE QUE BENEFICIAM AS EXPLORAÇÕES PRODUTORAS DE BOVINOS DE CARNE EM EXTENSIVO PERTENCENTES ÀS VÁRIAS CLASSES DE ÁREA

Explorações tipo produtoras de carne de bovino em extensivo pelas CA	Variação dos apoios directos ao rendimento entre 2020 e 2026							
	Pagamento base + Greening (%)	Pagamento redistributivo (%)	Pagamentos ligados à produção (%)			Total dos ADR		
			Vacas Aleitantes	Outros	(%)	(€/ha)	(€/Exp)	(10 ³ €)
< 5 ha	-44,0	5,2	-0,9	8,7	-31,0	-102,2	-232	-1.869
≥ 5 e < 20 ha	-33,0	25,3	-3,0	3,8	-6,9	-18,9	-197	-938
≥ 20 e < 100 ha	-29,8	19,8	-5,3	1,5	-13,7	-28,0	-1.263	-3.723
≥ 100 ha	-22,4	-0,9	-6,4	1,6	-28,1	-44,0	-17.926	-44.422
TOTAL	-24,7	3,7	-5,8	2,0	-24,9	-42,1	-2.796	-50.951

TABELA 18.6 – IMPACTO DO PEPAC SOBRE OS APOIOS DIRECTOS AO RENDIMENTO DE QUE BENEFICIAM AS EXPLORAÇÕES-TIPO PRODUTORAS DE BOVINOS DE CARNE EM EXTENSIVO PERTENCENTES ÀS VÁRIAS REGIÕES AGRÍCOLAS

Explorações tipo produtoras de carne de bovino em extensivo pelas RA	Variação dos apoios directos ao rendimento entre 2020 e 2026							
	Pagamento base + Greening (%)	Pagamento redistributivo (%)	Pagamentos ligados à produção (%)			Total dos ADR		
			Vacas Aleitantes	Outros	(%)	(€/ha)	(€/Exp)	(10 ³ €)
EDM	-32,3	19,2	0,0	4,9	-8,2	-18,0	-177	-1.336
TM	-26,6	22,4	-3,6	1,9	-5,9	-12,5	-234	-460
BI	-22,7	9,2	-6,5	1,5	-18,5	-32,0	-1.574	-2.714
BL	-44,5	11,0	-1,5	9,1	-25,8	-82,3	-303	-803
RO	-28,1	1,5	-3,6	4,2	-26,0	-41,9	-5.202	-3.485
ALE	-23,4	0,4	-6,8	1,4	-28,4	-46,1	-12.094	-42.159
ALG	-13,4	15,8	-4,2	2,3	0,5	0,9	31	6
TOTAL	-24,7	3,7	-5,8	2,0	-24,9	-42,1	-2.796	-50.951

classificadas de acordo com as respectivas Classes de área e Região agrícola.

Nesta estimativa foi utilizado um **modelo de simulação dos efeitos das medidas do PEPAC** elaborado pela AGROGES, com base no qual se procedeu à comparação dos resultados de 2020 e 2026.

Da análise realizada podem-se retirar as seguintes principais conclusões.

Primeiro, que o valor médio dos apoios ao rendimento dos produtores de carne de bovino em extensivo, irá ter, entre 2020 e 2026, uma perda acumulada de -24,9%, impacto negativo em

todas as regiões, esperando-se que este atinja os valores mais elevados para o conjunto dos produtores de carne de bovino em extensivo da BL (-25,8%), RO (-26,0%) e ALE (-28,4%). É de realçar, neste contexto, que se prevê vir a ser os produtores de carne de bovino em extensivo cujas explorações pertencem às classes de SAU superiores a 100 hectares (-28,1%) e inferiores a 5 hectares (-31%), aqueles com mais quebras nos apoios em causa.

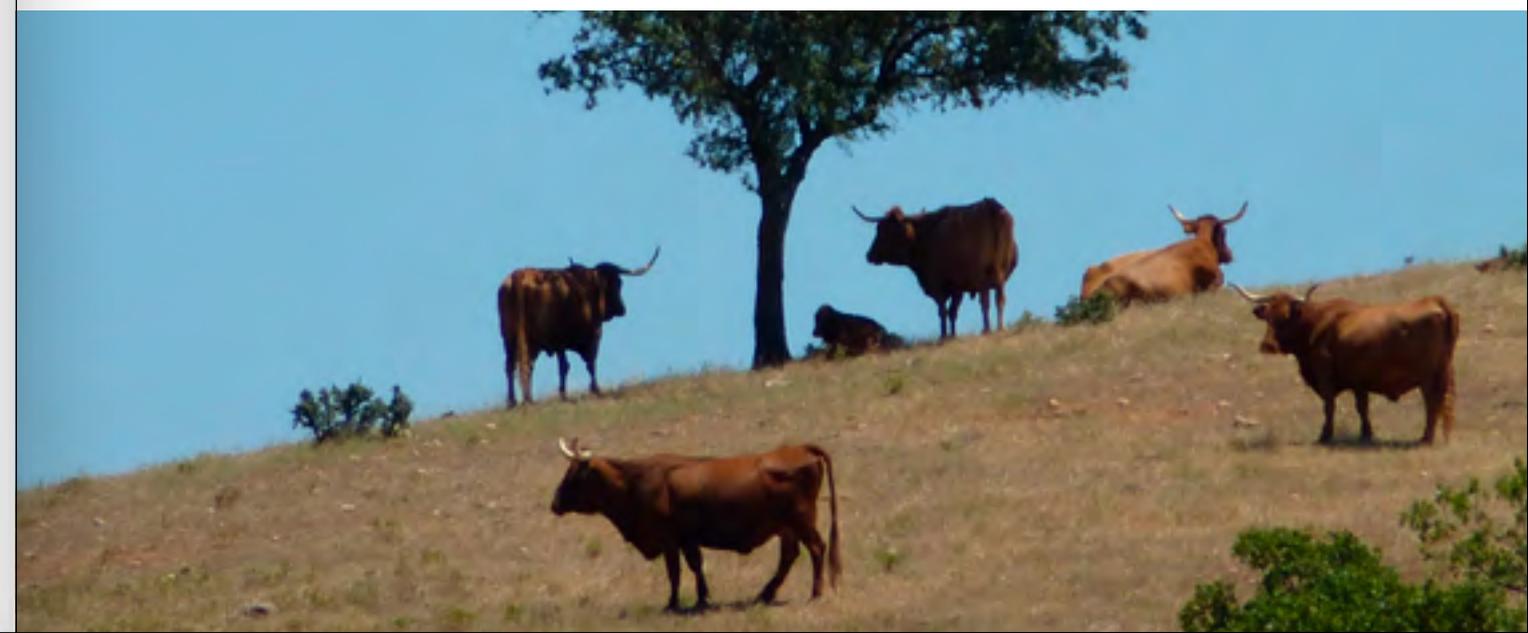
Segundo, que a eliminação do *greening* e a opção por uma “flat rate” em 2026 para o Pagamento Base, irão ser responsáveis pelas maiores quebras previstas para o apoio directo ao rendimento dos produtores, as quais irão atingir mais de -20% para as explorações-tipo produtoras de carne de bovino em extensivo pertencentes às OTE e regiões agrícolas analisadas.

Terceiro, que os impactos que se preveem que podem vir a ser obtidos com o Pagamento Redistributivo e com os Pagamentos Ligados à Produção sobre os apoios directos ao rendimento dos produtores de carne de bovino em extensivo, não irão ser, em todos os casos analisados, suficientes para compensar as quebras previstas para os Pagamentos Base e *Greening*.

Quarto, que se estima uma quebra de 132 milhões de euros em 2026 face a 2020, do valor global dos Apoios Directos ao Rendimento dos produtores de carne em extensivo, no Continente, a que corresponderão perdas médias por produtor de -48,3€/ha e -1132€/exploração, valores estes que apresentam diferenças significativas, quer regionais, quer entre classes de área.

Importa ainda sublinhar que a nova **Arquitetura Verde** prevista no contexto do PEPAC inclui um conjunto diversificado de medidas no âmbito dos **Eco-regimes** e das **Medidas Agro-ambientais e Clima** que poderão vir a constituir apoios adicionais às receitas das explorações agrícolas produtoras de bovinos em extensivo. No entanto, o facto de os pagamentos que lhe irão ser atribuídos corresponderem a uma **mera compensação das respectivas perdas de rendimento ou dos custos acrescidos**, faz com que o seu impacto sobre os resultados económicos líquidos das explorações em causa venha a ser necessariamente marginal.

Por último, importa realçar a possibilidade das perdas de ADR identificadas poderem vir a ser, pelo menos, parcialmente compensadas por eventuais melhorias dos respectivos preços e produtividades.



19.

A agricultura portuguesa: caminhos para um crescimento sustentável

AVILLEZ, Francisco - *A agricultura portuguesa: caminhos para um crescimento sustentável* - in *Como duplicar o PIB em 20 anos: um Portugal mais próspero, mais justo e mais democrático*. BELEZA, Álvaro e MATEUS, Abel (Coordenação) SEDES, Lisboa: Almedina, 2022. P. 345 a 363.

INTRODUÇÃO

Os aspectos mais significativos e, simultaneamente, mais preocupantes da evolução da agricultura portuguesa nas últimas décadas foram a evolução negativa do produto agrícola bruto e a perda de competitividade média das suas explorações agrícolas.

Entre 1990 e 2020, o produto agrícola bruto nacional evoluiu a uma taxa de crescimento média anual de -1,3%, a qual foi consequência de dois factores principais.

Por um lado, do decréscimo da superfície agrícola cultivada (-1,4%/ano) o qual foi, no entanto, parcialmente compensado pela evolução positiva da produtividade do factor terra (+1,9%/ano) e, por outro, pela evolução desfavorável da produtividade dos factores

intermédios (-1,8%/ano) que foi consequência de um crescimento do respectivo consumo (+2,4%/ano) muito superior ao do volume da produção agrícola (+0,5%/ano).

Por seu lado, a competitividade média das explorações agrícolas portuguesas sofreu um decréscimo no conjunto das últimas três décadas (-0,6%/ano), que resultou de um ligeiro crescimento da respectiva produtividade (+0,7%/ano) que só muito parcialmente conseguiu compensar o efeito negativo para as explorações agrícolas portuguesas da evolução sofrida pelas relações entre os preços agrícolas e os não agrícolas (-1,3%/ano).

Esta significativa perda de competitividade média das explorações agrícolas foi, no entanto, compensada por uma evolução ligeiramente positiva, entre 1990 e 2020, do respectivo



rendimento médio (+0,4%/ano) o que foi consequência da evolução muito favorável verificada para o valor das transferências de rendimento geradas pelos apoios directos em vigor na PAC (+4,9%), o que assegurou a viabilidade económica de um número considerável de explorações agrícolas não competitivas.

É de realçar que, na última década, se verificou uma inversão favorável nas tendências negativas anteriormente identificadas, tendo, entre 2010 e 2020, se assistido a:

- um crescimento de +1,1% no produto agrícola bruto, decorrente de uma evolução favorável quer da superfície agrícola cultivada (+0,8%/ano) quer da produtividade do factor terra (+1,7%);
- um crescimento de +2,9% da competitividade média das explorações agrícolas portuguesas, resultante de um ganho da sua produtividade média (+1,7%) e uma evolução favorável nas relações entre os preços agrícolas e não agrícolas (+0,4%);
- um aumento no rendimento médio das explorações agrícolas (+2,4%/ano) que, no entanto, beneficiou menos do que nas décadas anteriores, da evolução dos apoios directos aos produtores (+1,1%/ano).

Do anteriormente exposto, pode-se concluir que foram quatro os principais factores explicativos do comportamento económico pouco favorável do sector agrícola português nas últimas décadas.

Um primeiro factor diz respeito à importância assumida nos resultados das explorações agrícolas das transferências de rendimento geradas pelas medidas de apoio ao rendimento dos produtores em vigor que, assegurando a viabilidade

económica dos sistemas de produção praticados, têm muitas vezes desincentivado a obtenção de ganhos de produtividade capazes de contribuir para a sua competitividade.

Um segundo factor tem a ver com a evolução muito desfavorável da relação entre os preços agrícolas e não agrícolas, em geral, e dos preços dos produtos e dos factores agrícolas de produção, em particular.

Um terceiro factor está relacionado com a acentuada redução observada na superfície agrícola cultivada, motivada, no essencial, por uma progressiva perda de produtividade de grande parte dos nossos solos e pelo crescente agravamento dos seus déficits hídricos.

Um quarto factor diz respeito à predominância de tecnologias e práticas agrícolas baseadas predominantemente num modelo de intensificação tecnológico em que os ganhos de produção implicam uma crescente utilização de factores intermédios de produção quase sempre com impactos negativos do ponto de vista ambiental.

A evolução mais favorável na última década do crescimento e da competitividade agrícolas, foi consequência da inversão positiva ocorrida no conjunto dos factores em causa.

Para se poder estabelecer que caminhos se deverão privilegiar nas próximas décadas vai ser necessário adicionar aos factores de âmbito sectorial em causa, outros de âmbito mais geral, que dizem respeito, no essencial:

- à necessidade de se vir a contribuir para a satisfação das necessidades alimentares de uma população mundial crescente com base em dietas saudáveis e acessíveis



a todos, baseadas em sistemas agrícolas e alimentares sustentáveis;

- aos compromissos assumidos no âmbito dos objectivos da neutralidade carbónica com base em opções produtivas e tecnológicas capazes de contribuir para a mitigação das emissões de GEE, para o sequestro de CO₂ no solo e na vegetação e para a adaptação dos sistemas de produção agrícolas e florestais ao processo das alterações climáticas em curso.

Que estratégia adoptar para inverter as tendências negativas do passado e caminhar de forma sustentável para um crescimento significativo da agricultura portuguesa é o que irei abordar de seguida.

VISÃO ESTRATÉGICA

Em minha opinião, Portugal vai ter que ser capaz de fazer crescer na próxima década de forma significativa a produção de bens agrícolas e alimentares de qualidade reconhecida destinadas aos mercados interno e externo que, contribuindo para o crescimento do valor acrescentado nacional e para uma maior segurança alimentar, sejam baseados em sistemas e estruturas de produção agrícolas e florestais economicamente viáveis, ambientalmente sustentáveis e territorialmente equilibrados.

Dadas as características edafo-climáticas, sócio-estruturais e técnico-económicas muito diversas da agricultura portuguesa, só será possível assegurar a concretização desta visão estratégica, se forem criadas as condições político-institucionais capazes de, simultaneamente:

- promover ganhos crescentes de produtividade económica nos sistemas e estruturas

de produção agrícola capazes de competir no contexto de mercados cada vez mais alargados e concorrenciais e crescentemente sujeitos a uma procura alimentar cada vez mais exigente do ponto de vista sanitário e ambiental;

- assegurar a viabilidade económica daqueles sistemas de ocupação e uso dos solos agrícolas e florestais que, sendo produtivos, mas não tendo condições para virem a ser competitivos, possam desempenhar funções relevantes do ponto de vista da gestão dos recursos solo, água e ar, da descarbonização da economia, da preservação da biodiversidade e das paisagens agrícolas e de coesão económica e social das zonas rurais;
- incentivar a inovação e a internacionalização do sistema agro-alimentar e florestal.

A concretização destes três grandes objectivos vai depender, no essencial, da promoção de um tecido empresarial agrícola e rural cada vez mais bem organizado, melhor qualificado, mais dinâmico e mais inovador, cujas opções produtivas, tecnológicas e estruturais, sendo economicamente viáveis, sejam baseadas num modelo de intensificação tecnológico sustentável, numa gestão sustentável dos solos e da água e na preservação da biodiversidade e das paisagens agrícolas.

Para o efeito, vai ser necessário a adopção de um conjunto coerente de intervenções estratégicas por parte do Governo Português em que seja dada prioridade:

- a um sistema de apoios directos aos produtores mais equitativo e melhor orientado para uma maior resiliência dos sistemas de produção;
- a incentivos à adopção de tecnologias e práticas agrícolas capazes de promover



um aumento do teor de matéria orgânica dos solos e uma maior eficiência dos factores de produção;

- à modernização e expansão dos regadios privados e públicos;
- ao reforço da organização dos produtores e da sua posição no âmbito da cadeia alimentar.

ÁREAS DE INTERVENÇÃO ESTRATÉGICAS

São, portanto, quatro as áreas de intervenção das políticas públicas que, em minha opinião, irão assumir uma importância estratégica para o futuro da agricultura portuguesa:

- o sistema de apoio directo ao rendimento dos produtores e à produção agrícola;
- a gestão dos solos e a eficiência no uso dos factores de produção agrícolas;
- a eficiência no uso da água e a expansão dos regadios públicos e privados;
- o reforço da posição dos produtores agrícolas no âmbito das cadeias alimentares.

SISTEMAS DE APOIOS DIRECTOS AO RENDIMENTO E À PRODUÇÃO

Em 2019 foi de 841 milhões de euros o valor total dos pagamentos directos de que beneficiaram os produtores agrícolas de Portugal Continental no âmbito das medidas de política do 1.º e do 2.º Pilares da PAC.

Na sua maioria (69,3%), tais pagamentos diziam respeito a apoios directos ao rendimento (56,1%) e à produção (13,2%), repartindo-se os restantes (30,7%) pelas medidas agroambientais (17,5%) e pelos apoios aos produtores das zonas desfavorecidas (33,2%).

Na sua quase totalidade (88,8%) dos apoios directos aos rendimentos dos produtores diziam respeito ao Pagamento Base (53,3%) e ao Pagamento "Greening" (35,5%), correspondendo os restantes 11,2% ao Pagamento Redistributivo e aos Apoios à Pequena Agricultura.

No seu conjunto, estes apoios directos ao rendimento, representavam, em 2019, cerca de 14% do valor total da produção agrícola das explorações em causa.

São duas as principais críticas associadas com este tipo de apoios ao rendimento:

- que é muito desigual a sua repartição pelos diferentes tipos de sistemas de produção, dimensão de explorações agrícolas e regiões, o que é consequência, no essencial, do modelo de cálculo e de atribuição dos direitos aos pagamentos base que esteve na sua origem aquando da reforma da PAC de 1992;
- que, assumindo para muitas explorações agrícolas um contributo muito significativo para assegurar a sua viabilidade económica, tem constituído um claro desincentivo à obtenção de ganhos de produtividade que assegurem a respectiva competitividade.

Neste contexto, considero ser indispensável a entrada em vigor no início de 2023 das propostas apresentadas pelo Governo Português no âmbito do seu Plano Estratégico da PAC (PEPAC), que preconizam a opção por:

- um processo de convergência total dos Pagamentos Base (PB) de forma a que se atinja, em 2026, uma "flat rate";
- um abandono do modelo histórico de atribuição dos direitos ao PB que contribua, não



só para o aumento da superfície elegível por parte dos actuais beneficiários, como também, para a inclusão no sistema de novos beneficiários que, actualmente, não têm direitos PB;

- um reforço das verbas atribuídas ao Pagamento Redistributivo (PR) e uma sua atribuição prioritária às muito pequenas e pequenas explorações agrícolas;
- um reforço das verbas atribuídas aos apoios aos produtores em zonas desfavorecidas (MZD) e uma sua atribuição prioritária às muito pequenas e pequenas explorações agrícolas.

Por seu lado, os apoios directos à produção agrícola incidem, maioritariamente (92,3%), sobre a produção pecuária nacional em geral e os sistemas de produção extensivos em particular (81,6%), correspondendo os restantes 7,8% aos pagamentos ligados à produção de arroz (4,9%) e de tomate para indústria (2,9%).

A crise pandémica que temos vindo a atravessar, a importância crescente de uma maior segurança alimentar e a penalização muito significativa que alguns sistemas de produção irão sofrer com o processo de convergência total do valor dos pagamentos base, tornam indispensável promover uma maior resiliência da capacidade produtiva dos sectores mais afectados (leite, arroz e tomate para indústria) e um mais elevado grau de autoabastecimento daqueles produtos que têm actualmente uma exagerada dependência em relação ao exterior (cereais e proteaginosas).

Neste contexto, estou também de acordo com as propostas que constam do PEPAC que apontam para um reforço significativo dos apoios unitários ao arroz, ao tomate para indústria, às vacas leiteiras e aos ovinos e caprinos e para a introdução de novos apoios à produção dos cereais de outono inverno e do milho e de proteaginosas.



GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS SOLOS AGRÍCOLAS E EFICIÊNCIA NO USO DOS FACTORES DE PRODUÇÃO

É minha opinião que só vai ser possível fazer crescer de forma significativa e sustentável o produto agrícola bruto nacional e a competitividade das suas explorações agrícolas através da adopção generalizada de soluções produtivas e tecnológicas que sejam capazes de promover simultaneamente:

- uma melhoria do potencial produtivo dos nossos solos, ou seja, um aumento da sua capacidade para disponibilizarem mais nutrientes, para reterem mais humidade e drenarem melhor o excesso de água;
- uma mais precisa e dirigida utilização de quantidades cada vez menores de fertilizantes sintéticos, fitofármacos, água de rega e alimentos compostos para animais por unidade de produção agrícola final.

Só assim me parece possível conciliar a obtenção de ganhos de produtividade e competitividade agrícolas com o combate às alterações climáticas, com uma gestão sustentável dos recursos naturais e com a preservação da biodiversidade e, deste modo, alcançar um aumento da produção agrícola nacional no respeito pelos compromissos assumidos no contexto da neutralidade carbónica e do *Green Deal*.

A qualidade dos solos agrícolas depende dos factores naturais da sua formação e da actividade do homem. Quanto mais desfavoráveis são os factores naturais, maior importância assume o nosso papel. Associado às causas naturais, os sistemas de agricultura tradicionalmente praticados, na maior parte do território nacional, não têm acudido a conservação do solo e da água, contribuindo para a degradação dos nossos solos. É necessário e urgente colocar o solo no centro das preocupações da nossa agricultura. É indispensável desenvolver sistemas e tecnologias de produção

de controlem a erosão do solo e aumentem o seu teor de matéria orgânica. É igualmente importante atender à melhoria da drenagem, muito em particular dos Luvissolos, dada a sua importância no contexto nacional. A solução para todas estas questões passa pela redução drástica da intensidade dos sistemas de mobilização, pela cobertura permanente do solo com os resíduos das culturas e por incluir nas rotações culturas capazes de crescerem raízes em profundidade, de forma a desenvolver uma rede abundante e extensa de canais contínuos no solo, que permitam ultrapassar as limitações à sua drenagem interna. Nos solos mais marginais há ainda a necessidade frequente de correcção da acidez pelas limitações impostas por toxicidades de manganês e ou alumínio. Esta mudança não é fácil, pois obriga a repensar os sistemas de culturas e respectivos itinerários técnicos. No entanto, a informação disponível mostra que é possível aumentar de forma considerável o potencial produtivo dos nossos solos e, simultaneamente, aumentar a eficiência no uso de

factores de produção, como é o caso dos fertilizantes, o que são contribuições decisivas para a sustentabilidade económica e ambiental de muitos sectores da agricultura portuguesa.

Ir-á assumir, neste contexto, particular relevância a futura expansão em Portugal de um modelo de extensificação tecnológica agrícola sustentável.

Na generalidade dos países desenvolvidos e, mais tarde, em muitos dos países em desenvolvimento, difundiu-se, a partir da II Guerra Mundial, o modelo tecnológico agrícola que, face à escassez crescente da população activa agrícola absorvida pela expansão da indústria e dos serviços, tinha como principal objectivo o aumento da produtividade do trabalho, com base numa dupla substituição:

- do trabalho humano e animal, até então dominante, por máquinas e motores;
- dos processos biológicos por inputs químicos de origem industrial.



O primeiro tipo de substituição (componente mecânica do modelo) contribuiu para o aumento da superfície cultivada por unidade de trabalho, enquanto que o segundo tipo (componente química do modelo) promoveu ganhos de produtividade por cada hectare de superfície cultivada.

Nasceu, assim, um novo modelo tecnológico de intensificação agrícola usualmente designado por modelo químico-mecânico, cujo desenvolvimento assentou, não só em indiscutíveis progressos no domínio da ciência e da agronomia (melhoramento genético de plantas, protecção das plantas, sistemas de rega, ...), como também numa dependência crescente da energia fóssil utilizada na produção, quer das máquinas e combustíveis, quer dos fertilizantes industriais e pesticidas.

A generalização, à escala mundial, do modelo químico-mecânico, teve consequências muito positivas do ponto de vista económico (libertação de mão-de-obra para os outros sectores da economia, crescimento da produção agrícola, redução dos riscos de insuficiência alimentar, ...), mas provocou, simultaneamente, graves problemas de poluição, perdas de biodiversidade e um contributo crescente para o aquecimento global, através da emissão de GEE.

Existe um consenso cada vez mais alargado que o modelo tecnológico de intensificação agrícola actualmente dominante (modelo químico-mecânico) não só tem consequências ambientais e sociais muito negativas como se encontra economicamente esgotado.

Em primeiro lugar, porque o melhoramento genético das plantas parece estar a atingir os seus limites face ao desejado aumento da produtividade e de redução dos custos. Em segundo lugar,

porque sendo um modelo altamente consumidor de inputs químicos, de água e de energia fóssil, tem implicações sobre a poluição, os recursos hídricos e as emissões de GEE dificilmente mitigáveis. Em terceiro lugar, porque a sua expansão por solos ocupados por sistemas de agricultura de baixa intensidade tecnológica e a consequente artificialização dos respectivos ecossistemas, são responsáveis por perdas crescentes de biodiversidade e de abandono dos solos. Em quarto e último lugar, porque a sua dependência de energia fóssil o torna particularmente sensível a níveis elevados dos preços do petróleo, que tenderão a pôr em causa a sua viabilidade futura.

É, em consequência destes sinais de esgotamento económico e de impactos ambientais e climáticos negativos, que se encara cada vez mais como inevitável a substituição do modelo químico-mecânico actualmente dominante por um modelo de intensificação agrícola sustentável.

O que, no essencial, se pretende com esta nova orientação é substituir um modelo tecnológico cujos aumentos de produtividade por hectares foram, geralmente, obtidos à custa de aumentos no nível de consumo de inputs por hectare, com a consequente redução na eficiência da sua utilização e do aumento de problemas ambientais, por um modelo capaz de desligar, tanto quanto vier a ser possível, a produção por hectare do respectivo nível de utilização de inputs de origem industrial e de recursos escassos.

Este novo modelo de intensificação sustentável deverá, de acordo com a FAO, basear-se nos três seguintes princípios. Primeiro, na obtenção, em simultâneo, de ganhos de produtividade e de uma melhor valorização do capital natural e dos serviços ecossistémicos agrícolas. Segundo, em melhorias significativas de eficiência no uso dos



factores terra, água, agroquímicos e trabalho. Terceiro, na utilização da biodiversidade natural na procura de formas mais resilientes aos factores de risco abióticos e bióticos.

No caso português, o modelo tecnológico de intensificação sustentável deverá basear-se numa combinação equilibrada entre:

- tecnologias orientadas para o aumento da eficiência no uso dos inputs agrícolas (agroquímicos, água e energia), através de uma sua aplicação mais precisa e dirigida (máquinas e técnicas agrícolas de precisão, novos métodos de rega, produção integrada, ...), com base numa difusão mais generalizada das novas tecnologias de informação e da biotecnologia;
- práticas agrónomicas que visam a substituição parcial dos inputs agrícolas, através do controlo da erosão, da melhoria da estrutura e da fertilidade dos solos, do aumento da capacidade de retenção da água pelos solos (mobilização mínima, enrelvamento, rotações culturais com culturas melhoradas e fixadoras de azoto no solo, modo de produção biológico, ...) e que exigirão um conhecimento mais aprofundado do funcionamento dos ecossistemas agrícolas.

Para que estas alterações se venham a concretizar vão ser necessárias intervenções públicas, coerentes e estáveis, que sejam capazes de responder às seguintes principais prioridades.

Primeiro, numa evolução do sistema de pagamentos diretos aos produtores que privilegie em geral os apoios de natureza ambiental, climático e territorial, em detrimento dos apoios ao rendimento e à produção, hoje em dia dominantes e, em particular, medidas

agroambientais e agroclimáticas orientadas, prioritariamente, para:

- uma redução das perdas de matéria orgânica do solo, pela adoção de tecnologias e práticas agrícolas que promovam uma diminuição da mobilização, da erosão e da mineralização dos solos;
- um aumento dos ganhos de matéria orgânica através da adição de compostos orgânicos, uma melhor gestão dos resíduos e um maior equilíbrio nas rotações e adubações.

Neste contexto, vão assumir particular relevo medidas de tipo agroambiental e climático e que assegurem a viabilização económica dos sistemas de agricultura de precisão e de conservação, em geral, e os apoios à instalação e manutenção de pastagens permanentes melhoradoras do tipo das biodiversas, em particular, as quais deverão constituir uma adequada concretização dos compromissos assumidos no âmbito do RNC2050, nomeadamente, no contexto dos sistemas agroflorestais.

Segundo, a promoção de um modelo tecnológico de intensificação sustentável capaz de contribuir para o crescimento económico do sector baseado numa melhoria da eficiência no uso dos fatores intermédios de produção e numa gestão e conservação sustentável dos recursos terra e água.

Terceiro, a promoção de uma rede de Organização de Produtores (OP) que possibilite a implementação de medidas de gestão de risco e de estabilização de rendimentos e que contribua para uma mais fácil divulgação e difusão generalizada das inovações tecnológicas que melhor assegurem uma mais eficiente utilização dos recursos disponíveis e contribuam para a descarbonização da economia nacional.



Quarto, o reforço de uma fileira do conhecimento baseada numa rede de estações experimentais distribuídas no território nacional que através de uma investigação aplicada sejam capazes de promover o acesso às inovações tecnológicas em causa por parte do maior número possível de produtores agrícolas, assim como assegurar o respetivo apoio técnico.

É minha opinião que, apesar das propostas do PEPAC estarem alinhadas com estas prioridades, a sua concretização pode vir a estar limitada pela sua pouca ambição expressa quer pelos níveis de apoios unitários propostos, quer pelas verbas totais afectas ao seu financiamento, nomeadamente, no que se refere aos pagamentos eco-regime, às medidas agroambientais e clima e aos investimentos nos regadios públicos e privados.

USO EFICIENTE DA ÁGUA E EXPANSÃO DOS REGADIOS PÚBLICOS E PRIVADOS

Para a agricultura e um mundo rural com as características edafo-climáticas e socioeconómicas que estes apresentam em Portugal, a disponibilidade de água em quantidade e com a qualidade adequadas assume uma importância estratégica decisiva.

Em primeiro lugar, porque os sistemas de produção agrícola nacionais, com condições para virem a ser economicamente competitivos no futuro de forma sustentável, necessitam de poder vir a dispor, pelo menos parcialmente, de água para regar as respectivas áreas cultivadas.

Em segundo lugar, porque no contexto das alterações climáticas previstas para Portugal nas

próximas décadas, mesmo os sistemas de ocupação de uso dos solos de sequeiro do tipo agro-florestal orientados predominantemente para objectivos de natureza ambiental e social, terão quase sempre que contar com áreas complementares de regadio que contribuam para a sua viabilidade futura.

Em terceiro lugar, porque a agricultura de regadio constitui, para a generalidade dos territórios rurais em Portugal, um factor determinante para o reforço e diversificação do seu tecido económico e social, condição indispensável para a tão desejada coesão económica e social.

Importa sublinhar, que as relações entre a água e a produção agrícola em Portugal não se reduzem à problemática da disponibilidade de água para rega e à maior ou menor eficiência com que ela é utilizada. De facto, a problemática do uso da água pela agricultura está também estreitamente relacionada com a da gestão e conservação mais ou menos sustentável do solo que, influenciando o teor de matéria orgânica do solo e a respectiva estrutura, contribui para uma maior ou menor capacidade de retenção de água pelos solos e para a sua drenagem.

O clima marcadamente mediterrânico da maior parte do território de Portugal Continental, caracteriza-se por uma forte concentração da precipitação anual no período Outono-inverno e pela ocorrência de Verões quentes e secos. Daqui resulta que é no período Primavera-Verão, em que as temperaturas são mais favoráveis ao desenvolvimento das plantas, que as necessidades de água pelas plantas são mais elevadas, mas em que a precipitação é quase nula, o que faz com que o regadio seja um factor decisivo para a produtividade e viabilidade económica da maior parte dos sistemas de produção agrícola nacionais.

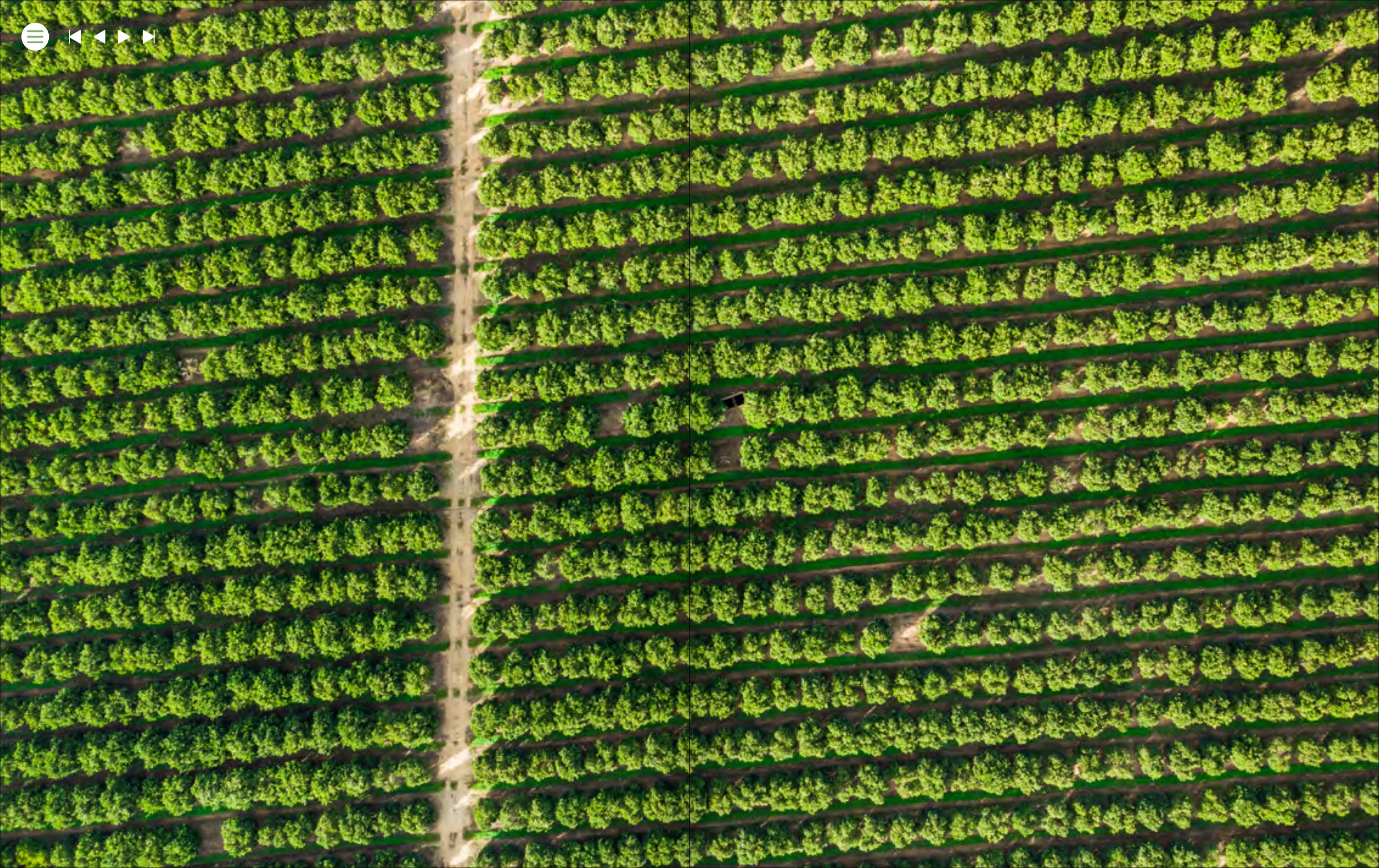
Se a disponibilidade de água assume, actualmente, uma importância decisiva para a agricultura portuguesa, os impactos previstos em consequência das alterações climáticas irão potenciar ainda mais a importância estratégica dos recursos hídricos.

Ao contribuir para o aumento da temperatura média da atmosfera, ao modificar o regime pluviométrico e ao alterar a intensidade e frequência dos fenómenos climáticos extremos, as alterações climáticas vão provocar:

- variações no volume e na distribuição das disponibilidades de águas superficiais e subterráneas e, conseqüentemente, uma redução da oferta de água para uso pelos sistemas de produção agrícolas e florestais;
- alterações na qualidade da água disponível decorrentes do aumento das temperaturas;
- variações nos volumes de água utilizados pelas plantas decorrentes da redução do teor de água nos solos e dos aumentos da evapotranspiração vegetal, o que irá conduzir a um acréscimo da procura de água por parte dos sistemas de produção agrícola e florestais.

Uma resposta coerente e consistente a estes diferentes tipos de impactos vai implicar a adopção de um conjunto de medidas de adaptação orientadas para:

- o aumento da capacidade de retenção da água pelos solos agrícolas;
- a redução do escoamento superficial da água das chuvas durante o inverno;
- o aumento da eficiência na utilização da água de rega;
- o aumento da disponibilidade de água para rega nas regiões do País que irão ser mais afectadas pelos efeitos das alterações climáticas.





No que diz respeito aos outros tipos de medidas de adaptação previamente identificadas, importa realçar que elas estão directamente relacionadas com outras vertentes das relações da água com a agricultura, ou seja, a criação das condições indispensáveis a um aumento da capacidade de retenção da água pelos solos agrícolas, a qual irá implicar medidas específicas de apoio no contexto da PAC pós 2020.

Importa sublinhar que, no essencial, estes diferentes tipos de medidas de adaptação às alterações climáticas são, simultaneamente, medidas de mitigação dos impactos previstos, as quais irão corresponder a um conjunto de tecnologias e práticas agronómicas orientadas para uma gestão criteriosa dos diferentes tipos de "inputs" utilizados nos diferentes processos produtivos, com especial relevo para aqueles responsáveis por uma mais elevada contribuição para as emissões de GEE, nomeadamente, os fertilizantes sintéticos, os combustíveis e a energia elétrica.

De acordo com o Recenseamento Agrícola de 2019, a superfície agrícola regada (562 mil hectares) ocupa, apenas, 14% da superfície agrícola utilizada (SAU) nacional, a qual corresponde a regadios colectivos públicos (42%), a pequenos regadios colectivos privados (9%) e a regadios privados individuais (49%), cuja água tem origem em furos, barragens ou represas construídas pelos próprios agricultores.

Segundo um estudo recentemente apresentado pelo Ministério da Agricultura, estima-se que existe uma necessidade de investimento global de cerca de 2.257 milhões de euros, 46,8% dos quais se prevê virem a ser implementados no curto-médio prazo (2021-2030). No seu conjunto,

o investimento total previsto reparte-se do seguinte modo:

- 1.027 milhões de euros para modernização e reabilitação dos regadios existentes;
- 30 milhões de euros para reabilitação e segurança das barragens;
- 1.207 milhões de euros para novos regadios.

Se a estes valores adicionarmos 197 milhões de euros previstos pela FENAREG para a realização de investimentos complementares ao nível das explorações agrícolas, o valor global dos investimentos considerados necessários para o regadio em Portugal nas próximas décadas, será da ordem dos 2,5 mil milhões de euros.

Com base na informação relativa às origens do financiamento disponíveis para este efeito, quer no actual, quer no próximo Quadro Comunitário, é de, apenas, 336 milhões de euros a despesa pública disponível, a qual corresponde a:

- 27% das necessidades de investimento identificadas para o curto-médio prazo;
- 14% da totalidade das necessidades em causa.

Esta constatação levou a AGROGES, num estudo recente realizado para a FENAREG, a concluir que "(...) *as verbas actualmente previstas para apoiar os investimentos no Regadio Coletivo são manifestamente insuficientes face às necessidades, e registam uma redução significativa face aos anteriores quadros comunitários, denotando uma tendência de desinvestimento por parte do Governo Português numa área que, como se demonstrou, é estratégica para a competitividade da agricultura nacional, para a coesão social e territorial, para o combate à desertificação e para a adaptação às alterações climáticas.*"



Em minha opinião, a importância estratégica dos recursos hídricos para o futuro da Agricultura e do Mundo Rural Português, deverá implicar um esforço por parte do Governo para mobilizar para estes investimentos os diferentes tipos de fundos disponíveis (Fundo de Coesão e FEDER, PRR, FEADER/BEI e Fundo Ambiental), os quais deverão ser alavancados ou reforçados com recurso a verbas do Orçamento de Estado.

Importa, ainda, sublinhar que os obstáculos criados ao aumento da capacidade de armazenamento de água e à expansão das áreas regadas em geral e dos pequenos regadios privados em particular, têm muitas vezes dependido menos de recursos financeiros disponíveis do que da falta de visão estratégica dos centros de decisão política nacionais.

REFORÇO DAS ORGANIZAÇÕES DE PRODUTORES E DA SUA POSIÇÃO NA CADEIA DE ABASTECIMENTO ALIMENTAR

Um crescimento sustentável do produto agrícola bruto nacional, na próxima década, só será possível se se vier a verificar um aumento significativo da competitividade das explorações agrícolas portuguesas. Em minha opinião, este aumento só se concretizará, por muito favoráveis que sejam os resultados das intervenções públicas anteriormente identificadas, com uma clara melhoria das relações futuras entre os preços agrícolas e não-agrícolas, a qual irá implicar um reforço da posição dos produtores agrícolas na cadeia de abastecimento alimentar.

Em Portugal, são cerca de 259 mil as explorações responsáveis pela produção de produtos agrícolas, parte das quais irão ser transformadas em 11 mil empresas de indústria agroalimentar.

Os bens alimentares assim obtidos vão ser comercializados por cerca de 48 mil empresas ligadas ao sector da distribuição alimentar (grossistas e retalhistas) e por cerca de 76 mil empresas do sector da restauração, e, portanto, vendidos a cerca de 10 milhões de consumidores nacionais.

Trata-se, portanto, de um conjunto de mercados com características oligopolistas e oligopsonistas em que uma produção primária muito atomizada se confronta a jusante na cadeia com um número cada vez menor de agentes económicos que actuam no sector da distribuição alimentar, no qual as 30 empresas com mais de 250 trabalhadores (0,1% do total) geram 45% do VAB do sector.

Neste contexto, os preços dos produtos agrícolas têm estado condicionados a estratégias de distribuição em que os níveis de preços mais baixos nos produtores estão associados com a obtenção de níveis de preços mais baixos nos consumidores.

Para fazer face às imperfeições que caracterizam o processo de formação de preços neste tipo de mercados, foram tomadas em Portugal, desde 2010, várias iniciativas de regulação e autorregulação, das quais importa realçar a criação, em 2011, da Plataforma de Acompanhamento das Relações na Cadeia Alimentar (PARCA) por despacho conjunto dos Ministérios da Agricultura e da Economia (Despacho n.º 15480/2011).

A missão atribuída à PARCA é a de promover a análise das relações entre os sectores da produção, transformação e distribuição dos produtos agrícolas e alimentares, com vista ao fomento da equidade e do equilíbrio na cadeia alimentar, promovendo ao mesmo tempo a competitividade da economia portuguesa, estabelecendo uma concorrência saudável e contribuindo para



o aumento da produção nacional e da autossuficiência do sector alimentar.

Um dos factos mais relevantes no contexto da actividade da PARCA foi a assinatura, em 2016, do Código de Boas Práticas Comerciais para a Cadeia de Abastecimento Agroalimentar, que se aplica às relações comerciais e aos contratos de fornecimento de bens agroalimentares em Portugal e visa, em particular, reforçar a transparência no processo de formação de preços entre as entidades privadas da PARCA.

Não obstante os passos positivos já dados, é consensual que é, ainda, muito escassa a transparência nas relações na cadeia alimentar e, em particular, no processo de formação de preços. Por este motivo, no processo de elaboração do PEPAC, foram identificadas as seguintes principais necessidades de intervenção:

- Promover a organização da produção, através da criação e reforço dos agrupamentos e organizações de produtores;

- Promover a cooperação vertical entre os vários intervenientes na cadeia de abastecimento alimentar, com base na criação e reforço das organizações interprofissionais;
- Promover relações comerciais justas e equilibradas ao longo da cadeia alimentar, através de uma mais eficaz aplicação da legislação relativa às Práticas Comerciais Desleais;
- Promover as cadeias de distribuição curtas e os mercados locais de proximidade, como forma de aproximação dos produtores e dos consumidores.

Um Associativismo Agrícola cada vez mais dinâmico, tecnicamente competente e financeiramente sólido, vai ser, portanto, essencial para que a posição dos produtores agrícolas na cadeia de abastecimento alimentar, contribua para a concretização dos objectivos que presidiram à criação da PARCA e que irão ser decisivos para a promoção da competitividade e sustentabilidade futura dos sistemas de produção agrícola nacionais.



20.

Lista das publicações e comunicações do autor entre 1982 e 2024

Ao longo destas últimas décadas fui autor e co-autor de inúmeros textos que foram sendo publicados sobre a forma de livros, capítulos de livros, artigos e comunicações apresentadas em diferentes reuniões técnico-científicas, sendo que parte destas últimas não chegaram a ser publicadas, cuja lista irei organizar em relação a cada um dos tipos de textos de acordo com os respectivos anos de divulgação.

LIVROS

- Avillez, F. (1984 A). "*Avaliação de Projectos de Desenvolvimento Agrícola e Rural do ponto de vista da Colectividade*". CEEA do IGC, Oeiras, 420 pp.
- Sevinate Pinto, A., Avillez F. et al. (1984 B). "*A Agricultura Portuguesa no Período 1960-80*". Imprensa Nacional Casa da Moeda/ Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, Lisboa, 73 pp.
- Avillez F. et al. (1988 B). "*Análise de Projectos Agrícolas no contexto da Política Agrícola Comum*". Imprensa Nacional Casa da Moeda/ Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, Lisboa, 171 pp.
- Josling T., Avillez, F et al. (1988 B). "*Trade exchange rates and agriculture pricing policies in Portugal*", Word Bank Comparative Studies, Washington, 365 pp.
- Avillez, F. et al. (2004). "*Rendimento e Competitividade Agrícolas em Portugal*". Almedina, Coimbra, 359 pp.
- Avillez, F. (2014). "*A Agricultura Portuguesa. Caminhos para um crescimento sustentável*". Ed. AGROGES, Cascais, 88 pp.
- Avillez, F. (2015). "*A Agricultura Portuguesa*". Fundação Francisco Manuel do Santos, Lisboa, 114 pp.
- Avillez, F. (2016). "*A Agricultura Portuguesa e a Política Agrícola Comum*" (Colectânea de textos publicados entre 1985 e 2016). Ed. AGROGES, Cascais, 381 pp.
- Avillez, F. (2019) "*Viabilidade Económica das Explorações Agrícolas de Portugal Continental*". Edição Comemorativa dos 30 anos da AGROGES, Cascais, 47 pp.
- Avillez, F. (2020). "*A Agricultura Portuguesa. Desafios para o futuro*" (Colectânea de textos publicados entre 2015 e 2020). Ed. AGROGES, Cascais, 359 pp.



Avillez, F. (2024). "A Agricultura Portuguesa. Questão que tenho comigo mesmo" (Colectânea de textos publicados entre 2021 e 2024). Ed. AGROGES, Lisboa (para publicação).

CAPÍTULOS DE LIVROS

Avillez, F. (1985). "A Inflação e a Agricultura Portuguesa no período 1960-80", in Estácio, Fernando (Coord.). "Importância das Políticas Macroeconómicas no comportamento do sector agrícola". CEEA do IGC, Oeiras, pp. 110-149.

Avillez, F. (1986). "Agricultura" in Manuel Silva (Ed). "Portugal Contemporâneo. Problemas e Perspectivas". INA, Oeiras, pp. 197-212.

Avillez, F. e Fraga, J. (1987 A). "Os preços e os rendimentos agrícolas no 1.º ano da Adesão", in Silva, Manuela (Ed.). "A economia portuguesa face à CEE. Balanço de um ano e integração". Livros Horizonte, Lisboa, pp. 17-32.

Avillez, F., Langworthy, M. (1987 B). "Intensive Agriculture in Vale do Tejo", in Pearson, Scott et al. "Portugal agriculture in transition", Cornell University Press, Ithaca and London, pp. 107-123.

Avillez, F., Finam, T., Josling, T. (1991). "Portugal", in Krueger, Anne, et al. (Ed) "The Political Economy of Agricultural Pricing Policy", Vol. 3, World Bank Comparative Studies, Washington, pp. 171-229.

Avillez, F. (1993 A). "Portuguese Agriculture and the Common Agriculture Policy", in Silva Lopes (Ed) "Portugal and EC Membership Evaluated", Printer Publishers, London, pp. 30-50.

Monke, E., Langworthy, M. and Avillez, F. (1993 B). "Structural Change and Small Farms in the European Community", in Monke, Eric et al. "Structural changes and Small-Farm Agriculture in Northwest Portugal", Cornell University Press, Ithaca and London, pp. 7-26.

Avillez, F., Pearson S. and Martins, F. (1993 C). "Public Investment Policies", in Monke, Eric et al. "Structural Change and Small-Farm Agriculture in Northwest Portugal", Cornell University Press, Ithaca and London, pp. 149-174.

Avillez, F., Pearson S. and Marques, M. (1993 D). "Public Subsidy Policies", in Monke, Eric et al. "Structural Change and Small-Farm Agriculture in Northwest Portugal", Cornell University Press, Ithaca and London, pp. 175-192.

Monke, E., Avillez, F. and Pearson S. (1993 E). "Public Subsidy Policies", in Monke, Eric et al. "Structural Change and Small-Farm Agriculture in Northwest Portugal", Cornell University Press, Ithaca and London, pp. 194-208.

Monke, E., Avillez, F. et al (1995). "Public Subsidy Policies", in Pearson, S. et al. "Agricultural Growth in Kenya: Applications of the Policy Analysis Matrix", Cornell University Press, Ithaca and London,

Monke, Eric et al. "Structural Change and Small-Farm Agriculture in Northwest Portugal", Cornell University Press, Ithaca and London, pp. 194-208.

Monke, E., Avillez, F., Pearson S. and Marenco, C. (1998 A). "Evaluations of Small Farm Agriculture", in Monke, Eric et al (Ed). "Small-Farm Agriculture in Southern Europe", Ashgate, pp. 7-30.

Avillez, F. et al (1998 B). "Small Farms in Northern and Central Portugal", in Monke, Eric et al (Ed). "Small-Farm Agriculture in Southern Europe", Ashgate, pp. 31-64.

Avillez, F., Monke, E., Pearson S. and Perone-Pacífico, C. (1998 C). "The Future for Small Farm in Southern Europe", in Monke, Eric et al (Ed). "Small-Farm Agriculture in Southern Europe", Ashgate, pp. 123-146.



Avillez, F. (1999). "A liberalização dos mercados e o futuro das agriculturas da União Europeia de Portugal", in "A Agricultura Portuguesa, a Água e o Ambiente", LNEC, Lisboa, pp. 61-74.

Avillez, F. (2001). "O Futuro da Política Agrícola Comum" in "Agricultura, economia e sociedade", IFADAP, Lisboa, pp.99-112.

Avillez, F. (2002), "A Agricultura: Evolução recente, Situação actual e Perspectivas futuras", in Monjardino, Carlos (Org). "Contributos para uma política construtiva". Ancora Editora, Lisboa, pp.65-88.

Avillez, F. (2004), "A Agricultura da UE e o Alargamento", in Fontoura et al (Org). "O alargamento da União Europeia. Consequências para a economia portuguesa", Celta Editora, Lisboa.

Avillez, F. e Nina Jorge, M. (2005), "Algumas reflexões sobre a racionalidade das Políticas de Emparcelamento da Propriedade Rústica", in Oliveira Baptista, Fernando (Org). "Terra e Território", Celta Editora, Lisboa, pp. 143-158.

Avillez, F. (2006), "Agricultura Portuguesa: Balanço de duas décadas de Integração Europeia", in Romão, António (Org.), "Economia portuguesa 20 anos após a adesão", Almedina, pp. 133-166.

Avillez, F. (2010). "Multifuncionalidade e Inovação na Agricultura", in Sabino Herédia, José Manuel et al (Coord). "Innovation y conocimiento". Marcial Pons, Lisboa, pp 61-70.

Avillez, F. (2013). "Autossuficiência alimentar: Mitos e realidades", in Lima Santo, J. M. (Org), "O Futuro da Alimentação: Ambiente, Saúde e Economia", FCG, pp. 112-122.

Avillez, F. (2017). "30 Anos de Adesão à Comunidade Europeia – O Dossier da Agricultura", in Cunha, Alice et al, "Os Capítulos da Adesão", Assembleia da República, Lisboa, pp. 279-300.

Avillez, F. (2018). "Obrigado Fernando, em nome da Economia Rural em Portugal", in Canadas, Maria João et al (Coord) "Racionalidades e Dinâmicas em espaço rural", ISA Press, Lisboa, pp. 73-76.

Avillez, F., Mansinho, M. I. et al (2018). "Evolução da Agricultura Portuguesa no contexto da Política Agrícola Comum: de 1986 aos nossos dias", in Maria Inês Mansinho (Coord). "A empresa Agrícola. Das folhas do feitor à gestão ambiental", ICS, Lisboa, pp. 91-112.

Avillez, F. (2019), "A Água e a Agricultura em Portugal", in "Desafios da Água na Sociedade Portuguesa", Conselho Económico e Social, Lisboa, pp. 79-88.

Avillez, F. (2022). "Competitividade e crescimento agrícolas em Portugal nas últimas décadas e desafios para o futuro". in AVILLEZ, Francisco et al. "71 vezes pela competitividade: é obrigatório crescer". ISCTE, Lisboa, Oficina do Livro, pp. 196 -207.

Avillez, F. (2022) – "A agricultura portuguesa: caminhos para um crescimento sustentável". in Beleza, Á. e Mateus, A. (Coordenação). "Como duplicar o PIB em 20 anos: um Portugal mais próspero, mais justo e mais democrático". SEDES, Almedina, Lisboa, pp. 345 a 363.

ARTIGOS

"A Economia do Sector Agrícola. Análise da Evolução 76-80" in estudos de Economia, Instituto Damião de Gois, Lisboa, 1982.

"Desenvolvimento Agrícola pelo Regadio – Política Agrícola, Adesão à CEE e Desenvolvimento do Regadio", Lisboa, Recursos Hídricos, 1984, Vol. 5 n.º 3.



"A Agricultura Portuguesa no Limiar da Adesão à CEE", Madrid, Pensamiento Ibero-Americano. Revista de Economía Política, n.º 8, 1985.

"Sources of Funds for Agricultural Investment in Portugal" (em colaboração com Scott Pearson e Eric Monke), Stanford, Food Research Institute Studies, Vol. XIX, n.º 3, 1985.

"Fontes de Financiamento do Investimento Agrícola em Portugal" (em colaboração com Scott Pearson e Eric Monke), Lisboa, Economia, Vol. IX, n.º 2, 1985.

"Portugal on the Brink of Europe: The CAP and Portuguese Agriculture" (em colaboração com Eric Monke et. al.), London, Journal of Agricultural Economics, Vol. XXXVIII, n.º 3, 1986.

"A Competitividade da Beterraba Sacarina no contexto da Agricultura dos Vales do Tejo e Sorraia", Lisboa, Revista de Ciências Agrárias, Vol. X, n.º 3, 1987.

"La Produccion Agrícola del Regadio en Portugal: Situation Actual y Évolution Previsible", Madrid, Revista de Estudios Agro-Sociales, n.º 143, 1988.

"Principais Implicações para os Produtores do Leite do Noroeste da Entrada de Portugal na CEE" (em colaboração com Pedro Henriques, Richard Meyer e Norman Rask), Lisboa, Economia, Vol. XIII, n.º 2, 1989.

"Avaliação de Projectos Hidroagrícolas no contexto da Política Agrícola Comum" (em colaboração com José Costa Gomes e Adelina Andrade), Lisboa, Recursos Hídricos, Vol. 11, n.º 1,2 e 3, 1990.

"Reforma da Política Agrícola Comum: As Alternativas" (em colaboração com Fernando Gomes da Silva), Lisboa, O Economista – Anuário da Economia Portuguesa, n.º 4, 1991.

"Consolidation Policies and Small-Farm Agriculture in Northwest Portugal" (em colaboração com Eric Monke e Manuela Ferro), London, European Review of Agricultural Economics, 1992.

"Impacto dos Fundos Estruturais na Agricultura Portuguesa" in Portugal e a Integração Europeia: Balanço e Perspectivas. Análise Social n. 118-119, Vol. XXVII, 1992.

"Policies Affecting Current Agricultural Incentives" (em colaboração com Eric Monke et al.) in Agricultural Growth in Kenia: Applications of the Policy Analysis Matrix, Cornell University Press, Ithaca and London. 1995.

"A Agricultura Portuguesa no Limiar da Adesão a CEE", in "A Agricultura Portuguesa no Limiar da Adesão a CEE". Pensamiento Iberoamericano – Revista de Economía Política, n.º 8. 1985.

"Reforma da Política Agrícola Comum: As Alternativas", in O Economista, n.º 4. 1991.

"Impacto dos fundos estruturais na agricultura portuguesa", in Análise Social, vol. XXVII. 1992.

"A Nova PAC e a Transformação da Agricultura Portuguesa" in I Congresso Nacional dos Economistas Agrícolas. Lisboa. 1996.

"A evolução da PAC e o Futuro da Agricultura Portuguesa", in O Economista, n.º 9. 1996.

"Evolução recente do sector agrícola", in O Economista, n.º 10. 1997.

"A Agricultura Portuguesa face à Agenda 2000", in Documento de Trabalho n.º 12. Departamento de Economia e Sociologia Rural do Instituto Superior de Agronomia. 1997.

"As Agriculturas Mediterrânicas face ao futuro da PAC", in O Economista, n.º 11. 1998.

"Ganhos da Agricultura Portuguesa no contexto da UE", in O Economista, n.º 12. 1999.

"Que futuro para a política agrícola comum?", in O Economista, n.º 13. 2000.

"A propostas de reforma da PAC", in O Economista, n.º 14. 2001.

"Evolução dos rendimentos dos produtores agrícolas", in O Economista, n.º 15. 2002.



"A reforma da PAC", in O Economista, n.º 16. 2003.

"O Futuro da Agricultura em Portugal", in O Economista, n.º 17. 2004.

"Oportunidades de reconversão para a Agricultura Portuguesa", in O Economista, n.º 18. 2005.

"Que futuro para a agricultura em Portugal?", in O Economista, n.º 19. 2006.

"A Agricultura Portuguesa: 20 Anos de Integração Europeia", in O Economista, n.º 20. 2007.

"A Política Agrícola Comum: Lições do Passado e Opções futuras", in O Economista, n.º 21. 2009.

"A Política Agrícola Comum pós-2013", in O Economista, n.º 22. 2010.

"A Agricultura Portuguesa e a PAC pós-2013", in O Economista, n.º 23. 2011.

"A viabilidade económica das explorações agrícolas portuguesas: passado recente e perspectivas futuras", in O Economista, n.º 24. 2012.

"A PAC no horizonte 2020: algumas reflexões sobre a aplicação futura dos pagamentos ligados à produção", in O Economista, n.º 25. 2013.

"A Agricultura e o Crescimento da Economia Nacional", in O Economista, n.º 26. 2014.

"O crescimento da agricultura portuguesa nas duas últimas décadas". Documento de reflexão interno da AGROGES, não publicado. 2015.

"A importância de uma gestão sustentável do solo para o crescimento da agricultura portuguesa" (em colaboração com Mário de Carvalho), in Cultivar – Cadernos de Análise e Prospetiva e Prospetiva n.º 2. Novembro 2015.

"Está na altura de começarmos a debater a PAC pós 2020", in Especial Opinião – Notícias AGROGES, n.º 11. 2016.

"Os pagamentos directos aos produtores na PAC após 2020: um debate difícil mas inevitável", in www.agroges.pt. 2016.

"Produtividade, crescimento e rendimento agrícolas em Portugal na última década", texto não publicado, elaborado no contexto da preparação de trabalhos de consultoria da AGROGES. Maio 2017.

"Produtividade, crescimento e rendimento agrícolas em Portugal na última década". Texto não publicado, elaborado no contexto da preparação de trabalhos de consultoria da AGROGES. Maio 2017.

"Exportações e crescimento económico do sector agroalimentar nacional na última década", in Anuário da Economia Portuguesa. 2018.

"A agricultura portuguesa teve em 2019 um dos quatro resultados económicos mais favoráveis da última década", in Agroportal, Janeiro 2020.

"O Acordo de Paris, a neutralidade carbónica e a bioeconomia" (em colaboração com Sandra Martinho, da Lasting Values), in Cultivar – Cadernos de Análise e Prospetiva e Prospetiva n.º 15, Março 2019.

"O futuro da alimentação", in www.agroges.pt. Junho 2019.

"O crescimento económico do sector agroalimentar nacional: duas questões relevantes", in Agroportal e www.agroges.pt. Julho 2017.

"A Neutralidade Carbónica: Desafios para o Sector Agrícola Português" (em colaboração com João Maria Carvalho e Gonçalo Vale), in Agroportal e www.agroges.pt. Julho 2019.

"A Neutralidade Carbónica: Desafios para o Sector Florestal Português" (em colaboração com Nélia Aires), in www.agroges.pt. Setembro 2019.

"Viabilidade económica das explorações agrícolas de Portugal Continental" (em colaboração com Manuela Nina Jorge e Gonçalo Vale), in Agroportal e www.agroges.pt. Outubro 2019.



"A Água e a Agricultura em Portugal", in "Desafios da água na sociedade Portuguesa". Conselho Económico e Social. 2019.

"Será que a agricultura portuguesa está a crescer de uma forma sólida e sustentável?" in Anuário da Economia Portuguesa. 2019.

"As políticas de apoio à produção e ao rendimento numa PAC em contínua mudança", Comunicação apresentada na sessão comemorativa dos trinta anos da AGROGES. Dezembro 2019.

"A Agricultura Portuguesa e a Reforma da PAC: desafios para o período após 2020", in Agroportal e www.agroges.pt. 2019.

"Reflexão crítica sobre os critérios de selecção de investimentos nas explorações agrícolas e na comercialização e transformação de produtos agrícolas: o PDR 2020 e o Portugal 2020" in Agroportal e www.agroges.pt. 2019.

"A reforma da PAC: Proposta de um novo sistema de pagamentos ligados à produção agrícola em Portugal" in www.agroges.pt. Abril 2020.

"Uma Nova Arquitectura Verde para a Agricultura Portuguesa", texto não publicado elaborado no contexto da preparação de trabalhos de consultoria. Novembro 2020.

"A neutralidade carbónica e a PAC pós-2020", in Agroportal e www.agroges.pt. Fevereiro 2020.

"Uma Reforma da PAC em tempo de pandemia", in Anuário da Economia Portuguesa. Setembro 2020.

"Análise do impacto potencial da PAC pós-2020 sobre os resultados económicos das explorações agrícolas de Portugal Continental" (em colaboração com Manuela Nina Jorge e Gonçalo Vale), in www.agroges.pt. Outubro 2020.

"Apesar de nunca ter parado, a agricultura portuguesa sofreu em 2020 uma quebra significativa no seu produto agrícola bruto", in www.agroportal.pt e www.agroges.pt. Janeiro 2021.

"A agricultura biológica: mitos e realidade", in Agroportal, Julho 2021.

"Será que se justifica o elevado grau de prioridade atribuído à agricultura biológica no contexto do PEPAC?", in Agroportal, Julho 2021.

"Sistemas agroflorestais de Portugal Continental" (em colaboração com Miguel Vieira Lopes e Gonçalo Vale), in Revista Cultivar, GPP. n.º 21, Dezembro 2021.

"No conjunto dos dois anos em pandemia, a agricultura portuguesa teve um comportamento económico muito positivo", in Agroportal e www.agroges.pt. Fevereiro 2022.

"A agricultura portuguesa: como promover a sua sustentabilidade climática e ambiental", in Revista Indústria e Ambiente, n.º 137, Novembro/Dezembro 2022.

"O poder de compra médio dos agricultores portugueses teve uma queda muito significativa em 2022", in Agroportal e www.agroges.pt. Janeiro 2023.

"Apoios directos ao rendimento dos produtores de leite de bovinos no contexto do PEPAC" (em colaboração com Gonçalo Vale), in www.agroges.pt. Fevereiro 2023.

"As explorações agrícolas do Sul de Portugal Continental foram aquelas que melhor desempenho económico tiveram na última década" (em colaboração com Manuela Nina Jorge), in www.agroportal.pt e www.agroges.pt. Julho 2023.

"Foi durante os anos da Troika que as explorações agrícolas portuguesas tiveram o melhor desempenho económico nas últimas três décadas" (em colaboração com Manuela Nina Jorge), in Agroportal e www.agroges.pt. Setembro 2023.



"Análise do impacto do PEPAC sobre os apoios directos aos rendimentos dos produtores de milho grão em Portugal Continental" (em colaboração com Gonçalo Vale), in Revista AGROTEJO, GPP. n.º 33, Novembro 2023.

"Análise do impacto do PEPAC sobre os apoios directos aos rendimentos dos produtores de cereais de Outono/Inverno em Portugal Continental" (em colaboração com Gonçalo Vale), in Agroportal e www.agroges.pt. Outubro 2023.

"Análise do impacto do PEPAC sobre os apoios directos aos rendimentos dos produtores de bovinos de carne em Portugal Continental" (em colaboração com Gonçalo Vale), in www.agroges.pt. Outubro 2023.

"O crescimento da produção vegetal foi um dos principais factores determinantes do melhor desempenho económico do sector agrícola português na última década" (em colaboração com Manuela Nina Jorge), in Agroportal e www.agroges.pt. Março 2024.

"A evolução económica da agricultura portuguesa nas últimas seis décadas", in www.agroges.pt. Maio 2024.

COMUNICAÇÕES PUBLICADAS

Gonçalves Ferreira, A. A. e Avillez, F. (1970). "11 anos de vida de uma obra de rega: sua evolução para Obra de Fomento Hidroagrícola" in colóquio sobre o Desenvolvimento da Bacia Hidrográfica do Tejo, Santarém.

"Aspectos Estruturais do Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa" (em colaboração com Luis Albuquerque) in Conference on Portugal on The Brink of Europe, Oeiras, PROCALFER, 1983, pp. 160-180.

"Política Agrícola" (em colaboração com Fernando Gomes da Silva et al) in Conferência sobre Políticas de Desenvolvimento Económico e Social, Lisboa, IED, 1985, pp. 351-398.

"Evolução dos Rendimentos dos Agricultores Portugueses no Período 1976-84. Perspectivas da Evolução no Contexto da PAC" in I Congresso da Agricultura Portuguesa, Aveiro, CAP, 1987, pp. 16-30.

"Portuguese Agriculture and the New CAP" in International Workshop on EEC Enlargement: Another Step Towards the End of Traditional CAP, editado por Fernando Brito Soares, Lisboa, Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, 1987, pp. 39-46.

"Perspectivas de Evolução da Agricultura e Prioridades no Âmbito da Investigação Agrária em Portugal" in Primeiras Jornadas de Ciência e Tecnologia em Agricultura, Lisboa, JNICT, 1988, pp. 11-20.

"Os Sistemas de Agricultura Portugueses Face à Nova PAC" in Jornadas de Reflexão sobre A Agricultura Portuguesa na Plena Adesão à CEE, Lisboa, Grupo Parlamentar do Partido Popular Europeu, 1988, pp. 33-41.

"Situação Actual e Competitividade Futura das Explorações Agrícolas Portuguesas" (em colaboração com Ana Carrilho) in Seminar on EEC Agricultural Markets and Policy, Évora, 1988, pp. 19.1-19.30.

"Perspectivas de Evolução dos Preços Agrícolas Portugueses na Próxima Década e Suas Principais Consequências" (em colaboração com Ana Carrilho e Adelina Andrade), Évora, in 1.º Colóquio Hispano-Português de Estudos Rurais, 1991, pp. 21.

"Perspectivas de Evolução da Agricultura Portuguesa no Noroeste de Portugal na Próxima Década" (em colaboração com Manuela Ferro et. al., Évora, in 1.º Colóquio Hispano-Português de Estudos Rurais, 1991, pp. 31.



COMUNICAÇÕES NÃO PUBLICADAS

- "A Evolução da Agricultura Portuguesa nas últimas décadas. Uma perspectiva económica" in Seminário sobre Agricultura Portuguesa, ISA, Lisboa, 1984.
- "A Evolução da Agricultura Portuguesa nas Últimas Décadas. Uma Perspectiva Económica" (em colaboração com Fernando Estácio e António Monteiro Alves), in Seminário A Agricultura Portuguesa, ISA, Lisboa, 1984.
- "Introdução à Análise de Sistemas de Agricultura do Vale do Tejo" in Seminário A Agricultura Portuguesa, ISA, Lisboa, 1984.
- "Estratégias Alternativas de Desenvolvimento Agrícola em Portugal" in Simpósio Agricultura e o Desenvolvimento Económico, Estação Agronómica Nacional, Oeiras, 1986.
- "Produção Agrícola Actual do Regadio em Portugal e suas Perspectivas de Evolução Futura" in Seminário Regadio en los Países Mediterráneos de la CEE, Zaragoza, 1987.
- "A Adesão de Portugal à CEE e o Desenvolvimento do Regadio em Zonas de Carência Hídrica", in Jornadas sobre a Água como Factor de Desenvolvimento em Zonas de Carência Hídrica, UTL, Lisboa, 1987.
- "O Regadio Alentejano: Situação Actual e Perspectivas de Evolução no Contexto da PAC" (em colaboração com Manuel Guerra e Margarida C. Fernandes) in 1.º Jornadas de Desenvolvimento Agrícola Regional, Elvas, 1988.
- "A Competitividade do Sector do Concentrado de Tomate no Contexto da Política Agrícola Comum" (em colaboração com Fernando Magalhães et al.) in Colóquio das Agro-Industriais no âmbito da Adesão de Portugal à CEE, AIP, Lisboa, 1988.
- "Implications for Small Farmers of Portugal's Entry into the EC" (em colaboração com Richard Meyer et al.) Paper presented at the Poster Session of the XX International Conference of Economists, Buenos Aires, 1988.
- "Land Market Policies and Structural Change in Small-Farm Agriculture: The Case of Northwest Portugal" (em colaboração com Eric Monke e Manuela Ferro), Paper presented at the Poster Session of the XX International Conference of Agricultural Economists, Buenos Aires, 1988.
- "Agricultura Subsidiada versus Agricultura não Subsidiada" in 2.º Congresso da Agricultura Portuguesa, CAP, Lisboa, 1989.
- "Situação e Perspectivas da Agricultura Portuguesa. Balanço de Três Anos de Adesão às Comunidades Europeias" in Reunião do Comité Central de la Confédération International du Crédit Agricole, Lisboa, 1989.
- "A Agricultura Portuguesa. Balanço de três Anos de Adesão à CEE" in II Encontro Nacional de Economistas Agrários, Évora, 1989.
- "OCM dos Cereais: Balanço de Três Anos de Adesão à CEE" (em colaboração com Ana Carrilho) in II Encontro Nacional dos Economistas Agrários, Évora, 1989.
- "Algumas Questões Metodológicas Relacionadas com a Avaliação de Projectos Hidroagrícolas no Contexto da Política Agrícola Comum" (em colaboração com José Costa Gomes e Adelina Andrade) in V Jornadas Técnicas da APRH, Lisboa, 1990.
- "Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa. Posicionamento Estratégico" in Seminário sobre Desenvolvimento Rural e Agrícola, Viseu, 1990.



- "A Agricultura Portuguesa e a Reforma da PAC", in Jornadas sobre Apoios ao Desenvolvimento Agrícola, Mirandela, 1990.
- "A Horticultura Ibérica Face ao Mercado único de 1993" in Congresso Ibérico de Ciências Hortícolas, Lisboa, 1990.
- "As Negociações da 2.ª Etapa de Integração Europeia, numa Perspectiva Global de Evolução da Agricultura Portuguesa". in Encontro Nacional de Agricultores, Santarém, 1990.
- "Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa. O caso dos Açores" in Jornadas de Apresentação do PROAGRI-Açores, S. Miguel, 1990.
- "A PAC, os Cenários da sua Possível Evolução e o Impacto na Agricultura Portuguesa", in Jornadas Técnicas de DRA do Alentejo, Évora, 1991.
- "O Sector dos Cereais e a Reforma da PAC" in Dia do Agricultor, Estação de Melhoramento de Plantas, Elvas, 1991.
- "Reforma da PAC e a Agricultura Português: Consequências e Possíveis Alternativas" Colóquio sobre a Reforma da Política Agrícola Comum e Consequências na Agricultura Portuguesa, Feira Nacional de Agricultura, Santarém, 1991.
- "O Futuro da Produção do Leite Face à Reforma da PAC e às Negociações do GATT" in Jornadas do Leite, Agrovouga 91, Aveiro, 1991.
- "A Avicultura Portuguesa Face à Reforma da PAC e às Negociações do GATT" in III Seminário da FEPASA, Lisboa, 1991.
- "A Produção de Milho e a Reforma da PAC" in I Colóquio Nacional do Milho, Santarém, 1991.
- "Futuro da Indústria de Alimentos Compostos em Portugal Face à Reforma da PAC" in 3.º Encontro Nacional da Indústria de Alimentos Compostos para Animais, Lisboa, 1992.
- "A Reforma da PAC e as Negociações do GATT" in III Congresso da Agricultura Portuguesa, Santarém, 1992.
- "O Milho e a Reforma da PAC" in Feira Nacional do Milho, Braga, 1992.
- "A Reforma da PAC e as suas repercussões no Algarve" in Seminário sobre Política Agrícola e Desenvolvimento Rural do Algarve, Loulé, 1992.
- "Consequências de Reforma da PAC na Pecuária Extensiva" in Seminário sobre as Perspectivas para a Pecuária Extensiva, Évora, 1992.
- "O futuro da agricultura em Portugal", ING, Lisboa, Janeiro 2006.
- "Importância Estratégica da Produção de Bioetanol em Portugal", in IV Congresso Nacional do Milho, Elvas, Fevereiro 2006.
- "Impacto do modelo económico-financeiro da nova Lei da Água sobre a Agricultura de Regadio", in 3.ª Sessão do Ciclo de Debates sobre a Directiva-Quadro da Água da APRH sobre a Gestão Sustentável de Recursos Hídricos: Instrumentos Económicos e Financeiros, Universidade Atlântica, Barcarena, Fevereiro 2006.
- "Importância estratégica da produção de biocombustíveis em Portugal", in Seminário Internacional Novas Energias, Castelo Branco, Abril 2006.
- "Que futuro da agricultura em Portugal?", Viseu, Maio 2006.
- "O futuro da fileira do tomate em Portugal", Mora, Junho 2006.
- "A Sustentabilidade do Mundo Rural", in I Encontro Nacional dos Engenheiros Técnicos Agrários, Santarém, Junho 2006.



"Que futuro para a Agricultura e o Mundo Rural?", ISEG, Lisboa, Junho 2006.

"Análise da rentabilidade do investimento numa Unidade de Produção de Bioetanol a partir de Milho", Julho 2006.

"Indústria do Biotenol", in Conferência – Biocombustíveis: uma solução de futuro, Lisboa, Outubro 2006.

"Oportunidades futuras para a Agricultura em Portugal", in II Forum Empresarial das Mulheres Portuguesas sobre "Empreendedorismo e Inovação"; Lisboa, Outubro 2006.

Sopir – Formação, Luanda, Outubro 2006

"A Agricultura portuguesa: Balanço de duas décadas de integração europeia", ISEG, Lisboa, Outubro 2006.

"O futuro do Bioetanol em Portugal: O projecto ProBEP", Lisboa, Novembro 2006.

"O futuro da agricultura em Portugal", Faculdade de Medicina Veterinária, Lisboa, 2006.

"Que futuro para agricultura em Portugal?", Instituto de Estudos Superiores Militares, Lisboa, Fevereiro 2007.

"Factores determinantes da rentabilidade da Produção de Bioetanol em Portugal", in V Congresso Nacional do Milho, Lisboa, Fevereiro 2007.

"O futuro da agricultura de regadio em Portugal", CNA, Lisboa, Abril 2007.

"Que futuro para agricultura em Portugal?", Instituto de Defesa Nacional, Lisboa, Março 2007.

"Bioetanol: Situação actual e perspectivas futuras", ISA, Lisboa, Maio 2007.

"A agricultura portuguesa: uma visão estratégica", in Conferências do Belcanto, Lisboa, Maio 2007.

"Perspectivas económicas futuras das culturas agrícolas em Portugal", ISA, Lisboa, Maio 2007.

"O futuro da produção de biocombustíveis líquidos em Portugal", in Conferência Energias Renováveis em Portugal e Espanha, Lisboa, Maio 2007.

"O futuro da produção de biocombustíveis líquidos em Portugal", in Seminário Energias Renováveis, Ponte de Lima, Maio 2007.

"Que futuro para agricultura em Portugal?", OVIBEJA, Maio 2007.

"Que futuro para agricultura em Portugal?", SCAP, Maio 2007.

"Agricultura portuguesa: uma visão estratégica", Faculdade de Medicina Veterinária, Lisboa, Junho 2007.

"Factores determinantes da rentabilidade da Produção de Bioetanol em Portugal a partir de matérias primas nacionais", in Seminário sobre Biocombustíveis Líquidos e as oportunidades para a agricultura nacional, Santarém, Junho 2007.

"O futuro da agricultura de regadio em Portugal", in Colóquio – Culturas energéticas e de regadio", SANTIAGRO, Junho 2007.

"O impacto sobre a agricultura da UE da obrigatoriedade de incorporação de 10% de biocombustível até 2020", in Seminários DEF/CEABN, ISA, Lisboa, Outubro 2007.

"Bioetanol: Oportunidades e ameaças", ExpoEnergia, Novembro 2007.

"Bioetanol: Forças e Fraquezas", in VI Congresso Nacional do Milho, Lisboa, Fevereiro 2008.

"Bioetanol: uma aposta com futuro?", in Conferência do Agro-Manual, Lisboa, Março 2008.

"Que futuro para o Bioetanol em Portugal", in II Conferência Bioenergia, Lisboa, Março 2008.

"Bioenergia e Segurança Alimentar", ISA, Lisboa, Maio 2008.

"Políticas rurais e o ciclo de incêndios em Portugal – passado e futuro", Lisboa, Junho 2008.

"Agricultura, Alimentação, Bioenergia e Ambiente", in 1.º Encontro Luso-Angolano em Economia, Sociologia e Desenvolvimento Rural, Évora, Outubro 2008.



"Sustentabilidade da produção de bioetanol em Portugal", in 1.ª Conferência sobre Oportunidades de Negócio, Gestão, Financiamento e Desenvolvimento de investimentos, Lisboa, Outubro 2008.

"Políticas rurais e o ciclo de incêndios em Portugal – passado e futuro", Marvão, Dezembro 2008.

"Preços agrícolas mundiais: que futuro?", Cascais, Dezembro 2008.

"Cenários da evolução futura da agricultura em Portugal", in Congresso – estratégias para as novas Agriculturas, Agrotec, Março 2009.

"A agricultura portuguesa e a reforma da PAC", in Seminário CAP, Lisboa, Março 2009.

"Competitividade dos sistemas de produção da carne de bovinos com base em pastagens e rendimento dos respectivos produtores", in XXX Reunião de Primavera da Sociedade Portuguesa de Pastagens e Forragens, Algarve, Abril 2009.

"A agricultura portuguesa: Passado recente e perspectivas futuras", Abril 2009.

"Análise económica da utilização da água para rega", Évora, Junho 2009.

"As Políticas Públicas de Apoio à Agricultura na UE: Que Futuro após 2013?", in debate sobre a PAC após 2013, realizado no âmbito das comemorações dos 20 anos da AGROGES, Sociedade de Estudos e Projectos; Cascais, Janeiro 2010.

"A fruticultura em Portugal: situação actual e perspectivas futuras", in II Simpósio Nacional de Fruticultores, Castelo Branco, Fevereiro 2010.

"A agricultura de regadio e as alterações climáticas", in III Congresso Nacional de Rega e Drenagem, Beja, Maio 2010.

"Estratégia Nacional de Adaptação aos impactos das alterações climáticas relacionados com os recursos hídricos (ENAAC-RH) – Sectores da Agricultura e Florestas", ARH Alentejo, Évora, Maio 2010.

"Agricultura portuguesa e a PAC: Lições do passado e perspectivas futuras", Maio 2010.

"O desenvolvimento rural e o futuro da PAC", Oeiras, Maio 2010.

"A PAC pós-2013", in Agroglobal, Valada, Setembro 2010.

"A fruticultura portuguesa no contexto da reforma da PAC pós-2013", in I Jornada da Caixa Agrícola do Cadaval, Cadaval, Outubro 2010.

"A PAC: que futuro?", in Colóquio Agricultura e Território: o debate sobre o futuro da PAC e a situação portuguesa, Lisboa, Novembro 2010.

"As Explorações Produtoras de Carne de Bovinos no contexto da PAC pós-2013", para a PFIZER, Saúde Animal, Torres Vedras, Dezembro 2010.

"As Explorações Produtoras de Leite de Bovinos no contexto da PAC pós-2013", para a PFIZER, Saúde Animal, Évora, Dezembro 2010.

"Cenários alternativos para a PAC pós-2013 e respectivos impactos sobre as explorações agrícolas portuguesas", in Apresentação Interna – AGROGES, Cascais, Fevereiro 2011.

"A Reforma da PAC pós 2013", in Assembleia Geral da Anpifert, Cascais, Março 2011.

"A agricultura portuguesa no contexto da PAC pós-2013", in IX Jornadas Agrícolas: A reforma da PAC, Portal da Rota da Vinha e do Vinho, Alenquer, Março 2011.

"A PAC pós-2013 e o sector da pecuária extensiva em Portugal Continental", Pfizer – Saúde Animal, Évora, Abril 2011.

"Políticas públicas, agricultura, alimentação e ambiente: a PAC pós-2013", in II Congresso Ibero-Americano de Nutrição, Lisboa, Maio 2011.



"A PAC pós-2013 e o sector pecuário em Portugal Continental", Faculdade de Medicina Veterinária, Lisboa, Maio 2011.

"Sustentabilidade ambiental e viabilidade económica da cultura da vinha: Instrumentos de medida e matriz de decisão", Porto, Junho 2011.

"A PAC pós-2013 e o sector da pecuária extensiva em Portugal Continental", Pfizer – Saúde Animal, Estremoz, Julho 2011.

"A PAC pós 2013", in Workshop O novo Quadro da PAC pós-2013: impactos na produção de matérias-primas para a indústria agroalimentar, Salvaterra de Magos, Julho 2011.

"A PAC pós-2013 e o sector da pecuária extensiva em Portugal Continental", Pfizer – Saúde Animal, Castro Verde, Outubro 2011.

"O caso do olival", in Workshop O novo Quadro da PAC pós-2013: impactos na produção de matérias-primas para a indústria agroalimentar, Abrantes, Outubro 2011.

"Os casos do arroz e do tomate para indústria", in Workshop O novo Quadro da PAC pós-2013: impactos na produção de matérias-primas para a indústria agroalimentar, Coruche, Novembro 2011.

"Cenários alternativos no contexto dos Pagamentos Directos aos Produtores (PDP) do 1.º Pilar da PAC pós-2013", CAP, Lisboa, Novembro 2011.

"A PAC pós-2013 e a agricultura biológica em Portugal", in Conferência Política Nacional para a Agricultura Biológica: Para quando?, Lisboa, Novembro 2011.

"A PAC no horizonte 2020: Principais impactos sobre as explorações agrícolas de Portugal Continental", SCAP, Janeiro 2012.

"Cenários de continuidade e mudança para os sectores da produção vegetal e animal", CECAC, Fevereiro 2012.

"A PAC pós-2013: Desafios par o sector do arroz", Figueira da Foz, Fevereiro 2012.

"A PAC pós-2013: perspectivas para o sector pecuário extensivo", Pfizer – Saúde Animal, Évora, Março 2012.

"A PAC no horizonte 2020: Principais impactos sobre as explorações agrícolas de Portugal Continental", in Assembleia Geral da Anpifert, Cascais, Março 2012.

"Água, segurança alimentar e agricultura", in Dia Mundial da Água, Lisboa, Março 2012.

"A PAC pós-2013: impactos na estrutura produtiva agrícola nacional", SIAG, Santarém, Março 2012.

"Competitividade e rendimento agrícolas em Portugal: evolução recente e perspectivas futuras", in I Congresso INOVCLUSTER, Castelo Branco, Abril 2012.

"Que agricultura na UE-27 pós-2013?", in Seminário Agricultura sustentável e desenvolvimento local, Loures, Abril 2012.

"A PAC no horizonte 2020: Principais características e impactos no sector da pecuária em Portugal Continental", Terceira, Açores, Junho 2012.

"Autossuficiência Alimentar: mitos e realidades", in Ciclo de Conferências Gulbenkian/Público – O futuro da alimentação, ambiente, saúde e economia, FCG, Lisboa, Junho 2012.

"O impacto da nova PAC sobre a agricultura da Região de Alcobaca", in Seminário Cooperativismo e desenvolvimento rural, Alcobaca, Junho 2012.

"A olivicultura portuguesa e a PAC pós-2013", in Encontro Nacional do Sector do Azeite, Ferreira do Alentejo, Setembro 2012.



"A pecuária em Portugal no Horizonte 2020", in VII Congresso Ibérico de Recursos Genéticos Animais, Évora, Setembro 2012.

"A PAC pós-2013 e o sector da pecuária extensiva em Portugal Continental", Pfizer – Saúde Animal, Arronches, Setembro 2012.

"A agricultura: caminhos para o crescimento", in Conferência ACL, Novembro 2012.

"A PAC pós-2013 – Áreas potencialmente elegíveis e suas implicações nas decisões nacionais", in Seminário CAP, Novembro 2012.

"A PAC no horizonte 2020", Cascais, Dezembro 2012.

"A PAC no horizonte 2020: potenciais impactos sobre a pecuária em Portugal", Évora, Março 2013.

"A agricultura portuguesa: caminhos para um desenvolvimento sustentável", Benavente, Abril 2013.

"Promoção da actividade resinera em Portugal no âmbito da PAC pós-2013", Simpósio SUSTFORT; Abril 2013.

"As políticas agrícolas em Portugal no período 2014-2020", XV Jornadas APB, Ílhavo, Maio 2013.

"Impacto da reforma da PAC pós-2013 sobre o rendimento das explorações agrícolas de Portugal Continental", Julho 2013.

"A agricultura portuguesa: caminhos para um crescimento sustentável", Outubro 2013.

"Papel da agricultura portuguesa no combate à crise global: a problemática da segurança alimentar", ESADR, Évora, Outubro 2013.

"Impacto da PAC pós-2013 sobre os produtores de tomate para indústria", Observatório Fileira do tomate, Novembro 2013.

"A parceria transatlântica para o comércio e o investimento (PTCI) do ponto de vista da agricultura", Observatório Fileira do tomate, Novembro 2013.

"Impacto do futuro sistema de pagamentos directos aos produtores sobre as explorações agrícolas de Portugal Continental", Lisboa, Dezembro 2013.

"Segurança alimentar, agricultura e ambiente" Lisboa, Dezembro 2013.

"A produção de frutas e hortícolas no contexto da PAC pós-2013", Lisboa, Janeiro 2014.

"Os pagamentos directos aos produtores: principais elementos", in Assembleia Geral da Anpifert, Cascais, Março 2014.

"A PAC no Horizonte 2014-2020: Os pagamentos directos aos produtores", Chamusca, Junho 2014.

"Definir cenários para análise da rendabilidade agrícola", in Fórum AgroIn, Estoril, Abril 2014.

"A reforma da PAC 2014-2020"; Ferreira do Alentejo, Junho 2014.

"O sector agroalimentar e florestal (SAAF) em Portugal: passado recente e perspectivas futuras", in I Conferência Anual da Rede AGRO-ULisboa, Lisboa, Outubro 2014.

"A política Europeia e o futuro sustentável da agricultura portuguesa", AESE, Novembro 2014.

"A agricultura portuguesa: caminhos para um crescimento sustentável", ESAC, Coimbra, Novembro 2014.

"A PAC 2014-2020 e as explorações leiteira de Portugal Continental", in I Encontro Técnico de Produção de Leite, Lisboa, Fevereiro 2015.

"Caminhos para um crescimento sustentável da agricultura" in II Colóquio da AAAS: Importância de uma gestão sustentável do solo para o futuro da agricultura em Portugal, Lisboa, Junho 2015.

"Perspectivas para um crescimento económico sustentável da agricultura portuguesa" in I Congresso dos Jovens Agricultores, Ponta Delgada, S. Miguel açores, Julho 2015.



"Segurança Alimentar: o papel das políticas agrícolas" in Congresso da FEC – Direito humano à alimentação: Desafios e oportunidades a partir de diferentes geografias, ISEG, Lisboa, Julho 2015.

"A política agrícola comum e o Programa de Desenvolvimento Rural do Continente para 2014-2020" in Seminário Nacional – Direito da Agricultura e da Produção Agroindustrial, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Outubro 2015.

"Autossuficiência e reserva estratégica alimentar no contexto da PAC", ISA, UL, Lisboa, Novembro 2015.

"A PAC para o período 2014-2020", ISA, UL, Lisboa, Dezembro 2015.

"Estudo para o Sector do Leite e dos Produtos Lácteos dos Açores", Angra do Heroísmo, Açores, Fevereiro 2016.

"The Portuguese Economy: Before and After the EU/IMF Adjustment Program (2011-14)", Lisboa, Maio 2016.

"As políticas agrícolas nos países mais desenvolvidos: Os casos da UE e dos EUA", in VIII Congresso APDEA; Coimbra, Setembro 2016.

"A importância económica do sector do Azeite" in Seminário O sector do Azeite em Portugal, Crescimento e competitividade, Lisboa, Novembro 2016.

"Inovação e crescimento da agricultura portuguesa" in Roteiros Visão 2020 (2.º Roterio), Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, Setembro 2016.

"As políticas agrícolas da UE e dos EUA: perspectivas futuras", in AGROGLOBAL, Valada, Setembro 2016.

"A importância económica do sector do azeite" in Seminário O sector do azeite em Portugal: Crescimento e competitividade, Lisboa, Novembro 2016.

"Uma agenda estratégica para a agricultura portuguesa" in Roteiros Visão 2020 (3.º Roteiro), Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, Novembro 2016.

"A Agricultura Portuguesa: Crescimento Económico e Sustentabilidade Ambiental", in Conferência +BIO, Lisboa, Dezembro 2016.

"Análise dos resultados económicos da agricultura portuguesa", TORRIBA, Janeiro 2017.

"A PAC pós 2020: Um debate que agora se inicia", ANPIFERT, Cascais, Março 2017.

"PDR 2020: Ponto de situação e perspectivas", in Jornadas Millennium Empresas – Agricultura e Agroindústria, Santarém, Junho 2017.

"A água e a agricultura em Portugal", Alvito, Agosto 2017.

"A PAC pós 2020: Aspectos relevantes da proposta da CE", in Seminário LIPOR – A PAC pós 2020 e os instrumentos de gestão de risco na perspetiva das OP e empresas de produtos Hortofrutícolas, Quinta do Arneiro, Mafra, Fevereiro 2018.

"A PAC pós 2020", ANPIFERT, Cascais, Abril 2018.

"A Agricultura Portuguesa: Sustentabilidade e Neutralidade Carbónica", in Seminário Agricultura Biológica: da sustentabilidade à competitividade, Palácio do Infantado, Samora Correia, Novembro 2018.

"A nova PAC é uma evolução ou uma revolução? Contraponto da PAC 14-20 com a PAC 21-27", in Debate sobre o futuro da PAC na Região Autónoma da Madeira – A nova PAC 2011-2027, Funchal, Dezembro 2018.

"As Explorações Leiteiras e a PAC pós-2020", 5.º Encontro Técnico de Produção de Leite, Estação Zootécnica de Santarém, Fevereiro 2019.

"Roteiro para a Neutralidade Carbónica: Desafios para a Agricultura Portuguesa", in 1.º Congresso Ibérico do Milho/ XII Congresso Nacional do Milho, Lisboa, Fevereiro 2019.



"As Explorações da Região Norte Centro Interior no contexto da PAC pós-2020", Caixa Geral de Depósitos, Lisboa, Março 2019.

"Análise dos impactos sobre as explorações agrícolas de Portugal Continental", in Reunião CAP – Cenários Alternativos no âmbito da composição do sistema de PDP do 1.º e 2.º Pilares da PAC para o período 2021-2027, Lisboa, Outubro 2019.

"A PAC pós 2020 e o impacto na região e no sector frutícola", in Seminário LIPOR – A reforma da PAC pós 2020 e o impacto na região e no setor frutícola, Beja, Janeiro 2020.

"A PAC pós-2020: impacto sobre os resultados económicos das explorações agrícolas produtoras de cereais de Portugal Continental", in ANPROMIS/ANPOC, Lisboa, Fevereiro 2020.

"A PAC pós-2020: impacto sobre os resultados económicos das explorações agrícolas de Portugal Continental", Cascais, Março 2020.

"Agricultura e alimentação: Tendências, Mudanças e Reflexões", in Congresso da Ordem dos Nutricionistas – Alimentar o presente sem comprometer o futuro, Junho 2020.

"Uma agricultura sustentável para a alimentação do futuro", in Conferencia Dia Mundial da Alimentação, Outubro 2020.

"Uma agricultura sustentável para a alimentação do futuro", in N2S Conference (Nutrition Science Student), Lisboa, 2021.

"A escalada dos preços dos factores de produção e dos produtos agrícolas", in Jornadas Internacionais da Batata, Alcochete, Maio 2022.

"Comportamento Económico da Agricultura Portuguesa nas últimas décadas", CAP, Lisboa, Maio 2022.

"A Agricultura Portuguesa: Caminhos para um crescimento sustentável", Maio 2022.

"Análise Sócio-Económica das Zonas Rurais com Montado" in Apresentação de estudo elaborado pela AGROGES para a Filcork, Julho 2022.

"A agricultura sustentável e os desafios para o futuro", in IV Congresso Nacional das Escolas Superiores Agrárias, Santarém, Novembro 2022.

"Irrigation Agriculture in the Wet Farming Developments of FENAREG (National Federation of Irrigators) Present situation and future prospects", Fenarreg, Novembro 2022.

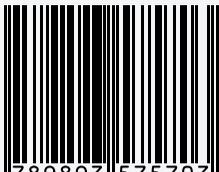
"O Desafio da Segurança Alimentar", in WinterCEmp, Golegã, Março 2023.

"A Agricultura Portuguesa: o que mudou nas últimas décadas", in Conferência no âmbito das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, Outeiro de Polima, Cascais, Maio 2024.





ISBN 978-989-35757-0-3



9 789893 575703

AGROGES